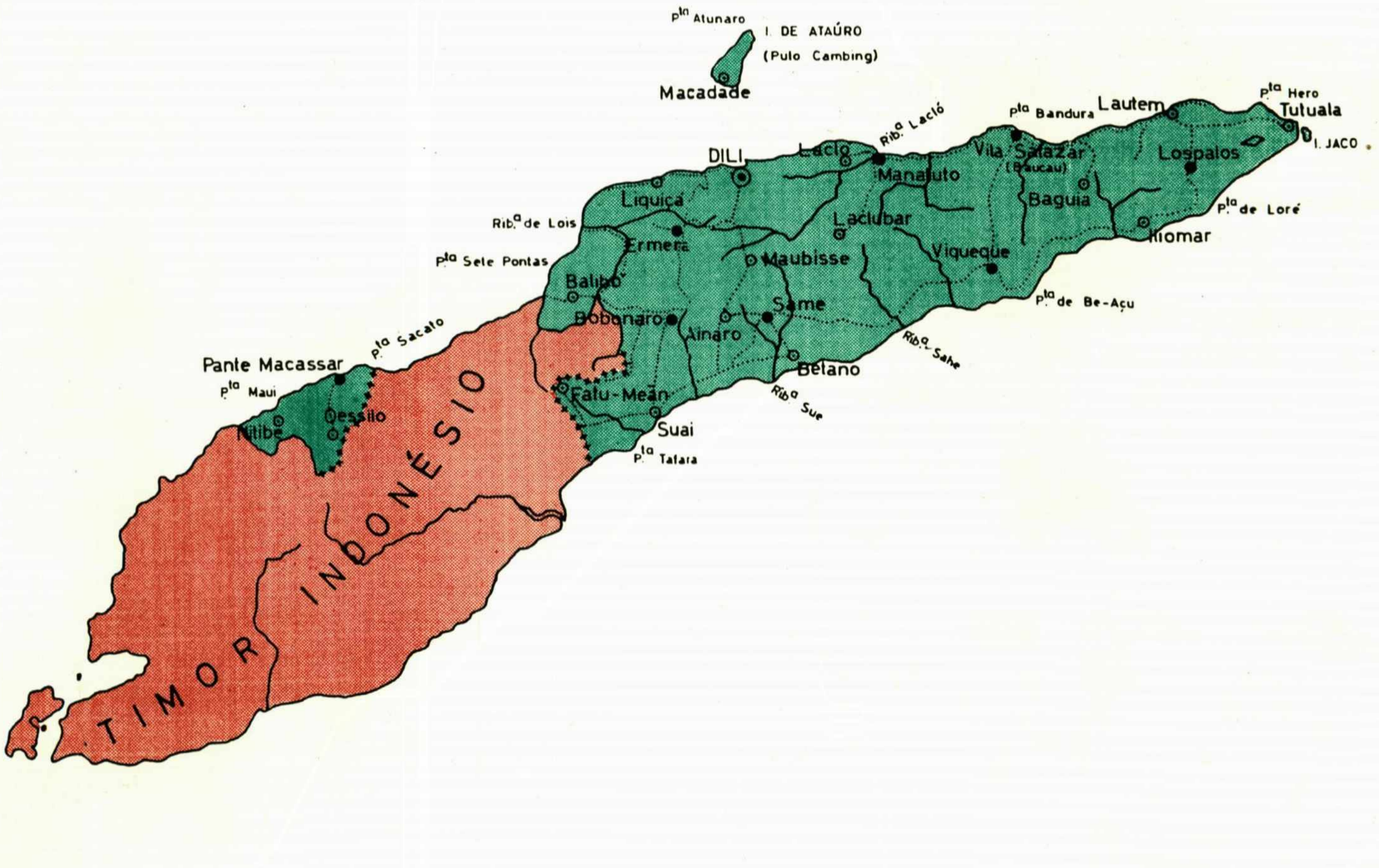
TL1464

DOSSIER TIMOR-LESTE


P.ta Atunaro
I. DE ATAÚRO
(Pulo Cambing)
Macadade
P.ta Hero
Tutuala
I. JACO
P.ta Bandura
Lautem
Rib.a Lacló
DILI
Lacló
Manatuto
Vila Salazar
(Baucau)
Lospalos
Baguia
P.ta de Loré
Iliomar
Liquiçá
Rib.a de Lois
Ermera
Laclubar
P.ta Sete Pontas
Maubisse
Viqueque
Balibó
Bobonaro
Same
P.ta de Be-Açu
Ainaro
Rib.a Sahe
Belano
Pante Macassar
P.ta Sacato
P.ta Maui
Nitibe
Oessilo
Fatu-Mean
Suai
Rib.a Sue
P.ta Tafara
TIMOR INDONÉSIO

ESCOLA SECUNDÁRIA
DE PORTO DE MÓS

DOSSIER TIMOR-LESTE

ESCOLA SECUNDÁRIA DE PORTO DE MÓS

Com a colaboração de:

A PAZ É POSSÍVEL EM TIMOR-LESTE
COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE
CLUBE INTERCULTURA
(Esc. Sec. Porto de Mós)

Prefácio

Quase ao mesmo tempo que comemoramos os «Quinhentos Anos dos Descobrimentos Portugueses» e os «Cinco Séculos de Evangelização e Encontro de Culturas», vemos passar diante de nós, não sem alguma amarga ironia, o fim de um Império tão longa e arduamente construído. Depois da perda dos territórios de Goa, Damão e Diu, com a invasão da União Indiana sobre os territórios do Estado Português da Índia, em 1961; do abandono de São João Baptista de Ajudá, na região do Daomé, no mesmo ano; e da concessão da independência às cinco Províncias Ultramarinas portuguesas do continente africano, durante os atribulados anos de 1974/75, restam dos descobrimentos, navegações e conquistas, das centúrias de quatrocentos e quinhentos, Macau, que passará para a administração chinesa em 1999, e as longínquas, mas muito fieis e amadas, quatro parcelas que compunham, até 7 de Dezembro de 1975, o chamado Timor Português. Desde essa data começou para o povo timorense a mais aviltante das três ocupações militares de que, ao longo do nosso século, foi sendo vítima. Esse dia não só marca, indelevelmente, o início do extermínio de cerca de 200.000 almas timorenses - o que, por si só, é motivo suficiente para jamais o olvidarmos das nossas consciências - como constitui, para todos os portugueses, um dos momentos mais ultrajantes perpetrados contra a dignidade nacional. A questão de Timor afigura-se-nos, deste modo, como um momento privilegiado de reflexão para todos nós, enquanto portugueses, enquanto homens e enquanto cristãos. Os desvarios e a hipocrisia da maior parte dos países ocidentais não pode deixar de nos tornar perplexos, face à intolerável situação em que os interesses económicos e estratégicos dos estados se sobrepõem à legalidade internacional e aos direitos humanos. Não poderemos ficar insensíveis ao facto de diversos países nossos aliados reconhecerem a anexação de uma parcela que, juridicamente, permanece como administrada por Portugal. Não poderemos ficar calados quando, fazendo Timor Leste parte dos territórios ultramarinos da Comunidade Europeia, a quase totalidade dos estados membros da CEE se abstem, nas votações das Nações Unidas, de votar contra a Indonésia. É impossivel que ignoremos que um país, como os Estados Unidos - parceiro de Portugal na Nato e utilizador do território nacional para a sua estratégia de defesa - tenha autorizado a invasão do Timor Português e forneça à Indonésia o armamento com que esta vem exterminando e massacrando os timorenses.

Agora que se fecha o ciclo do império, é hora de retomarmos o espírito evangélico que ajudou a empreender a gesta dos descobrimentos. Pelas responsabilidades históricas, morais e políticas que impendem sobre nós, não podemos alienar esforços no sentido de conseguirmos para os timorenses, um povo com quem convivemos há quase 500 anos, o pleno direito ao exercício da sua autodeterminação. Não possuindo Portugal qualquer interesse territorial sobre as parcelas que compõem Timor Leste, resta-nos trabalhar, árdua e abnegadamente, de modo a que os timorenses possam escolher, em liberdade, o destino que pretendem para si enquant povo.

Como, nessa tarefa, a divulgação da informação se afigura fundamental, a Escola Secundária de Porto de Mós procurou dar um modesto contributo, oferecendo a todos os estabelecimentos do ensino público do país o Dossier Timor Leste, que aqui apresentamos. Contando com a colaboração da Comissão para os Direitos do Povo Maubere, e d'A Paz é Possível em Timor Leste, e dispondo da contribuição material de diversas empresas do país, o Dossier Timor Leste pretende tornar acessível, aos alunos e professores das escolas portuguesas, um variado conjunto de informações, a que só alguns têm conseguido aceder. Este trabalho, constituindo um misto de obra colectiva - na medida em que vários foram os autores dos materiais incluídos - e de colectânea - tendo em conta os vários testemunhos aqui compilados - tenta abordar as múltiplas dimensões que envolvem a questão de Timor. Uma vez que se privilegiou o carácter didáctico da obra, em detrimento da erudição inconsequente, o leitor terá à sua disposição alguns utensílios, que esperamos serem úteis na compreensão e aprofundamento da temática em epígrafe. Foi com esta intensão que se elaboraram duas cronologias, uma reportando-se à história timorense anterior à ocupação, outra tratando o período subsequente e vindo até à actualidade. O presente trabalho inclui, igualmente, duas bibliografias, relativamente extensas, mas não exaustivas, que fornecerão indicações de diversas obras sobre Timor, e que tratam, quer o período anterior à invasão indonésia, quer a época que se lhe sucedeu. Para os menos familiarizados com a questão de Timor, elaborou-se um pequeno glossário, que não sendo volumoso, permitirá resolver algumas dúvidas que ocorram ao longo da leitura. Ao leitor que se inicia na questão de Timor, aconselha-se que principie a leitura pelo trabalho intitulado «Uma Introdução à Questão de Timor». Convirá, para os menos conhecedores, tomar previamente contacto com a realidade geográfica de Timor Leste, para o que se poderão utilizar, com proveito, os dois mapas aqui incluídos. Para os que se quiserem empenhar mais directamente na causa timorense, dão-se algumas sugestões de actividades a realizar, ao mesmo tempo que se fornecem endereços que darão acesso a diversas organizações de solidariedade com Timor. Não quisemos privar o leitor de um conjunto de testemunhos directos de quem teve o traumático privilégio de viver as duras condições de vida em Timor Leste. São timorenses e estrangeiros que conheceram as agruras da ocupação indonésia, e tiveram a coragem de contar as suas experiências. São provas inquestionáveis de uma verdade que a Indonésia pretende esconder. É, sem dúvida, a melhor parte deste trabalho!

Esperamos que esta obra contribua para um melhor conhecimento, nos meios escolares portugueses, da multifacetada problemática timorense.

É essa a nossa única intensão.

Aos 200 Mil timorenses que já foram exterminados, e a quem o silêncio criminoso dos governos do mundo impediu, até hoje, que se fizessem ouvir;

A todas as mulheres timorenses violadas, massacradas, torturadas e esterilizadas, a quem a Resistência deve a razão de continuar a sobreviver;

A todas as crianças arrancadas ao útero materno a golpes de cutelo e esmagadas contra o solo pela barbárie do ocupante;

À memória dos timorenses que não germinaram porque suas mães foram obrigadas a abortar;

A todos os portugueses aprisionados e impedidos de regressar à pátria pelo ocupante javanês;

À coragem de todos os religiosos que, apesar das pressões e maus tratos, persistem na ingente acção de socorrer os crentes de Timor;

Por todos os guerrilheiros que, sujeitos a privações e sacrifícios, lutam nas montanhas de Timor contra os soldados de Suharto;

Aos homens de boa vontade que, esperando a continuidade da presença portuguesa ou a independência de Timor, viram o seu país cair na dominação colonial indonésia;

Aos refugiados obrigados a abandonar a sua pátria, sujeitando-se ao afastamento das famílias e às dificuldades de viver em terra estrangeira;

A todos os indonésios que cooperam com a Resistência de Timor ou lutam contra o regime ditatorial e sanguinário de Suharto;

Aos autores dos «Testemunhos de Guerra» aqui publicados, pela coragem que tiveram em contar ao mundo a sua experiência vivida em Timor;

Aos políticos que, colocando os direitos humanos acima dos interesses económicos e estratégicos dos seus estados, ergueram a voz pelo Povo de Timor;

A todos os que não sendo timorenses por nascimento trabalham denodadamente e na mais completa abnegação, na defesa da autodeterminação de Timor Leste;

Aos amigos da solidariedade a quem devemos o apoio material, sem o qual a publicação desta obra não seria possível.

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

UMA INTRODUÇÃO À QUESTÃO DE TIMOR

1. A Tentativa de Descolonização

Antes do 25 de Abril de 1974 não se verificavam no território de Timor Português quaisquer atitudes contra a presença portuguesa. O modo como os timorenses participaram na recuperação da província ao ocupante japonês na 2ª Guerra Mundial, e a alegria com que assistiram ao restabelecimento da soberania nacional no Timor Português, testemunharam a inequívoca unidade que ligava o Portugal europeu àquele território da Oceania.

Com o 25 de Abril e com o projecto revolucionário de «descolonizar» todas as parcelas do «império», a instabilidade e o extremismo esquerdista que campeavam em Portugal nos agitados anos de 74 e 75, estenderam-se ao território de Timor, o que veio a facilitar as pretensões expansionistas e anexionistas da Indonésia, que então, em contradição clara com a sua política oficial, se passam a manifestar de forma inequívoca.

Pouco depois do 25 de Abril, logo no mês de Maio, inicia-se em Timor a constituição dos partidos políticos. A 11 desse mês é feita a primeira declaração pública da UDT (União Democrática Timorense), para dois dias depois o Governador Alves Aldeia criar a Comissão para a Autodeterminação de Timor. A 20 de Maio constitui-se a ASDT (Associação Social Democrática Timorense), transformada em FRETILIN, a 12 de Setembro de 1974. A 27 de Maio constituía-se a Apodeti (Associação Popular Democrática Timorense). Surgiram ainda o Kota (Associação Popular Monárquica Timorense) e o Partido Trabalhista, mas não possuíam qualquer expressão eleitoral. A UDT, preconizando inicialmente «uma autonomia progressiva, materializada através de uma participação cada vez maior dos timorenses... mas sempre à sombra da bandeira de Portugal», evoluiu, posteriormente, para a defesa da independência, que se realizaria após um longo período de transição. Já a FRETILIN (Frente Revolucionária de Timor Leste Independente), sempre defendeu, desde os tempos em que se denominava ASDT, a independência do território, com a participação imediata dos timorenses na administração e no governo local. A Apodeti, fundada sob orientação indonésia, advogava a integração do Timor Português na Indonésia, mas não possuía qualquer representatividade no território; daí que, para alcançar o seu ensejo, não restou, à Indonésia, outra alternativa que não a invasão.

Tentando interferir, a seu favor, no processo de descolonização em curso, o governo de Jacarta promove encontros com as autoridades portuguesas, no sentido de sondar as posições de Portugal face à possível integração do Timor Português na Indonésia. Neste projecto se inserem a visita a Portugal do Embaixador da Indonésia em Bruxelas, Franz Seda, em Julho de 74; a visita a Lisboa da delegação indonésia, chefiada pelo General Murtopo, em 16 de Outubro do mesmo ano; e os encontros de Londres, de 9 de Março de 1975, e de Roma, de 1 e 2 de Novembro do mesmo ano, entre delegações portuguesas e indonésias.

Só que, ao mesmo tempo que buscava entendimento com Portugal e com os partidos timorenses, a Indonésia prosseguia o seu plano de desestabilização, iniciando a Operasi Komodo (uma operação preliminar à ocupação) a 14 de Outubro de 1974, tendo, a 18 de Fevereiro seguinte, realizado, em Lampung, na ilha de Sumatra, uma simulação da invasão de Timor Leste.

Apesar de algumas incertezas e das intromissões, mais ou menos veladas, da Indonésia, o processo de descolonização ia prosseguindo. A 7 de Maio de 1975 iniciaram-se as conversações, entre a Comissão de Descolonização de Timor e os partidos timorenses, sobre a Lei de Descolonização, a qual viria a ser promulgada a 17 de Julho desse ano, e que passou a ser conhecida como a Lei 7/75. Chegaram mesmo a realizar-se, com êxito, eleições experimentais em algumas localidades, como Lospalos, das quais resultou, por exemplo, a tomada de posse da Comissão Administrativa Regional de Lautém, a 10 de Agosto de 75.

As pressões da Indonésia avolumavam-se, no entanto, tendo aquele país concentrado forças armadas na parte ocidental de Timor, donde partiam diversas infiltrações dos serviços secretos e algumas acções militares de desestabilização. A coligação que em 21 de Janeiro de 1975 se realizara entre a Fretilin e a UDT, desfez-se a 27 de Maio; por um lado devido às rivalidades que cresciam entre aqueles dois partidos, por outro devido às ingerências e instigações indonésias. A radicalização esquerdista da Fretilin, artificialmente avolumada pelos rumores e pelos boatos da propaganda Indonésia, fez aumentar a instabilidade no território, a que se somaram algumas insubordinações de diversos militares portugueses, a que não era alheia a consolidação do poder comunista em Lisboa, com o movimento do 11 de Março.

A tensão culminou com o golpe da UDT, realizado em Díli, na noite de 10 para 11 de Agosto de 75, através do qual passou a controlar, por alguns dias, os principais pontos da capital; até que a reacção da Fretilin conduziu à fuga dos elementos da União Democrática Timorense, alguns dos quais se deslocaram para o Timor Indonésio, facto que veio a ser habilmente aproveitado pelo governo de Suharto. Como o governo de Timor não dispunha de meios para controlar a situação de guerra civil que se desencadeou entre a UDT e a Fretilin, até porque muitos dos militares timorenses do exército português se passaram para este partido, o Governador Lemos Pires (empossado no cargo a 14 de Novembro de 74 e chegado ao território quatro dias depois) decide transferir a sede do governo para a ilha de Ataúro, parte integrante do Timor Português, tendo feito o embarque, a partir de Díli, às 22 horas do dia 26 de Agosto de 1975.

Aproveitando a fuga de diversos elementos da UDT e da Apodeti para o Timor Indonésio, o governo de Suharto organizou o chamado Movimento Anti-Comunista (MAC), coligação que servirá de camuflagem para as intervenções militares indonésias contra o Timor Português, orientadas inicialmente para as povoações fronteiriças. Assim, a 8 de Outubro de 1975 Batugadé é tomada por forças indonésias, apoiadas em meios aéreos e navais, e servidas por poderosa artilharia. A 16 de Outubro, as cidades de Maliana e Balibó são bombardeadas, tendo, nesta última, sido assassinados cinco jornalistas australianos. Pouco depois é a vez de Atabae ser bombardeada e ocupada, pelo país que na Conferência de Bandung de 1955, tinha afirmado defender princípios como «a abstenção de todo o acto ou ameaça de agressão, ou do emprego da força contra a integridade territorial ou a independência política de outro país».

Dada esta situação, com o governo da província sediado em Ataúro, e com as forças indonésias a progredirem a partir da região fronteiriça, a Fretilin declara unilateralmente a independência de Timor Leste, a 28 de Novembro de 1975. No dia seguinte, um escasso número de membros da UDT, da Apodeti, do Kota e do Partido Trabalhista, declaram, sob imposição dos agentes de Suharto, a integração do Timor Português na Indonésia.

Pouco depois, a 7 de Dezembro de 1975, Dfli é bombardeada e invadida pelas Forças Armadas Indonésias. Só ao outro dia, o que a Indonésia sempre pretendeu ocultar, o governo da província deixa a ilha de Ataúro para regressar a Portugal.

2. Estratégias da Dominação Indonésia

Ainda que, por diversas vezes, a Indonésia tenha declarado publicamente não ter qualquer pretensão territorial sobre o Timor Português - como o fez o próprio Presidente Sukarno a 31 de Maio de 1960, na Câmara Municipal de Lisboa - o certo é que, logo após a revolução de 25 de Abril de 74, o governo de Suharto desencadeou uma estratégia bem urdida com vista à anexação daquele território, socorrendo-se para isso de uma sofisticada máquina política, diplomática e militar, que conduzirá inelutavelmente à Invasão de 7 de Dezembro de 1975.

Desde então, um vasto conjunto de estratégias têm sido desenvolvidas, no sentido de consumar a integração total da antiga província portuguesa da Oceania, no pretenso estado unitário da Indonésia:

2.1 - A Desestabilização

Tentando fomentar um movimento integracionista no Timor Português, a Indonésia tentou veicular a ideia da inviabilidade económica e política de um Timor-Leste independente, de modo a impor entre os timorenses a falsa consciência da inevitável integração na Indonésia. Para além de divulgar, com base em falsificações históricas, a ideia da existência de uma unidade cultural entre o Timor Português e a Indonésia, o governo de Suharto, através do seu cônsul em Dfli, orientou e apoiou a constituição da Apodeti, partido que, sem ter qualquer expressão no território, defendia a integração na Indonésia. Esta integração era entendida pela propaganda de Suharto como um «retorno» à unidade da cultura indonésia, artificialmente quebrada pela presença «colonial» portuguesa. A edição de um jornal, O Arauto de Sunda, e as emissões de rádio, feitas a partir de Kupang (capital do Timor Indonésio) e de Atambua (povoação indonésia próxima da fronteira com o Timor Português) constituíam instrumentos desta propaganda desestabilizadora. Acresce a isto uma acção sistemática de deturpação, feita propositadamente pela Indonésia, das posições portuguesas, no sentido de fazer crer aos timorenses que Portugal apoiava a integração na Indonésia. A primeira fase das operações militares indonésias, ainda antes da invasão, designada por Operasi Komodo, dirigida pelo General Murtopo, constituía a face militar desta política de desestabilização. Consistia na concentração de forças militares na parte indonésia de Timor, na realização de acções clandestinas dos serviços secretos indonésios no território português e na infiltração de elementos subversivos no Timor Oriental, o que facilitará as primeiras operações em larga escala das forças militares indonésias. A «ameaça comunista» - propagandeada pela Indonésia para enfraquecer a Fretilin, atemorizar as populações, e criar, de um modo artificial, um argumento para intervir militarmente - passou a constituir um dos principais elementos desestabilizadores; sobretudo quando era a própria Indonésia que acicatava as rivalidades entre os partidos timorenses, para gerar o caos e conferir à invasão um carácter de intervenção "pacificadora" e "humanitária", o que não desagradava aos EUA e à Austrália. Conseguido o intento desestabilizador, depressa chegou a intervenção militar directa, iniciando-se uma guerra que dura até hoje.

2.2 - A Guerra

Consciente da inviabilidade da integração do Timor Português na Indonésia por meios pacíficos, o governo de Suharto, fortemente pressionado pela tendência belicista do regime, decide o recurso à guerra como única alternativa exequível. Com o silêncio da Austrália assegurado e o apoio americano garantido, após a visita de Gerald Ford e Henri Kissinger a Jacarta, nos dias 5 e 6 de Dezembro, a Indonésia decide-se pela invasão total do território, lançando-se sobre Dfli no dia seguinte. Dispondo de poderosos meios navais e aéreos, e possuindo uma artilharia e efectivos militares muito superiores aos dos aguerridos, mas mal equipados, soldados da Fretilin, não foi difícil ocupar as principais povoações e obrigar à fuga dos resistentes timorenses para as montanhas. Para além dos massacres em massa, realizados pelo exército indonésio, os invasores recorreram a bombardeamentos aéreos, a armas químicas, e mesmo ao lançamento de bombas de napalm. E como a hipocrisia política dos estados sobrepõe os interesses económicos aos direitos humanos e à legalidade internacional, não faltam, ao ocupante, armas e munições, uma vez que, países como os EUA, a Austrália, a Inglaterra, a França e mesmo a Espanha, não perdem oportunidades de realizar novos fornecimentos e de prestar treino militar, especialmente, nestes últimos tempos, no domínio da luta anti-guerrilha...

2.3 - O Realojamento

Tendo em conta que, ao contrário do que esperavam os militares indonésios, a vitória militar não foi rápida nem efectiva (em parte devido à força do nacionalismo maubere, em parte devido à incompetência e à corrupção dos militares indonésios) o governo de Suharto adoptou uma estratégia de isolamento das populações face à resistência, sediada nas montanhas. Como o sistema de povoamento tradicional, caracterizado pela dispersão das habitações timorenses, favorecia os contactos com a resistência e permitia reabastecê-la de produtos essenciais, o ocupante decidiu transferir, compulsivamente, as populações dispersas para vilas e aldeias «estratégicas», construídas pelo ocupante à custa do trabalho forçado dos timorenses. Trata-se de autênticos campos de concentração, que não só destroem a organização sócio-cultural do povo timorense, como são responsáveis pela separação das famílias e pelo empobrecimento generalizado.

2.4 - A Repressão

Nas vilas e aldeias estratégicas, como por todo o território, a repressão tornou-se uma atitude constante por parte dos indonésios. Vive-se permanentemente num clima de intimidação, de pânico e de desconfiança, com os serviços secretos a procurarem e a inventarem sistematicamente suspeitos de colaborar com a resistência. A violação de mulheres e crianças, muitas vezes na presença dos familiares, os assassinatos, os maus tratos e os fuzilamentos constituem acontecimentos diários. A violência física e psicológica, e as torturas, sob as mais diversas formas, são comuns em todo o território. Há ainda os desaparecimentos injustificados, as detenções arbitrárias, as prisões sem julgamento, as execuções sumárias e as deportações... Prisões e campos de concentração, com trabalhos forçados e nas mais aviltantes condições de salubridade, passaram a ser instituições florescentes em todas as regiões de Timor Leste. Todos os meios servem para obter o mesmo fim: a integração forçada do Timor Português na Indonésia.

2.5 - A Indonesianização

Na política de dominação do povo timorense, a Indonésia procurou eliminar os traços identificativos da sua cultura, tentando esbater as indeléveis diferenças que separam os timorenses dos javaneses. Nesta estratégia de descaracterização da identidade timorense, situa-se a imposição do bahasa, a língua oficial indonésia, como língua da administração e do ensino em Timor Leste. Falar português é considerado um indício de resistência à ocupação, daí que só já as escolas católicas integrem o seu ensino nos planos curriculares. O Panca Sila passou a constituir matéria dos currículos oficiais das escolas timorenses, onde a história do nacionalismo indonésio se sobrepõem à gesta timorense. As religiões e culturas tradicionais são igualmente desprezadas, enquanto os símbolos nacionais indonésios e o seu hino se tornaram omnipresentes na vida timorense, por imposição incondicional. A aculturação indonésia passou a recorrer a emissões de rádio e de televisão, ao mesmo tempo que se procura desvalorizar o ensino católico, quer pelo não reconhecimento dos seus cursos, quer pela não equiparação dos seus professores a funcionários públicos, como acontece com os professores do ensino oficial. Concedendo facilidades de ensino aos que colaboram com o ocupante, a Indonésia pretende criar um grupo de timorenses javanizados que, controlando cargos importantes da administração e do ensino, possam promover a uniformização cultural do território. As próprias autoridades tradicionais timorenses, subordinadas às autoridades indonésias, são submetidas a cursos intensivos, onde são ministrados os princípios do Panca Sila, os elementos básicos da Constituição da República da Indonésia e a história do invasor.

Mas é também ao nível económico que a indonesianização é total. Os diversos sectores económicos foram monopolizados por companhias indonésias, ligadas à família de Suharto ou a militares de elevadas patentes relacionados directamente com a ocupação. Um dos exemplos mais marcantes diz respeito à exploração do café, o produto de exportação mais importante de Timor. Dominada pelo General Murdani e pelos seus agentes, a PT Denok detém o monopólio de todo o café de Timor Leste. Os agricultores timorenses são obrigados a vender as suas produções à referida empresa, aos preços por ela definidos, estando assim sujeitos às suas arbitrariedades comerciais. O mesmo sucede na exploração do sândalo, da copra, e nas obras públicas. Com todas as actividades económicas controladas e monopolizadas pelos indonésios, os timorenses vêem-se, assim, alheados de todas as fontes de rendimento, tanto mais quanto, na maioria dos casos auferem salários mais baixos que os trabalhadores transmigrantes, vindos sobretudo da ilha de Java. A situação mais flagrante de usurpação dos recursos do território, diz, no entanto, respeito à questão do petróleo do Mar de Timor. Nas fronteiras marítimas, ainda não definidas, entre o Timor Português e a Austrália, situa-se uma das trinta maiores reservas petrolíferas do globo, que a Indonésia, juntamente com a Austrália, começarão brevemente a explorar, mediante as definições do tratado, ilegal, assinado entre estes dois países, a 11 de Dezembro de 1989 e que é conhecido por Timor Gap Zone of Cooperation Treatry. Tendo em conta que Portugal é juridicamente a potência administrante do território de Timor Leste, este tratado viola as leis internacionais, pelo que, a 22 de Fevereiro de 1991 o estado português apresentou queixa no Tribunal Internacional de Justiça de Haia. As preocupações "humanitárias" dos americanos face à questão essencialmente petrolífera do Koweit, são agora esquecidas no que concerne a Timor Leste. Os invasores são todos iguais, mas, ao que parece, há uns mais iguais que outros...

2.6 - A Transmigração

Para procurar diluir a identidade Maubere e garantir uma ocupação por meios menos visíveis, e aparentemente menos agressivos, a Indonésia passou a transferir para Timor Leste dezenas de milhar de javaneses, que não só ocuparam as melhores propriedades agrícolas, como constituem elementos de controlo e vigilância sobre as acções nacionalistas dos timorenses. Estes transmigrantes, vindos sobretudo de Java, ocupam os lugares da administração e do comércio, subalternizando os timorenses, que passam a constituir cidadãos de segunda na sua própria terra, ao mesmo tempo que os principais recursos do território passam para as mãos de estrangeiros. Os transmigrantes não só constituem uma ameaça à identidade timorense, como representam um grande perigo, se no futuro a realização de um referendo lhes der o direito de se exprimirem. Depois do que se passou na Papua Ocidental, todas as atenções são poucas, mesmo em processos de decisão popular controlados pelas Nações Unidas...

2.7 - O Extermínio

Incapazes de impor aos timorenses a aceitação da integração na Indonésia - fosse pelos meios ideológicos, fosse pelo aparelho repressivo - os «falcões» do regime de Suharto recorreram ao extermínio de massas, como a única forma de calar o espírito nacionalista do Povo Maubere. Os timorenses mostraram que enquanto permanecessem vivos, não deixariam de lutar contra o invasor. Em resposta, os militares eliminaram todos os que puderam, até hoje, tendo para isso beneficiado do silêncio criminoso das grandes potências e da vergonhosa inactividade das Nações Unidas. Cerca de 200 MIL timorenses foram já eliminados, o que constitui um terço da sua população aquando da invasão. Só que, a todos os que foram massacrados e assassinados há ainda que somar o número daqueles, a quem o espírito sanguinário dos indonésios não permitiu, sequer, que nascessem. Mulheres grávidas têm sido mortas, violadas e esventradas. Processos abortivos são usados indiscriminadamente, contra vontade das mães. O controlo na natalidade é rigoroso, sendo proibido ter mais de três filhos. Milhares de jovens e mulheres foram simplesmente esterilizadas, por imposição dos ocupantes. Apesar de tudo isto, as Nações Unidas concederam, recentemente, ao Presidente Suharto, um prémio pela sua excelente política de controlo da natalidade na Indonésia...

2.8 - A Propaganda e o Isolamento Externo

Para conseguir com que o mundo desconheça as atrocidades realizadas em Timor Leste contra as populações locais, a Indonésia tem fechado sistematicamente o território à observação estrangeira. Raros são os jornalistas independentes que conseguiram visitar Timor. Diversas organizações humanitárias e de direitos humanos têm sido impedidas de aí se deslocarem. O caso mais notado é o da Amnistia Internacional que nunca, até hoje, obteve autorização para visitar o território. A própria Cruz Vermelha Internacional tem dificuldade de prestar, livremente, serviços humanitários às vítimas deste conflito. Mesmo os turistas sofrem várias restrições de deslocamento, sendo rigorosamente vigiados pelos serviços secretos indonésios, receosos de que se tratem de jornalistas que possam relatar a realidade de Timor Leste. Os serviços secretos, possuem uma lista com 17 mil pessoas «indesejadas», muitos deles jornalistas, a quem o acesso está completamente vedado.

Para além de impedir ou limitar a entrada de estrangeiros no território, os timorenses que saem para o exterior são invariavelmente avisados das represálias que serão exercidas sobre os seus familiares, se prestarem declarações que possam ferir a Indonésia.

Periodicamente, são convidados, pela Indonésia, determinadas delegações de parlamentares ou de jornalistas, para se deslocarem a Timor. No entanto, os seus membros são minuciosamente escolhidos entre figuras menos escrupulosas e dispostas a pactuar com a Indonésia, na sua estratégia propagandística em favor dos benefícios da integração. Estas visitas, ferreamente guiadas, têm , em última instância, o objectivo de provocar o reconhecimento da soberania indonésia. Dessas viagens deve ressaltar aos olhos dos estrangeiros a inexistência de guerrilha, e a plena aceitação, pelos timorenses, da incorporação na Indonésia. Para isso, os percursos são previamente definidos, não havendo possibilidade de deslocações voluntárias, organizando-se manifestações, com indonésios desfarçados de timorenses, em que expressam as "suas" opiniões contra o «colonialismo português» e favoráveis ao "humanitarismo" indonésio. Os visitantes recebem, também, diversas publicações favoráveis às teses do invasor, e nos contactos travados com o governo provincial procuram-se mostrar os benefícios resultantes, para Timor, da integração na Indonésia, fazendo, de imediato, a comparação com a presença colonial portuguesa... A falsa ideia do desenvolvimento é sempre mostrada e exteriorizada, através dos serviços de propaganda, que alcançam os principais centros de decisão política internacional. As estradas, os hospitais e as escolas, construídas pela Indonésia, aparecem como a face mais visível do «desenvolvimento». Esquece-se, no entanto, que tais infraestruturas, longe de beneficiarem os timorenses, constituem elementos da estratégia de dominação indonésia. Enquanto as estradas servem para o fácil transito dos veículos militares indonésios, as escolas têm por finalidade a destruição cultural dos timorenses, através da imposição da língua indonésia e dos seus valores. Já os hospitais e centros de saúde, assumem-se fundamentalmente como instrumentos da política de controlo da natalidade: aí se ministram os produtos abortivos e se procede à esterilização das mulheres timorenses, contra a sua vontade, e quase sempre sem o seu conhecimento...

2.9 - Os Mecanismos de Pseudo-Legitimação

Recorrendo à falácia, à deturpação dos factos, ou à estratégia de subverter a cronologia dos acontecimentos, a Indonésia procura legitimar a sua intervenção militar no Timor Português e ao mesmo tempo conferir um carácter de legalidade à anexação daquele território.

2.9.1 - A inviabilidade económica

Já nas vésperas da invasão, a Indonésia, na sua estratégia de propaganda integracionista e de desestabilização da província portuguesa de Timor, tentou veicular o argumento de que Timor Leste, pela sua pequenez territorial e pelas limitações dos seus recursos, seria economicamente inviável e, consequentemente, incapaz de seguir um destino independente. Este argumento não só é juridicamente incorrecto, uma vez que, internacionalmente, a inviabilidade económica de um país não constitui obstáculo jurídico à sua independência; como é cientificamente falacioso, uma vez que Timor Leste dispõe de suficientes recursos para garantir a sua auto-suficiência. Para além da grande riqueza que constituem as suas reservas petrolíferas, Timor possui, ainda, dois extraordinários produtos de exportação, caso do sândalo e do café, tendo meios agrícolas suficientes para alimentar as suas populações.

Acresce a isto que, apesar de constituir um pequeno território, no conjunto dos estados independentes que compõem a comunidade internacional, cerca de 30 países são inferiores a Timor-Leste, quer territorial, quer demograficamente, sem que por esse facto se torne legítimo aos seus vizinhos procederem à sua anexação. De resto, se a inviabilidade económica impedisse a constituição política de qualquer estado, que dizer da Indonésia que, apesar de todas as suas potencialidades, sobrevive à custa de financiamentos externos, sendo detentora de uma das maiores dívidas externas do mundo...

2.9.2 - A «Aberração Colonial»

A Indonésia, tentando rejeitar a existência de uma cultura timorense própria e diferenciada das restantes culturas da insulíndia, tentou fazer crer que um Timor Leste independente constituiria uma aberração resultante do colonialismo português. Se é certo que as fronteiras do Timor Português foram definidas através de tratados bilaterais, celebrados entre a Holanda e Portugal, não é menos verdade que na parte da ilha sobre a qual se estabeleceu a presença portuguesa existia previamente a Confederação dos Belos, organização que congregava os diversos reinos da parte oriental de Timor. Para além desta realidade pré-existente, o contacto com a presença portuguesa e com a tradição cristã de matriz católica, conferiu ao território uma feição completamente diferente da parte ocidental da ilha, onde predomina a tradição islâmica e onde o protestantismo é mais marcante entre a pequena comunidade cristã.

Não só o Timor Oriental possui uma cultura diferente da parte ocidental da ilha, como não existem quaisquer relações étnicas, religiosas e culturais com a ilha de Java, território que domina, imperialmente, todo o arquipélago indonésio. Na verdade, o que se passa na Indonésia é um neo-colonialismo encapotado, perpetrado pelos javaneses que se impõem sobranceiramente às restantes ilhas do arquipélago, tentando, por todos os meios, destruir as múltiplas culturas dispersas pelo território.

Por fim, a Indonésia pretendendo atribuir a existência de Timor Leste ao alegado «acidente» que constitui a presença portuguesa de quase 500 anos (quando a Indonésia não chega a ter sequer 50 anos de existência), tenta esquecer que o argumento dos nacionalistas indonésios que presidiu à constituição da República da Indonésia se baseava na herança colonial holandesa. Com efeito, na definição territorial da Indonésia, os nacionalistas indonésios reclamavam para si todas as parcelas que compunham as antigas Ilhas Neerlandesas, sendo com base neste princípio que, com pouco rigor histórico, o governo de Sukarno e depois o de Suharto reivindicaram a Papua Ocidental, hoje a sua 26ª província.

Deste modo, enquanto as fronteiras coloniais holandesas servem para justificar os limites territoriais da Indonésia, os limites fronteiriços do Timor Português constituem, para o ocupante, uma «aberração» impeditiva da independência dos timorenses...

2.9.3 - A Tese do «Abandono»

A Indonésia tem até hoje argumentado, falaciosamente, que Portugal abandonou a sua antiga província da Oceania, e que só depois teria "entrado" no território, por "razões humanitárias" e a "pedido dos timorenses". Com este argumento, o governo de Suharto procura afirmar a inexistência de um acto de invasão, ao mesmo tempo que tenta culpabilizar Portugal pelo sucedido. Com efeito, tornou-se frequente ver a diplomacia de Jacarta lançar acusações contra a história da colonização portuguesa, não só em Timor, como também em África, recorrendo para isso às mais erróneas afirmações. Tal atitude tem encontrado bom acolhimento entre o governo australiano e o governo americano, que passaram a reproduzir os mesmos argumentos para se defenderem da sua criminosa atitude de apoio ao regime indonésio. Alguns desses argumentos passaram mesmo a constituir opinião em Portugal, onde a ignorância sobre o problema é confrangedora, e não pode deixar de nos envergonhar a todos.

Ao contrário do que afirma a Indonésia, não só Portugal não abandonou a província de Timor, como foi a própria Indonésia o principal responsável pelo insucesso do processo de descolonização, quer pelas suas sucessivas interferências e intromissões, quer por ter desencadeado a invasão, que realizou por interesse e em benefício próprio.

É sabido que a Operasi Komodo, uma operação de desestabilização com vista a posterior invasão, se iniciou a 14 de Outubro de 1974 - mais de um ano antes da ocupação de Díli de 7 de Dezembro de 1975 - e que desde fim daquele ano tropas especiais e agentes secretos indonésios se haviam infiltrado em Timor Leste; cerca de um ano, antes do governador da província deixar o território rumo a Lisboa.

Para além disso se o Governador Lemos Pires deslocou a sede do governo, a 26 de Agosto de 75, para Ataúro, isto não constitui, de forma alguma, um abandono, uma vez que esta ilha é parte integrante e inalienável do território de Timor Leste. O governador só deixou Timor com destino definitivo a Lisboa após a invasão de Díli de 7 de Dezembro de 1975, quando a Indonésia já havia ocupado Batugadé a 8 de Outubro, e as povoações de Maliana e Balibó a 16 do mesmo mês.

Para negar a tese do abandono bastaria referir os numerosos prisioneiros portugueses que a Indonésia reteve, até fins de Julho de 1976, esperando que em troca da sua libertação Portugal reconhecesse a anexação, o que jamais veio a suceder.

2.9.4 - Os Argumentos Político-Jurídicos

Para além deste argumentos, falsos argumentos aliás, de carácter histórico e cultural, a Indonésia tem repetidas vezes afirmado que já teve lugar em Timor Leste um verdadeiro acto de autodeterminação, o que não convence ninguém, a não ser aqueles que por interesses estratégicos e petrolíferos, caso da Austrália e dos EUA, se convenceram a si próprios ou se fizeram convencidos.

São os seguintes os "factos históricos" que a Indonésia alega para legitimar a integração ao abrigo, alegadamente, da Resolução 1414 (XV) e da Resolução 1541 (XV) das Nações Unidas:

* A Proclamação da integração do Timor Português na Indonésia, por "representantes" da UDT, da Apodeti, do Kota e do Partido Trabalhista, a 29 de Novembro de 1975.

Com a reacção da Fretilin ao golpe da UDT de 10 de Agosto de 1975, gerou-se um ambiente de guerra civil no território, o que favorecia as pretensões indonésias de intervir militarmente no território. A vitória da Fretilin satisfazia duplamente este objectivo. Por um lado, tendo a Fretilin um ideário político de esquerda, a Indonésia passará a lançar campanhas de atemorização das populações, acusando aquele partido de ser comunista e espalhando rumores sobre a ameaça do comunismo, o que não só gerava instabilidade interna, como facilitava o apoio americano e australiano para uma futura intervenção. Por outro lado, com a UDT em debandada e buscando refúgio no Timor Indonésio, o governo de Suharto força alguns elementos deste partido a apoiar a integração, o mesmo sucedendo com membros do Kota, e do Partido Trabalhista. Vivendo alguns membros destes partidos numa situação angustiante de necessidade de refúgio na parte indonésia da ilha de Timor, e quase a desfalecerem à míngua de alimentos, a Indonésia forçou-os à assinatura de uma «Declaração de Integração», a qual se realizou a 30 de Novembro de 1975, dois dias após a proclamação unilateral de independência da Fretilin.

Tal pedido de integração carece, com efeito, de total valor jurídico, não só porque os seus assinantes não passavam de um escasso número de elementos sem qualquer capacidade para representar o povo timorense, como foram forçados a participar nesta farsa em troca de protecção, já que se encontravam em fuga face à perseguição dos soldados da Fretilin.

* A aprovação, pela «Assembleia Representativa Popular de Timor Oriental», de um pedido de integração do Timor Português na Indonésia, a 31 de Maio de 1976.

No afã de constituir, em Timor Leste, orgãos políticos que conferissem à invasão um carácter legal, a Indonésia nomeou um «Governo Provisório de Timor Leste» e uma «Assembleia Representativa Popular de Timor Oriental». Com ambos os orgãos dirigidos por elementos da Apodeti, nomeados pela própria Indonésia, o invasor procurou realizar um acto político que conduzisse, sob a capa de uma falsa legalidade, à integração do território ocupado.

Com efeito, a 31 de Maio de 1976 esta "assembleia" solicitou a integração do Timor Português na República da Indonésia, o que veio a ser "aprovado" pelo Parlamento Indonésio, em 15 de Julho de 1976, e formalizado, dois dias depois, por decreto presidencial. Os membros da «Assembleia Representativa Popular de Timor Oriental», escolhidos entre alguns chefes locais, foram convocados pelos serviços secretos indonésios e em muitos casos contra sua vontade. Os trabalhos da "assembleia" foram orientados por oficiais superiores indonésios, que dirigiram e controlaram as sessões, chegando ao ponto de preparar o próprio texto do pedido de integração. Não só os participantes na "assembleia" não foram escolhidos pelos timorenses, como estavam ao serviço do estado ocupante, sem qualquer poder para decidir por um povo inteiro, que maioritariamente se encontrava refugiado no interior. Assim sendo, não possui este facto qualquer validade enquanto acto de autodeterminação, assumindo-se como mais uma das muitas farsas e encenações em que a Indonésia se tornou especialista.

Passando dos argumentos à prática, o governo de Suharto procurou, por todos os meios, envolver os timorenses na vida cívica e política da Indonésia, de modo a que ao participarem nos processos de decisão fossem vistos, no exterior, como cidadãos do estado indonésio. Com esse objectivo, os timorenses começaram a participar nos processos eleitorais, desde as eleições de 1982. Deste modo os timorenses passaram a eleger o próprio Presidente Suharto e a votar no Golkar, o partido governamental indonésio. Nada melhor para "provar a aceitação da integração na Indonésia" do que uma votação que desse ao presidente do estado invasor, e ao seu partido, uma maioria próxima dos 100%... Assim tem sucedido até às eleições de 1992, o que é tido, pela Indonésia, como uma prova de que o Timor Português constitui a sua «27ª província». Só que esses actos eleitorais, que na Indonésia são feridos por muitas viciações e manipulações, têm em Timor Leste características muito especiais. O voto é, antes de mais, obrigatório: longe de ser um direito, votar é uma obrigação a que se não foge, porque a convocação, feita por militares, é compulsiva. Faltar ao acto eleitoral é tomado como gesto de subversão e indício de resistência ao ocupante; daí que, sob pressão, os timorenses tenham de votar. Além disso, o voto, em vez de secreto, é público, estando o "eleitor" sob a observação dos militares e dos agentes da polícia política. É que no local de voto são colocadas tantas urnas quantos os partidos indonésios concorrentes, e à vista de todos o "eleitor" deverá colocar o boletim de voto (geralmente um grão de milho ou uma pedra!...), na urna que assinála o partido "preferido". Não admira, assim, que os timorenses votem maciçamente no Golkar ou no Presidente Suharto, tanto mais quanto a prisão e a tortura podem bem ser a retribuição para os distraídos que votarem noutro qualquer candidato.

Considerando o Timor Português como a sua «27ª província», a Indonésia procurou, ainda, incluir timorenses nos orgãos administrativos do «Timor Timur» e mesmo em cargos de aparente responsabilidade do estado indonésio, de modo a disfarçar, internacionalmente, as feições da sua presença naquele território. Foi com esse objectivo que Mário Carrascalão, antes de assumir o cargo de governador de Timor Leste por dois mandatos, integrou a delegação permanente da Indonésia na ONU, após 1975. Com o mesmo objectivo de mostrar, ao exterior, a falsa ideia de que os timorenses escolheram em liberdade a integração na Indonésia, Lopes da Cruz foi nomeado conselheiro pessoal do Presidente Suharto para os assuntos de Timor Leste, ou Timor Timur como lhe chamam os indonésios. A Indonésia serve-se, assim, de um pequeno grupo de colaboracionistas com o ocupante para submeter ao jugo da anexação todo o povo timorense.

Os timorenses ocupam, também, cargos civis ao nível do poder local, como o de Chefe de Distrito (Bupati), Chefe de Sub-distrito (Camat) e de Chefe de Aldeia (Kepala Desa). Só que estes orgãos de administração não passam de meras figuras ilusórias de propaganda, já que os seus detentores se encontram inteiramente sujeitos ao Comando Militar Territorial e ao Comando Policial Territorial; estruturas que actuam a todos os níveis da administração, desde o nível provincial, ao nível de aldeia, passando pelos níveis distritais e sub-distritais, e que pertencem exclusivamente a indonésios. Os próprios corpos do funcionalismo público estão totalmente dominados por indonésios, ainda que existam diversos funcionários timorenses, alguns dos quais mantidos desde o tempo da administração portuguesa por conveniência da propaganda indonésia.

Longe de constituir um elemento de auto-administração timorense, estes orgãos administrativos afiguram-se como instrumentos da ocupação, pela rigorosa vigilância que exercem sobre as populações. Cabe-lhes a emissão de cartões de identidade (Karta Tanda Penduduk), sem os quais se passa por suspeito de pertencer à resistência; a emissão de vistos de deslocação, sem os quais não se pode sequer ir à aldeia mais próxima, para evitar os contactos com a resistência; o controlo sobre casamentos, nascimentos e óbitos; a passagem de licenças para qualquer reunião, incluindo para uma simples festa de casamento; a realização de inspecções às casas e aldeias para averiguar da presença de estranhos ou a ausência dos locais; a escuta dos poucos telefones autorizados no território; a intercepção de correspondência; etc., etc. ...

3. Os Trunfos da Indonésia

Apesar da invasão do Timor Português constituir uma flagrante violação das leis internacionais, a Indonésia quase não foi molestada, continuando a beneficiar de numerosos apoios políticos, económicos e militares. Com efeito, quer a Indonésia, quer o Presidente Suharto, dispõem de um conjunto de trunfos que lhes garantem a complacência de todas as grandes potências ocidentais e da maioria dos países da região:

- a Indonésia é o maior arquipélago do mundo, com mais de 13 mil ilhas, e o 5º país mais populoso do planeta, prevendo-se que no ano 2000 ultrapasse os 200 milhões de habitantes;

- é a maior nação islâmica do mundo, o que lhe garante uma posição proeminente entre os países muçulmanos e o seu apoio nas Nações Unidas, votando a seu favor a maioria das resoluções sobre Timor Leste;

- é membro fundador do movimento dos países não-alinhados, onde possui um papel de liderança, o que lhe garante o silêncio e muitas vezes os votos do numeroso grupo dos estados afro-asiáticos, nascidos do processo de descolonização que se seguiu à 2ª Guerra Mundial;

- é o país islâmico com um maior números de cristãos (cerca de 5% da população, incluindo católicos e protestantes), bem aceites e protegidos pelo estado, o que dificulta a actuação do Vaticano relativamente a Timor;

- é o principal produtor de petróleo do sudeste asiático, encontrando-se entre os 15 maiores produtores mundiais, o que lhe permite largos apoios entre os estados membros da OPEP, e lhe traz a colaboração não só dos países importadores, como dos países interessados na exploração petrolífera em território indonésio, e que já espreitam para o Mar de Timor, onde várias companhias receberam licenças de prospecção e de extracção;

- situa-se estrategicamente entre o Índico e o Pacífico, e entre os aliados americanos do nordeste da ásia (Japão, Coreia do Sul e Filipinas) e do sudeste asiático (Austrália e Nova Zelândia), o que se traduz numa vergonhosa conivência entre os EUA e o regime de Suharto;

- o anticomunismo de Suharto, e a sua política de entrega da indústria petrolífera às empresas ocidentais, garantem ao regime indonésio, a complacência dos EUA, preocupados, nas décadas de 60 e de 70, com «perigo vermelho» no sudeste asiático representado pela República Popular da China e pela URSS;

- é um dos países mais ricos em diversos recursos naturais, tais como, o gás natural, o carvão, o níquel, o manganés, o ferro, o cobre, a prata e o ouro;

- possui um dos mais vastos mercados internos, potenciais, do mundo, tendo para oferecer uma mão-de-obra barata, e necessitando de quase todos os equipamentos, o que atrai avultados investimentos da maior parte dos países ocidentais e do Japão;

- é, ainda, um dos principais produtores e exportadores de diversos produtos agrícolas e florestais.

Com um conjunto tão vasto de vantagens e de benefícios de que a Indonésia e o seu presidente dispõem, a comunidade das nações revela, inequivocamente, que à legalidade internacional e aos direitos humanos se sobrepõem os interesses económicos e as preocupações político-estratégicas dos grandes estados.

4. A Resistência à Ocupação

Apesar das grandes vantagens de que a Indonésia dispõe, passados que estão mais de dezasseis anos sobre a invasão de Dili de 7 de Dezembro de 1975, a guerra persiste no território, o que obriga o invasor a manter em Timor Leste um enorme efectivo de várias dezenas de milhar de militares. A vitória indonésia tem sido sucessivamente adiada, o que gorou por completo as expectativas dos generais de Suharto, que esperavam destruir os timorenses num escasso número de dias.

Ainda que no início da ocupação a Indonésia beneficiasse do apoio de alguns timorenses, a maioria do povo enfrentou os exércitos inimigos, tendo de se refugiar nas montanhas dado o grande número de soldados indonésios, contra os quais a Resistência não dispunha de grandes meios, a não ser um parco armamento deixado pelo exército português, que já não era do mais sofisticado. Rodeados na sua quase totalidade por mar, e com a sua única fronteira terrestre a coincidir com solo indonésio, os timorenses viram-se privados de reabastecimentos e de locais de refúgio temporário no exterior. Estando isolados do mundo e lutando com o poderoso exército do 5º país mais populoso do mundo, os timorenses travam uma guerra incrivelmente desigual, beneficiando apenas das suas tácticas de guerrilha aprendidas nas duras experiências de combate, e dispondo como vantagem de um conhecimento minucioso do terreno onde se movimentam

Até 1977 a Resistência consegue controlar cerca de 80% do território. A partir daí, porém, a Indonésia altera as suas estratégias e aumenta o seu potencial bélico com o envio, pela Grã-Bretanha de 8 aviões Hawk, e com o fornecimento americano de 16 aviões Bronco OV 10-F, de 3 Lockheed C-130, de 45 Cadillac Cage V-150, e de 16 A-4 Skyhawk. São, então, lançadas três grandes «campanhas de cerco e aniquilamento», entre Setembro de 1977 e Março de 1979, que obrigam à rendição de grande parte da população e à morte ou desaparecimento de numerosos elementos da Fretilin, entre os quais alguns quadros importantes, como é o caso de Nicolau Lobato, Comandante das Falintil, abatido a 31 de Dezembro de 1978. As populações passam a ser concentradas em aldeias e vilas estratégicas, enquanto a Resistência se vê sujeita a um longo período de isolamento face ao exterior e de falta de coordenação interna, dada a escassez de contactos entre os diversos grupos da guerrilha.

Com a última base fixa perdida em Novembro de 1978, a Resistência altera radicalmente a sua estratégia de actuação, ao mesmo tempo que procede a uma profunda reorganização das suas estruturas, o que culmina com a realização de uma Conferência Nacional em Março de 1981. A partir de então, sob a liderança de Xanana Gusmão, são privilegiadas as unidades móveis, constituídas por um pequeno número de combatentes, que assim reforçam a sua rapidez de acção e mais facilmente provêem à sua subsistência. Revitalizada a Resistência, procura-se agora estabelecer uma rede clandestina, que opere no interior do território dominado pelos indonésios.

Quase ao mesmo tempo, a Indonésia passa a utilizar as populações timorenses nas operações militares. É a «timorização da guerra». Mais de 50.000 timorenses, entre os 15 e os 55 anos, são obrigados a marchar, completamente desarmados, à frente do exército indonésio, servindo de carregadores aquando das deslocações e de «muralha humana» durante os combates, na medida em que são entrepostos entre os militares invasores e os soldados das Falintil, de modo a que estes não possam fazer fogo sobre os seus próprios irmãos. Para traz, estes timorenses, recrutados à força pelo ocupante, deixam ao abandono as famílias e os campos de cultivo, o que aumenta a fome e a pobreza, mas reforça o espírito de rejeição à integração na Indonésia, e permite aumentar os contactos entre os diversos pontos do território.

Incapaz de vencer a Resistência pela guerra, e de conquistar os timorenses pela persuasão, a Indonésia vê-se obrigada à realização de conversações de paz. A 23 de Março de 1983 realizam-se conversações entre Xanana Gusmão, Comandante-em-Chefe das Falintil e o Coronel Purwanto, Chefe das Forças Armadas Indonésias no território, donde resulta um cessar-fogo preliminar, enquanto se aguardam decisões do governo de Suharto. Contrariando o Plano de Paz apresentado pela Resistência Maubere, a contra-informação indonésia passou para o exterior a ideia de que as conversações de paz constituíam uma «rendição incondicional» das Falintil, não tendo o ocupante informado o Secretário Geral das Nações Unidas, como lhe competia, das negociações realizadas. Desentendimentos entre as duas partes conduziram ao retomar das hostilidades. A 17 de Agosto de 1983 a Indonésia desencadeou uma operação em larga escala, tentando, mais uma vez, eliminar todos os focos da Resistência. Apesar de todos os meios de que a Indonésia usufrui, a Resistência Armada continua a realizar as sua operações, galvanizada pela crescente aversão que as populações nutrem contra o invasor. Actuando em todo o território, mas especialmente concentrada nas regiões montanhosas do centro e leste do Timor Portguês, a Resistência empreende uma média de 50 acções militares por ano, com as quais abatem algumas centenas de militares indonésios e capturam armas e munições. A Resistência organiza-se em pequenos grupos, que vivem a maior parte do tempo abrigados em grutas e cavernas. Cifrada entre 1.500 e 3.000 guerrilheiros, a Resistência tem de se bater com um exército de 15.000 homens, permanentemente renovado, e dispondo de poderosos meios navais, aéreos e terrestres. Não tendo meios para vencer militarmente a Indonésia, o facto da Resistência conseguir sobreviver constitui só por si uma vitória. Representa, para além disso, um forte estímulo para as populações, que apesar das difíceis condições da sua vida quotidiana mantém viva a esperança na obtenção da liberdade.

Mais do que nunca o desejo de independência cresce entre a população. A necessidade de trabalho conjunto levou à constituição, a 31 de Março de 1986, da Convergência Nacionalista, plataforma política celebrada entre a Fretilin e a UDT no sentido de coordenar esforços e acções na luta pela autodeterminação de Timor Leste.

É com este desejo de colaboração que as Falintil deixam de se apresentar como Forças Armadas da Fretilin, para se afirmarem como as autênticas Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor Leste. Com o mesmo objectivo de despartidarizar a Resistência, Xanana Gusmão comunica, a 31 de Dezembro de 1988, a saída da Fretilin, para se apresentar apenas como o Comandante-em-Chefe das Falintil.

Para alargar os meios de acção contra a presença do invasor, organizaram-se nas povoações controlada pelos militares diversas redes clandestinas, que no seu conjunto formam a Organização Clandestina de Resistência. É sobretudo entre a juventude estudantil - a geração em quem a Indonésia apostava para garantir a integração - que se recrutam os elementos da rede clandestina. Realizam os contactos entre a guerrilha e as populações, transmitem as notícias no interior do território, transportam correspondência secreta, organizam acções de sabotagem. Constituem uma garantia de que os timorenses resistirão até à morte à ocupação estrangeira. Estes grupos clandestinos não só actuam no Timor Português, como estendem as suas acções ao território indonésio, sobretudo nas universidades de Jacarta e Jogyacarta, na ilha de Java, e de Denpasar, na ilha de Bali. Por exemplo, em Denpasar e Surabaya, a partir dos círculos estudantis secundários e universitários arregimentados no IMPETTU (Ikatan Mahasiswa Pelajar Timor Timur = União dos Estudantes Timorenses), organizou-se uma rede clandestina denominada RENETIL (Resistência Nacional dos Estudantes de Timor Leste). Segundo um documento, de 23 de Fevereiro de 1991, capturado ao IX Comando Militar Regional do Exército Nacional Indonésio, eram as seguintes as actividades da RENETIL:

a) «Influenciar os estudantes timorenses dando-lhes a esperança de que a luta terá êxito, de que Timor Timur será livre da Indonésia.»

b) «Divulgar e reforçar informações sobre acontecimentos em Timor Timur para o mundo exterior, segundo a sua própria versão, no interesse da política e da luta.»

c) «Contactar a Cruz Vermelha Internacional/CICV, ou outros grupos no estrangeiro, por telefone, carta e outros meios, em ordem a enviar para o exterior informações com o propósito de desacreditar o Governo indonésio e mobilizar simpatia e apoio para a "luta".»

d) «Expedir vários tipos de informação por mensageiros, jornalistas, turistas estrangeiros que vêm a Díli, Kupang, Denpasar ou outras cidades.»

e) «Divulgar e reproduzir folhetos, notícias e brochuras como material de propaganda para ganhar simpatias e para orientação dos quadros entre os estudantes universitários e do secundário em Timor Timur.»

f) «Quando estão de férias em Díli, contactam muitas vezes com os alunos SMP do Externato de Balide em Díli.»

Estas acções estudantis de timorenses, nas universidades da Indonésias, permitem divulgar entre os estudantes indonésios o problema de Timor, tendo alguns deles passado a apoiar a causa timorense e a manifestarse publicamente nesse sentido.

Em Timor, nas diversas localidade, mas sobretudo em Díli, o aspecto mais visível da acção dos estudantes revela-se pelas manifestações organizadas sempre que visitantes estrangeiros se encontram de passagem. Para um povo totalmente isolado do mundo, trata-se de uma das únicas formas de passar para o exterior o seu desejo de independência. Entre as principais manifestações, pela amplitude e reflexo que tiveram, destacam-se a que se realizou no fim da eucaristia celebrada pelo Papa João Paulo II, em 12 de Outubro de 1989; a manifestação de 400 jovens junto ao jardim do hotel em que se encontrava hospedado o embaixador dos EUA acreditado em Jacarta, a 15 de Janeiro de 1990; e a manifestação de 12 de Novembro de 1991, prevista para umas semanas antes, em que estava programada a malograda visita da delegação parlamentar portuguesa, e que, aproveitando a presença do delegado especial da ONU para os casos de tortura e de alguns jornalistas estrangeiros, redundou, como se sabe, no massacre de Santa Cruz. «Independência ou morte», lema destas manifestações, tornou-se a divisa de todos os timorenses, na sua intrépida recusa da ocupação.

E não é só pela guerrilha e pela rede clandestina que passam os esforços da luta timorense. Um dos pilares fundamentais reside na manutenção da identidade timorense, que o invasor rejeita e procura irradicar. Com esse fim, os timorenses mantêm-se firmes na preservação das suas tradições e no aprofundamento da sua cultura. Para vincar as diferenças face ao ocupante, a cultura portuguesa e a tradição católica tornaram-se elementos fundamentais da identidade timorense. Aprender o português, quase impossível a não ser nas escolas da igreja, manter os nomes e os hábitos herdados da presença portuguesa são primordiais na diferenciação face ao javanês. O cristianismo é aqui fundamental. De uma minoria de católicos em 1975, os timorenses afirmam-se, hoje, na sua quase totalidade católicos, não só porque a igreja local constitui o principal bastião da sua defesa, mas também porque ser cristão vinca a oposição aos invasores, na sua esmagadora maioria muçulmanos.

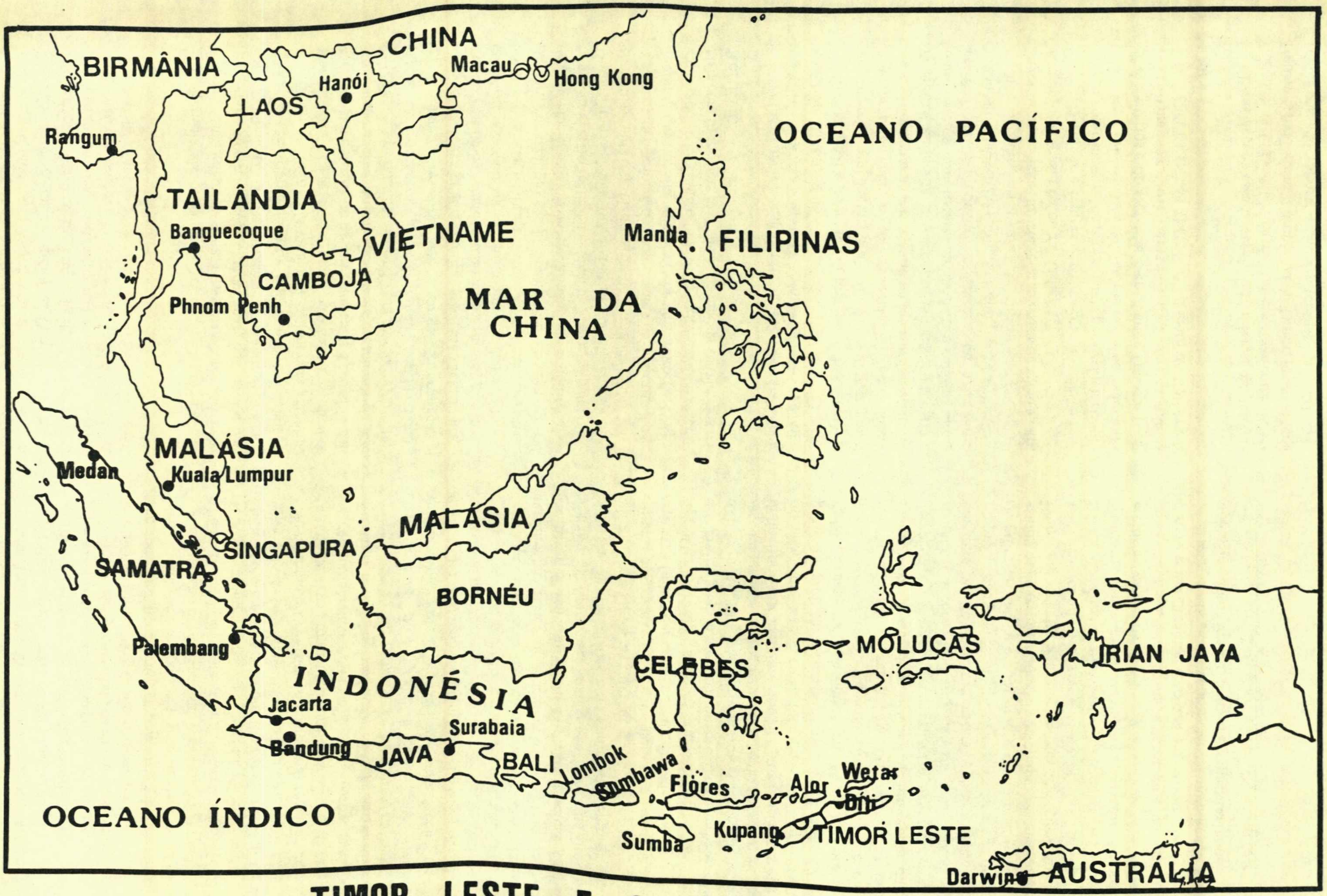
Os timorenses refugiados no exterior, principalmente em Portugal e na Austrália, representam outro sector da resistência. As suas organizações empreendem inúmeras acções de divulgação da causa timorense, editando publicações, organizando conferências, participando nas grandes reuniões internacionais de defesa dos direitos humanos, levando a efeito manifestações contra os governos indonésio, australiano e americano, e divulgando a cultura timorense. Nessas acções são hoje apoiadas por uma vasta rede de organizações de solidariedade, espalhadas pelos quatro continentes, dos Estados Unidos ao Japão, passando por diversos países europeus e mesmo africanos.

Ainda assim, muito há a fazer pela obtenção do direito à autodeterminação dos timorenses.

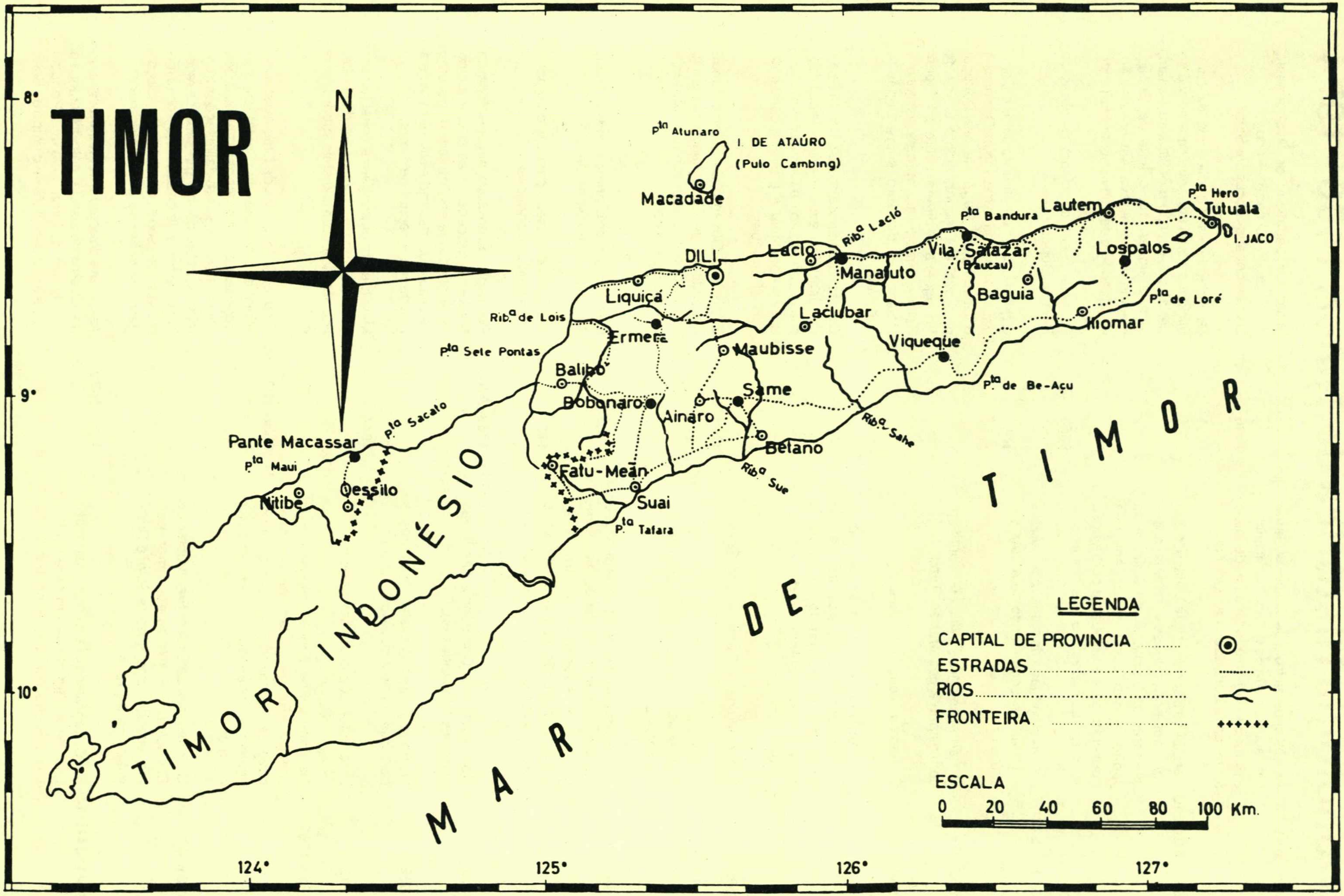
Timor Leste, de quem Portugal continua a ser a potência administrante, precisa da ajuda de todos!

Esperamos poder contar com a sua ajuda!

ESPM


CHINA
BIRMÂNIA
Macau
Hong Kong
Hanói
LAOS
Rangum
OCEANO PACÍFICO
TAILÂNDIA
Banguecoque
VIETNAME
Manila
FILIPINAS
CAMBOJA
Phnom Penh
MAR DA CHINA
MALÁSIA
Medan
Kuala Lumpur
MALÁSIA
SINGAPURA
SAMATRA
BORNÉU
Palembang
MOLUCAS
IRIAN JAYA
CELEBES
INDONÉSIA
Jacarta
Surabaia
Bandung
JAVA
BALI
Lombok
Sumbawa
Flores
Alor
Wetar
Dili
OCEANO ÍNDICO
Sumba
Kupang
TIMOR LESTE
Darwin
AUSTRÁLIA

TIMOR LESTE E O SUDESTE ASIÁTICO


TIMOR
N
8°
9°
10°
124°
125°
126°
127°
Pta Atunaro
I. DE ATAÚRO
(Pulo Cambing)
Macadade
DILI
Laclo
Ribª Lacló
Manatuto
Pta Bandura
Lautem
Pta Hero
Tutuala
I. JACO
Vila Salazar
(Baucau)
Lospalos
Baguia
Pta de Loré
Iliomar
Laclubar
Viqueque
Pta de Be-Açu
Liquiçá
Ribª de Lois
Ermera
Maubisse
Pta Sele Pontas
Balibó
Same
Bobonaro
Ainaro
Ribª Sahe
Betano
Ribª Sue
Pante Macassar
Pta Sacato
Pta Maui
Oessilo
Nitibe
Fatu-Mean
Suai
Pta Tafara
TIMOR INDONÉSIO
MAR DE TIMOR
LEGENDA
CAPITAL DE PROVINCIA
ESTRADAS
RIOS
FRONTEIRA
ESCALA
0
20
40
60
80
100 Km.

TIMOR PORTUGUÊS

Cronologia Histórica de Timor: 1498 - 1974

1498 MAI 20	As três naus da frota de Vasco da Gama fundeiam a norte de Calecut, concluindo a primeira viagem à Índia e dando início à presença portuguesa no Oriente.
1511 AGO 10	Conclui-se a conquista de Malaca, o que abriu aos portugueses o domínio sobre os mares da Insulíndia, da China e do Japão, e deu início às viagens que trouxeram para a soberania portuguesa as ilhas das Flores, Solor e Timor.
1512 - 1522	Provável chegada do primeiro português a Timor, desconhecendo-se a data e o seu nome.
1556	O Padre António Taveira é o primeiro dominicano a penetrar em Timor.
1558	É criada a Diocese de Malaca.
1561	Frei António da Cruz é enviado, com mais 12 dominicanos, para as ilhas de Solor e Timor, dando-se início à missionação sistemática das Flores, Solor e Timor.
1585	É constituída a Capitania de Solor e Timor
1597	Os holandeses estabelecem uma feitoria em Batávia.
1598	Primeira grande sublevação de gentios e muçulmanos que, rejeitando o cristianismo e a soberania portuguesa, destruíram grande parte das igrejas das flores e Solor, e mataram cerca de 25.000 católicos.
1602	Constituição da Companhia das Índias Orientais (Nerlandesas).
1605	Os holandeses conquistaram as praças portuguesas de Amboino e Tidore.
1613	Solor é tomada pelos holandeses.
1614-1631	Os padres Frei Miguel Rangel e Frei Cristovão Rangel, juntamente com mais doze companheiros dominicanos, reconstituem as cristandades das Flores, Solor e Timor.
1631	O Comissário da Ordem Frei António de S. Jacinto O.P. fixa-se em Timor, permanecendo no governo de Solor e Timor até cerca de 1644.
1641 JAN 14	Perda de Malaca a favor dos holandeses que, para além de verem fortalecida a sua posição estratégica na Insulíndia, passam a beneficiar do levantamento das ilhas do sul contra Portugal.
1646	Os holandeses reocupam Solor.
1651	Os holandeses, beneficiando da cumplicidade do rei indígena de Amory e do desleixo do capitão-mor Siqueira, tomam, sem qualquer tiro, o forte de Cupão, quando ainda estava em construção, instalando-se definitivamente em Timor.
1653	Os holandeses concluem as obras do forte de Cupão.
1661	Celebração de um acordo entre a Companhia Holandesa das Índias Orientais e o Governo da Regência em Portugal pelo qual era reconhecido à Coroa de Portuguesa o direito sobre as Flores Solor e Timor, enquanto se garantia à Holanda o domínio sobre.Cupão e Laboiana.
1662	Os frades dominicanos e o capitão-mor decidem criar o estabelecimento de Lifau, situada na região de Oecusse-Ambeno, o qual constituiu a primeira capital do Timor Português.
1701	É criado o Governo de Solor e Timor, dependente de Goa, sendo nomeado como primeiro governador António Coelho Guerreiro.
1702	Chega a Timor o primeiro governador, António Coelho Guerreiro.
1751	Tentativa de assalto contra Lifau organizado pelos holandeses.
1769 AGO 11	Por resolução do Governador António de Meneses, procede-se ao embarque do pessoal e do material da sede do governo de Lifau, com destino a Díli, para onde é transferida a capital de Timor.
1844	Macau e Timor passam a constituir um governo independente do da Índia, ficando Timor como distrito subordinado a Macau.
1850 NOV 06	O governador Lopes de Lima recebe, do Ministro Visconde de Castelões, instruçãoes para se proceder a negociações com a Holanda, sobre delimitações fronteiriças, cabendo-lhe apresentar e receber propostas de cessação e trocas territoriais, mas sob a condição da resolução definitiva caber ao governo do reino.
1851 NOV	Assinatura do acordo, sem conhecimento do governo de Lisboa, entre a Holanda e J. J. Lopes de Lima, pelo qual Portugal cedia a ilha das Flores e o grupo de Solor

	formado pelas ilhas de Solor, Adonara, Lomblem, Pantar e Alor, recebendo Portugal o enclave de Maubara e 200.000 florins em três prestações.
1856	O Distrito de Timor passa para a dependência do Estado da Índia.
1857	O Distrito de Timor passa para a dependência de Macau.
1859 ABR 20	Celebração de um tratado luso-holandês delimitação fronteiriça, reservando para Portugal a parte oriental de Timor, e os enclaves de Oécusse-Ambeno e de Naimuti, e garantindo à Holanda a posse da parte ocidental e do enclave de Manacatar.
1860 AGO 18	É ratificado o tratado luso-holandês de 20 de Abril de 1859.
1864 JAN	Díli é elevada à categoria de cidade.
1865 SET	Timor é constituido como província autónoma.
1866	Timor volta a depender de Macau.
1877	Chega a Timor o Padre António Joaquim de Medeiros, na qualidade de Vigário Geral e Superior das Missões, levando consigo sete padres do Colégio das Missões de Cernache do Bonjardim.
1879	Chegam a Timor as primeira Filhas da Caridade Canossianas, que criam uma ecola e um internato para meninas.
1880	É criado em Lahane, arredores de Díli, o primeiro colégio-internato para rapazes.
1893 JUN 10	Convenção Luso-Holandesa para supressão de alguns enclaves.
1896 OUT 21	Promulgação do Decreto que cria o Distrito Autónomo de Timor, independente de Macau.
1900	Os jesuítas entram em Timor.
1903	Os jesuítas fundam o colégio masculino de Soibada.
1904 OUT 01	Convenção Luso-Holandesa de Haia que legaliza as rectificações fronteiriças acordadas na convenção precedente.
1905	Abre o colégio feminino de Soibada.
1914 JUL 25	Sentença pronunciada pela arbitragem do governo suíço, sobre a delimitação do enclave de Oécusse, estabelecendo definitivamente as fronteiras do Timor Português.
1920	É nomeado Bispo de Macau e de Timor D. José da Costa Nunes.
1936 OUT 13	Início do funcionamento do Seminário Menor.
1940 SET 04	É Criada a Diocese de Díli, sendo nomeado para Administrador Apostólico D. Jaime Garcia Goulart.
1941 DEZ 07	Ataque japonês a Pearl Harbour.
1941 DEZ 08	Enquanto na Catedral de Díli se realizavam cerimónias religiosas em honra da Padroeira, a aviação australiana atacou, à vista da capital, um pequeno navio japonês que, navegando entre as ilhas de Lira e de Ataúro, se dirigia para aquela cidade.
1941 DEZ 17	Forças militares australianas e holandesas ocupam o território de Timor-Português.
1942 FEV 19	Início da ocupação japonesa em Timor-Português.
1943 JUN 23	O Governo de Salazar dá resposta ao pedido dos aliados para a concessão de facilidades em Santa Maria, garantindo em troca a sua colaboração nas operações de reconquista de Timor.
1944 NOV 28	Celebração de dois acordos, um com a Grã-Bretanha e os Estados Unido, outro com os Estados Unidos, relativos às facilidades concedidas aos aliados em Santa Maria e às condições da participação portuguesa nas operações de recuperação de Timor.
1945 SET 05	O Governador Manuel de Abreu Ferreira de Carvalho restabelece a sua autoridade sobre Timor, dada a derrota japonesa que se seguiu ao lançamento das bombas atómicas sobre Hiroshima e Nagasaki.
1945 SET 25	O brigadeiro australiano Dyke recebe a rendição das forças japonesas situadas na parte portuguesas da ilha, quando a 11 do mesmo mês se havia já procedido à rendição do General japonês, comandante das forças ocupantes de Timor estacionadas do lado holandês da ilha.
1964 OUT 13	Erecção canónica do Seminário Menor.
1967 FEV	Resignação de D. Jaime Garcia Goulart, sendo substituído pelo 2º Bispo de Timor D. José Joaquim Ribeiro, a quem sucede em Outubro de 1977, dois anos após a invasão indonésia, Monsenhor Marinho da Coata Lopes.
1972 DEZ 22	Publicação do Estatuto Político-Administrativo de Timor (Dec. 547/72 de 22 de Dezembro).
1974 ABR 25	A «Revolução dos Cravos» dá início ao fim da presença portuguesa no oriente, abrindo o processo de «descolonização» do Timor Português.

E S P M

Cronologia da Ocupação: 1974 - 1992

1974

Abril

25 Fim do regime ditatorial em Portugal

Maio

11 Fundação da UDT - União Democrática Timorense
20 Fundação da ASDT - Associação Social Democrata Timorense
27 Constituição da APODETI - Associação Popular Democrática Timorense

Setembro

6 Encontro entre o Primeiro Ministro australiano Whitlam e o Presidente Suharto: concordância sobre a inevitabilidade da integração de Timor na Indonésia
12 Transformação da ASDT em FRETILIN - Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente

Outubro

14 Começo da Operasi Komodo, plano indonésio de anexação de Timor-Leste

1975

Fevereiro

18 Simulação da invasão de Timor em Lampung (Sumatra)

Agosto

11 Golpe de estado desencadeado pela UDT
19 Contra-ataque liderado pela Fretilin que acaba por tomar conta da administração do território
20 Transferência da administração portuguesa de Dili para a ilha de Ataúro

Outubro

16 Assassinato, pelo exército indonésio, de 5 jornalistas (australianos) em Balibó, zona fronteiriça

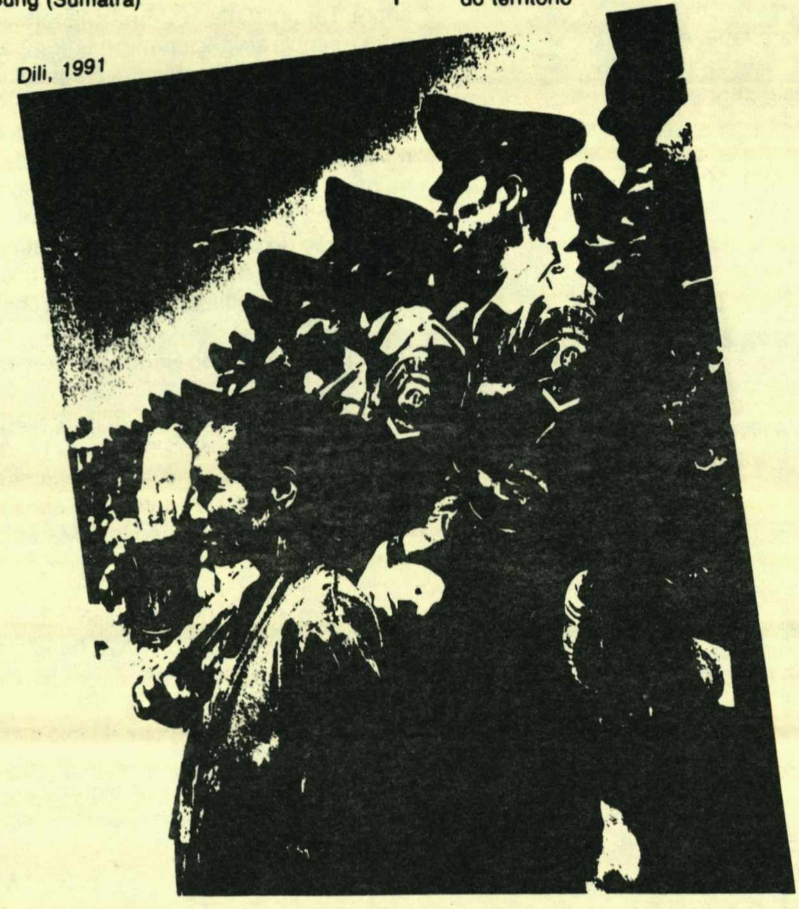
Novembro

28 Declaração unilateral da independência de Timor-Leste por parte da FRETILIN

Dezembro

6 Visita a Jacarta do Presidente dos EUA, Gerald Ford, e do Secretário de Estado Henry Kissinger
7 Invasão formal de Timor-Leste, por terra, mar e ar. Fuga de cerca de 80% da população para as zonas montanhosas, onde se organiza sob a orientação da FRETILIN e das FALINTIL (braço armado da FRETILIN). Encerramento das fronteiras de Timor ao mundo, permanecendo o território isolado durante 13 anos
8 Saída da administração portuguesa de Ataúro, de regresso a Portugal
12 Resolução 3485 da Assembleia Geral da ONU sobre Timor-Leste
22 Primeira resolução (384) do Conselho de Segurança da ONU sobre Timor-Leste, exigindo a retirada das tropas indonésias do território

Dili, 1991



1976

Janeiro

13 A Indonésia promove a formação de um «Governo Provisório» em Dili, composto por membros da UDT e da APODETI

Fevereiro

3 Proibição da existência de partidos políticos, por determinação do «Governo Provisório»

Março

31 A nova Constituição Portuguesa dedica o seu artigo 307 à «Questão de Timor-Leste».

Abril

22 Segunda resolução (389) do Conselho de Segurança sobre Timor-Leste, de teor idêntico à primeira

Maio

31 Formação pelos militares indonésios de uma 'Assembleia Popular' que pede ao Presidente Suharto a integração de Timor na Indonésia

Julho

17 Publicação do decreto presidencial que consagra, na lei indonésia, Timor-Leste como a 27.ª província da República

Outubro

9 Abertura das negociações entre os governos da Indonésia e da Austrália sobre os limites das respectivas fronteiras marítimas

Dezembro

1 Resolução 3153 da Assembleia Geral da ONU (semelhante à anterior)

1977

Setembro

Começo das grandes «campanhas de cerco e aniquilamento» visando destruir a resistência timorense e obrigando à rendição em massa das populações que acompanhavam as FALINTIL

Novembro

28 Resolução 3234 da Assembleia Geral da ONU (semelhante às anteriores)

1978

Maio

12 Primeiras cartas de timorenses que falam de campanhas de esterilização forçada

Dezembro

12 Fim das transmissões da Rádio Maubere, único meio de comunicação entre a Resistência armada e o mundo exterior

13 Resolução 3339 da Assembleia Geral da ONU (semelhante às anteriores)

22 Reconhecimento *de jure* da integração de Timor-Leste na Indonésia, por parte do governo australiano

31 Morte em combate do Presidente da FRETILIN, Nicolau Lobato.

1979

Março

24 Primeira autorização para uma visita do Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV)

Julho

A Indonésia divulga o seu censo populacional. É internacionalmente reconhecido que cerca de 1/3 da população timorense fora dizimada pela guerra e pela fome

Novembro

2 Publicação das primeiras fotografias que revelam a fome generalizada em Timor-Leste (Peter Rodgers, correspondente do «Sidney Morning Herald»)

21 Resolução 3440 da Assembleia Geral da ONU (semelhante às anteriores)

Dezembro

25 Acusações de que o exército indonésio usa *napalm* em Timor-Leste (jornal «Times»)

1980

Janeiro

16 Designação de Timor-Leste como destino oficial de populações transmigrantes das ilhas indonésias de Java e Bali

Junho

10 Ataque das FALINTIL ao emissor da televisão e ao paiol de Dili

Novembro

11 Resolução 3527 da Assembleia Geral da ONU (semelhante às anteriores)

Dezembro

9 Saída do CICV de Timor-Leste, por exigência dos ocupantes

1981

Começo da Operasi Keamanan, envolvendo milhares de timorenses forçados a servir de «escudo humano» à frente do exército indonésio

Novembro

24 Resolução 3650 da Assembleia Geral da ONU (semelhante às anteriores)

Dezembro

20 Recomeço das actividades do CICV, tendo agora como preocupação o campo de concentração instalado na ilha de Ataúro (cerca de 4.000 pessoas, de acordo com o próprio CICV)

Reorganização da resistência armada, sob o comando de Xanana Gusmão, liderada pela FRETILIN

1982

Abril

2 Criação, na Assembleia da República, da Comissão Eventual para Acompanhamento da Situação em Timor-Leste

Maio

4 Eleições em Timor-Leste, no contexto das eleições gerais indonésias nas quais os timorenses são obrigados a participar: os resultados da «27 Província» são os primeiros a ser anunciados e dão 98,8% ao partido oficial, controlado pelo militares, o Golkar

Novembro

23 Aprovação da resolução 37/30 na Assembleia Geral da ONU solicitando ao Secretário-Geral que «inicie consultas com todas as partes directamente envolvidas» com vista a conseguir uma solução negociada para Timor-Leste

1983

Março

23 Acordo de cessar-fogo assinado entre o Comandante-em-Chefe das FALINTIL, Xanana Gusmão e o Chefe das Forças Armadas indonésias estacionadas em Timor-Leste, Coronel Purwanto

Maio

16 Resignação de Mons. Martinho da Costa Lopes, Administrador Apostólico de Dili, por pressão do Vaticano

Agosto

8 Quebra do cessar-fogo e lançamento de uma nova ofensiva militar indonésia, Operasi Persuatan

21 Massacre de Kraras, um dos mais bem documentados e no qual foram assassinadas cerca de 300 pessoas

1984

Fevereiro

24 Notícia dos primeiros julgamentos políticos em Dili, realizados sem qualquer possibilidade de defesa para os réus

Março

31 Anúncio da preparação de conversações entre Portugal e a Indonésia sob os auspícios do Secretário-Geral da ONU, no âmbito da resolução 37/30 da ONU

Maio

Julgamento de 23 timorenses acusados de «cumplicidade com a FRETILIN»: sentenças entre 2 e 17 anos

Agosto

23 Anúncio de que 500 «camponeses modelo» das ilhas de Bali e Java serão fixados na costa sudoeste de Timor-Leste

1985

Janeiro

1 Documento assinado pelo Conselho Presbiteral da Diocese de Dili, denunciando a violação dos direitos humanos e a indonesianização forçada da sociedade timorense

Março

20 Anúncio da fixação de mais 750 famílias de Java e Bali na região sul de Timor-Leste

Agosto

18 Reconhecimento oficial da soberania indonésia sobre Timor-Leste, por parte do governo australiano

Setembro

24 Primeiros contactos oficiais entre delegações de Portugal e da Indonésia, sob os auspícios do Secretário-Geral da ONU

Dezembro

9 Anúncio oficial da decisão dos governos de Jacarta e Camberra de partilharem os recursos petrolíferos do Mar de Timor

1986

Março

31 Formação da Convergência Nacionalista Timorense (CNT), plataforma política acordada entre dirigentes da FRETILIN e da UDT no exterior do território

Outubro

3 Abertura oficial da universidade de Dili. Pedido de asilo político na embaixada da Holanda de 4 jovens timorenses a estudar na Indonésia

1987

Março

20 Lançamento de nova ofensiva militar indonésia em Timor-Leste

30 Nomeação de três vice-governadores de Timor- Leste, todos militares indonésios

Abril

23 Eleições em Timor-Leste, no contexto das eleições gerais indonésias, repetindo-se a farsa de 1982

Julho

14 Primeira grande manifestação pública (em Dili durante dois dias) dos estudantes timorenses contra a discriminação de que são alvo no acesso ao ensino.

Setembro

4 Nomeação de Mário Carrascalão para um segundo mandato de 5 anos como Governador da «27.ª Província»

Novembro

11 Distribuição clandestina, em Dili, de panfletos contra a ocupação indonésia

Dezembro

24 Hasteada em Dili a bandeira portuguesa, durante a costumada visita do General Beni Murdani à cidade, no Natal. Segue-se uma violenta repressão

1988

Fevereiro

18 Convite formal do Parlamento indonésio (DPR) para que uma delegação parlamentar portuguesa visite Timor-Leste numa «missão de observação»

Julho

Manifestações públicas de estudantes em Dili, contra a discriminação dos timorenses no ensino

Novembro

2 Declaração do porta-voz do Departamento de Estado norte-americano afirmando a aceitação da integração de Timor-Leste na Indonésia, embora reconhecendo não ter havido um acto válido de autodeterminação

Dezembro

12 Visita de Suharto a Timor-Leste: cerca de 3.000 pessoas são presas antes, durante e depois da visita

1989

Março

Início de nova 'operação de limpeza' levada a cabo pelas autoridades militares em todo o território

Junho

O Instituto para a Defesa dos Direitos Humanos (instituição indonésia sediada em Jacarta) escreve ao Chefe do Estado Maior das Forças Armadas questionando publicamente a violação dos direitos humanos em Timor-Leste

Agosto

18 O Conselho Nacional da Resistência Maubere (CNRM) anuncia a reorganização da FRETILIN. Xanana Gusmão sai da FRETILIN, continuando a assumir a chefia das FALINTIL, que se tornam uma força nacional apartidária

Setembro

7 Uma centena de timorenses que estudam em várias universidades indonésias assinam uma carta a Perez de Cuellar pedindo a retirada imediata das forças de ocupação

Outubro

5 É dado a conhecer o Plano de Paz da resistência timorense, subscrito por Xanana Gusmão

12 Visita do Papa a Dili

Dezembro

11 Assinatura entre a Austrália e a Indonésia do acordo de partilha do petróleo do Mar de Timor

1990

Janeiro

17 Manifestação de jovens timorenses aquando da visita a Dili do embaixador americano em Jacarta, John Monjo

Fevereiro

6 Ouve-se pela primeira vez, através da TSF, a voz do líder da resistência timorense, Xanana Gusmão

Reunião do Ministro da Defesa indonésio, General Murdani, com 400 funcionários públicos em Dili, durante a qual ameaça «exterminar» todos os que se opuserem à integração

Setembro

4 Manifestação nacionalista no final da cerimónia religiosa comemorativa dos 50 anos da Diocese de Dili

27 Primeira entrevista directa de Xanana Gusmão a um jornalista: o australiano Robert Donn

1991

Fevereiro

22 Portugal apresenta uma queixa no Tribunal Internacional de Justiça contra o Tratado do Timor Gap

Setembro

4 Primeiras imagens filmadas em vídeo mostram a resistência armada timorense e o seu dirigente Xanana Gusmão

18 As Nações Unidas anunciam oficialmente o acordo obtido entre os Governos de Portugal e da Indonésia para a visita de uma Delegação Parlamentar Portuguesa a Timor-Leste

José Ramos-Horta é nomeado pelo CNRM como seu representante especial no exterior

Outubro

26 Lisboa anuncia oficialmente a suspensão da visita parlamentar portuguesa a Timor-Leste

28 Assassinato de dois jovens timorenses pelas forças de ocupação na igreja de Motael

Novembro

12 Massacre de Santa Cruz: mais de 150 jovens timorenses assassinados pelo exército da indonésia.

Comissão para os Direitos do Povo Maubere (CDPM)

Sven Kochs

Venilale (Este), 1991

CAPÍTULO II

INDONÉSIA E TIMOR

1ª Parte

A Indonésia: Um gigante com pés de barro.

Independente desde 1945

Ex-colónia holandesa, declarou unilateralmente a independência, em 17 de Agosto de 1945, no fim da 2ª Guerra Mundial. Quando a Holanda pretendeu retomar o controlo do território que esteve ocupado durante três anos pelos japoneses, um forte movimento de guerrilha, liderado por Ahmed Sukarno, opôs-se-lhe.

A Holanda viu-se obrigada a reconhecer a independência em 1949, criando-se a União Holando-Indonésia que se desfez em 1956, com total separação dos dois estados.

Um Gigante...

Com cerca de 165 milhões de habitantes (em 1985) a Indonésia é a quinta nação do mundo em população. Além disso é dos países onde esta continua a crescer mais rapidamente - cerca de 3.000.000 de habitantes de aumento anual, nos últimos anos.

Número de habitantes (em milhões) das sete nações mais populosas do mundo em 1980:

China	1.007
Índia	698
U.R.S.S.	268
E.U.A.	230
Indonésia	151
Brasil	121
Japão	118

A sua superfície de perto de dois milhões de Km^2 distribui-se por mais de treze mil ilhas - das quais perto de 3.000 habitadas - numa extensão de cerca de 5.000 Km ao longo do equador.

É uma nação muito rica em petróleo (mais de 70% das exportações), madeiras (7%), borracha (5%), minérios de estanho, níquel, alumínio, urânio e cobre, além de ter um solo excelente e regado por abundantes chuvas, na maior parte do território.

Os seus principais parceiros económicos são o Japão, os Estados Unidos da América, Singapura, R.F.A. e Holanda.

Cerca de 2/3 da população vive na ilha de Java, cuja Área é pouco maior que Portugal e onde a densidade populacional é das maiores do mundo.

Daí os programas de transmigração para as ilhas menos povoadas, nomeadamente para a Papua (Nova Guiné) Ocidental e, mais recentemente, também para Timor-Leste.

... Com Pés de Barro:

Diferenças culturais separam os javaneses de povos não islamizados doutras ilhas, que procuram resistir á dominação dos primeiros.

Tal é o caso, por exemplo, da Guiné Papua Ocidental, que os Indonésios designam por Irian-Jaya e consideram a sua 26ª província.

Irian-Jaya

Este território que também foi colónia holandesa, tinha um estatuto diferente das restantes "Índias Orientais Holandesas".

Foi integrado na Indonésia em 1969, na sequência de um "acto de livre escolha" inteiramente controlado pelas forças armadas Indonésias, e a que os papuanos chamam, por isso, "acto de não escolha".

Desde então implantou-se a guerrilha.

Apesar do enorme atraso civilizacional e da falta de armas, em Fevereiro de 1984 a OPM (Movimento de Libertação da Papua Ocidental) ataca as principais cidades do território e iça a sua bandeira em frente do Parlamento Regional, no centro da capital do território, Jayapura.

Só o envio de cerca de 10.000 paraquedistas e comados aerotransportados permitiu, ao fim de mais de um mês de combates, restabelecer o controlo das cidades e seus arredores.

Nas montanhas e nas imensas florestas do território a resistência continua activa. A sua população, de origem melanésia (tal como os povos de outras ilhas do Pacífico) não se considera Indonésia.

Molucas do Sul

Em Maio de 1950, as Molucas do Sul, predominantemente cristãs, declararam a sua indpendência. Três meses depois (15/08/50) a Constituição dos Estados Unidos da Indonésia, de tipo federativo, foi substituída por uma constituição que define a Indonésia como um estado unitário.

Seis meses depois (Novembro 1950) as tropas Indonésias conseguem esmagar, pela força, o movimento separatista sul molucano. As tendências autonomistas, porém, mantêm-se.

Acheh (ou Atièh ou Aceh)

Reino do norte da ilha de Sumatra, convertido ao islamismo desde 1416 e cujo apogeu se situa no período 1607 a 1636, estendeu o seu domínio a grade parte do arquipélago com excepção de Java e das ilhas orientais, tais como Papua, Timor, Flores, etc.

A dinastia dos sultões de Acheh durou até 1903 e a tradição teocrática (do estado muçulmano) mantem-se.

A oposição fundamentalista muçulmana continua forte e impede que a dominação javanesa seja completa.

Outros movimentos autonomistas e fundamentalistas

No centro-oeste da ilha de Java o Movimentoo Negara Där ul Islam manteve um quase estado islâmico de 1948 a 1962.

Depois disso o movimento tem desenvolvido acções de força que incluíram desvios de aviões, etc...

No sul das Ilhas Sulawesi (Celebes) e em Kalimantam (Bornéu), também existem movimentos islâmicos fundamentalistas importantes, e uma guerrilha pouco activa mas incómoda no interior das mesmas ilhas.

Um Governo Militar ...

Embora os movimentos islâmicos tenham sido fundamentais no desenvolvimento dos sentimentos nacionalistas e independentistas, o certo é que, apàs a declaração da independência o exército e o PKI (Partido Comunista Indonésio, pró-chinês) foram os principais apoios do regime, liderado por Sukarno.

Um golpe militar, em 1965, apoiado por movimentos islâmicos, dá ao exército um controlo total da situação. O general Suharto assume a chefia do novo regime. Mais de meio milhão de mortos, sobretudo comunistas mas também camponeses pobres sem filiação partidária, mostram a violência com que o novo regime se impõe.

A quase totalidade dos postos de chefia (membros do governo, administradores de empresas e até embaixadores) são atribuídos a militares.

Mais uma vez, os movimentos muçulmanos, que tanto contribuíram para a viragem, passam para segundo plano. Os militares, receosos do seu poder, procuram dividir e controlar os adeptos do estado islâmico, prendendo e matando alguns dos seus principais dirigentes.

... Que Quis mostrar a Sua Força Esmagando o Povo de Timor-Leste

É neste quadro que se deve ver a invasão e ocupação de Timor-Leste.

Os falcões do regime recearam o "mau exemplo" que poderia ser, para outros movimentos autonomistas, um Timor-Leste independente.

Pensaram, além disso, que a pequenez e fraqueza do Povo Maubere lhes proporcionava uma excelente oportunidade de mostrar a sua força. Supunham, eles, que em poucos dias conquistariam o território e que poderiam depois mostrar aos outos movimentos autonomistas o que lhes aconteceria se ousassem levantar a cabeça.

O general Suharto, Presidênte da Indonésia, parece ter pressentido os riscos da aventura. Mas os falcões do regime, nomeadamente os generais Murtopo, Yoga Sugama (Chefe dos Serviços Secretos) e Beny Murdani, avançam com a Operasi Komodo, em Outubro de 1974, com o objectivo de desestabilizar a situação em Timor-Leste e criar pretextos para a invasão.

Afinal a "lição" exemplar tornou-se numa terrível dor de cabeça para o exército indonésio que, ao fim de dezasseis anos de massacres sem resultado, se inclina para uma solução política onde o dinheiro e o desenvolvimento possam conseguir o que as armas não alcançaram: conquistar o Povo Maubere.

Infelizmente as propostas apresentadas, alguns meses antes, por dirigentes da então ASDT (mais tarde Fretilim) com vista a uma independência de Timor-Leste, em que admitia a possibilidade de deixar a Jakarta a definição política internacional e de defesa, nunca foi considerada com a devida atenção. Para os falcões do regime não interessava uma solução política, por mais moderada que ela fosse. Interessava, isso sim, mostrar a sua força, "dar uma lição" que, pelo seu horror, impedisse outras "aventuras" independentistas.

E foi de facto um horror aquilo que fizeram ...

2ª Parte.

A Indonésia: Uma Nação Islâmica Onde os Muçulmanos São Reprimidos

2.1 - A Maior Nação Islâmica do Mundo

O Pancasila (ou Pantja Sila), isto é, os cinco princípios básicos do Estado Indonésio obrigam todos os cidadãos a acreditar num Deus supremo e a ter uma das cinco religiões reconhecidas: islamismo, protestantismo, catolicismo, budismo ou hinduísmo.

Tendo em conta esta imposição, 87% dos Indonésios declararam-se Muçulmanos aquando do senso de 1980.

A ser verdadeira esta estatística, a Indonésia seria a mais populosa nação Islâmica do mundo.

2.2 - Um Islamismo Impregnado de Crenças Animistas

Estes números, no entanto, devem ser vistos com ponderação. De facto, a penetração do islão na Indonésia, foi tardia, lenta, pacífica e, na maior parte dos casos, superficial e incompleta. A maior parte dos Muçulmanos Indonésios, dos mais humildes aos mais categorizados, mistura a sua fé em Allah, com as suas crenças animistas ou hindo-budistas.

Os dois Presidentes Indonésios, Sukarno e Suharto tiveram (e Suharto continua a ter) os seus "gurus", depositando neles maior confiança do que nos seus conselheiros Muçulmanos.

2.3 - A Religião Muçulmana Penetrou Tardia e Lentamente

Se no norte de Sumatra se podem assinalar missionários árabes, a partir de século XII, de facto só no século XV é que Java, Bornéu, Kalimantan e outras ilhas Indonésias se começaram a converter ao islamismo.

Quando os portugueses e holandeses chegaram às Índias Orientais encontraram a Ilha de Sumatra praticamente islamizada, bem como as zonas costeiras de muitas outras com excepção das ilhas mais orientais (tais como Timor).

Em algumas destas ilhas houve conversões de povos animistas ao cristianismo, sem nunca terem conhecido o islamismo.

2.4 - Teocracia e Sincretismo

Enquanto alguns reinos se tornaram estados islâmicos, nos séculos XV a XVII, em muitas outras regiões, a crença em Allah misturou-se com o misticismo javanês e com as crenças animistas, hinduístas ou budistas.

E, numa mesma região coexistiam, muitas vezes, os "Santri", que pregavam os ensinamentos do islão, e os "Priyayi", classe de administradores e burocratas que, embora parcialmente islamizados, mantinham vivas as raizes culturais pré-Islâmicas.

2.5 - Colonização Holandesa e Ocupação Japonesa

Os colonizadores holandeses empregaram muitos destes aristocratas e burocratas na administração colonial e mesmo nas forças militares, enquanto os muçulmanos "santri" permaneciam fieis à pureza da sua fé, não se integrando no sistema, antes lutando, por vezes, contra ele.

O primeiro grande movimento popular anti-colonial foi o "Sarikat Islam" que, de 1912 a 1922, fez despertar a consciência nacional de uma Indonésia Islâmica. Mas esta identificação Muçulmana mostrou-se tão frágil quanto a fé da maior parte dos Indonésios. Pouco depois, o Partido Comunista Indonésio (PKI) retoma o projecto nacionalista, mas numa base ideológica completamente diferente.

A Ocupação japonesa, de 1942 a 1945, é a grande oportunidade para a aristocracia e os burocratas "priyayi" com uma fé mais próxima das raizes culturais do povo, desenvolverem as suas forças militares, com o apoio japonês. O general Suharto, Presidente da Indonésia, o general Yoga Sugama (um dos principais responsáveis pela invasão de Timor-Leste) e outros dirigentes Indonésios do pós-guerra e actuais, iniciaram, com os japoneses, a sua formação militar.

2.6 - O Permanente Conflito entre a Aristocracia militar e o Islão

Apesar dos japoneses terem favorecido o desenvolvimento de forças armadas lideradas pela aristocracia "priyayi", pouco ortodoxa, e que, no passado, tinha constituído a classe burocrática ao serviço dos holandeses, o principal apoio e colaboração com o ocupante veio de dirigentes Muçulmanos. Estes últimos, que nunca se integraram no sistema colonial, e que os holandeses sempre procuraram enfraquecer, depois da última Grande Guerra tornaram-se mal vistos por grande parte da população Indonésia, que também não apreciou a Ocopação japonesa, nem a colaboração dos dirigentes muçulmanos com ela.

A oposição entre a classe aristocrática e burocrática, e os dirigentes muçulmanos mais ortodoxos, manteve-se apesar de uns e outros lutarem, de 1945 a 1949, contra o colonizador holandês que pretendia regressar ao território.

2.7 - Recusa do Estado Islâmico

Sukarno, ao definir o Pancasila como base ideológica do estado Indonésio, recusa a criação de um estado islâmico. Quando em 1965, Suharto assume o poder, na sequência de um golpe militar que opõe o exército ao PKI (as duas principais forças em que se apoiava Sukarno), dirigentes e movimentos islâmicos anti-comunistas apoiam-no, aplaudindo a viragem. Mas, ao contrário do que esperavam, os militares não lhes concedem grandes poderes.

O estado continua a não ser islâmico e, uma vez aniquilado o PKI, uma das principais preocupações dos dirigentes Indonésios tem sido, exactamente, controlar, domesticar, ou mesmo destruir os movimentos islâmicos mais ortodoxos e activos.

2.8 - A Lei das Associações

É no contexto desta luta do exército contra os movimentos islâmicos que, em Agosto de 1982, Suharto anuncia a Lei das Associações, que obrigará todas as associações políticas, religiosas, sociais, etc., a ter o Pancasila como a sua única ideologia e princípio. Progressivamente, a lei vai sendo implementada e regulamentada, enquanto vão aumentando os poderes do governo para destituir e impor dirigentes a essas associações, para as destruir ou aglutinar noutras mais vastas e totalmente controladas pelos militares no governo.

2.9 - "Salvar a democracia"

A partir de Agosto de 1984 começa a circular na Indonésia um panfleto com o título de "Salvar a democracia", contendo artigos assinados por importantes dirigentes das três principais correntes político-sociais Indonésias:

Mohammade Sanusi Hardjadinata, ex-dirigente do Partido Nacionalista Indonésio (PNI), o mais votado nas últimas eleições livres que houve na Indonésia (em 1955) e presidente até 1980 do PDI, partido resultante da fusão, imposta pelo Governo, do Partido Nacionalista com o Partido Cristão;

Mohamad Natsir, ex-chefe do Partido Muçulmano (modernista) Masyumy Party, o segundo partido mais votado nas eleições de 1955; e o

General (na reserva) Nasution que foi várias vezes ministro, ex-primeiro ministro, ex-comandante em chefe das Forças Armadas Indonésias, um dos principais responsáveis pelo massacre dos membros do PKI (Partido Comunista Indonésio) depois do golpe de 1965 que pôs

Suharto no poder.

Neste panfleto protestam contra a "Lei das Associações" e outras quatro leis, então em discussão no Parlamento, as quais, uma vez aprovadas, fecham completamente as portas a qualquer evolução democática do regime.

Dirigentes dos Conselhos das cinco religiões (protestantes, católicos, Muçulmanos, budistas, hinduístas) manifestam, igualmente, a sua apreensão perante as novas leis.

2.10 - O Massacre de Muçulmanos em Setembro de 1984

Alguns pregadores Muçulmanos protestaram contra a "Lei das Associações", aparecendo inscrições, a atacá-la, junto de mesquitas, ao mesmo tempo que eram distribuídos panfletos anti-governamentais e em defesa da democracia.

Em princípios de Setembro de 1984 o exército Indonésio prende alguns Muçulmanos junto da mesquita de Rawa Badak, na capital. Poucos dias depois, em 12/9/84, uma multidão que exigia a libertação desses presos, é brutalmente massacrada, em Tanjung Priok (Jakarta). Cerca de sessenta mortos e numerosos feridos É o balanço desse trágico incidente.

Um dos primeiros a serem assassinados pelas tropas comandadas directamente pelo general Benny Murdani, foi o dirigente muçulmano Amir Biki. Conhecido por ter comandado o batalhão dos estudantes universitários que, em 1965, ajudou o general Suharto a estabelecer a "Nova Ordem", Amir Biki fora já noutras ocasiões o mediador entre Muçulmanos e as autoridades. Mas desta vez as tropas do regime não estiveram com contemplações nem tentaram o diálogo, preferindo actuar brutalmente e abater mesmo um ex-apoiante importante como Amir Biki.

2.11 - A "petição dos cinquenta"

Quatro dias depois deste massacre um grupo de cinquenta políticos e generais reformados, pede um inquérito aos incidentes de Tanjung Priok.

Ao mesmo tempo chamam a atenção para o facto de haver um crescente sentimento de revolta pelo facto do governo não respeitar a Constituição de 1945, nomeadamente ao impôr o Pancasila, como único princípio, a todas as associações políticas, religiosas ou sociais.

O mais importânte neste documento é o peso das personalidades que o assinam, entre as quais se contam três ex-ministros, (Sjafruddin Prawiranegara, ex-ministro das finanças; Burhanuddin Harapan, ex-primeiro ministro; H. M. Sanusi, ministro da industria do 1º governo de Suharto de 1966 a 1968), e vários generais reformados, entre os quais Ali Sadikin, da marinha (ex-governador de Jakarta); Hugeng (chefe da polícia até 1972); general Azis Saleh; general Suyitno Sukitno e o general H. R. Dharsono que foi secretário-geral da ASEAN (Associação dos Países do Sudeste da Ásia) até ser demitido exactamente por ter assinado a "Petição dos cinquenta".

2.12 - A instabilidade social e política a partir de Setembro de 1984

Depois do massacre de Setembro de 1984 o governo passou a proibir os sermões nas mesquitas a quem não tivesse uma autorização especial para o efeito.

Mais de cento e trinta "mestres" Muçulmanos foram presos, enquanto o general Murdani fazia reuniões com muitos outros em diversas regiões em Java, aconselhando-os a não criticar o governo e ameaçando-os caso o fizessem.

Enquanto decorriam os julgamentos de pessoas envolvidas nos incidentes de Setembro, explodem bombas e são incendiados bancos, fábricas, super-mercados e lojas de luxo, ao longo do mês de Outubro de 1984.

Na noite de 20 para 21 de Janeiro é a vez do maior templo budista do mundo - o templo de Borobudur - na zona central da ilha de Java, que é parcialmente destruído por nove explosões.

Alguns membros proeminentes da "Petição dos cinquenta" são também julgados e condenados. Entre eles o ex-ministro da indústria H. Mahamad Sanusi, de 64 anos que foi condenado a 19 anos de prisão em Maio de 1985.

Em Junho e Julho de 1985, os incêndios continuam. Em 20 de Julho é a vez da Rádio República da Indonésia no centro de Jakarta.

Deste modo crescem a repressão e a instabilidade, neste país, onde o regime militar endurece à medida que vai perdendo apoios, nomeadamente entre Muçulmanos, os nacionalistas, os intelectuais e os próprios militares, e ao mesmo tempo que se desenvolvem na clandestinidade correntes que defendem a democratização do regime.

3ª Parte

Os Militares na Indonésia

3.1 - A Omnipresença dos Militares

Em 7 de Julho de 1984 S.S. o Papa João Paulo II recebia as credenciais do novo Embaixador da Indonésia no Vaticano, e exprimia-lhe as preocupações da Santa Sé pela situação em Timor-Leste afirmando, a dado passo, esperar que "seria dada uma atenção particular - em todas as circunstâncias - à identidade ética, religiosa e cultural das populações".

O jornal do Vaticano (Observatore Romano) na sua edição hebdomadária de 24.7.84 apresentava o novo Embaixador Sastrapoespita nos termos que se seguem (traduzimos na íntegra):

«Nascido em Surakarta (Java Central, Indonésia), em 31.1.1926; Casado, tem um filho; Fez os seus estudos na Faculdade de Direito, junto da Universidade Islâmica da Indonésia, em Surakarta; Possui o grau mais elevado de General, é oficial da política, de carreira, sector onde, de 1948 a 1982, ocupou diferentes postos.

Em 1962 frequentou a Academia do Serviço Nacional de Investigações, em Manila.

Em 1968 fez parte do Comando da Escola de Polícia.»

E é este o currículo completo do Embaixador da Indonésia no Vaticano. Javanez, de formação islâmica, general, com toda a sua vida profissional (de 1948 a 1982) dedicada ao serviço da polícia!...

De facto o governo da Indonésia não podia ter escolhido melhor o seu representante na Santa Sé. Ele é bem o símbolo da Indonésia de hoje!

Presentemente, com efeito, quase todos os lugares importantes no governo (incluindo o Ministro da Justiça) na administração nacional e regional e nas empresas, quer públicas quer privadas são ocupados por generais ou oficiais superiores das Forças Armadas Indonésias, que tudo dirigem e tudo controlam...

3.2 - Sem Tradição Militar

No entanto, a Indonésia é uma nação sem grande tradição militar. A influência hindu, e os contactos com os comerciantes chineses foram ambas de molde a não prestigiar a profissão das armas.

Naturalmente que houve guerras, nas ilhas da Indonésia, nomeadamete em Java, onde vários reinos lutaram pela sua hegemonia. A constituição de impérios, nomeadamente do maior deles todos, que foi o de Majapahit ou de Modjopahit, no século XIV, que se estendeu de Java a Bali e de Sumatra às zonas costeiras de Bornéu (Kalimantan) e doutras ilhas, não se fez sem guerras . A existência de uma importante força naval era imprescindível, dada a multiplicidade de ilhas que o integravam.

Mas, mesmo no interior de cada ilha, era impossível a constituição de uma classe guerreira comparavel à dos povos das planícies euro-asiáticas.

A dificuldade das comunicações, devida à densidade das florestas, às montanhas vulcânicas no interior de Java e doutras ilhas, e os pântanos das planícies junto ao mar, onde se cultivava facilmente o arroz e a terra produzia abundantes frutos, levaram a um relativo isolamento das comunidades locais, dificultando ao mesmo tempo, a constituição de exércitos e a realização de grandes campanhas militares.

A própria introdução do islamismo na Indonésia foi também por todas estas razões, geográficas e culturais, relativamente pacífica, efectuando-se lenta e progressivamente a partir das costas onde aportavam os comerciantes árabes, conforme já vimos na segunda parte.

3.3 - Um Exército Nascido da Ocupação Japonesa...

Naturalmente que aos colonizadores holandeses não convinha a constituição de exércitos locais importantes. Convinha-lhes, isso sim, dispor de forças leais - muitas vezes constituídas por sul-molucanos ou outros povos cristãos - que ajudassem a combater reinos insubmissos, mais ou menos islamizados, na maior parte dos casos.

A Ocupação japonesa, em princípios de 1942, vai levar à libertação de líderes nacionalistas, nomeadamente Sukarno, Hatta e Sjahrir, que tinham sido presos pelo holandeses. E em 1943 as autoridades japonesas, desejando continuar a apresentar-se como "irmãos asiáticos" que "libertaram" a Indonésia da dominação europeia, permitem a criação de um movimento nacional e de "um exército para a defesa da pátria". Em Outubro de 1943 criam mesmo um força de "jovens voluntários" indonésios, à qual dão um treino militar intenso, com vista a criar um corpo de guerrilha capaz de resistir a qualquer tentativa de invasão dos "aliados".

Em 7 de Setembro de 1944, perante dificuldades noutras frentes de batalha e a imperiosa necessidade de continuar a explorar as riquezas naturais da Indonésia, o Primeiro Ministro japonês promete a independência, para um futuro próximo. Com estas cedências foi conseguindo controlar a oposição crescente que, na Indonésia como noutras regiões, se ia desenvolvendo contra a Ooupação nipónica.

3.4 - ... Que se Desenvolve com a Guerra da Independência (1945-1949)

Quando o Japão capitulou, em 15 de Agosto de 1945, a prometida independência ainda não tinha sido concedida. Antes porém que as tropas aliadas (britânicas, neste caso) entrassem para reocupar o país, Sukarno declara a independência da Indonésia, em 17 de Agosto de 1945.

Quando a Holanda pretende retomar o controlo da sua ex-colónia, encontra a oposição da grande maioria da população, e a resistência dos "jovens voluntários" e do exército que tinham sido treinados e armados pelos japoneses.

É no meio de certa confusão que, ao longo de quatro anos, se vão desencadeando acções militares, conversações de paz, movimentos autonomistas apoiados pelos holandeses (com vista a dividir a resistência nacionalista) e de novo a guerra... até ao reconhecimento oficial, pela Holanda, dos Estados Unidos da Indonésia feito em 27 de Dezembro de 1949.

A força de "voluntários" criada pelos japoneses, e que contaria com cerca de 60.000 jovens no fim da II Guerra Mundial, vai crescendo, durante estes quatro anos de luta, até atingir um número da ordem dos 300.000 homens, em 1949.

Isto sem contar com um número indeterminado de resistentes anónimos e organizados em pequenos grupos, à margem de qualquer estrutura militar mais ampla.

3.5 - As Eleições de 1955 e o Colapso da Democracia

Uma vez reconhecida a independência, os políticos civis Indonésios entendem que devem ser eles a decidir em todos os campos da política, inclusivé nos assuntos da defesa - como em quaquer país civilizado - e pretendem diminuir o número de efectivos militares, que baixam de facto para cerca de 200.000, em finais de 1950. A partir daí não conseguem reduzir mais esse número porque a oposição militar cresce, criando conflitos, por vezes graves, nalgumas zonas do território.

O primeiro governo do estado (1950/1951) é presidido por um civil, Mohammad Natsir, dirigente do partido muçulmano modernista Masyumi, (e um dos três subscritores do documento de 1984 " em defesa da Democracia") e tem vários membros do Partido Socialista Indonésio. O sistema político que pretendia implantar baseava-se no modelo das democracias parlamentares ocidentais.

Dificuldades várias fizeram com que as primeira eleições - que foram de facto livres e democráticas - se realizassem apenas em Setembro de 1955. Nelas votaram 91,5% dos mais de quarenta milhões de votantes inscritos, e os resultados são os do quadro seguinte:

PARTIDO	VOTOS	% Votos	LUGARES	% Lugares
PNI	8.434.653	22.3	57	22.2
Masyumi	7.903.886	20.9	57	22.2
NU	6.955.141	18.4	45	17.5
PKI	6.176.914	16.4	39	15.2
PSII	1.091.160	2.9	8	3.1
Parkindo	1.003.325	2.6	8	3.1
Partai Katolik	770.740	2.0	6	2.3
PSI	753.191	2.0	5	1.9
Murba	199.588	0.5	2	0.8
Outros	4.496.701	12.0	30	11.7
TOTAL	**37.785.299**	**100.0**	**257**	**100.0**

As acentuadas diferenças entre os dois partidos Muçulmanos, Masyumi e NU (Nahdatul Ulama) por um lado, e entre estes e o PNI (Partido Nacionalista Indonésio) e o PKI (Partido Comunista Indonésio), por outro, tornaram extremamente difícil o funcionamento da democracia parlamentar.

3.6 - A "democracia guiada" e a "dupla função" das Forças Armadas

Perante esta dificuldade, e a ineficiência da administração, agravada pela configuração insular, a extensão do território e as diferenças culturais de uma para outra região, geraram-se movimentos autonomistas, muitas vezes apoiadas pelas forças militares dos ex-voluntários locais.

Apesar do peso enorme da figura carismática de Sukarno, como factor de unidade da Indonésia, a lei marcial foi proclamada em 14 de Março de 1957, cabendo ao General Nasution (outro dos subscritores da declaração de 1984 "Em defesa da Democracia") restabelecer a unidade do exército e do estado.

O crescimento do Partido Comunista Indonésio (PKI) cujo número de membros não cessava de aumentar, e as dificuldades no relacionamento com a Holanda, levaram grupos de comunistas e nacionalistas a tomar o controlo de diversas empresas estrangeiras (como por exemplo a Shell), em Dezembro de 1957.

O exército receoso de perder o controlo da situação em benefício do PKI decide, sob a direcção do General Nasution, assumir o controlo destas empresas, que são nacionalizadas ao mesmo tempo que cerca de 46.000 cidadãos holandeses são expulsos da Indonésia.

Os militares, que já vinham assumindo responsabilidades na administração local e nalgumas empresas abandonadas pelos holandeses e onde, desde a guerra da independência, iam buscar um complemento de vencimento e financiamento para as suas acções, assumem, assim, de forma clara, uma dupla função: militar, de defesa da unidade e segurança nacional e da integridade territorial, por um lado; e económico-administrativa, por outro, ao assumir não só responsabilidades na administração local mas também na direcção e administração de empresas. A democracia Indonésia torna-se assim uma "democracia guiada", dirigida pelo grande chefe da revolução nacionalista e pai da pátria, Sukarno, e "vigiada" pelo exército.

3.7 - O Golpe e o Contra-Golpe de 1965

De 1957 a 1965 duas forças vão ganhando cada vez maior peso: o PKI (Partido Comunista Indonésio), pró-chinês, e o exército (liderado pelo General Nasution, fortemente anti-comunista), por outro. As divisões entre muçulmanos continuam a acentuar-se, e os políticos civis que sonhavam com uma democracia parlamentar à ocidental vão perdendo, cada vez mais, a sua influência.

Sukarno tenta o equilíbrio entre as várias forças em presença. Durante algum tempo (1963) a confrontação com a Malásia e a campanha de Irian-Jaya, que vizavam incorporar uma e outra na República da Indonésia, servem para alimentar o sentido nacionalista e reforçar o peso dos militares.

Mas, com o termo destas campanhas, (na segunda das quais participaram Suharto e Benny Murdani) os militares sentem necessidade de fazer alguma coisa sob pena de perderem o seu poder. O PKI, mais forte que nunca, parece considerar que chegou, também, a hora da tomada do poder. E, perante um Presidente Sukarno já gasto e adoentado, alguns grupos de membros do PKI tomam a iniciativa, na noite de 30 de Setembro para 1 de Outubro de 1965 de prender e matar vários generais.

O principal visado, no entanto - o General Nasution - consegue fugir de casa a tempo e escapa. O seu chefe de campo, tal como uma filha de cinco anos, morrem no assalto à sua residência.

O General Suharto aproveita a ocasião para assumir o comtrolo total das forças armadas e do poder, enquanto Sukarno, mantido sob custódia, fica esvaziado de autoridade, sendo preservado, apenas, como símbolo da independência e da unidade nacional.

3.8 - Suharto Toma o Poder e Elimina o PKI

O General Suharto foi extremamente hábil, em 1965. Por um lado, contrariando uma ordem de Sukarno, que nomeara outro general, proclama-se Comadante-em-Chefe de todas as forças armadas e assume o controlo militar da situação. Por outro lado, usando da sabedoria oriental, não teve pressa em afirmar-se como o senhor supremo da "Nova Ordem".

Preferiu manter Sukarno como Presidente (fictício) da República da Indonésia, e obter dele, por pressões suas e doutros generais, um decreto, com data de 11 de

Março de 1966, em que Sukarno lhe confere amplos poderes "para a manutenção da lei e da ordem" e "para a salvaguarda do Presidente". Em 1967 um "Congresso do Povo" retira a Sukarno o seu mandato, para, em 1968, nomear Suharto como Presidente da República.

As notícias do golpe da noite de 30 de Setembro de 1965 do assassinato de seis generais e do contra-golpe que se lhe seguiu, dão origem a uma sangrenta "caça aos comunistas" em que militares e jovens Muçulmanos fanáticos rivalizam em brutalidade. O jovem Amir Biki, que as tropas de Benny Murdani assassinaram em Setembro de 1984, é o líder do regimento de estudantes universitários Muçulmanos que colaborou na eliminação do PKI e no estabelecimento da Nova Ordem.

Os massacres, que tiveram início logo após o golpe (apesar do PKI só ter sido ilegalizado em 12 de Março de 1966), prolongaram-se por mais de seis meses e provocaram mais de meio milhão de mortos e cerca de duas centenas de milhar de presos políticos, muitos dos quais continuam presos sem nunca terem sido julgados...

3.9 - A Criação do Golkar e a "Domesticação" dos Restantes Partidos

Já em 1964 o exército tinha criado, como preparação para a conquista do poder o Secretariado Combinado dos Grupos Funcionais ou "Golkar".

Tratava-se de uma organização político-militar, que pretendia reunir a burocracia administrartiva e os militares num corpo único, capaz de se opor aos comunistas e de tomar o poder, a todos os níveis.

Com o golpe de 1965, o Golkar vai-se tornar no partido oficial, ao qual todos os funcionário do estado e diversas organizações profissionais, comerciais, etc., são mais ou menos forçadas a aderir.

Com a eliminação do principal adversário, o PKI, importava agora, aos militares no poder, controlar as restantes forças políticas.

Com esse objectivo o governo obriga os restantes partidos a juntar-se ou a federar-se em dois grupos: o Partido da Unidade e Desenvolvimento (PPP), que reunia os antigos partidos Muçulmanos; e o Partido da Democracia e Desenvolvimento (PDI), reunindo o Partido Nacionalista, partidos cristãos e outros partidos não-Muçulmanos.

Com estas intervenções na vida dos partidos, e pressões, nalguns casos, para impôr modificações na direcção dos mesmos, e com novas leis eleitorais que dão ao Presidente o poder de nomear uma parte significativa dos membros das duas câmaras, está assegurado o controlo do parlamento pelos militares e, em particular pelo General Suharto. Como se isso não bastasse a fraude eleitoral, tão fácil num país assim tão bem manietado, tem assegurado retumbantes vitórias ao Golkar.

Assim, por exemplo, o Congresso do Povo formado na sequência das eleições de 1971, tinha 392 membros do Golkar, 230 representantes directos das Forças Armadas, 42 membros do PDI (nacionalistas, católicos, etc.), 126 membros do PPP (Muçulmanos de diversas correntes) e 130 representantes das 26 províncias...

No parlamento, assim "domesticado", as principais decisões (como, por exemplo, a integrção de Timor-Leste na Indonésia) são tomadas, habitualmente, por "unanimidade".

A fim de evitar problemas que poderiam levar ao encerramento dos seus orgãos de comunicação social os jornalistas "preferem" ter encontros periódicos com os generais do Kopkamtib (Comando Operacional para o Reestabelecimento da Ordem e da Segurança).

Já referimos, noutro ponto, como nos últimos anos o regime tem apertado ainda mais, o cerco aos partidos e outras instituições sociais, com a Lei das Associações, e as reacções que esta tem provocado. Por isso não as repetimos aqui.

3.10 - A Corrupção e as Divisões nas Forças Armadas Crescem Desmesuradamente

Dispondo, não só, da força militar, mas também do poder político, controlando cerca de 70% da economia do país, como dirigentes e administradores de empresas mineiras, agrícolas, industriais, comerciais e de serviços, a classe militar dispõe do mais completo poder, e está, também, sujeita à mais desenfreada corrupção. Ao lado das empresas estatais, como a Companhia de Aviação Garuda, surgem duas empresas de aviação privadas, que fazem os mais rentáveis transportes militares e de turistas dumas ilhas para as outras, e que são pertença de militares de alta patente.

A empresa petrolífera Pertamina financia projectos fictícios de generais em vias de aposentação, para os fazer aceitar, mais facilmente a perda de postos de comando...

O próprio café de Timor caiu nas mãos de uma empresa, a Denok, na qual o General Benny Murdani é um dos principais interessados; por isso o exército obriga os produtores timorenses a vendê-lo a baixo preço, sendo o transporte feito por viaturas militares a expensas do exército...

Mas, nem todos ganham o mesmo, com esta corrupção, e as invejas surgem. Entre os elementos mais sérios das Forças Armadas a Oupação de Timor-Leste é mal aceite. Não concordando com ela muitos militares colaboram com a resistência maubere, passando-lhe informações, evitando o combate, ou mesmo fornecendo alimentos, ou até armas e munições.

São conhecidas as divergências entre o General Benny Murdani, Comandante-em-Chefe das Forças Armadas Indonésias, defensor de uma linha dura e do ex-Ministro da Defesa, General Jusuf, defensor de uma solução política negociada, consubstanciada nas conversações de paz de Março de 1983 entre a Fretilin e comandante das forças Indonésias em Timor-Leste, Coronel Purwanto. O afastamento do General Jusuf, sob pressão dos generais interessados na continuação da guerra, está associado ao recomeço das hostilidades em Timor, em meados de Agosto de 1983.

3.11 - Os Generais da "Conquista" de Timor-Leste

Já vimos, na primeira parte deste trabalho, em que contexto é que surgiu a ideia de "conquistar" Timor. Foram três generais os principais arquitectos da operação: Ali Murtopo, Yoga Sugama e Benny Murdani.

O General Ali Murtopo foi, durante muitos anos, um dos principais confidentes de Suharto. Em 1974 o seu prestígio estava a cair, e viu na conquista de Timor uma boa oportunidade de granjear louros e de voltar à primeira linha dos homens fortes do regime.

Pouco antes de morrer confessava, numa entrevista ao jornalista Bryan Johnson, do Globe & Mail de Toronto (Canadá), parcialmente publicada por esse jornal em 10 de Fevereiro de 1984:

«Quanto mais pequena é a guerrilha mais difícil é apanhá-la». «Isto é especialmente verdade em Timor-Leste, porque o nível de vida é tão baixo que a sua população está habituada a viver praticamente sem nada. Vivem no seu próprio meio ambiente, sabem onde há água, e os soldados Indonésios não.» E concluía, com pessimismo, tentando justificar o completo fracasso das operações militares: «por isso o nosso exército está a atirar contra sombras»...

O General Ali Murtopo, foi o "diplomata" que se encarregou dos contactos internacionais afim de conseguir o apoio ou o silêncio conivente dos principais estados face à invasão, então em preparação. Foi ele que veio a Portugal, mais do que uma vez, em finais de 1974 e em 1975, a fim de estabelecer contactos ao mais alto nível, nomeadamente com o então Presidente Costa Gomes, com quem teve uma conversa privada cujo teor só é conhecido através dos agentes da propaganda Indonésia, e que, naturalmente, apresentava uma versão muito pouco dignificante para Portugal.

O General Yoga Sugama, foi o chefe dos serviços secretos Indonésios que mais tempo ocupou esse cargo (nove anos e meio). Encarregou-se das acções de contra-informação e de desestabilização da situação em Timor-Leste. O seu anti-comunismo primário levava-o a afirmar — como fez ao embaixador americano em Jakarta, Sr. Newsom em 20 de Agosto de 1975 - que o Partido Socialista Português (ao qual a UDT estaria ligada) era pro-moscovo, e o Partido Comunista Português (ao qual o General Yoga considerava ligada a Fretilin) era pro-chinês...

Talvez tenha sido pelos seus raciocínios tão brilhantes (como este) que o General Suharto o manteve tanto tempo à frente do serviços secretos. Um homem assim nunca poderia derrubar o Presidente Indonésio e substituí-lo no cargo.

Finalmente, o terceiro general, Benny Murdani, que é, desde há alguns anos o homem mais forte do regime, a seguir a Suharto, foi o comandante operacional da invasão e Ocupação de Timor-Leste. Tem a particularidade de ser católico e mestiço (euro-asiático). Por essas duas razões também ele não pode aspirar a ascender à Presidência. Uma nação predominantemente muçulmana como a Indonésia não aceitaria um presidente católico.

Foi ele que, depois de alguns meses de tréguas, ameaçou em Julho e Agosto de 1983 "usar de todos os meios ao seu dispôr" para, "sem piedade", "varrer definitivamente os rebeldes que restam da Fretilin".

Nessa altura o Comandante-em-Chefe das Forças Armadas Indonésias previa capturar o chefe da Fretilin, Xanana Gusmão, antes da festa das Forças Armadas de 5 de Outubro desse ano, onde prometeu apresentar importantes troféus.

Afinal, em vez disso, foi-se enterrar de novo num pântano onde o exército se atola cada vez mais. Não só Xanana Gusmão ainda não foi apanhado (nem qualquer outro líder da guerrilha) desde essa data até hoje, como, ainda por cima foi posto em funcionamento um posto da Rádio Maubere, que emite desde Janeiro de 1985 e que, também esse, e chegado a Dezembro do mesmo ano, ainda não tinha sido posto fora de serviço...

3.12 - Um milhão de soldados Indonésios não consegue vencer uma guerrilha mal armada, sem apoios nem "santuários"

A motivação das Forças Armadas Indonésias para a guerra é pequena. Aquilo que alguns oficiais superiores e generais ganham com ela não é suficiente para convencer todo um exército.

A determinação da Fretilin é muita, e as suas motivações são justas e fortes. Por isso os seus combatentes, embora mal armados, são aguerridos.

A corrupção, que campeia entre as forças de ocupação não é de molde a disciplinar o exército nem a torná-lo simpático face à população timorense, que se sente humilhada e oprimida todos os dias, em todas as coisas. Por isso a Fretilin tem alcançado êxitos e provocado dezenas de milhares de mortos entre os soldados indonésios. A rotação das tropas Indonésias é extremamente rápida. É quase impossível, aos chefes militares de Jakarta, segurar em Timor os seus homens durante três ou quatro meses. Nunca chegam a conhecer o terreno e, por isso é como se combatessem "sombras" e se movessem no escuro.

Não basta por isso, enviar muitos soldados para Timor. Já cerca de um milhão passou por lá. E quase todos eles fizeram os possíveis por não contactar a Fretilin e, para se salvarem do "inferno" de Timor o mais depressa possível.

Além disso a cooperação dalguns militares indonésios com a guerrilha é grande e eficaz. Para ilustrar esta afirmação referirei apenas o que se passou no verão de 1983. Cerca de um mês antes de, em 16 de Agosto desse ano, o General Benny Murdani recomeçar as acções militares, os seus planos de ataque eram já conhecidos não só pela Fretilin, como por vários grupos de solidariedade no estrangeiro. Consequentemente foi sobre "sombras" que atiraram os soldados indonésios... mas não foram sombras quem os atacou na retirada...

A fim de capturar Xanana Gusmão, Benny Murdani enviou pera Timor o genro de Suharto, Prabowo, um oficial em rápida ascensão que tinha sido o responsável pela morte, em combate, do anterior Presidente da Fretilin, Nicolau Lobato (em 31/12/1978).

Curiosamente, pouco depois de chegar a Timor-Leste, Prabowo é muito gravemente ferido no aeroporto de Dili, numa acção de sabotagem que, ainda hoje, não se sabe bem se foi da Fretilin, com forte conivência de militares indonésios, ou obra de alguns oficiais indonésios que quizeram, assim, eliminar o "delfim" do regime. Quer num caso quer no outro só divisões muito fortes no seio das Forças Armadas Indonésias é que tornaram possível uma tal acção...

4ª Parte

Um Pouco de História

4.1 - Uma mescla de povos de origem malaia, melanésia, aborígenes australianos e ...autóctones ?

Têm sido encontrados, em Java restos de pitecantropos, que levam a perguntar se a Indonésia não foi um dos berços da humanidade. Seja ou não, o que se sabe é que algumas das suas populações, nas ilhas orientais principalmente, têm origem semelhante à dos povos das ilhas da Melanésia, no Pacífico, aparentando, outras, descendência de aborígenes negros australianos.

Nas ilhas ocidentais, mais densamente povoadas (Java, Sumatra, Kalimantan (Bornéu), etc.) predominam, largamente, as populações de origem Malaia, ou resultantes de cruzamento entre malaios e povos autóctones já anteriormente existentes nessas ilhas. A maior parte da população indonésia é, pois, de tipo malaio.

4.2 - Situada entre dois grandes berços de civilizações muito antigas - China e Índia

As ilhas Sumatra, Kalimantan (Bornéu), Sulawesi (Celebes) e Java, tal como as Filipinas, situam-se entre a China e a Índia, dois gigantescos impérios, que foram berço de civilizações extremamente desenvolvidas e muito mais antigas do que as primeiras grandes civilizações da Europa.

No início da era cristã havia contactos comerciais entre qualquer destes impérios e as referidas ilhas Indonésias. Junto aos portos foram-se desenvolvendo cidades ricas e culturalmente refinadas, enquanto a generalidade das populações, separadas por pântanos, por montanhas, ou sobretudo, por densas florestas virgens, continuava a viver em condições extremamente primitivas.

Entre o século V e o século IX da era cristã desenvolveram-se grandes reinos em Sumatra e Java. As influências hindu e budista são importantes.

4.3 - O Reino de Shrivijaya e o Império de Madjapahit

Com capital na parte leste da ilha de Sumatra, o reino de Shrivijaya estende o seu domínio a Java, Malásia, parte de Kalimantan (Bornéu) e chega a exercer a sua supremacia sobre parte das Filipinas, Ceilão, Cambodja e Sião. Os contactos com a Índia e a China são importantes, e o seu renome chega ao mundo árabe, onde se sabe que este reino do extremo oriente fornece estanho, marfim, especiarias, madeiras preciosas, etc.

A oposiçãoo dos reinos javaneses vai provocar o declínio de Shrivijaya, ao mesmo tempo que se desenvolve, no século XIV o grande império naval de Madjapahit. Este estendeu o seu domínio à maior parte das ilhas indonésias (isto é, às zonas costeiras). A sua influência chegou mesmo à Guiné Papua, às ilhas Marianas, no Pacífico, e à ilha chinesa da Formosa.

Uma tentativa chinesa para subjugar alguns reinos indonésios - cujos príncipes prestavam uma vassalagem simbólica ao imperador chinês - resulta num desastre. Muitos marinheiros e soldados chineses ficaram na Indonésia, onde casaram e se misturaram sem, no entanto, perderem a sua cultura e tradições próprias.

4.4 - A Lenta Penetração do Islamismo

A partir do século XI são assinalados missionários muçulmanos no norte de Sumatra. No entanto, só depois da conversão do Rei de Malaca, em 1409, é que, em 1416, o reino de Acheh, no norte da ilha de Sumatra, se converte ao islamismo. À medida que a sua influência alastra para sul desta ilha, a religião muçulmana avança também.

No início do século XV (1400) a ilha de Java recebe missionários árabes e persas. Cerca de 1450 a corte do rei de Madjapahit converte-se ao islamismo.

No início do século XVI Sumatra está quase completamente islamizada. O sultanato de Demak, na ilha de Java, torna-se centro de propagação da fé em Allah, nomeadamente através do teatro! Em 1475 o islamismo começa a penetrar nas Filipinas. Nos finais do século XV é a vez do rei do sul de Kalimantan se converter à nova religião, o mesmo acontecendo, em 1495, ao rei de Ternate, nas Molucas do Sul. Em 1526 os reis de Bantem e de Jakarta, na ilha de Java, também se convertem, enquanto no interior destas e doutras ilhas grande parte das populações permanece animista.

4.5 - A Chegada dos Europeus

A conquista de Malaca, em 1511, por Afonso de Albuquerque, é o início de uma nova era, em que o controle europeu do comércio vai subverter o equilíbrio de toda a região.

Apesar disso o islamismo vai continuar a desenvolver-se, à custa de missionários javaneses enviados para as ilhas orientais. Em 1596 chegam os primeiros comerciantes holandeses a Java, onde o reino "islâmico" de Mataram substituira a hegemonia de Madjapahit.

A dominação holandesa estabelece-se através da Companhia das Índias Orientais, que instala a sua direcção comercial em Jakarta (re-baptisada Batávia). Teoricamente a organização política permanece a mesma, mantendo-se os reinos e sultanatos autóctones já existentes. Na prática os colonizadores vão não só controlar o comércio mas também, com esse objectivo, tentam provocar guerras que debilitam os estados mais fortes, sobretudo aqueles que mais se opõem ao controle comercial da Companhia.

Em 1628 o sultão Agung de Mataram cerca Jakarta, mas sem sucesso. Algum tempo depois o seu reino entra em crise, mercê de lutas intestinas entre os "santri", fortemente islamizados, e a maior parte da população "abangan", em que predomina a cultura animística tradicional e tipicamente javanesa. As intrigas da Companhia não deverão ser estranhas a essa crise, semelhante a tantas outras que se lhe seguiram. Apesar da interferência holandesa alguns reinos, como o de Acheh, conseguiram chegar, quase intactos, até ao dealbar do século XX. Entretanto missionários cristãos tentam converter os povos mais receptivos, que são aqueles que nunca foram islamizados, sobretudo os mais primitivos, que permaneciam animistas. É o que sucede em Timor, nas Flores, nas Molucas do Sul e noutras ilhas orientais.

4.6 - As revoltas contra a presença estrangeira e a oposição entre muþulmano ortodoxos e a população animista

São numerosas as revoltas de populações e reinos locais contra as crescentes exigências da Companhia das Índias Orientais. Mas raramente assumem grandes proporções.

Entre 1810 e 1830 vários dirigentes muçulmanos javaneses tentam reconstituir um reino de Mataram unificado (ele tinha sido dividido em dois) e expulsar os holandeses. Mas falharam. Os holandeses, explorando a oposição entre os dirigentes muçulmanos ortodoxos "santri" e a maioria da população "abangan", pouco islamizada, conseguem dominar os primeiros, e abafar a revolta.

Nos princípios do século XX a Holanda decide acabar com todos os reinos e sultanatos, criar uma colónia politicamente controlada e formar uma elite, com cultura de tipo ocidental, favorecendo a instrução de filhos da aristocracia "abangan" (animista-mística). Deste modo dava uma hipótese, a esta aristocracia, de suplantar a classe culta muçulmana, formada no Acheh ou nas universidades Islâmicas de Meca, do Cairo ou doutros estados árabes.

Já referimos a importância que o islamismo teve, apesar disso, no surgimento de uma consciência nacional indonésia, de 1912 a 1922, e como o Partido Comunista Indonésio substituíu o Sarek Islam como galvanizador dos sentimentos nacionalistas.

4.7 - Uma nação rica de tradições culturais, onde se misturam as mais diversas influências

Vemos assim, por esta breve introdução, que a cultura indonésia tendo raizes animistas-mágicas profundas, e ainda muito vivas na maior parte da população (abangan) sofreu uma forte influência hindo-budista, hoje ainda muito viva na ilha de Bali.

Quando esta primeira vaga de influência estrangeira, hindo-budista, atingia o seu apogeu, começa a penetrar a influênciaiIslâmica, que nunca deu origem a um estado islâmico indonésio unificado talvez porque, entretanto, surgiram os europeus, para quem o islamismo era o principal inimigo, que importava conter.

O colonialismo holandês não foi capaz nem de promover uma ampla cristianização, nem de destruir as raizes profundas das civilizações indonésias. Não conseguiu, também, unificar culturalmente o território.

A formação, desde o início do século XX, de uma elite instruída à ocidental tornou possível uma rápida modernização de alguns sectores da Indonésia. Permitiu, além disso, criar uma democracia parlamentar, embora efémera, e incapaz de suplantar as divisões políticas e culturais da jovem nação.

A classe militar aproveitou a circunstância para se afirmar como única detentora de todos os poderes, abafando, cada vez mais, as manifestações próprias da multifacetada maneira de ser indonésia.

A cultura deste povo é, no entanto, demasiado rica e dinâmica, para que a situação se possa manter. É difícil, a um ocidental, compreender o ritmo oriental das coisas. No entanto, não será difícil prever que, ou o sistema se abre, e permite aos povos Indonésios viver de acordo com as suas idiossincrasias próprias, ou o perigo de uma "explosão" aumenta, cada vez mais, nessa terra maravilhosa de diversidade, cultura e beleza.

A. Barbedo de Magalhães

CAPÍTULO III

TIMOR-LESTE

TIMOR PORTUGUÊS:
Das Origens à Invasão Indonésia

I) GEOGRAFIA

1) *Física:* A) *Situação, limites, área* — Território sob administração port. constituído pela parte E da ilha de T. — a maior e mais oriental das pequenas ilhas de Sonda, situada entre 8° 17′ e 10° 22′ de lat. S e 123° 25′ e 127° 19′ de long. E de Greenwich, distanciada pouco mais de 430 km do continente australiano e c. 2400 km de Singapura —, pelo enclave de Oé-Cusse, na costa N da zona ocidental da ilha, sob soberania indonésia, pela ilha de Ataúro, a 23 km ao N de Díli, e pelo ilhéu Jaco, fronteiro à ponta E da ilha de T. A sup. total do território é de 18 899 km², dos quais 17 900 km² correspondem à parte principal, 850 km² ao enclave de Oé-Cusse, 144 km² à ilha de Ataúro e 5 km² ao ilhéu Jaco. Os limites terrestres foram estabelecidos pelo tratado com a Holanda de 20.4.1859, a que se seguiu o convénio de 10.6.1893, que suprimiu alguns enclaves. Pela Convenção Luso-Holandesa de Haia, de 7.10.1904 foi a rectificação legalizada. A delimitação do enclave de Oé-Cusse foi submetida à arbitragem do Governo suíço, que se pronunciou por sentença de 25.7.1914.

B) *Geomorfologia* — A ilha de T. é de formação relativamente recente, pelo que a erosão não completou ainda a sua acção niveladora. Não é uma ilha vulcânica, sendo formada por rochas sedimentares, como o calcário, margas, grés, etc., rochas metamórficas e rochas ígneas. Os únicos vestígios de vulcanismo existentes em T. resumem-se a algumas fontes termais, na maioria sulfurosas. A ilha é muito acidentada, localizando-se as maiores alturas sensivelmente na sua parte central. Esta zona orográfica, a que corresponde a parte ocidental do território sob administração port., é dominada por uma crista central que serve de linha de separação de águas e onde nascem quase todas as ribeiras de T. Deste dorso saem diversas ramificações, que na costa N se prolongam por vezes até ao mar, enquanto no S se esbatem longe da costa, dando origem a uma faixa litoral plana. Na parte E, menos acidentada, predominam as formações planálticas, das quais, por vezes, emergem elevações de vertentes escarpadas que constituem o tipo de relevo chamado «fatu». A cordilheira do Ramelau ocupa quase totalmente a zona ocidental, sendo o seu pico mais elevado o Tata-Mai-Lau, com 2960 m de alt. Destacam-se na mesma região, ainda, os montes Caterai (2100 m), entre Atsabe e Lete Foho, Darulau (2320 m), que separa Atsabe de Ainaro, Cablac (2180 m), na direcção de Same, Cailaco (1916 m), c. Bobonaro, e muitos outros com alt. próxima dos 2000 m. Na parte oriental do território encontra-se o maciço de Maté-Bian, com os picos de Boicau (2315 m) e Mundo Perdido (1763). Os planaltos mais importantes são os de Fuiloro, na parte E, e o de Baucau, cujas alts. rondam os 600 m. A faixa litoral da costa S atinge especial relevo entre Betano e Viqueque, com as planícies de Alas, Quirás, Lua, Bilibuto, etc., estreitando depois bastante. Na costa N salientam-se as planícies de Batugadé, Manatuto, Com e Díli. No enclave de Oé-Cusse, tb. muito acidentado, destaca-se o monte Soli, com 1100 m.

C) *Climatologia* — O clima de T. integra-se no tipo de climas quentes (média anual da temperatura superior a 20°C) de tipo equatorial, variedade de monção, a que pertencem tb. Java, Samatra, Bornéu, etc. Há a considerar, todavia, a influência preponderante que as alts. exercem sobre a temperatura média indicada, podendo, de uma maneira geral, dizer-se que o clima é quente (média anual de temperatura acima de 20°) nos locais de alt. inferior a 1200 m, temperado nas zonas de alt. superior aquela (médias anuais entre 10° e 20°) e oceânico em todos os locais, por ser a amplitude média de variação anual inferior a 10°C. Os meses mais quentes são os das grandes chuvas, de Dezembro a Abril. No que respeita aos ventos, T. situa-se na região que sofre, alternadamente, a influência da monção asiática, que sopra de Dezembro a Maio, trazendo as chuvas que caem em toda a ilha, e da monção australiana, que sopra de SE para NO de Junho a Outubro. O valor médio anual da precipitação varia entre 500 e 1000 mm no litoral N, entre 1000 e 2000 mm principalmente no litoral S e superior a 2000 mm nas zonas de alts. da região central e da vertente meridional da ilha. As médias anuais têm, geralmente, os valores mais altos em Janeiro e Fevereiro e os menores em Agosto e Setembro.

D) *Hidrografia* — À semelhança do que acontece em todas as ilhas de pequena superfície e relevo vigoroso, os cursos de água em T., onde apenas existem ribeiras, formam torrentes na estação das chuvas e desaparecem quase totalmente na época seca. Devido à orientação da cordilheira central, onde quase todas nascem, as ribeiras correm para N ou para S, em leitos abruptos que alargam muito na embocadura. A princ. bacia hidrográfica é a da ribeira de Lois, formada pela confluência da Bé-Bai, da Marobo e da Lau-Ili, e que vai desaguar 20 km a SO de Maubara. A ribeira mais extensa é, contudo, a de Lacló Norte, com c. 80 km, e que vai desaguar em Manatuto. Ambas estas ribeiras, que correm na costa N, têm curso permanente. Na costa S as princs. ribeiras permanentes são as Tafara, Bé-Lulic, Sui, Lacló-Sul e Cler. A maior lagoa do território é a Surobec, na ponta E da ilha, e a queda-d'água mais importante a de Bandeira.

F. DE SÁ E MELO

E) *Geologia* — T. faz parte dos conhecidos arcos insulares, em grinalda, que formam os arqs. da Grande e da Pequena Sonda, cuja evolução geológica está fundamentalmente ligada à orogenia alpina. É a mais extensa e importante ilha do Arco Externo de Sonda, o qual, à luz das mais recentes teorias da tectónica global, corresponde à zona de subducção originada pelo choque da placa crustal australiana de encontro à placa asiática, com penetração daquela sob esta. A constituição geológica da ilha de T. é de origem siálica, patenteando uma tectónica peculiar e em extremo complexa, com sobreposição anormal de várias unidades, por vezes invertidas e interimbricadas, carreadas de N. De entre estas destacam-se extensas formações metamórficas antepérmicas e do Pérmico inferior, eruptivo-sedimentares do Pérmico superior, do Triásico, do Cretácico e do Miocénico, cujo transporte se processou segundo diversas fases durante o Terciário. Todo este conjunto alóctone ter-se-á instalado sobre uma extensa série sedimentar permo-jurássica, do tipo *flish*, ela própria tb. bastante conturbada e afectada por dobras-falhas relacionadas com a dinâmica de carreamentos. Subsistem porém dúvidas quanto ao verdadeiro autoctonismo desta série inferior, preferindo os autores designá-la por autóctone relativo. O particularismo da geotectónica de T., deveras interessante, e ainda a excepcional riqueza de fauna fóssil, especialmente nas formações pérmicas, tem, de há muito, despertado a atenção dos investigadores. Como curiosidade refere-se ainda a existência de alguns vulcões de lama. Conhecem-se na ilha algumas mineralizações de ouro, crómio e manganés, procedendo-se actualmente à sua prospecção, assim como de hidrocarbonetos, neste caso desde há vários anos mas ainda sem sucesso.

BIBL. J. Wanner, *Palaeontologie von Timor*, 16 vols., Est., 1914-1929; M. Lemoine, «Un exemple de tectonique chaotique: Timor», em *Revue de Géographie Phisique et de Geologie Dynamique*, Pa., 1959; J. A. Leme, *Breve Ensaio sobre a Geologia da Província de Timor*, Lx., 1968.

J. D'AZEREDO LEME

F) *Biogeografia* — a) *Fauna*. Esta ilha pertence à sub-região austromalásia da região zoogeográfica oriental. Entre os Mamíferos, são de salientar o «Ka-ka-ka», *Trichosurus vulpecula*, o macaco *Macaca irus*, o «banteng» *Bibos sondaicus*, o veado *Cervus timorensis*. Entre as Aves: o galo-do-mato *Gallus gallus*, o pombo *Ptilinopus cinctus*, o rei-das-rolas *Turacoena modesta*, o lorico *Trichoglossus euteles*, o «taduco» *Eudynamus sclopacea everetti*, o «téqui-béque» *Halcyon australasia*, o «mandou» *Coracina novaehollandiae personata*, o soldado velho *Lanius schach bentei*, o «lumeta» *Aplonis minor*, e os «cacúa», nome dado às espécies *Sphecotheres viridis*, *Philemon buceroides* e *Myzomela vulnerata*. Dos Répteis são de citar: o «toké» *Gecko verticillatus*, e o lagarto-voador *Draco timorensis;* as cobras c.-madeira *Liasis fuscus*, a c.-verde *Lachesis gramineus*, a «c.-cacásse» *Cerberus rhynchops;* o crocodilo *Crocodylus porosus* e o lagarto *Varanus timorensis*.

BIBL. J. B. Ferreira, «Reptis de Timor no Museu de Lisboa», em *Jor. Acad. Sci.* (2), V, Lx., 1898; S. Manacas, «Dois Saurios de Timor», em *Est. Zool., J. Inv. Ultramar*, XI, t. 3, *ibid.*, 1956; A. Bacelar e F. Frade, «Aves de Timor no Museu Bocage», em *Rev. Port. Zool. e Biol.*, 1, n.º 4, *ibid.*, 1958.

F. FRADE

b) *Flora*. A flora de T. é em geral incluída na zona das ilhas de Sonda, mas dada a sua posição geográfica tem por vezes aspectos e espécies que são próprios da flora da Austrália do N. Em particular notam-se grandes diferenças entre o N e o S da ilha, devido a diferenças climáticas, as quais tb. se vão modificando à medida que aumenta a alt. Junto do mar e nos rios onde há águas salobras surge o mangal com *Rhizophora conjugata* L., *Sonneratia alba* J. E. Sm., *Avicennia marina* (Forsk.), Viehr., etc., o qual tem muito mais desenvolvimento na costa N do que na do S. A formação que é designada por floresta litorânea na costa S tem grande desenvolvimento, sendo constituída por espécies dos géns. *Calophyllum*, *Hernandia*, *Heritiera*, *Cerbera*, *Barringtonia*, etc. Na costa N esta floresta encontra-se muito degradada devido à activ. agrícola, além de que devido ao clima ser mais xerofítico, por isso com espécies tais como o *Eucalyptus alba* Reinnt., *Zizyphus mauritiana* Lam., etc. Mais para o interior observa-se na costa S a floresta primária de folha persistente com espécies dos géns. *Eugenia*, *Canarium*, *Dysoxylum*, *Sarcocephalus*, etc., nas zonas baixas e de alt. média, ao passo que na costa N até c. 600 m encontramos a floresta primária decídua com *Schleichera oleosa* (Lour) Merr., *Pterocarpus indicus* Willd., etc. Nas alts. são característicos e dominantes o *Podocarpus imbricata* Bl. (aí-amal), a *Casuarina junghuhniana* Miq. (aí-caqueu), *Palaquium sp.* (aí-rita), o *Eucalyptus obliqua* Bl. ou o *E. decaisneana* Bl., chamados palavão-preto. Vê-se assim que há em regra uma diferença grande entre o N e o S que se vai atenuando no centro da ilha. Nas praias e próximo do mar os palmares de coqueiros são característicos especialmente na costa S e as areias soltas são por vezes cobertas com *Spinifex littoreus* (Burmf.) Merr. e *Ipomoea pes-caprae* (L.) Roth.

J. SAMPAIO D'OREY

2) *Humana:* A) *Demografia* — Segundo o censo de 1970, a pop. do território totalizava 609 477 h., representando uma densidade de 32,2 h./km². O conc. mais populoso é o de Baucau, com 83 810 h., seguido do de Bobonaro (72 641 h.), Ermera (66 152 h.) e Díli (65 451 h.), e o de menor pop. é o de Oé-Cusse (25 438 h.) A cid. de Díli, cap. do território, contava uma pop. de 6 780 h. Outros centros urbanos importantes são as vilas de Baucau, Ermera e Bobonaro.

B). *Géneros de vida* — A célula familiar é do tipo patriarcal. Em certas regiões, os jovens casais só deixam a casa paterna quando o marido acabou de pagar o «barlaque» — espécie de dote dado ao pai da noiva. As habitações tradicionais são geralmente feitas de palha, de bambu, folhas de palmeira, etc. Algumas são construídas ao rés do solo, de forma cilíndrica ou quadrada, com tecto cónico que nas regiões frias vai até ao solo. Outras, que são características da zona E, são sobreelevadas, assentes em 4 pilares, deixando um espaço vazio para abrigar os animais domésticos.

3) *Económica* — As características físicas do território constituem, de um modo geral, factores desfavoráveis ao seu desenvolvimento. No aspecto humano, há que destacar, por um lado, o subemprego, derivado de uma soc. subdesenvolvida, e, por outro, a rápida expansão demográfica.

A) *Riquezas naturais* — No que respeita ao subsolo, são mal conhecidas as suas potencialidades. Assinalaram-se, todavia, ocorrências de manganés e hidrocarbonetos. No que respeita aos solos, a percentagem dos que apresentam aptidões para fins agrícolas abrange c. 15 % da área do território (225 000 ha), em 65 % dos quais é susceptível o uso de maquinaria agrícola. A escassa diversidade de culturas importantes confere, pelo excessivo grau de concentração de prod. para o mercado, elevada vulnerabilidade à balança comercial.

B) *Comércio* — O comércio externo do território é caracterizado pela forte dependência do sector primário e a fraca projecção das exportações expressa uma balança comercial tradicionalmente deficitária. A taxa de cobertura das importações pelas exportações cifrava-se, em 1971, em 62,8 % (130 517 contos de valor total das exportações, contra 207 681 contos de importações. As princs. mercadorias importadas, em 1971, foram: matérias têxteis, máquinas e aparelhos, automóveis, tractores e outros veículos, ferro e aço e prods. químicos, enquanto nas exportações, o café, com 90,4 % do valor total das exportações, representa, de longe, o princ. prod. exportado, seguido da copra (5,8 %) e borracha (0,8 %).

C) *Agro-pecuária* — Além dos produtos de exportação atrás indicados, cultivam-se, ainda, no território, para consumo interno, milho, arroz, feijão, batata-doce, mandioca e amendoim, os quais, de uma maneira geral, satisfazem as necessidades locais. Em certas áreas produz-se tb. trigo, cevada, ervilha e fava. As princs. áreas de prod. do café localizam-se nos concs. de Ermera, Liquiçá, Díli, Ainaro e Same. No sector silvícola, as duas princs. áreas florestais são a de Loré, no SE, rica em teca, pau-rosa, pau-ferro, etc., e a de Tilomar, no SO, rica, especialmente, em sândalo. Outras madeiras de interesse produzidas são o palavão branco, que reveste em todo o território a maior parte das elevações até 800 m, e o palavão preto, acima desta altura; o mogno, designado localmente por «ai-seria», a casuarina, etc. É relativamente elevado o número de cabeças de gado existentes. Em 1972, o gado arrolado totalizava 135 000 búfalos, 83 000 bovinos, 198 000 caprinos, 220 000 suínos e 120 000 equinos.

D) *Indústria* — As inds. de T. têm reduzida dimensão e baixo nível tecnológico. Dentre as existentes salientam-se a manufactura de tabaco, o fabrico de sabão e óleo de coco, o descasque de café, serração de madeiras, destilação de álcool, panificação, tijolos e telhas.

E) *Energia* — A energia eléctrica é obtida através de centrais térmicas, com excepção de Baucau, que, além de uma central térmica, dispõe de um pequeno aproveitamento hidroeléctrico. O consumo de energia no território em 1972, cifrou-se em 4 147 000 kWh, dos quais 2 635 410 correspondem a Díli.

F) *Comunicações e transportes* — O acidentado relevo de T., conjugado com o regime torrencial das ribeiras e com as inundações periódicas das planícies, dificulta a construção e manutenção de uma rede de estradas de utilização permanente. Existe já, contudo, um conjunto de vias assinalável, com c. 2000 km de extensão, compreendendo estradas princs., de 1.ª e 2.ª classes e estradas regionais. As princs. incluem as estradas periféricas ao longo da costa N com três grandes transversais: Díli-Betano, Baucau-Bé-Aço e Lautém-Loré. Tanto estas como as restantes estradas de 1.ª classe estabelecem ligações entre as sedes de conc. e a cap., completando as estradas de 2.ª classe a malha principal da rede rodoviária. No sector dos transportes marítimos há a destacar o porto de Díli, único do território que recebe navegação de alto bordo, o qual, em 1972, registou um movimento de 181 navios, tendo manuseado c. 44 000 t de carga. Ao longo da costa existe, ainda, uma série de pequenos ancoradouros para embarcações de pesca e cabotagem, como os de Oé-Cusse, Ataúro, Batugadé, Manatuto, Lautém, Aliambata, Betano, Suái, etc. Em Baucau, um aeroporto internac. assegura ligações com Darwin, na Austrália, com Cupão, no T. indonésio, e com Bali. Para além desse aeroporto há aeródromos em Díli, Oé-Cusse, Ataúro, Maliana, Suái e Viqueque, servidos por carreiras aéreas regulares. F. DE SÁ E MELO

II) ANTROPOLOGIA

1) *Grupos étnicos* — Os grupos etnolinguísticos de T., segundo os trabalhos da Missão Antropológica, chefiada pelo prof. António de Almeida, são 31: Baiquêno, Bêcais, Búnaque, Dàdua, Fáta Luco, Galólen, Hábo, Idàté, Ísni, Làcalei, Lòlen, Macaléro, Macassáe, Macu'a, Mambáe, Maráe, Midíque, Nái Daimo, Ná-Ine, Náhèc, Nauéti, Óssò Mócò, Quêmaque, Ócò-Midíqui, Ràclu Un, Rai Éco, Réssuc, Sá Âni, Tétum (Téric, de Viqueque, Soibada, Suái, Díli), Tòcòdéde e Uai-Má'a. Todas estas línguas, dialectos e subdialectos podem reduzir-se a sete idiomas fundamentais, de que os outros são afins: Baiquêno, Búnaque, Fáta Luco, Macassáe, Macu'a, Mambáe e Tétum.

BIBL. António de Almeida, «Antropónimos em nomes de lugares do Timor Português», em *Memórias da Academia de Ciências*. M.ª CECÍLIA DE CASTRO

2) *Línguas* — Falam-se em T. vários idiomas do ramo indonésico da fam. malaio-polinésia. Há neste ramo uma grande quantidade de línguas e dialectos em relação aos quais, no est. actual dos conhecimentos lings., não é possível uma classificação genealógica, pelo que têm sido apenas agrupados geograficamente. Os dialectos falados pelos indígenas de T. integram-se num grupo delimitado pelas ilhas: Ceran, a N; Aru, a E; T. e parte oriental de Flores, a O — a formar assim um triângulo que tem no centro o mar de Banda. Na ilha de T. há ainda 2 idiomas oficiais que se sobrepõem aos dialectos indonésios locais: o indonésio na zona ocidental, pertencente à República da Indonésia; o port. na parte oriental, colónia port. (onde o *teto* constitui o princ. dialecto indígena).

BIBL. J. Faublée, em A. Meillet e M. Cohen, *Les langues du monde*, I, Pa., ^{2}1952.

M.ª J. MOURA SANTOS

3) *Religiões* — Na sua maioria (c. 70 %), a pop. é animista. Há alguns protestantes: 2206, em 1972, formando 1 missão, assistida por 1 pastor. Os católicos, em 1974, eram 187 540 numa pop. total de 633 626 h., assistidos por 50 sacerdotes (dos quais 8 regulares), 16 religiosos (jesuítas e salesianos) e 48 religiosas (irmãs canossianas e dominicanas); têm 3 paróquias, 16 missões, 9 escolas, 25 postos escolares e 11 obras de assistência; o seminário menor, canonicamente erecto a 13.10.1964 (mas que remonta a 13.10.1936), contava, em 1974, 61 alunos. Foi 1.º bispo de Díli (12.10.1945 a 31.1.1967) D. Jaime Garcia Goulart.

M. ALVES DE OLIVEIRA

III) ORGANIZAÇÃO

1) *Política e administrativa* — Segundo o último Estatuto Político-Administrativo de T., aprovado pelo Dec. 547/72, de 22 de Dezembro, o território dispunha de órgãos de governo próprio que eram o governador e a Assembleia Legislativa, junto dos quais funcionava uma Junta Consultiva Provincial. No que se refere à administração local, o território encontrava-se dividido em concs. formados de fregs. Os concs. existentes eram os de Díli, Ainaro, Baucau, Bobonaro, Cova Lima, Ermera, Lautém, Liquiçá, Manatuto, Same, Viqueque, Aileu e, ainda, a circuns. de Oé-Cusse.

F. DE SÁ E MELO

2) *Eclesiástica* — O território de T. constitui a dioc. de Díli.

IV) HISTÓRIA

1) *Geral:* A) *Pré-história* — Os estudos arqueológicos não são ainda suficientes para permitirem conclusões seguras. Certos achados de *facies* clactonense, taiacense e musteróide parecem provar que T., ao contrário do que até há pouco se julgava, foi povoado desde o Paleolítico; tratar-se-ia de espécies anteriores ao *homo sapiens*, que só no Mesolítico parece ter aparecido na área. No Mesolítico encontra-se em T. uma ind. de lascas especializadas de tipo semelhante aos de outras áreas da Insulíndia e vagas afinidades com a cultura de Hoa-Binh. Datam provav. deste período as pinturas rupestres da região de Tutuala, de carácter mágico e simbólico como as suas contemporâneas do N da Austrália, Nova Guiné e várias ilhas da Indonésia Oriental (excepto as de Celebes, que têm um carácter realista). Data provav. deste período (c. 7000 a. C.) o mais antigo dos 4 estratos rácicos que subsistem mesclados na actual pop. timorense: o tipo *vedo-australóide* (de traços semelhantes aos dos aborígenes australianos e aos dos Vedás de Ceilão), que Mendes Correia identificou em 10 a 15 % dos timorenses que observou. Na 1.ª fase do Neolítico (a partir de c. 3500 a. C.) difundiu-se por toda a Insulíndia a civilização chamada do *machado oval*, que comportava a cultura de tubérculos, a criação de porcos e galinhas e uma olaria rudimentar. Esta civilização sobrevive praticamente intacta até hoje nas ilhas da ↗Melanésia para onde se difundiu a partir da Indonésia Oriental. Parece ter sido introduzida pela migração da raça *papua-melanésia* (de caracteres negróides mas sem parentesco com os negros da África), que predomina hoje na Melanésia e em T. ocorre em 7 a 8 % dos h. A esta migração devem remontar pelo menos 5 das línguas de T. (fataluco, macalere, macassai, mídic e búnac), geralmente classificadas como papuas — menos, é certo, por se lhe ter reconhecido real parentesco com as da Papuásia que por se não integrarem na fam. austronésica a que pertencem todas as demais. C. 2500 a. C. começa a difundir-se uma civilização neolítica mais adiantada, a do *machado quadrangular*, que parece relacionada com a civilização megalítica e a que devem remontar os traços fundamentais da actual cultura timorense. Comportava já a cultura de cereais (incluindo o arroz), a domesticação do búfalo, a olaria, a cestaria e a tecelagem; entre os seus traços mais típicos contam-se a construção de casas sobre estacas e o uso da almadia com balanceiro. A sua área de difusão coincide com a das línguas austronésicas ou malaio-polinésicas (grupo a que pertencem todas as de T., excepto as acima indicadas como papuas). Parecem ter sido difundidos pela migração que introduziu a raça *proto-malaia*, de características parcialmente europóides que predomina na Indonésia Oriental e no interior de Samatra e Bornéu; em T. ocorre em c. 60 % dos h.; parece ser ou um ramo abastardado da raça branca ou um ramo incompletamente diferenciado da amarela, empurrado para as ilhas pela crescente pressão das pops. mongolóides do interior da Ásia. O uso dos metais difundiu-se a partir de c. 500 a. C. com a influência de civilização de Dong-Son, da I. do Bronze, espalhada possivelmente pela migração de pops. mongolóides, que fundindo-se com os proto-malaios deram origem aos deutero-malaios. Esta raça híbrida predomina em Java e no litoral de Samatra e Bornéu, ocorrendo em T. em c. 20 % dos h.

B) *Proto-história* — A influência da Índia deu lugar, a partir do séc. V, ao aparecimento em Samatra e Java de importantes ests. indianizados, de que alguns exerceram sobre a Insulíndia Oriental uma vaga suserania. Embora T. tenha feito parte da esfera de influência dos reinos de Kadiri (1049-1222) e Majapahit (1293-1524), a influência da civilização indo-javanesa na ilha é quase imperceptível; apenas no folclore da região de Suai subsistem danças de carácter tipicamente hindu. A China exerceu na região uma influência vaga e indirecta desde a época dos ↗Chou (1150-249 a. C.), notando-se ainda hoje na arte popular de alguns povos traços longinquamente relacionados com o chamado «estilo Chou tardio», cuja influência se sobrepôs às das civilizações megalítica e de Dong-Son. A presença dos chineses em T., em busca de sândalo, está atestada desde o séc. XV; desde o início do séc. XVIII que há referências a comerciantes chineses estabelecidos na terra, em número sempre crescente; apesar disso a influência cultural chinesa é irrelevante. O reino muçulmano de Malaca manteve frequentes relações comerciais com T. nos sécs. XV-XVI, mas o Islão, ao contrário do que sucedeu em Maluco, Banda e Celebes, não conseguiu criar raízes. O malaio, contudo, comunicou às línguas locais numerosos préstamos; no traje e na culinária das pops. litorais, bem como nas técnicas de pesca e navegação e em certos aspectos do folclore, a influência malaia é nítida. Há traços tb. de contactos frequentes com outros povos do arq., em especial os macaçares de Celebes (séc. XVII), e mesmo de uma vassalagem teórica da ilha ao sultão de Ternate (Molucas).

C) *Moderna e contemporânea* — a) Só com a chegada dos ports. se abre em T. o período propriamente histórico — pois só então foi introduzida na ilha a escrita. A conquista de Malaca em 1511 abrira aos ports. o domínio dos mares da Insulíndia e do comércio das drogas e especiarias que se produziam nas diversas ilhas. A T. atraiu-os o do sândalo. As 1.ªˢ expedições comerciais dos port. à Insulíndia Oriental datam de 1512; mas dirigiram-se às Molucas e não devem ter passado por T. A chegada dos port. a T. deve ter-se dado em 1514. A partir dessa data visitaram regularmente a ilha navios port., que traziam de Malaca panos de algodão e objectos metálicos, como facas, espadas e machados, levando em troca sândalo, mel e cera. Na 2.ª metade do séc. XVI há notícias de se realizarem carreiras regulares não só de Malaca mas tb. de Macau — pois era a China o princ. consumidor do sândalo. Não há porém qualquer traço de estabelecimento permanente de ports. na ilha. b) O enraizamento da presença port. em T. não se deve, porém, aos comerciantes mas aos missionários. O 1.º de que há notícia certa foi o franciscano Fr. António Taveira, que em 1566 converteu numerosos nativos. Em 1561 o 1.º bispo de Malaca, D. Fei Jorge de Sta. Luzia, dominicano, enviou para a zona 4 dominicanos que se estabeleceram na ilha de Solor; daí irradiou, agora de modo sistemático, a acção missionária para as vizinhas ilhas de Adunara, Flores, Savu e T. Para defender dos mouros jaus e macaçares o seu convento de Solor os dominicanos construíram um forte; escolhido inicialmente pelos religiosos, o seu capitão começa no fim do séc. XVI a ser nomeado pelo vice-rei da Índia ou pelo próprio rei. A entrada em cena dos holandeses (c. 1595) provoca o reforço e desenvolvimento da capitania; os ataques daqueles a Solor (desde 1613) levam à sua transferência para Larantuca, nas Flores (1637). Entretanto, em T. a acção dos dominicanos convertia ao cristianismo diversos régulos que se iam colocando sob a suserania do rei de Portugal — entrando assim, a pouco e pouco, a ilha na esfera de influência port.. ora na dependência dos capitães de Larantuca, ora com capitães-mores privativos. O centro da presença port. passa assim gradualmente das Flores para T. Para sede da capitania construiu-se, em 1646, no Cupão um forte — que logo em 1652 caiu em poder dos holandeses. A capitania passou então para Lifau, no actual enclave de Oé-Cusse. c) No último quartel do séc. XVII dois sucessivos aventureiros de Larantuca, António Hornay e Domingos da Costa, usurpando o poder aos capitães-mores, tratam T. como um feudo seu — mas opõem-se com êxito ao avanço dos holandeses. Esta situação determina a nomeação dos 1.ºˢ governadores para Solor e T. O 1.º foi logo expulso pelo usurpador; o 2.º não conseguiu sequer desembarcar. Só em 1702 o 3.º, António Coelho Guerreiro, consegue tomar posse do cargo. A ele se devem, além de tentativas de entendimento com os holandeses, o início da organização civil, militar e judicial de T. e a integração dos régulos na estrutura admin. mediante a atribuição de patentes de oficial; a um deles, com o título de tenente-general, foi confiado o comando dos *arraiais* de tropas fornecidas pelos diversos reinos; entre eles tb. se passaram a escolher os 4 capitães-mores de Solor, Larantuca e das «províncias» do Servião e dos Belos (i. é, das metades ocidental e oriental da ilha de T.). Cada reino passou a pagar uma *finta* ou tributo à Coroa — que, temporariamente substituída por uma capitação, foi até ao fim do séc. XIX a modalidade de imposto que prevaleceu. A hist. de T. durante a 1.ª metade do séc. XVIII é extremamente agitada por guerras e revoltas — em parte fomentadas pelos holandeses, em parte suscitadas pela inépcia ou cupidez da maioria dos responsáveis, somadas a contínuas querelas entre os governadores e os bispos de Malaca (que desde a tomada da cid. pelos holandeses, em 1641, residiam habitualmente nas Flores ou em T.). A mais célebre e grave dessas revoltas foi a «guerra de Cailaco» (do nome do lugar que foi o último reduto dos rebeldes), em 1726. Corresponde a este período o apogeu do comércio do sândalo, na sua quase totalidade drenado para Macau — em cuja órbita T. passara a gravitar após a queda de Malaca. d) Pelo meado do séc. XVIII os holandeses, avançando a partir de Cupão, tinham ocupado ou atraído ao seu partido todos os reinos do Servião, excepto os de Oé-Cusse e Ambeno, que assim quedavam transformados em um pequeno enclave port. no meio do território inimigo. A pressão dos holandeses sobre Lifau levou o governador A. J. Teles de Mascarenhas a transferir a cap. para a prov. dos Belos, que permanecia fiel (1769); o lugar escolhido foi Díli, que apesar de insalubre dispunha de um óptimo porto. A vida de T. continuou a ser agitada pela habitual instabilidade, em parte fomentada pelos holandeses; a despeito de manobras e intrigas que se prolongaram até 1912, o seu avanço, porém, susteve-se em Atapupu, que ocuparam em 1818. A decadência do comércio do sândalo levou a procurar na agr. a necessária base para a vida econ. do território; foi o governador J. P. Alcoforado e Sousa (1815-1819) quem mais se preocupou com esse aspecto, divulgando a cultura do café e procurando introduzir a da cana sacarina e a do algodão. A José Maria Marques, nomeado por D. Miguel em 1834, se deve o início da urbanização de Díli e uma reorganização admin. Em 1844, Macau e T. foram desligados do governo da Índia, ficando T. a constituir um distrito de Macau — situação que se manteve até 1894 excepto no período 1865-1878 em que constituiu um distr. autónomo. Em 1851 o governador J. J. Lopes de Lima negociou directamente com os holandeses a cedência dos estabelecimentos ports. de Solor e Flores, em troca do enclave de Maubara e 200 000 florins em dinheiro. O governo de Lisboa, que de princípio não queria sancionar o acordo, acabou por ceder em 1859. Desse ano a 1863 T. foi governado por Afonso de Castro, a quem se deve o 1.º estudo histórico sobre a prov.; devem-se-lhe ainda medidas de fomento da agr., artesanato e comércio, uma reorganização admin. e a fundação de um colégio para os filhos dos régulos. e) Em 1894, T. foi definitivamente desligado de Macau; D. Carlos escolheu para o governar o major J. Celestino da Silva — o mais notável, talvez, de quantos conheceu T. O seu governo (1894-1908) é marcado por grandes campanhas de pacificação, que se prolongaram por 12 anos, e notáveis medidas admins. e de fomento. Foi ele quem, pelo sistema dos postos militares, instalou em T. o sistema de administração directa; até aí o regime era o de uma espécie de protectorado: a presença port. efectiva limitava-se aos postos e no interior os régulos governavam a seu talante os seus reinos. A proclamação da república causou perturbações, logo aproveitadas pelos holandeses, que anexaram o enclave de Lacumaras e estimularam a última grande revolta da hist. de T.: a de Manufahi (1911-1913), debelada pelo governador Filomeno da Câmara com o apoio dos «leais moradores de Manatuto» e outras forças fiéis. A partir daí a acção governativa orientou-se mais no sentido do fomento, sendo de destacar a obra dos governadores Teófilo Duarte (1926-1929) e Álvaro da Fontoura (1937-1939). Quando em 1941 os japoneses entraram na II Guerra Mundial, os australianos e os holandeses, cônscios da importância de T. para a defesa da Austrália, desembarcaram tropas em Díli e, apesar dos protestos do governo port., não as retiraram. Isso forneceu aos japoneses o pretexto para invadirem T., que ocuparam durante 3 anos e meio (Fevereiro 1942-Setembro 1945). A invasão deixou a prov. coberta de ruínas; milhares de timorenses pagaram com a vida a sua fidelidade à bandeira port.; os mais célebres foram os régulos D. Aleixo e D. Jeremias. O governador Ferreira de Carvalho ficou praticamente prisioneiro no seu palácio de Lahane, e os europeus foram internados num campo de concentração em Liquiçá. Quando os japoneses se renderam, a pop. nativa libertou-os e repôs espontaneamente a administração port.; a expedição enviada de Moçambique encontrou-a já a funcionar e pôde retirar tranquilamente ao fim de alguns meses.

2) *Religiosa.* a) Antes da chegada dos ports. os timorenses eram animistas, sem traços de influências hindus nem muçulmanas. A religião tradicional comporta um monoteísmo vago. Deus — chamado em tétum *Marômac,* nome que etimologicamente significa «o brilhante» — não é, normalmente, objecto de culto: esse dirige-se aos espíritos dos antepassados e aos *lúlic,* objectos naturais ou artificiais que por qualquer particularidade são considerados portadores de poderes sobrenaturais; são geralmente conservados em casas especiais, chamadas em tétum *uma-lúlic.* Não há templos nem ídolos — apenas, por vezes, representações simbólicas dos espíritos dos antepassados. O culto consiste em sacrifícios designados por *estilos,* que têm geralmente um carácter propriciatório: terminam, em regra, por um banquete ritual em que é consumida a carne das vítimas, que nos grandes *estilos* são búfalos e porcos. Os *estilos* de *hacoi-mate* ou funeral, destinados a alimentar a alma do morto e garantir-lhe a eternidade são os mais espectaculares pelo elevado número de vítimas — sobretudo no caso de nobres e chefes. Na mit. e nas fórmulas poéticas que acompanham os rituais notam-se hoje traços de influência de conceitos cristãos e reminiscências bíblicas. b) O cristianismo foi introduzido na 2.ª metade do séc. XVI. Após a pregação do franciscano Fr. António Taveira (1556), que não teve continuidade, T. foi evangelizado pelos dominicanos, estabelecidos em Solor desde 1562. A 1.ª igreja de que há notícia foi construída em 1590 no reino de Mena (perto de Oé-Cusse) por Fr. Belchior da Luz; mas é com a pregação de Fr. Cristóvão Rangel (c. 1633) e Fr. António de S. Jacinto (c. 1639) que a religião católica cria na ilha raízes decisivas. Para o fim do século, ao mesmo tempo que se espalhou pelas vizinhas ilhas de Savu, Adunara e Flores (esta, ainda hoje, o coração católico da Indonésia), o catolicismo progride em T. As cristandades dependiam inicialmente do «vigário-geral das cristandades de Solor», por sua vez dependente do prior do convento dos dominicanos de Malaca, e, por meio desta, do bispo desta cid.; a partir

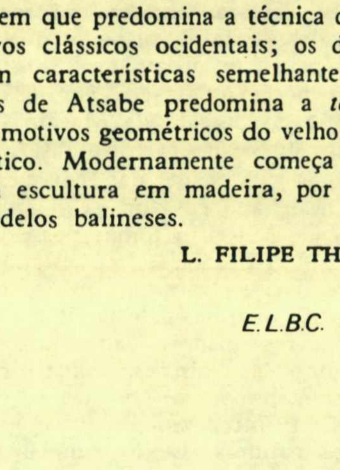
de 1642 passam a depender do «visitador e comissário do Sto. Ofício» de Larantuca, ligado ao vigário-geral dos dominicanos do Oriente, em Goa, pela jurisdição regular, e ao bispo de Malaca como ordinário. A partir de D. Fr. Manuel de Sto. António (c. 1697) os bispos de Malaca residiam normalmente em Lifau, por vezes em Larantuca, o que contribuiu para a aceleração da evangelização das ilhas. A despeito de diversos projectos de instalação de outras ordens religiosas (jesuítas em 1702 a 1722, capuchinhos em 1708, carmelitas em 1702) foram exclusivamente dominicanos os missionários de Solor e T.; o seu n.º nunca foi, aliás, muito elevado; 10 para 22 igrejas na ilha de T. em 1640, 18 cem anos mais tarde. Em Solor tiveram um seminário (que entre 1597 e 1600 contava 50 alunos), e em T. dois, um em Oé-Cusse, outro em Manatuto; mas não há notícia de sacerdotes nativos deles oriundos. Pelo meado do séc. XVIII as missões dominicanas entram em decadência: em 1804 só havia 8 sacerdotes, em 1811 apenas um, com 4 igrejas e 2 ermidas a seu cargo. Com a extinção das ordens religiosas, em 1834, as missões de Solor e T. foram confiadas a sacerdotes seculares de Goa, sempre em n.º reduzido. Desde 1764 que nenhum bispo de Malaca tomava posse; desde 1804, nenhum foi confirmado pela Sta. Sé, permanecendo o bispado entregue a governadores nomeados pelos arcebispos de Goa, residentes em Díli até c. 1840 e desde então em Malaca. A partir de 1868 deixaram mesmo de ser nomeados governadores para o bispado, que veio a ser extinto pela Concordata de 1886. Solor e T. haviam porém, passado, em 1875, para a jurisdição do bispado de Macau. O restaurador das missões de T. foi o P.ᵉ A. J. de Medeiros, da Sociedade das Missões Ultramarinas, nesse ano enviado pelo governador do bispado de Macau a tomar posse das missões da ilha. Verificando o seu estado miserável, torna a Macau e volta em 1877 com 7 missionários, que distribui pelo território. Trouxe tb. as primeiras madres canossianas; além de reorganizar as missões, construir igrejas e abrir escs., importou sementes de várias plantas úteis e introduziu em T. o gado vacum, de raça balinesa. Eleito em 1885 bispo de Macau, passou a maior parte do tempo em T., onde morreu em 1897. Em 1898 foi criado, pelos jesuítas, o Colégio do Soibada, por onde têm passado sucessivas gerações de timorenses que hoje constituem a elite cultural do território. Em 1910 a república expulsou os jesuítas e as madres canossianas, que só regressaram em 1923. Pelo acordo missionário de 1940, foi erecta a dioc. de Díli; mas o 1.º bispo, D. Jaime Garcia Goulart, só em 1945 pôde tomar posse, devido à invasão japonesa. A ele, quando ainda vigário-geral, se deve a criação do Seminário na Soibada em 1936 — transferido para Dare em 1954 e confiado aos jesuítas em 1958. A tendência é para uma rápida difusão do cristianismo — embora com subsistência de muitos elementos do animismo tradicional sob o verniz cristão; alguns deles, aliás (como o culto dos antepassados que pode ser sublimado na doutrina da Comunicação dos Santos), enquadram-se facilmente no cristianismo. c) Desde fins do séc. XIX que está atestada nos arredores de Díli uma pequena comunidade muçulmana de rito xafeíta; a comunidade conta hoje c. 400 pessoas, e compõe-se de 2 grupos: *árabes*, oriundos do Hadramaut mas de língua malaia, devido à prolongada permanência na Indonésia (com cuja pop. se mestiçaram) e *mouros*, nativos de T. e vizinha ilha de Alor, convertidos ao islamismo. Os chineses — numerosos em T. desde o séc. XVIII — seguem, em parte, a religião tradicional da China (mescla de confucianismo, budismo e tauismo), em parte o catolicismo. Na ilha de Ataúro há fortes minorias protestantes; há outros pequenos núcleos espalhados pela prov.

3) *Cultural*. a) *Generalidades*. Não há uma cultura timorense única e homogénea, pois subsistem várias etnias, distintas se bem que aparentadas, cada uma com seu património cultural próprio. A essa diversidade original há a juntar o diferente grau de aculturação com os elementos introduzidos pela influência port.: maior no meio urbano, no litoral e entre a nobreza tradicional, menor nos meios rurais, no interior e entre as classes populares. A civilização de T. é herdeira, sobretudo, da dos austronésios (cf. supra, pré-história), e como tal um ramo da civilização chamada por vezes «austro-asiática», comum a todo o SE do continente asiático e Insulíndia, onde subsiste hoje, pouco alterada, entre as pops. mais isoladas. A influência do substrato papua é porém mais forte que no resto da Insulíndia. A esse fundo vieram juntar-se elementos introduzidos pela influência de Dong-Son e das civilizações javanesa e malaia; mas os introduzidos pelos ports. são os mais vultosos. Trazida pelos missionários, sobretudo, a influência port. é mais nítida no aspecto espiritual (religião, língua, arte) que no material; neste traduziu-se sobretudo na influência de novas plantas (milho de maçaroca, hoje base da alimentação nativa, mandioca, goiaba, teca, etc.), na sua maioria oriundos do Brasil, e novos animais (vaca, ovelha); na tecnologia é praticamente irrelevante: quer a agr. quer as inds. artesanais utilizam quase exclusivamente as técnicas tradicionais, que remontam ao período pré-histórico. b) *Literatura*. A lit. vernácula é toda oral (embora recentemente alguns textos recolhidos por missionários e outros curiosos tenham sido publicados em colectâneas, ou avulsos, em periódicos). Os textos são conservados de memória pelos *lia-nain* (senhores da palavra), que são ao mesmo tempo os oradores oficiais das cerimónias tradicionais e, por vezes, guardiões dos *lúlic*. Revestem duas formas princs.: *ai-cnanoic* (memórias) em prosa ou em verso, que narram as origens do mundo, das instituições e das coisas da natureza, episódios históricos mais ou menos deturpados e fábulas diversas; e *ai-cnanânuc* (canções), em verso, destinadas a ser cantadas e de carácter geralmente lírico. Os textos mais solenes caracterizam-se

por um estilo paralelístico em que cada ideia é repetida duas vezes por palavras sinónimas, usadas muitas vezes em sentido figurado ou simbólico; a versificação baseia-se no acento, segundo regras muito semelhantes às do *cursus* rítmico da boa prosa lat. da época eclesiástica. A prod. escrita local, em língua port., é praticamente nula; na lit. metropolitana são, porém, de inspiração timorense algumas obras, de que as mais interessantes são as de Alberto Osório de Castro e Ruy Cinatti. c) *Música e dança.* Nestes capítulos é nítida a diferença entre a arte popular, de raiz local tradicional, e das classes «evoluídas», muito aculturada, com elementos malaio-javaneses e ports. A mús. tradicional, produzida sobretudo por instrumentos de percussão, é bastante pobre; usam-se, sobretudo, tambores de pele e gongos de metal, antepassados talvez dos que figuram no gamelão javanês, mas sem a diversidade de alturas que permita produzir verdadeiras melodias; usam-se tb. pífaros de cana, e o *lacadou,* espécie de cilindro feito de um troço de bambu, cuja casca cortada por incisões longitudinais fica formando tiras que, esticadas, se dedilham como uma guitarra. Na mús. aculturada, o instrumento fundamental é o violino (muitas vezes de fabrico local); o acompanhamento é feito por cavaquinho, bombo, tambor e ferrinhos. As melodias são em parte de origem europeia (valsas, polcas, etc.), em parte malaia ou indonésia. As danças populares consistem em movimentos de grupos, e são na maior parte das regiões pouco variadas. As mais frequentes são o *tebedai,* ritmado por tambores, em que as mulheres avançam lentamente em linha, circulando enquanto os homens diante delas executam movimentos ritmados, agitando lenços, e a *tebe,* em que os participantes cantam ao desafio versos jocosos, formando uma grande roda que se move lentamente sem acompanhamento de instrumentos. O *loro-sae* é uma dança guerreira que celebra uma vitória; antigamente terminava com o corte das cabeças aos prisioneiros inimigos com que, na última quadra da dança, as mulheres jogavam à bola em sinal de suma ignomínia — o que está relacionado com a «caça às cabeças» praticada por numerosos povos da Insulíndia, em especial os Dayak de Bornéu. Na região de Suái há danças de rara beleza, que parecem de origem indo-javanesa clássica; a mais conhecida é a da cobra ou das toalhas. A dança do milhafre *(makikit)* e o *silat* (dança guerreira que simula uma luta corpo a corpo e pode constituir uma forma de disputa como o fandango ribatejano), praticados na região fronteiriça, parecem de origem indonésia. As danças aculturadas são em parte de origem europeia como a valsa, em parte de origem indonésia moderna, como o *empat-kali,* extremamente popular (espécie de *pas-de-quâtre*), e o *suru-boec,* que imita a apanha de camarão. d) *Artes.* Os timorenses desconhecem praticamente as artes maiores (arq., pintura e escultura): a sua arte, como a da maioria dos povos da Insulíndia, é essencialmente decorativa. As mais interessantes são a ourivesaria, a tecelagem e a cestaria. A ourivesaria consiste em trabalhos de prata, ornamentados pela aposição de uma espécie de filigrana: pulseiras, brincos, botões, luas e meias-luas, alfinetes e outros adornos, bainhas de espada e, modernamente, cruzes, terços e caixinhas. Os seus centros princs. são Atsabe e Same. Na decoração predominam os motivos espiralados, típicos da civilização de Dong-Son. A tecelagem consiste no fabrico de *tais* (panos timorenses) de algodão, que, a despeito de serem produzidos em teares de bambu muito rudimentares (sem pedais), são por vezes autênticas obras-primas. A decoração é obtida por dois procs.: o da *teia-de-lavor,* em que há uma teia suplementar, de função decorativa sobreposta à teia normal de tecido, e a do *ikat* (palavra malaia que significa «atar») em que o fio é precisamente tingido de diversas cores (embrulhando-se em folhas de bananeira e atando-se, em cada aplicação de cor, as partes que se não querem tintas) de modo que ao tecer aparecem na própria teia os desenhos desejados. Estas duas técnicas, comuns a todos os povos da Insulíndia, remontam provav. à primitiva civilização austro-asiática (a do *batik,* própria de Java, não é praticada em T., embora se utilizem largamente *batiks* importados). Os motivos decorativos são por vezes geométricos (do tipo dos da civilização megalítica), por vezes curvilíneos (de tipo dong-soniano) ou vegetalistas (talvez em parte de origem indo-javanesa); são comuns tb. os motivos renascença ou barrocos, introduzidos pelos ports. Os *tais* mais notáveis são os de Oé-Cusse, em que predomina a técnica do *ikat* e os motivos clássicos ocidentais; os de Bobonaro têm características semelhantes, enquanto nos de Atsabe predomina a *teia-de-lavor* e os motivos geométricos do velho fundo austro-asiático. Modernamente começa a divulgar-se a escultura em madeira, por imitação de modelos balineses.

L. FILIPE THOMAZ

E.L.B.C.



Brasão de armas de Timor

TIMOR LESTE:
Da Invasão à Actualidade

I
ANTES DA INVASÃO

1974 — Portugal quer descolonizar Timor

Para a Indonésia só existem duas soluções:
— União com a Indonésia
— Continuação com Portugal.

Saindo duma longa ditadura, em 25 de Abril de 1974, os portugueses preparavam-se para dar a independência às suas antigas colónias; porém, em Timor surgia uma dificuldade suplementar: a Indonésia só admitia para este território duas soluções: *"A união com a Indonésia ou a continuação da presença portuguesa"*, conforme afirmou na ONU o ministro dos Negócios Estrangeiros de Jakarta, Adam Malik, em 13 de Dezembro de 1974.

O fim da ditadura permite o aparecimento de partidos políticos.

Entretanto, o fim do regime ditatorial em Lisboa permite o aparecimento de partidos políticos em Timor Leste.

A **UDT** (União Democrática Timorense) é o primeiro a aparecer, e o que cresce mais rapidamente. Os seus dirigentes são funcionários públicos ou proprietários, pessoas favoráveis à manutenção do "statu quo" e dos laços com Portugal.

A **FRETILIN** (Frente Revolucionária de Timor Leste Independente) que tinha começado por chamar-se ASDT (Associação Social Democrata Timorense), reclama a independência, a participação imediata dos timores na administração e o fim da discriminação racial.

A **APODETI** (Associação Popular Democrática Timorense) pretende a associação com a Indonésia, sob o estatuto de província autónoma. Só um chefe local (Atsabae) aderiu à APODETI.

O **KOTA** e o **Partido Trabalhista** foram partidos que nunca tiveram representatividade significativa.

De facto, só dois partidos tiveram uma real aceitação: a UDT, como dissémos, e a FRETILIN, que rapidamente suplantou a UDT devido especialmente às campanhas de alfabetização e ao ensino de técnicas agrícolas de base que a fizeram progredir rapidamente fora das vilas onde a UDT não tinha chegado.

Em Fevereiro de 1975 a FRETILIN tem o apoio de 60% da população.

Um observador australiano, R. Osburne, assinalava em Fevereiro de 1975 que a FRETILIN tinha o apoio de 60% da população e que esta influência continuava a aumentar.

O peso da Indonésia

O peso da Indonésia nunca deixou de se fazer sentir sobre os timores ou sobre os portugueses durante o ano e meio que medeou a queda da ditadura portuguesa e a invasão indonésia.

Conscientes de que não se poderia ignorar o potente vizinho, os dirigentes dos três partidos tiveram o cuidado de estabelecer contactos com Jakarta.

No Verão de 1974 Suharto e Whitlam encaram a possibilidade de a Indonésia anexar Timor.

O sr. Adam Malik parecia, dois meses após o 25 de Abril de 1974, admitir a independência de Timor Leste. A imprensa indonésia citando o ministro dos Negócios Estrangeiros escreve: "*Nós apoiaremos Timor português se o seu povo quiser obter a sua independência... a Indonésia dará garantias de não interferir...*". Mas no Verão de 1974 numa reunião em Townsville (Austrália) o presidente indonésio Suharto e o primeiro-ministro australiano Whitlam encaram a possibilidade da Indonésia anexar Timor. Whitlam afirmará mais tarde perante o parlamento que tinha obtido do presidente Suharto a promessa de que a Indonésia não tomaria Timor pela força das armas.

Certos meios políticos e militares de Lisboa aceitam rapidamente essa integração como inevitável o que provoca a reacção das autoridades portuguesas de Timor onde é claro que tal solução não corresponderia à vontade do povo.

Em Setembro Mário Soares afirma o direito à autodeterminação, incluindo a independência, de todas as ex-colónias.

Em Setembro o Dr. Mário Soares, então ministro dos Negócios Estrangeiros, afirma na ONU o direito à autodeterminação e à independência, de todas as ex-colónias portuguesas; mas em Outubro o general indonésio Murtopo visita Lisboa, afirma que Timor só poderá ser português ou indonésio e o governo português manda um telegrama ao ministro Almeida Santos de visita a Timor: "*Nesta conformidade S. Excia o primeiro-ministro considera conveniente que V. Excia se abstenha em declarações públicas, de dar ênfase ou mesmo referência expressa solução independência em plano de igualdade outras duas soluções*".

Em Outubro o general Murtopo, de visita a Lisboa, afirma que Timor só pode ser português ou indonésio. As autoridades portuguesas não o contradizem.

Janeiro 1975. Alguns jornais australianos noticiam que a Indonésia prepara uma invasão de Timor.

Em Janeiro de 1975 constatando que uma parte crescente da população apoiava a independência, a UDT adere também a esta ideia e alia-se à FRETILIN para fazer frente ao maior perigo: a anexação pela Indonésia.

Nesta altura, segundo a "Voz de Timor", único jornal publicado em Dili, há notícias de movimentos militares indonésios na fronteira e alguns jornais australianos já noticiam que a Indonésia prepara uma invasão de Timor (11/1/75).

Campanha anticomunista da Indonésia visa Portugal, FRETILIN e UDT.

Para melhor justificar a sua actuação e dividir os timores, a Indonésia lança uma campanha contra o perigo dum regime comunista dirigido pela FRETILIN e apoiado por Portugal, até a UDT é acusada de comunismo.

Acordos secretos Portugal-Indonésia

As autoridades portuguesas estão cada vez mais convencidas de que a Indonésia não permitirá a independência de Timor Leste. Como Portugal não tem capacidades nem vontade de se opôr à Indonésia, os esforços parecem orientar-se para uma passagem da soberania nas melhores condições possíveis. Em Março de 1975 um encontro em Londres fixa algumas regras dessa evolução: continua-se a falar do respeito pela livre vontade do povo de Timor mas é difícil saber se esta cláusula é uma última tentativa de travar a Indonésia ou se pretende simplesmente salvar as aparências perante a opinião nacional e a ONU. Talvez as duas coisas, mas, sem dúvida, tais acordos abrem à Indonésia mais portas do que as que fecha.

Março 1975. No encontro secreto de Londres as autoridades portuguesas fazem importantes concessões aos indonésios.
São tentativas para evitar uma invasão?

Estes acordos secretos só serão tornados públicos em 1981 quando, após revelações parciais que visavam tirar vantagens ao nível político nacional, o presidente da República e o governo decidem a publicação do chamado Relatório de Timor.

Maio 1975. A UDT rompe a coligação.

Alguns leaders da UDT que nunca tinham concordado com a coligação com a FRETILIN decidem a sua ruptura que se concretiza em 27 de Maio. A coligação era de facto dominada pela FRETILIN cujos quadros são mais dinâmicos do que os da UDT.

No terreno, todavia, alguns portugueses e timores continuam a construir o futuro. Em Julho realizam-se as primeiras eleições parciais para os órgãos de poder local onde os timores poderão preparar-se para futuras responsabilidades. O grau de seriedade destas eleições é testemunhado por observadores estrangeiros. No distrito de Lautem, o primeiro escolhido para experimentar a democracia, só um eleito faz parte da APODETI, mais uma prova de que a população rejeita a integração na Indonésia.

A APODETI é convidada por Portugal a participar nas conversações por deferência para com Indonésia.

O facto deste partido ter sido convidado a participar nas conversações em Portugal, a fim de se definir o futuro do território, surge antes de mais como reflexo da necessidade de evitar problemas com a Indonésia e não devido à sua representatividade no seio da população. Todavia, a APODETI viria a recusar o referido convite, declarando que só discutiria com as entidades indonésias.

Mais tarde, após a ruptura da coligação, a APODETI aceita participar na Cimeira de Macau onde Portugal pretende acordar com os partidos as modalidades de autodeterminação.

O golpe da UDT

Agosto 1975. Golpe de força da UDT pelo controle de Dili, exigida a prisão dos dirigentes da FRETILIN.

Em 10 de Agosto de 1975 o governador Lemos Pires empossa a primeira Comissão Regional resultante de uma eleição mas, no dia 11, com a conivência do chefe da policia portuguesa, tenente-coronel Maggiolo, a UDT realiza um golpe de força que lhe permite controlar os principais pontos de Dili e apoderar-se das armas da policia. A UDT exige então das autoridades portuguesas a prisão dos dirigentes da FRETILIN. O governador militar português não conseguirá restabelecer a sua autoridade e os militares de origem timorense serão levados a escolher o seu campo entre as forças em presença; a maioria junta-se à FRETILIN.

Em 26 de Agosto o governador português retira-se para a ilha de Atauro, enquanto a FRETILIN reage ao golpe da UDT.

A FRETILIN domina a situação

Apoiada na população e nos militares que se lhe juntaram, a FRETILIN consegue em menos de um mês reconquistar o dominio completo do território. Jim Dunn, antigo cônsul australiano em Dili, guarda dos meses em que a FRETILIN assumiu o poder a recordação da popularidade dos seus dirigentes e da seriedade com que se esforçam para cumprir a sua tarefa ("Les Etudes", Junho-81 Paris).

Breve guerra civil que termina com vitória da FRETILIN, mas deita a UDT nos braços da Indonésia.

Alguns partidários armados da UDT refugiam-se em Timor Ocidental (indonésio) onde a maior parte são desarmados. Mas a chegada destes refugiados dará aos indonésios um alibi importante para intensificar as acções de desestabilização em Timor Leste; embora sejam essencialmente indonésias as tropas envolvidas nestas acções, a Indonésia afirma que se trata de refugiados ajudados por voluntários indonésios que o governo de Jakarta não controla.

Apesar da intervenção de helicópteros e barcos de guerra, a Indonésia alega que os ataques são feitos por voluntários que ela não controla.

Em Agosto o governo indonésio propõe ao ministro Almeida Santos o envio de tropas indonésias para Timor Leste, *"como primeiro passo para o estabelecimento duma força multinacional de manutenção da Paz"*. Almeida Santos concorda com a ideia duma força multinacional, mas exige o envio simultâneo dos contingentes de Portugal, Indonésia, Austrália e Malásia — solução que já não interessa à Indonésia, que pretendia na verdade apenas obter um pretexto que legitimasse a sua própria intervenção.

Em Setembro os dirigentes da UDT refugiados em Timor Ocidental são levados pela Indonésia a constituir com a APODETI, o KOTA e o Partido Trabalhista uma coligação que toma o nome de Movimento Anti-Comunista.

Preparação da invasão

Por detrás desta coligação o verdadeiro interveniente é o próprio governo indonésio. As cidades de Maliana e Balibo são bombardeadas pela artilharia do pais vizinho e helicópteros apoiam as forças que se infiltram em Timor Leste. Em 16 de Outubro 5 jornalistas da televisão australiana presentes em Maliana para registar imagens do envolvimento indonésio são mortos. Em 14 de Novembro a própria marinha de guerra bombardeia Atabae e seus arredores. É cada vez mais claro que, entre as duas únicas saidas que Adam Malik deixava abertas (Timor Leste, indonésio ou português), a Indonésia já só admite a primeira. O governador português refugiado na ilha de Ataúro continua todavia a defender a realização de conversações entre os três partidos. Enquanto a Indonésia tenta ganhar tempo levando a UDT e a APODETI, que estão na sua dependência, a pedir o adiamento das conversações, a FRETILIN considera esta solução ultrapassada e em 28 de Novembro declara unilateralmente a independência; o Movimento Anti-Comunista responde com uma proclamação de integração de Timor Leste na Indonésia.

A FRETILIN proclama a independência.
Os partidos refugiados na Indonésia pronunciam-se pela integração.

Portugal rejeita uma e outra proclamação. Quanto à Indonésia, embora continue a fingir reconhecer os direitos de Portugal sobre a sua colónia, manifesta *"profunda compreensão"* pela declaração de integração dos partidos refugiados no seu solo.

Nos primeiros dias de Dezembro o presidente Ford e Henry Kissinger visitam Jakarta e, muito provavelmente, dão o seu acordo à invasão de Timor. No dia 5, Adam Malik, convoca alguns embaixadores para comunicar que a situação é grave e que não deverão ficar surpreendidos por futuras iniciativas do seu governo. No dia 6 a Câmara dos Representantes da Indonésia pede ao governo para "restabelecer a paz e a segurança na região" e, no dia seguinte, começa a invasão de Timor.

Mais mortos que na América Central.

Assim começaria o que é, segundo o Center of Defense Information de Washington, uma das guerras mais mortiferas do mundo de hoje: a invasão e ocupação de Timor Leste pela Indonésia causou mais mortos que as guerras no Afeganistão, no Líbano, entre Iraque e Irão; mais mesmo do que as guerras da América Central: Nicarágua, El Salvador e Guatemala juntas.

Genocidio, aproximadamente metade da população.

O genocidio perpetrado por Pol-Pot no Cambodja matou cerca de um quarto dos cambodjanos; em Timor Leste este número é próximo de metade da população total.

APPTL

II
A INVASÃO

A invasão indonésia — Dezembro de 1975

Dezembro 1975. Cerca de 50.000 soldados indonésios invadem Timor. Bombardeamentos indiscriminados e execuções em massa visam dominar a situação em poucos dias.

Embora tivesse começado semanas antes na zona fronteiriça entre as duas partes da ilha, o dia 7 de Dezembro de 1975 — data do ataque a Dili, a capital — é considerado como o dia da invasão.

O ataque, segundo a carta de um missionário católico, é brutal:

"De 7 de Dezembro de 1975 até Fevereiro de 1976 estiveram ancorados no porto de Dili 23 barcos que bombardearam as colinas que rodeiam Dili durante as 24 horas do dia. Os helicópteros (entre 8 a 12) e os aviões (4) voavam por todo o território de Timor. Em terra está um sem número de tanques e carros blindados. As tropas indonésias em Timor devem rondar os 50.000 soldados (não tenho a certeza)".

Apesar destes meios a Indonésia pretendeu que o ataque não tinha sido feito pelas suas tropas mas por voluntários favoráveis à sua integração e que não podia impedi-los de actuar.

Uma testemunha ocular afirma que os pára-quedistas mataram a tiro mulheres que levantavam os braços e obrigaram pessoas que estavam perto de uma Igreja a entrar nela:

"Às 9 horas da manhã do dia seguinte estas pessoas e outras receberam ordens dos soldados indonésios para irem ao cais, onde estavam presas cerca de 27 mulheres, algumas timores, outras chinesas. Ela disse que um certo número de mulheres tinham crianças com elas e que todas choravam. Os indonésios arrancavam as crianças às mães e davam-nas à multidão. A seguir foram abatidas a tiro, uma a uma. Os indonésios deram ordem aos presentes para fazerem a contagem. Às duas da tarde 59 homens, chineses e timores, foram levados para o cais. Um deles era X cuja viúva, segundo contava a minha informadora, se encontra agora na Austrália. Estes homens eram abatidos um a um. De novo os presentes tiveram de fazer a contagem. Foram cerca de 500, calculava ela. As vítimas deviam pôr-se na ponta do cais, de modo a que os corpos caíssem na água ao serem abatidos. Os soldados indonésios abriam fogo sobre os corpos na água, quando estes ainda davam sinais de vida. Muitos dos homens — tal como tinham feito as mulheres antes de serem executadas —

suplicavam aos indonésios, alguns de joelhos, mas ninguém do grupo foi poupado. Um outro informador contou-me que no dia seguinte os corpos deram à costa, em frente da casa do bispo, tendo os timores recebido ordens para os retirar daí. Estes informadores disseram-me terem ouvido dizer que as execuções tinham continuado".

Esta informação foi recolhida por J. Dunn, último cônsul australiano em Dili, presidente do Conselho dos Direitos Humanos na Austrália.

Organização da resistência

3/4 da população foge para as montanhas e organiza-se sob a protecção da FRETILIN.

Perante a violência do ataque indonésio, a maior parte da população abandona as suas vilas e refugia-se nas montanhas sob a protecção da FRETILIN, que organiza a resistência e as condições gerais de sobrevivência.

Em 8 de Janeiro de 1976, a agência indonésia de informação Antara diz que as forças do seu país controlam 1/3 do território. Mas em Novembro, quase um ano após a invasão, uma delegação de padres católicos indonésios que visita Timor afirma num relatório escrito que é mais tarde publicado pelo Parlamento Australiano:

"80% do território está controlado pela FRETILIN. O total de vilas ocupadas pelas tropas indonésias ronda as 150.000 pessoas num total de 650.000 habitantes. O que significa que 500.000 estão fora do seu controle".

No fim de um ano, missionários estimam que morreram cerca de 100.000 timores, perto de 1/6 da população.

Os padres indonésios, achando elevado o número de 60.000 mortos que lhes tinha sido avançado (10% da população), confiam essa dúvida a dois padres de Dili, os quais dizem que as suas estimativas são de 100.000 mortos.

A aceitação da Indonésia está a baixar por causa dos excessos das forças de ocupação, dizem ainda os padres indonésios, continuando a citar os padres de Dili:

"Um exemplo, em Amara 5.000 pessoas desejaram boas vindas às tropas da Indonésia. Agora existem apenas 1.000 pessoas na vila porque o resto da população se juntou à FRETILIN nas montanhas".

"Matámos 60.000 a 80.000 timores mas libertámos 600.000" — Adam Malik - 2/1977.

Em Fevereiro de 1977, após um ano de ocupação, o ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia, Adam Malik, declara cinicamente:

"Matámos 60.000 ou 80.000 timores mas libertámos 600.000".

Bombardeamentos, fome, rendição das populações — (1977-1980)

Setembro 1977. Tudo o que não pode ser dominado é bombardeado, destruído ou morto.

Em Setembro de 1977 os ocupantes iniciam uma nova táctica: não conseguindo vencer a resistência organizada nas montanhas, começam a destruir sistematicamente por bombardeamentos todas as formas de vida nas regiões que não conseguem dominar. Um padre escreve em Novembro de 1977:

"Os aviões não param durante todo o dia. Há centenas de seres humanos que morrem diariamente. Os corpos são alimentos para os abutres.

Se não são as balas que nos matam, morremos de doenças epidémicas que destrõem populações inteiras. A guerra está a entrar no terceiro ano e parece não ir acabar tão cedo. As barbaridades (compreensíveis na Idade da Pedra), as crueldades, o roubo, os poletões de fuzilamento sem qualquer justificação fazem agora parte da vida quotidiana em Timor. A insegurança é total e o terror de ser preso é o nosso alimento diário".

Centenas de povoações foram apagadas da face da terra, confidencia uma personalidade oficial indonésia.

Um texto elaborado pelo departamento dos Negócios Estrangeiros do Parlamento Australiano e publicado em 8/3/78 cita a confissão duma personalidade oficial indonésia segundo a qual centenas de povoações tinham sido:

"... apagadas da face da terra por bombardeamentos e muitos nomes de localidades tinham desaparecido do mapa de Timor-Leste".

Estes bombardeamentos prolongaram-se durante mais de dois anos, é um missionário que escreve:

"Quando atacam qualquer zona em geral a força aérea e marítima do inimigo actuam ao mesmo tempo... a bomba de napalm é das mais mortíferas e incendeia tudo... os ataques cerrados do inimigo são, na maioria das vezes, contra os sítios onde se concentra muita população, como por exemplo, no sopé da montanha de Matebia, durante Outubro e Novembro de 78, lançaram cerca de 600 a 700 bombas por dia, quando a maioria da população civil ainda estava no mato".

Ao mesmo tempo, os militares indonésios provocam a destruição das culturas utilizando bombas de napalm a fim de obrigarem o povo a descer para as zonas ocupadas. A fome torna-se então um processo generalizado.

Os bombardeamentos, a fome, as doenças obrigam a população a entregar-se, o que nem sempre lhe permite escapar à morte.

Enfraquecida pela fome e pelas doenças, a maior parte das populações entrega-se entre 1978 e 1980. Um padre escreve:

"Muita gente retornou dos matos e das montanhas às vilas na esperança de viver, apoiados nas promessas e nas garantias oferecidas por entidades oficiais e particulares, incluindo a garantia da amnistia do presidente da República Indonésia. Mas a realidade provou o contrário. Todos os que desceram das montanhas e voltaram do mato às vilas, ou a sua maior parte, foi cobardemente dizimada.

No dia 7 de Novembro de 1978, o Liurai (*) Adelino de Carvalho entregou-se no posto de Uato Lari com todo o povo que se encontrava com ele. Logo que se entregaram foram presos e encerrados na prisão, durante três meses. Depois soltaram-nos em Janeiro de 1979. O leitor imagine o que lhes terá acontecido durante esses três meses na prisão.

Em Fevereiro de 1979 deu-se um ataque da FRETILIN sobre uma camioneta. Nesse assalto morreram 6 pessoas entre as quais um javanês. Este acontecimento tornou-se o motivo para que todos os que tinham sido libertos em Janeiro anterior fossem de novo aprisionados em 9 de Abril do mesmo ano. E sem julgamento nem inquéritos todos eles foram eliminados em 15, 16 ou 17 de Abril, em Ulsu, Uatolari, Lia Sidi, Saqueto e Be-Aço. Alguns dos condenados escaparam de novo para o mato; entre eles estava o liurai Adelino de Carvalho (*).

(Seguem os nomes e locais de origem de 118 pessoas, 116 homens e 2 mulheres).

Ao todo são 118 (cento e dezoito) pessoas. Estes são os nomes completos daqueles que foram massacrados. De muitos outros desaparecidos não há notícia".

Outro testemunho:

"No dia 23 de Novembro de 1978, na montanha de Uadaboro das cordilheiras de Matebia, situada na parte leste da ilha de Timor-Leste, foram mortas a rajada de metralhadora cerca de 500 pessoas, inclusivamente mulheres grávidas e crianças de todas as idades. O massacre teve lugar depois das tropas indonésias terem conseguido aliciar as pessoas dizendo que 'eles vinham apenas para ajudar o povo de Timor'".

(*) Liurai - autoridade tradicional

Nos campos controlados

As populações que se renderam aos indonésios são encaminhadas para campos controlados. "Mais 100.000 encontram-se num estado de inanição completa" — dizem diplomatas.

Para acolher as populações vindas da montanha, mas com o fim de impedir o contacto com as populações já sob o seu controle, as autoridades indonésias criam aldeias estratégicas que mais se parecem com campos de concentração.

Em Setembro de 1978, um grupo de jornalistas e diplomatas cuidadosamente escolhidos visita Timor-Leste a convite do governo indonesio. Apesar de se tratar de uma "visita guiada", o embaixador canadiano declara aos repórteres que as pessoas que tinham tido a oportunidade de ver na aldeia de Remexio *"se encontravam numa situação deplorável. Em muitos casos estão a morrer de fome, desesperadamente doentes, necessitando de auxílio imediato em termos de alimentação, vestuário e assistência médica elementar".*

E os diplomatas lançam nessa altura um grito de alarme: mais de 100.000 pessoas encontram-se num estado de inanição completa.

Segundo o testemunho dos religiosos locais que participaram no trabalho de assistência às populações, num só distrito (num total de 14) morriam cercade 500 pessoas por mês devido à fome.

"(...) um relatório da Igreja indonésia apresentado em 1979 referia que um destes centros, perto de Maubisse, estava praticamente sem alimentos e que os seus medicamentos se resumiam a 300 comprimidos de cloroquina e 5 metros de ligaduras. De acordo com a mesma fonte, em Ermera morriam cercade 300 pessoas por mês devido às difíceis condições de vida no campo".

(In "Declaração de J. Dunn ao Tribunal Permanente dos Povos, sessão sobre Timor Leste", Lisboa, Junho de 1981.)

Segundo o Secretário de Estado Adjunto dos EUA, Holbrooke, cerca de 200.000 pessoas viviam nestes campos em 1979, sob estreita vigilância. Mais tarde, em 1981, o Departamento de Estado admitirá que:

"existem já 150 desses campos controlados"

e algumas fontes avaliavam em 300.000 a população desses campos.

Segundo a Cruz Vermelha, em 75.000 habitantes dos campos visitados 60.000 encontram-se num estado alarmante; 20.000 não escaparão à morte.

Só em 1979 a Cruz Vermelha Internacional foi autorizada a entrar em Timor. Em Julho, os delegados da Cruz Vermelha visitaram 13 campos com uma população total de 75.000 habitantes. Destes, 60.000 estavam num estado alarmante de subalimentação e entre eles, segundo os membros da Cruz Vermelha, 20.000 não escapariam à morte.

Vergar as vontades

Em fins de 1980 os ocupantes controlam fisicamente a população, mas falta-lhes controlar a sua vontade...

...Para o conseguir eliminam todos os que têm um certo nivel de instrução...e instauram um clima de terror.

Nos fins de 1980, os ocupantes têm sob o seu controle fisico a quase totalidade da população de Timor Leste; mas ainda seria preciso vergá-la para ela aceitar a soberania indonésia: essa segunda tarefa revela-se ainda mais dificil que a precedente.

Para o conseguir, as forças indonésias começam por escolher e matar selectivamente os timores com um certo nivel de instrução ou que poderiam ter algum ascendente sobre a população.

"O nivelamente da classe intelectual está no programa do invasor. Praticamente todos os instruidos foram eliminados ou estão em vias de o serem",

escreve um padre em Janeiro de 1981. Um relatório datado de Julho do mesmo ano revela:

"No posto de Uatalari, no concelho de Viqueque, foram exterminados os rapazes que tinham como habilitação minima a segunda classe da instrução primária".

Os invasores esperam assim criar condições para que o povo maubere aceite a lingua, a cultura e as tradições indonésias. Ao mesmo tempo é aberta uma politica de incentivos: os mais colaborantes são recompensados, recebendo desde um posto na administração pública a uns quilos de arroz, conforme o estrato social de cada um.

Para quem não aceita colaborar, para todos os que continuam a ser suspeitos e mesmo para a grande maioria da população, há inúmeras formas de pressão, de humilhação, de brutalidade, que muitas vezes levam à morte.

Todos estes procedimentos não se verificaram apenas num periodo — são a constante de 9 anos de ocupação. Voltaremos mais adiante a referir este conjunto de factos, que se pode traduzir numa unica palavra **GENOCÍDIO!**

Reorganização da FRETILIN para a guerrilha

A FRETILIN tinha sofrido duros ataques; a rendição das populações permite-lhe reorganizar-se.

A rendição das populações que tinham passado 3 anos nas montanhas iria permitir a FRETILIN reorganizar-se de uma maneira mais adaptada as circunstâncias da luta. Sobrecarregada durante três anos pela necessidade de organizar a vida e a defesa de 400.000 a 500.000 pessoas nas montanhas, a FRETILIN tinha sofrido duramente os ataques das forças indonesias

O primeiro presidente da FRETILIN, Francisco Xavier do Amaral acabou por entregar-se aos indonesios na esperança de pôr assim fim ao genocidio. O segundo presidente, o Comandante Nicolau Lobato, morreu em combate em 31 de Dezembro de 1978

Uma parte dos seus quadros foram mortos ou presos e a desorganizaçao era grande. O actual dirigente da FRETILIN, Xanana Gusmão, explica como, a cabeça dum grupo de 50 homens, começou em 1980 a percorrer todo o pais, a partir da Ponta-Leste, a procura de bolsas de resistência e grupos armados que permanecessem ainda activos e dos quais ele não tinha noticias por terem sido cortados todos os contactos

Pouco a pouco a resistência reorganiza-se em pequenas unidades moveis de guerrilha solidamente ligadas entre si

Em Março de 1981 realiza-se a 1 Conferencia Nacional para a Reorganização do Pais que escolhe uma nova direcção e decide a criação do Conselho Revolucionário da Resistência Nacional, um órgão colectivo que tomara as decisões essenciais para o futuro, não so ao nivel das acções de guerrilha mas sobre a definição politica do movimento.

Entre as populações que se renderam estavam alguns quadros da FRETILIN. Isso permitiria um melhor contacto entre a guerrilha e as populações favoreceria o fornecimento de informações e ate de armas e munições aos guerrilheiros: armas roubadas ou, às vezes, compradas aos proprios indonésios.

A timorização da guerra

Após 5 anos de guerra, 88% dos combatentes da FRETILIN continuavam a lutar.

Os indonésios sempre procuraram evitar o combate directo com a FRETILIN. Bem treinados e organizados, com melhor conhecimento do terreno e uma combatividade muito superior, os guerrilheiros são temidos. Em 1981 uma testemunha avaliava em 10,5% os combatentes da FRETILIN mortos em combate ou por bombardeamentos nos primeiros 5 anos de guerra e em 1,5% os que se tinham rendido. Cerca de 88% continuavam a lutar. A mesma testemunha afirma que só no mês de Abril tinham sido abatidos cerca de 80 a 100 soldados indonésios. Na mesma época um missionário avalia em 100 as perdas mensais dos indonésios.

As tropas da Indonésia estavam pouco motivadas. "Um batalhão inteiro entregou as armas à FRETILIN e veio-se embora". Os indonésios tentam aumentar a participação dos timores no esforço da guerra.

O moral das tropas indonésias é baixo, fala-se de rebeliões, deserções e mesmo de entrega de armas aos resistentes.

"Em 1981, em Bazartete, isso foi comprovado; um batalhão inteiro entregou as armas à FRETILIN e veio-se embora. Eu não estava presente mas sei que foi levantado um tribunal militar...",

afirma Mons. da Costa Lopes, Administrador Apostólico de Timor de 1977 a 1983.

A partir desta altura os indonésios tentam aumentar a participação dos timores no esforço de guerra. Isso realiza-se de diferentes maneiras:

— TROPAS TIMORES — os batalhões 745 e 755, recrutados um a este, outro a oeste, e mandados para a parte do território oposta ao seu recrutamento. Os comandos são antigos membros da FRETILIN que se renderam. Todos eles são considerados como suspeitos:

"São membros do exército em fachada, mas na verdade continuam simpatizantes da FRETILIN" (Doc. militar secreto).

"eles são membros do exército indonésio, na aparência mas, em verdade, continuam sempre simpatizantes do GPK",

diz um documento militar secreto que chama GPK (Movimento para a Desestabilização da Segurança) à FRETILIN. Esta constante suspeita obriga os indonésios a fazer destas tropas de timores um uso particular: obrigam-nas a avançar à frente dos soldados indonésios e, quando encontram combatentes da FRETILIN, têm de lutar, senão os indonésios atiram contra eles.

Os civis são utilizados como "escudo humano".

— CIVIS acompanhantes de soldados e utilizados para levarem as bagagens. Em 1981 foram maciçamente utilizados todos os rapazes e homens dos 12 aos 55 anos, desarmados, numa nova táctica de "escudo humano" para proteger os soldados indonésios.

"Até alguns soldados indonésios choraram".

"Vários circulos com os diversos batalhões e o povo forçado a servir de anteparo; os membros do povo da montanha e da resistência que não escapou ao cerco, foi tudo simplesmente massacrado diante de todos... massacrados a rajada ou esfaqueados, crianças de todas as idades eram esquartejadas, as mães degoladas, as mulheres grávidas esfaqueadas e os bébés que esperavam nascer esmagados ou esquartejados (...) Contaram testemunhas que até alguns soldados indonésios choraram..."

(carta de um padre, 28/10/81).

"À volta do tal monte de Santo António formaram vários circulos. Muitas testemunhas referem que, a certa altura, os guerrilheiros da FRETILIN se aproximaram do povo e lhes comunicaram que não lhes queriam fazer mal, que se afastassem, pois era os indonésios que eles esperavam. (...) O povo, porém, estava impedido de se mover. Os gajos (indonésios) diziam ao povo: 'Haveis de morrer por uns ou por outros, por nós ou por eles'. E então os guerrilheiros da FRETILIN disseram ao povo: nós lutamos pelo povo e não contra o povo. E muitos morreram quando já não podiam disparar sem atingir o seu povo. Este episódio parece ser um dos factos mais marcantes na memória de todos os que por lá andaram e agora regressam"

(carta de um padre, 30/9/81).

Estas operações tiveram o resultado contrário ao que os indonésios esperavam.

"Foram os opressores que arrastaram este povo permanentemente espezinhado para o colocar frente a frente com o espírito da FRETILIN".

"Por tudo o que se vê e ouve por parte do povo é esta a conclusão: estas vergonhosas operações forçadas (...) resultaram num total fracasso para as intenções dos opressores (...) e foram os mesmos opressores que arrastaram de todos os cantos de Timor este povo permanentemente espezinhado para o colocar frente a frente com o espírito da FRETILIN..."

(carta de um padre 30/9/81).

1981 — A guerrilha retoma a iniciativa

Movimento de regresso para o mato.

A grande operação que devia mostrar ao povo de Timor que a FRETILIN estava morta mostrou-lhe exactamente o contrário. Após o grande movimento de descida das populações esfomeadas para os campos controlados, após todos os vexames, humilhações e maus tratos que aí sofreram, começou um movimento de regresso ao mato, não um regresso em massa, mas um regresso selectivo apoiado num sentimento generalizado. Em 1981 a guerrilha retoma a iniciativa militar, em 1982 já leva a efeito ataques de maior envergadura e em Fevereiro de 1983 ocupa simultaneamente 5 vilas numa operação em que teriam estado envolvidos 2.500 guerrilheiros. Alguns dias mais tarde, o correspondente da France Press em Jakarta tem um encontro com o coronel Purwanto, comandante das forças indonésias em Timor; a sensação que retira é de desânimo do coronel: aumenta a guerrilha e o apoio popular a esta guerrilha.

Documentos militares indonésios, datados de Dezembro de 1982, dizem: *"A população tem mais confiança no GPK do que no exército indonésio"*, e reconhecem:

O GPK é *"mensageiro das aspirações do povo"* e tem *"um espírito de combate muito militante... e de sacrifício"*.

Conversações preliminares e cessar fogo — (Março/83)

Timor já "foi chão que deu uvas" para os militares indonésios. A terra foi completamente saqueada quando se deu a invasão. Jim Dunn diz como, depois de levarem todo o conteúdo das casas, os soldados indonésios levaram até as janelas das casas para os seus barcos. O sândalo, madeira preciosa duma árvore que leva 100 anos a crescer, foi todo levado pelos ocupantes até às raizes. Hoje só alguns oficiais conseguem tirar algum lucro da ocupação: explorações agricolas, comércio, roubo sobre as ajudas internacionais... Para a maioria dos indonésios, porém, fica o descontentamento.

Os sucessos da FRETILIN levam os militares indonésios a negociar.

Após os ataques da FRETILIN em 1982 e início de 1983 prova-se que as grandes operações militares indonésias não dão o resultado esperado: a resistência está mais forte e efectua operações que, sem pretenderem mudar a situação global, afectam seriamente o moral dos militares indonésios. O coronel Purwanto obtém do Ministro da Defesa, general Yusuf, a autorização para estabelecer conversações com a guerrilha e elabora um novo plano.

São os militares indonésios que pedem conversações e cessar-fogo... esperando obter assim o que não conseguiram obter pela guerra.

A vontade de conversar com a FRETILIN manifestada pelos militares indonésios não é clara. Os primeiros contactos são feitos no sentido de propôr aos líderes da guerrilha vantagens materiais: casa, carro, emprego... em Timor ou em qualquer lugar. Se a corrupção existente no seio do exército indonésio permite que a guerrilha compre aos seus inimigos, mesmo as suas armas, introduzida no seio da FRETILIN ela poderia quebrar a sua resistência. Mas para começar as conversações a guerrilha apresenta reivindicações que têm valor nitidamente político.

As negociações não se desenrolarão em Baucau como o quer o comando indonésio mas nas zonas controladas pela resistência, em instalações provisórias montadas pela FRETILIN e onde aparecem os seus sinais distintivos: as iniciais RDTL (República Democrática de Timor Leste) e a sua bandeira.

Rejeitada a primeira tentativa de corrupção os militares indonésios propõem conceder uma zona para os guerrilheiros e suas famílias, tractores e fundos para o desenvolvimento da zona e mesmo administração e organização próprias, um pouco à maneira das "reservas para índios".

Mas a FRETILIN apresenta um verdadeiro plano de paz cujo fundamento é a autodeterminação do povo sob o controle da ONU.

Os militares indonésios não têm poderes para responder a tais exigências. Enquanto se espera a resposta do governo de Jakarta, as partes em conflito estabelecem um cessar-fogo. É também acordado que Jakarta informará o Secretário Geral da ONU sobre o desenrolar das negociações.

Durante este cesar-fogo os chefes da guerrilha podem abastecer-se nas lojas indonésias e é o próprio exército indonésio que paga as facturas (continuava a esperar que a corrupção desse resultado). Os guerrilheiros podem vir para a cidade e voltar livremente (espera-se assim enfraquecer o espírito da resistência). Mas também militares indonésios visitam campos de guerrilha

A FRETILIN aproveita o cessar-fogo para melhorar as suas comunicações com o exterior.

(tentando adquirir um melhor conhecimento da FRETILIN, da sua organização, das suas ligações com as populações controladas).

Do lado da FRETILIN espera-se desta acalmia a possibilidade de reforçar as ligações não só com as populações controladas pelo invasor, mas sobretudo com o exterior e — a gravação das conversações preliminares parece mostrá-lo — acredita-se mesmo na possibilidade de negociarem a sério.

O tempo passa. O governo de Jakarta não comunica ao Secretário Geral da ONU o inicio das conversações com a FRETILIN. O general Benny Murdani, um "falcão" de quem Suharto disse que teria uma nova guerra em cada dia se o ouvisse, é nomeado pelo mesmo Suharto chefe do Estado Maior das Forças Armadas enquanto o general Yusuf, o ministro da Defesa que deu o seu acordo às conversações perde a sua pasta no governo. O cessar-fogo mantém-se, mas o general Benny Murdani já ameaça: só há duas soluções — rendição ou morte.

O general B. Murdani, um "falcão" nomeado Comandante-Chefe das Forças Armadas, anuncia o regresso à maneira dura: "Rendição ou morte".

Entretanto, a resistência alcançou pelo menos um dos seus objectivos: rompeu o bloqueio que a Indonésia impusera a Timor. Documentos, fotos, gravações sobre as conversações sairam do pais. A Indonésia que tentava negar a realização das conversações com a FRETILIN, é confundida quando aparecem fotografias do seu comandante-chefe em Timor sentado à mesa com o comandante-chefe da FRETILIN — uma mesa onde só se encontra a bandeira da FRETILIN.

Por outro lado, a tentativa de apresentar as conversações como a rendição da FRETILIN também não tem sucesso. O general Benny Murdani ameaça lançar 80 batalhões, se for preciso, para acabar com a FRETILIN...

Nova ofensiva 'final' — (Agosto 1983)

Neste ambiente surgem vários incidentes. O primeiro parece ser a morte pelos indonésios de 3 guerriheiros da FRETILIN que, conforme o permitia o cessar-fogo, iam para uma aldeia, sem as suas armas.

Um outro incidente produziu-se na aldeia de Craras onde, no fim de uma festa, soldados indonésios teriam abusado das mulheres e raparigas. Cerca de 15 dos 20 militares envolvidos neste caso foram mortos e os homens da aldeia, após o roubo das armas do posto indonésio, fogem para o mato.

Em retaliação o exército indonésio massacra cerca de 200 pessoas, as mulheres e crianças que tinham ficado na aldeia. Um terceiro caso seria uma emboscada montada por 'hansips' — soldados timores do exército indonésio — desejosos de se juntarem à FRETILIN antes do início da ofensiva.

Estes dois últimos casos serviram à Indonésia de pretexto para o recomeço das hostilidades mas tudo estava pronto para o dia 17 de Agosto, dia da independência da Indonésia, e mais de 10.000 soldados desembarcaram nos dias seguintes

Em Agosto de 1983 a Indonésia lança de novo uma grande *"ofensiva final"* para a captura de Xanana Gusmão antes das chuvas (Outubro/Novembro) e para *"aniquilar"* a FRETILIN. Embora a administração americana responsabilize a FRETILIN pelo recomeço das hostilidades, não oferece dúvidas de que a iniciativa pertence aos indonésios.

"Acabou a brincadeira... empregaremos todos os meios militares à nossa disposição" (general Benny Murdani).

"Acabou a bincadeira" diz o General B. Murdani; *"empregaremos todos os meios militares à nossa disposição"*. Estes meios são vastos, estimados em 40.000 soldados utilizados na operação, apoiados por aviões, helicópteros, blindados... A táctica é, mais uma vez, a de "pente fino": colocar tropas segundo uma linha Baucau-Viqueque e empurrar até à Ponta Leste. Aí, segundo os estrategas indonésios, se encontram os rebeldes.

A par das operações militares a repressão redobra contra os civis. Muitos prisioneiros são transportados para campos na ilha indonésia de Bali e outros os substituem nos campos e prisões. Só em Dili, segundo o Administrador Apostólico, Mons. Belo, 600 pessoas são presas e interrogadas, outras são mortas por terem alegadas ligações com a guerrilha, outras enfim desaparecem sem que seja possivel saber se foram mandadas para uma prisão em Timor, noutra ilha, ou simplesmente assassinadas.

O fim da ofensiva está previsto para o dia 5 de Outubro, depois para o Natal, para Fevereiro, para fins de Abril...

Tendo em conta a importância dos meios lançados no ataque, os indonésios contam que tudo estará acabado em 5 de Outubro, festa das Forças Armadas Indonésias, e preparam já a festa: o próprio presidente da República, general Suharto, deveria ir a Timor nesse dia. A máquina de guerra avança mas para desespero dos militares indonésios, a FRETILIN surge nas suas costas e começa a atacar na rectaguarda.

Centenas de "hansips" desertam das fileiras indonésias e juntam-se, com as suas armas, à FRETILIN. Para escapar às vagas de prisões lançadas pelos ocupantes, dezenas de civis refugiam-se no mato.

As festas de 5 de Outubro são anuladas e o fim das operações adiado para o Natal, mas nessa altura o general Murdani, de visita a Díli, lança um novo apelo à rendição. Tudo estará acabado em Janeiro-Fevereiro, anunciam fontes indonésias mas, em Fevereiro, as mesmas fontes afirmam que as operações durarão "pelo menos" até fins de Abril... e em Abril falam em "reduzir os rebeldes à fome", bloqueando-os nas montanhas.

O general Murtopo tem uma explicação para estes adiamentos sucessivos: "quanto mais pequena é a guerrilha, mais difícil é apanhá-la" mas tal argumento contradiz outras fontes militares que confessam que "as perdas são excessivamente elevadas".

... até todos nós ficarmos velhos !

Os guerrilheiros "vivem no seu próprio meio. Sabem onde está a água. E os soldados não" diz o general Murtopo. Mas o verdadeiro problema não é o da água; o general acrescenta que os seus soldados "disparam contra sombras". A falta de combatividade é um facto já conhecido, ela levou às conversações com a FRETILIN em Março de 1983 e conduz um ano depois à opção de reduzir os rebeldes pela fome, o que será difícil porque, diz o general Murtopo, "o padrão de vida é tão baixo que o povo está habituado a viver virtualmente com nada". Um adido militar ocidental colocado na capital indonésia e convidado a visitar Timor Leste em Fevereiro de 1984, afirma que este problema "é uma ferida aberta"., os indonésios "tentaram um aproximação dirigida aos corações e à razão, mas não resultou. Agora voltaram à prática de dureza, e não está a dar melhores resultados. E a situação está em vias de se prolongar indefinidamente, até todos nós ficarmos velhos".

Outras ofensivas "finais"

Na sequência das ofensivas desencadeadas em Agosto de 1983, a Indonésia reforça substancialmente os seus efectivos militares e volta à táctica dos bombardeamentos aéreos, usados nos primeiros tempos da invasão. Só que, ao invés do que pretendia, a Resistência persiste nas sua acções, e aumenta a sua eficácia. Se em 1983 tinham sido abatidos 68 indonésios, em 1984 o seu número sobe para os 258, não contando com os feridos e com o armamento capturado. Descrevendo a situação vivida no território, Monsenhor Carlos Filipe Ximenes Belo escreve ao seu antecessor, Monsenhor Martinho da Costa Lopes, em Fevereiro de 1984:

Doenças, fome e perseguições....

«Nós cá estamos em piores condições sociais-políticas. Como sabe, desde o 8 de Agosto, é que a situação piorou. Prenderam-se em todos os postos as pessoas (só em Díli - seiscentas pessoas) e agora estão a ser julgadas em tribunais militares. Outras feitas desaparecer. Não sabemos se estes tribunais são imparciais e se há advogados de defesa... Nos Kabupatens de Lospalos, Viqueque, Baucau e Ainaro, a guerra existe e as populações estão encurraladas. Sofrem doenças, fome, falta de liberdade, e perseguição. Só em Lospalos há dez batalhões, e estes bapaks não conseguem ganhar a guerra. Eles pensaram em arrumar o assunto até finais de Dezembro de 1983, mas já vamos em Fevereiro e o resultado da operação militar não se vê. Começaram a mobilizar de novo as populações civis nos Kabupatens de Covalima, Ainaro, Same, Manatuto, Baucau e Viqueque. Ficamos admirados com este país, com tantos batalhões, helicópteros, tanques e aviões bombardeiros, ainda precisam do apoio do rayat. E lá vão os homens munidos de azagaias e catanas, deixando várzeas e hortas. É uma miséria, Monsenhor! A Cruz Vermelha não entra nas prisões, nem eu posso celebrar eucaristia para os detidos políticos da Komarka.

Em Muapitini (Lospalos) e Iliomar houve julgamentos populares, isto é, os implicados com os contactos com o mato, foram assassinados diante do povo, à facada, catanada e à paulada, e pelos próprios familiares... E o Bapak ri-se de contente, esfregando as mãos, e dizendo que não tem culpa... É uma situação macabra que estamos a viver. Isto mais ou menos uma imagem pálida do que estamos a viver.

A presença de batalhões indonésios era maciça em Lospalos, Viqueque, Venilale e Díli, entre muitas outras povoações, estimando-se os efectivos invasores em 30 a 40 mil soldados. Dispunham de tanques e de artilharia pesada, para além de 8 aviões de combate estacionados em Baucau e 12 helicópteros localizados em Díli. Apesar disso, chegados a 1985 não só Xanana Gusmão permanecia em liberdade, como desde Janeiro desse ano foi colocado em funcionamento um posto da Rádio Maubere que é ouvido em Timor, na Indonésia, na Austrália, nas Ilhas Fidgi, na República de Vanuatu e na Papua Nova Guiné. Deste modo a Resistência consegue furar o forte bloqueio à informação, imposto pela Indonésia, e passa, também, a beneficiar das divisões e divergências que se abrem entre os oficiais e generais indonésios, por causa da questão de Timor. Não só diversos soldados indonésios se recusam a combater, como colaboram em informações e armamento com a Resistência Maubere. Segundo um mapa capturado às forças militares indonésias em Junho de 1985, as Falintil operavam em unidades organizadas na maior parte do território, exceptuando na zona ocidental do Timor Português, num espaço situado entre o Timor Indonésio e uma linha que ia de Díli até Suai.

À incapacidade de vencer a resistência juntam-se as divisões entre os militares ocupantes.

O massacre de Fo-Mano.

A partir de Julho de 1986 novas ofensivas são lançadas pelas Forças Armadas Indonésias. A sua presença militar atinge 50 batalhões, que no seu conjunto somam 40.000 homens. Procurando capturar Xanana Gusmão, são enviados 12 batalhões para Viqueque e Lospalos, que recorrem a bombardeamentos aéreos realizados por 4 caças e 2 mini-jactos. Nas regiões de Same e de Lospalos, o invasor recorre ao uso das populações, incluindo estudantes, que são obrigados a participar nas operações militares. Denominadas Operasi Kikis (Operação Extinção), estas novas ofensivas concentram-se na zona centro e leste do território. Paralelamente verificou-se um grande número de prisões e desaparecimentos entre as populações civis: em 3 de Agosto de 86, Fo-Mano, uma aldeia timorense, foi completamente massacrada pelos invasores. Para estas operações a Indonésia recebeu da Grã-Bretanha e da Suécia, entre outros países, caças bombardeiros, tanques e barcos de guerra. Apesar disso a Resistência realizou várias investidas, tendo ocupado Viqueque durante três dias. Em Dezembro foi a vez de Lospalos ser atacada, de que resultou a morte de 30 soldados indonésios aí aquartelados. O ocupante pretendia «limpar o terreno» com vista às eleições gerais indonésias de Abril de 1987, para as quais pretendia convidar "observadores" estrangeiros, na sua estratégia de mostrar ao exterior que «a Resistência não existe em Timor Leste»...

Nova tentativa falhada para capturar Xanana Gusmão.

A 20 de Março de 1987 é lançada nova ofensiva militar do ocupante, antecedendo as eleições gerais indonésias de Abril, nas quais os timorenses, mais uma vez, foram obrigados a participar. Enquanto o Coronel Yosfiah, comandante militar indonésio de Timor Leste, afirmava ao jornalista sueco Terje Svabö, do Svenska Dagbladet, a 27 de Março de 1987, que a Resistência apenas possuía 150 homens armados, o Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais (CSIS) de Jacarta, indicava como 1.500 o número dos resistentes armados. Só no mês de Dezembro, segundo fonte oficial indonésia, foram mortos 32 militares do exército ocupante, 30 dos quais em resultado de um ataque da guerrilha na estrada Lospalos-Iliomar. Como represália, o ocupante prendeu 26 habitantes de Iliomar, 10 deles executados imediatamente. Prova inequívoca do fracasso indonésio em vencer a guerra, a 11 e 12 de Julho de 1987 chegaram a Lospalos e Baucau, transportados em aviões Hercules, mais 1.000 Boinas Vermelhas. Estas tropas especiais, comandadas pelo Coronel Soenarto, tinham como missão capturar, em seis meses, o Comandante-em-Chefe das Falintil Xanana Gusmão e destruir a direcção da Fretilin. A 10 de Dezembro do mesmo ano o Coronel Soenarto abandonou Timor sem ter alcançado nenhum dos seus objectivos. Os seus homens apenas conseguiram capturar 4 guerrilheiros no mês de Setembro, apesar do grande reforço em efectivos, carros de combate e armamento diverso, e dos enormes prémios concedidos a quem capturasse elementos das Falintil e especialmente o seu líder. Em contrapartida, só no mês de Agosto perdeu cinco militares, número que aumentou até final do ano, para não falar dos feridos graves resultantes dos recontros com a Resistência Maubere. A 31 de Dezembro de 1987, Benny Murdani, Comandante-em-Chefe das Forças Armadas Indonésias, que em Agosto de 1983 prometia acabar com os resistentes timorenses, referindo que nas regiões desérticas de Timor Leste estavam a combater 500 guerrilheiros, já afirmava que «poderá levar mais alguns anos até que consigamos vencê-los». Poucos dias antes, quando se celebrava a consoada natalícia, data em que Benny Murdani se encontrava de visita a Timor, é hasteada, em protesto contra a presença do invasor, a bandeira portuguesa, ao que se seguiu uma violenta repressão. Para um país como a Indonésia, que repetidas vezes classifica a presença portuguesa em Timor de colonialista, este gesto não deixa de ser duplamente significativo, principalmente quando o ocupante afirma que "interveio" em Timor para "libertar os timorenses da opressão colonial portuguesa"...

O hastear da bandeira portuguesa é utilizada como protesto contra o invasor.

Xanana Gusmão esteve cercado mas conseguiu escapar, mais uma vez.

Chegados a 1988, com a Resistência a manter-se activa e organizada, é lançada a Operasi Sapu Bersih (operação "limpeza geral"), visando mais uma vez a captura do Conselho Revolucionário de Resistência Nacional, e especialmente de Xanana Gusmão. Organizado um cordão militar no sentido norte-sul, os militares indonésios avançam para leste, com o objectivo de destruir, por completo, as posições da guerrilha. Em resposta, a Resistência Maubere atacou Vemasse, do que resultou o abate de dois indonésios e a captura de importantes quantidades de munições e fardamentos. Na segunda quinzena de Maio, uma emboscada a uma coluna ocupante, entre Laleia e Manatuto, faz 12 mortos no corpo indonésio, permitindo a captura de uma significativa quantidade de armamento e munições. Num dos muitos combates realizados, Xanana Gusmão esteve cercado, no mês de Agosto, próximo de Venilale, conseguindo, no entanto, escapar ileso. Em vésperas do fim de ano a Resistência atacou os arredores de Díli, facto que já não sucedia desde Junho de 1980.

A 1 de Janeiro de 1989, data em que o território seria "aberto" à entrada de não-residentes, a Resistência fez explodir um paiol de munições do ocupante, nas proximidades de Díli, de que resultaram 84 indonésios mortos e 27 feridos. Passava mais um ano sem se concretizarem os planos indonésios. Dois turistas estrangeiros que visitaram o território, Jan-Erik Forsberg e Eva Vanglund, relatavam em Maio a situação vivida em Timor Leste nestes moldes:

Um país em guerra e uma nação vivendo sob ocupação estrangeira...

«O que vimos foi um país em guerra e uma nação vivendo ainda sob ocupação estrangeira».

«A medida que nos aproximamos de Baucau, a presença militar é cada vez mais visível, em contraste com Díli, onde quase não se vêem soldados».

«No aeroporto de Baucau vimos carros blindados, helicópteros e grupos de soldados fortemente armados em uniforme de combate».

«Baucau parecia uma cidade em guerra. (...) Ficámos uma noite no Hotel Flamboyant, perto do qual havia um hospital militar. Fomos informados pelos nossos contactos em Baucau de que estava cheio e de que continuamente chegavam soldados feridos. À noite, observámos um movimento contínuo de tropas e por duas vezes a cidade ficou às escuras devido à falta de corrente. De noite, contudo, ouvíamos o rebentamento de granadas nos montes mais próximos e de manhã víamos os camiões regressar com soldados cobertos de lama.»

«Durante os três dias que ficámos em Viqueque estivemos com muitos timorenses e indonésios, civis e militares. O chefe local disse-nos que já não havia luta. Quando perguntámos sobre a enorme presença militar, disse-nos que as tropas eram necessárias para o desenvolvimento da província.»

Desde então para cá a situação militar no território não se alterou significativamente. A nova "operação de limpeza" de Março de 1989 teve o mesmo resultado das anteriores. Diversas operações se lhe seguiram, mas os resultados foram sempre os mesmos. Xanana Gusmão acabou por ser capturado a 20 de Novembro de 1992 enquanto dormia numa habitação da cidade de Díli. Desde o Massacre de Santa Cruz que as forças indonésias intensificaram as operações com vista a capturar o comandante das Falintil. Xanana encontrava–se na capital onde se deslocava frequentemente para contactar com a rede clandestina. Mesmo sem o seu grande líder — como o próprio Xanana afirmou em Setembro de 1990 — «o Povo Maubere continuará a lutar e não desistirá sejam quais forem os vendavais da História».

Uma guerra indesmentível e interminável

Ao contrário do que a Indonésia pretende fazer crer, a guerra continua em Timor Leste. Os «pequenos bandos de esfarrapados e esfomeados sem armas», como os generais indonésios chamam à Resistência Maubere, revelaram-se um exército eficaz, capaz de resistir ao poder militar do 5º estado mais populoso do mundo. Não é por acaso que um grupo de 1.500 homens, com poucas armas e sem possibilidade de se reabastecer em munições, obriga à permanência no território de Timor Leste de um exército ocupante com mais de 15.000 soldados, que em alguns períodos chegou a ultrapassar os 40.000 elementos.

Em Timor existe uma das maiores concentrações de militares, por mil habitantes, do mundo.

Não só os combates são frequentes, pelo menos um por semana, como permanecem em Timor Leste uma média de 40 militares por mil habitantes, o que em termos mundiais só é ultrapassado por Israel, onde existe uma média de 43 militares por mil habitantes. Na Indonésia a média é apenas de 2 militares por milhar de habitantes, enquanto na generalidade dos países europeus existem cerca de 7 homens de armas por cada grupo de mil habitantes.

500 baixas anuais entre os invasores...

Apesar de se encontrar privada de reabastecimentos (apenas por captura ou por suborno ao inimigo se conseguem armas e munições) e impossibilitada de se refugiar em território fronteiriço, a Resistência consegue infligir ao ocupante cerca de 500 baixas anuais. E não obstante a grande desproporção de meios e efectivos, face à Indonésia, a guerrilha continua a controlar uma parcela significativa do território, cerca de 20%, focalizada sobretudo na zona leste; para além de se deslocar e actuar facilmente em quase todo o território, o que lhe permite controlar cerca de 1/4 das vias de comunicação.

No entanto, a Resistência encontra-se completamente privada de uma possível vitória militar, tendo apenas como objectivo sobreviver, durante o maior tempo possível, às investidas indonésias, na medida em que a guerra constitui uma das faces mais visíveis da recusa timorense em aceitar a integração na Indonésia, ao mesmo tempo que se traduz num forte estímulo para toda a população dominada pelo invasor. Bastaria o facto de a Indonésia possuir perto de 200 milhões de habitantes, para impedir qualquer vitória militar da Resistência. Refira-se apenas que, aquando do conflito com a Malásia, ainda no tempo do Presidente Sukarno, a Indonésia mobilizou um exército de voluntários comportando, apenas, 10 milhões de homens...

As fraquezas da Resistência...

Para além da desproporção populacional entre a Indonésia e Timor Leste (quase 200 milhões para pouco mais de meio milhão) a Resistência possui um poder de fogo muito limitado, não dispondo de granadas, de peças de artilharia, de lança-róquetes, de morteiros, etc., enquanto o invasor dispõe, abundantemente, de aviões, de helicópteros, de carros de assalto, de veículos todo-o-terreno, de barcos de guerra, de lanchas-patrulha, etc., etc. Dada a especificidade da técnica de combate utilizada, a guerrilha limita-se a possuir armas ligeiras, com as quais, no entanto, consegue flagelar o invasor e desmotivar grande parte das tropas de ocupação. No campo das comunicações as dificuldades são ainda maiores, o que impede uma coordenação precisa das acções, seja no ataque seja na retirada. Não possuindo transmissões via rádio, as informações apenas podem circular oralmente, ou por escrito, o que é muito lento, pouco seguro e reduz drasticamente as possibilidades de sucesso.

... e os seus pontos fortes.

Mesmo assim a eficácia das operações é impressionante. Potenciando a vantagem de conhecer minuciosamente o terreno, a guerrilha privilegia determinados alvos que pela sua vulnerabilidade não exigem grandes efectivos nem um poder de fogo substancial. Com uma elevada mobilidade e seleccionando criteriosamente os seus alvos, os guerrilheiros das Falintil atacam, sobretudo, colunas militares e pequenas patrulhas, batendo em retirada o mais depressa possível. Dando preferência a objectivos de pequena envergadura e recorrendo à emboscada, conseguem combates de pequena duração, mas em que o efeito surpresa é penhor de sucesso.

O massacre de 12 de Novembro de 1991 mostrou ao mundo que a Indonésia, incapaz de destruir a resistência pela guerra, mesmo dispondo de sofisticados meios militares, se vira, em atitude de vingança, contra populações indefesas e desarmadas, que apenas exigem um direito que lhe foi negado, o de seguirem o seu destino como povo, como nação e como estado.

APPTL – ESPM

III

O GENOCÍDIO E RECUSA DE ANEXAÇÃO

Muitas maneiras de obter o mesmo fim

As formas de massacres e torturas eram muitas...

Os testemunhos de massacres, de torturas e outros maus tratamentos são imensos e muitos já foram divulgados. Entre as formas de tortura mais vezes referidas contam-se as queimaduras com ferro em brasa e com pontas de cigarros em todo o corpo e, especialmente, nos órgãos sexuais (sobretudo para as mulheres), a electricidade, o afogamento, o arrancar das unhas, o pôr pés de mesa em cima dos dedos do pé enquanto soldados saltam em cima da mesa...

As violações de mulheres e jovens são prática habitual, às vezes em frente dos maridos, seguidas de fuzilamento. Algumas mulheres foram violadas consecutivamente por muitos soldados até morrerem.

Quanto às formas de execução, também elas são numerosas: jovens e homens são levados pelos militares para acompanhar os militares nas operações e assassinados sob pretexto de terem tentado fugir; levados durante a noite e fuzilados no mato; levados para as montanhas e lançados nos precipícios; ou no mar com pedras nos pés; ou, ainda, projectados de helicóptero em voo; outros são torturados até à morte...

Há também formas de violência mais subtis talvez, mas não menos cruéis...

Mas há também outras formas de violência, mais subtis talvez, mas não menos cruéis: a obrigação de assistir às torturas ou à morte de seres amados e a proibição de manifestar a sua dor. A participação coerciva nos massacres de outros timores. A proibição de usar as línguas timores e portuguesa e a imposição da língua indonésia. A obrigação de participar em festas quando os ocupantes o desejam e a de se mostrarem alegres enquanto sofrem privações e humilhações.

A tortura não é um excesso incontrolado.

Estas violências são prática corrente e constante com excepção talvez do curto periodo de cessar-fogo que precedeu a nova ofensiva de Agosto de 1983. Não é possivel considerá-las como actos incontrolados. A Amnistia Internacional tornou público em 20 de Julho de 1983 um manual militar secreto com instruções para utilização da tortura e cuidados a ter para evitar a sua divulgação.

"As prisões nocturnas e o desaparecimento continuam sem em nada terem diminuido (...) Nas zonas de Ainaro, Same, Alas, centenas de pessoas têm sido presas, desaparecem, são massacradas (...), povoações e escolas reduzidas a cinzas, com angústia dos missionários que as tinham levantado; centenas e centenas de pessoas que chegam ainda algemadas à ilha de Ataúro; cenas macabras, especialidade javanesa em Timor-Leste: cortar cabeças, expô-las em público; vir o comandante solenizar o acto e fotografar-se entre esses espólios; arrastar os cadáveres pelas ruas da povoação, puxados por uma viatura, a seguir, diante da população concentrada no 'mercado', queimá-los; queimar simplesmente as pessoas vivas como aconteceu recentemente em Ainaro. Em Manatuto, dia 11 de Novembro passado, pelas 3 horas da tarde, os comandos indonésios apresentam ao povo umas 3 ou 4 cabeças cortadas; um militar levanta uma dessas cabeças, que parecia duma rapariga, levanta-a pelas tranças; momentos depois um outro militar avança para essa cabeça, crava-lhe no cimo o punhal, gira com o punhal a abrir mais o buraco, retira a lâmina, agarra a cabeça cortada e sorve aquela mistura de sangue e miolos... é disto que se passa em Timor, é disto que faz o exército regular indonésio"

(carta de um padre 28/12/82)

Fome organizada

A fome era o principal problema das populações concentradas nas vilas e campos controlados pelos indonésios, enquanto vigorava o cessar-fogo entre as Forças Armadas indonésias e a FRETILIN.

A produção agricola permite a uma familia "sobreviver" de nove a três meses por ano. Durante o resto do ano a população tem de recorrer a produtos selvagens: tronco de palmeira, raizes e tubérculos.

A situação varia de região para região, mas em parte nenhuma a produção é suficiente para assegurar uma alimentação minima durante todo o ano. Nos melhores casos (Viqueque, Baucau) a produção agricola dá para uma familia "sobreviver" nove meses por ano mas, nos piores (Laga Hostiku), ela cobre apenas três meses das suas necessidades alimentares básicas. Durante o resto do ano, a população tem de contentar-se com a colheita de produtos de geração espontânea e de valor nutritivo reduzido: o interior do tronco da palmeira esmagado (sagu) e raizes ou tubérculos selvagens (kumbili)....

Estas informações estão contidas em 5 relatórios sobre a situação socio-económica de outras tantas zonas de Timor (Viqueque, Baucau, Ainaro, Ponta-Leste e arredores de Dili). Cada um dos relatórios, que são da responsabilidade da FRETILIN, baseia o estudo da zona num conjunto de análises concretas feitas ao nivel dum aglomerado habitacional (um campo ou um conjunto de campos vizinhos). O conjunto dá uma boa ideia da situação, embora falte um critério comum e um carácter cientifico que permitiria comparações entre as diferentes zonas.

Fontes religiosas e até do próprio Exército indonésio corroboram o quadro descrito nestes relatórios.

O reagrupamento das populações e os limites à circulação das pessoas reduziram as terras cultivadas.

O reagrupamento das populações junto das vilas ou das principais vias de comunicação com fins estratégicos e militares afastou muitas vezes estas populações das melhores terras de cultivo. Pelas mesmas razões, a livre circulação das pessoas é extremamente reduzida: para além de três quilómetros a zona circundante dos campos é geralmente considerada zona de guerrilha. Nalguns casos, como em Meara, os limites autorizados para as culturas estendem-se apenas de 200 a 500 metros à volta do campo.

As melhores terras e explorações ainda acessiveis foram retiradas aos seus proprietários e dadas a comandantes militares e funcionários governamentais,

As melhores terras foram confiscadas.

chefes locais e outros privilegiados que aceitaram colaborar com os indonésios.

O gado, utilizado sobretudo na cultura do arroz, foi morto ou roubado.

Porque o gado foi morto durante os primeiros anos de guerra, roubado pelos indonésios ou confiscado em proveito dos privilegiados, a maioria da população não tem gado, o que provocou o abandono ou diminuição drástica da cultura do arroz, em que o gado era utilizado na preparação da terra. O milho, cultura menos exigente mas de valor nutritivo mais fraco, substitui o arroz na base da alimentação.

A população é obrigada a fornecer trabalho gratuito para o Estado ou para alguns privilegiados.

Tanto mulheres como homens são obrigados a fornecer trabalho gratuito para o Estado (estradas, casas, corte de madeira), mas também para proveito particular de alguns privilegiados. Fixado em um dia semanal, este trabalho forçado é, na realidade, prolongado cada vez que é julgado útil pelos seus beneficiários, em particular quando os trabalhos agrícolas o requerem. Além disso, nos periodos de mais fome, muitos timores oferecem voluntariamente um dia de trabalho em troca de uma única refeição.

A participação nas operações militares deixa as culturas ao abandono.

Toda a população masculina dos 15 aos 55 anos é obrigada a participar nas operações militares, para transporte de carga dos soldados indonésios, ou a constituir postos de vigilância ao longo das estradas.

Na região de Dili, as familias devem entregar um terço da produção anual de milho para alimentação das forças paramilitares.

É toda a população que está a ser mantida a um nivel de vida abaixo do minimo vital. O próprio salário dos timorenses incorporados nas forças auxiliares regulares da Indonésia (*hansips ou tentaras*) não é suficiente para comprar 20 quilos de arroz por mês...

Entre 100.000 e 300.000 mortos

Variam geralmente entre estes dois valores os números apresentados e algumas pessoas concluem daí que as informações não são sérias. Mesmo o Center of Defense Institute de Washington, que dá para os vários conflitos em curso, números aproximados, faz para Timor uma estimativa entre 100.000 e 250.000 mortos. Essa incerteza resulta dos obstáculos póstos pelos indonésios a todas as informações sobre a guerra; mas eles próprios teriam dificuldade em fornecer números certos, porque bombardearam maciçamente zonas que não controlavam.

Porém, alguns números emergem ao longo desta tragédia que permite formar uma ideia.

Nov. 76 - 60.000 a 100.000 mortos.

Em Novembro de 1976 uma delegação de padres indonésios visita Timor Leste. Ouvem falar em 60.000 mortos e, achando este número demasiado elevado — significaria que em 11 meses cerca de 10% da população tinha sido morta —, confiam essa dúvida a dois padres de Dili. Estes dizem que as suas estimativas pessoais apontam para os 100.000 mortos.

(Relatório da delegação dos padres indonésios, publicado pelo Parlamento australiano).

Fev. 77 - mais de 80.000 mortos.

Em Fevereiro de 1977, o ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia, Adam Malik, declara: *"Matámos 60.000 a 80.000 mas libertámos 600.000"*. Segundo o relatório dos padres indonésios, já citado, em Novembro de 1976 *"80% do território está controlado pela FRETILIN"* e neste momento *"o total de vilas e aldeias ocupadas pelas tropas indonésias ronda as 150.000 pessoas num total de 650.000 habitantes"*. É portanto evidente o desejo de Malik de aumentar o número dos "libertados" em relação aos "mortos". O número de 80.000 mortos por ele admitido é sem dúvida um número baixo.

Um dos periodos mais mortiferos foi o que decorreu desde Setembro de 1977 até final de 1979, quando os indonésios começam a bombardear sistematicamente as zonas que não podem controlar e nas quais se encontra a maioria da população.

1980 nos campos:
— 500 mortos por mês num só dos 14 distritos
— 20.000 mortos entre 75.000 habitantes.

Neste mesmo periodo e até 1980 é o periodo de morte por fome e doença nos campos controlados: 500 por mês num só dos 14 distritos, segundo religiosos locais; 20.000 entre a população de 13 campos (75.000 hab.), segundo a Cruz Vermelha Internacional. A população total dos campos é de cerca de 300.000 habitantes.

No "The Philadelphia Inquirer", o jornalista americano Rod Nordland, um dos raros que teve a possibilidade de visitar Timor Leste, tenta definir melhor o número de baixas, a partir dos recenseamentos:

1974 — recenseamento português - 650.000 hab. recenseados
(680.000 estimados)
1980 — recenseamento indonésio - 550.000 hab.
recenseamento da Igreja Católica - 425.000 hab.

Rod Nordland faz notar que em 1974 o recenseamento foi voluntário: *"pedia-se às pessoas para se deslocarem aos seus centros administrativos para serem contadas, mas muitas viviam longe nas montanhas e não empreendiam a viagem"*. Pelo contrário, *"sob o regime indonésio as pessoas foram concentradas nas cidades e centros instaladores e, em 1980, o recenseamento foi uma actividade minuciosa, porta a porta"*.

O número de 550.000 habitantes fornecido por este recenseamento é sem dúvida um número intencionalmente aumentado; uma alta personalidade indonésia confiou a Jim Dunn que os números reais não ultrapassavam os 400.000. Foi por não confiar nos resultados do recenseamento indonésio que a Igreja Católica decidiu fazer a sua própria contagem, que deu 425.000 habitantes.

Se somarmos os cerca de 150.000 timores das vilas e aldeias controladas aos cerca de 300.000 dos campos controlados onde estão reagrupados os regressados do mato, chegamos a um resultado próximo dos números da Igreja.

Queda bruta da população entre 1974 e 1980:
— 100.000 segundo números oficiais indonésios
— 250.000 segundo a Igreja católica e uma alta personalidade indonésia.

Apesar da alta taxa de natalidade dos timores, a população entre 1974 e 1980 sofreu baixas em cerca de 130.000 pessoas segundo as estatísticas indonésias; mais de 255.000, segundo a Igreja. Exceptuando o período de cessar-fogo entre Março e Agosto de 1983, os massacres continuaram sempre após 1980. Cartas recentes (1984) confirmam-no:

"O genocídio deste verdadeiro campo de concentração continua. Cada povoação não é mais do que um curral onde o militar vai escolher a quem matar ou torturar".

(carta de um padre, Março 1984).

"Desde Março 1984 em Hau-Ba, perto de Bobonaro, muitos homens e rapazes foram presos e mortos. No suco de Kota-Boot, perto de Hau-Ba quase todos os homens e rapazes desapareceram. Eram levados pelos tentaras (militares) e mortos".

"Pelo mês de Maio cerca de 100 pessoas de Allas, a maioria homens e rapazes, foram presos e levados para Same. Em Same foram torturados terrivelmente para confessarem que tiveram contactos com a FRETILIN".

"Em fins de Maio, princípios de Junho, na povoação de Leoma perto de Bazartete os tentaras começaram a prender muitos homens e rapazes".

(carta de um padre, 14 de Junho de 1984).

Documentos secretos do exército indonésio — (1982)

O povo é obrigado a gritar o seu amor à "Pátria indonésia" e a jurar fidelidade aos militares, mas a própria necessidade de organizar estas cerimónias forçadas mostra que a realidade é outra. Aliás, nada melhor do que os documentos "secretos" do próprio exército indonésio para provar a resistência aos invasores.

Estes documentos, cuja autenticidade foi estabelecida pela Amnistia Internacional em 1983, são significativos da realidade vivida em Timor Leste ocupado.

Os membros do GPK vêm dos filhos do povo que trazem consigo as aspirações do povo.

São os próprios militares indonésios que reconhecem:

"Os membros do GPK vêm dos filhos do povo que trazem consigo as aspirações do povo".

"A população tem mais confiança neles do que no exército indonésio".

O GPK (movimento para a desestabilização da segurança) é o nome dado pelos indonésios para designar a FRETILIN. Os militares indonésios reconhecem aos combatentes da resistência:

"Um espírito de combate muito militante, segurança, espírito de sacrifício, rapidez na acção".

Para lutar contra eles os indonésios não podem contar com os timores alistados nas suas forças:

"São membros do exército indonésio na aparência mas, em verdade, continuam a ser simpatizantes do GPK",

nem sobre a população civil sob o seu controle:

O GPK continua a existir graças aos habitantes, que lhe dão apoio.

"É um facto que o GPK continua a existir graças aos habitantes que nas zonas pacificadas lhe dão apoio no plano logístico: informações, esconderijos".

Nestas condições é necessário montar um sistema policial cada vez mais amplo e apertado para controlar toda a população, porque todos são suspeitos:

"É preciso fazer listas de todos os aldeões, sobretudo os que apoiaram a FRETILIN no passado".

"É preciso vigiar os funcionários que, de vez em quando, se exprimem de maneira negativa".

"É preciso seguir as pessoas que têm ainda relações com o GPK por métodos de vigilância diária".

"É preciso fazer uma lista completa dos habitantes das aldeias mencionando cada ocupação".

É preciso nomear um informador por 10 famílias.

"É preciso nomear um informador por dez famílias".

"É preciso organizar rondas para evitar as reuniões clandestinas".

"É preciso proibir os habitantes de irem trabalhar sós nos campos".

"É preciso verificar na população de cada aldeia os que ainda estão no mato, tomar nota dos seus nomes, idade, nível de instrução, local onde se encontram a sua esposa, irmãos, filhos".

"É preciso procurar quantas pessoas de tal ou tal aldeia se encontram ainda nas montanhas e quais as aldeias conhecidas pelas suas simpatias com o GPK".

Como tudo isso não é suficiente, organizam-se buscas.

"Para a busca atingir o seu resultado é preciso que o plano seja secreto".

"Durante as buscas as pessoas não se devem mexer, senão são consideradas como membros do GPK".

"Se a busca é feita de noite os que saem são considerados como elementos do GPK que estão a fugir".

Deve-se evitar fotografias que possam reflectir as torturas.

Os prisioneiros ou suspeitos são interrogados e quando se mostram *"cabeçudos"* ou quando *"dão respostas pouco claras e vagas"* poderão ser utilizados tratamentos *"duros"* ou *"brutais"*. Caso sejam utilizados métodos duros, *"ninguém o deve saber, para evitar a antipatia da população"*. *"Deve-se evitar as fotografias que possam reflectir as torturas".*

Todo o povo recusa a anexação

A integração de Timor Leste na Indonésia foi pedida por 28 pessoas.

Vinte e oito personalidades escolhidas pelos indonésios para constituir a "Assembleia Regional Popular" pediram a integração de Timor Leste na Indonésia em Junho de 1976, numa altura em que 70% a 80% da população estava nas montanhas. Mesmo que essa Assembleia tivesse sido escolhida pela população controlada pelos invasores, como estes pretendem, não seria representativa do povo de Timor. No entanto, nenhuma consulta foi feita.

Uma minoria acreditava que a união com a Indonésia era inevitável, e que seria aceitável; parte do clero, parece ter pertencido a esta minoria, mas mudou de opinião perante os factos.

"Quando os indonésios chegaram — diz um padre — *fui o único habitante a ficar na vila. Esperava calmamente na Missão, certo que eles respeitariam a batina que eu envergava. Quando os soldados me viram, espancaram-me à coronhada e já me levavam para fora da casa para me matarem quando cruzámos um oficial... Umas horas depois a FRETILIN atacou os indonésios e eu aproveitei a confusão para juntar-me ao povo nas montanhas".*

Este padre ficaria 3 anos nas montanhas sob a protecção da FRETILIN.

Outro padre que vive numa missão ocupada pelas tropas indonésias escreve em fins de 1977:

"Liberdade é uma palavra sem significado. A libertação que eles proclamavam significa escravatura. Timor voltou aos anos 45-50 (ocupação japonesa). O anti-comunismo é um slogan islâmico (...) Façam qualquer coisa de concreto pela libertação de todo o povo de Timor... Estamos a caminho de um genocídio".

Cartas de padres católicos mostram como cresceu a rejeição do ocupante:

"Feita a experiência deste tempo com os indonésios nem aqueles que lhes eram favoráveis a princípio os olham sem indignação... Todos estão desenganados". (Carta 14/3/80)

"Ontem um elemento que trabalha enquadrado nos serviços dos novos senhores, e autoridade regional importante, dizia-me categoriamente: hoje, em

Timor, ninguém, desde as crianças aos velhos, gosta e aceita os indonésios. O povo constatou que eles vieram para matar e saquear". (Carta 30/3/80)

"*O próprio mau proceder dos ocupantes... está a mentalizar fortemente a resistência da população*". (Carta 9/5/80)

Os mais fiéis colaboracionistas ao princípio tornaram-se denunciadores dos crimes...

Em 3 de Junho de 1981 dois membros da "Assembleia Regional" que tinham pedido a integração de Timor Leste na Indonésia (Leandro Isaak e Sousa Soares) escrevem um documento secreto para o presidente Suharto, queixando-se de "*torturas, assassinatos e outros casos inimagináveis*", enumerando muitos casos concretos. Falam também da pilhagem a que está submetida a região "*o sândalo, fonte de riqueza de significado histórico na região de Timor Leste, é uma cultura extinta... obrigaram a cortar as árvores e a arrancar as raizes*".

Queixam-se dos desvios dos fundos destinados ao desenvolvimento da região e dos que provêm da ajuda internacional. "*Onde estão todos esses medicamentos que foram mandados para Timor Leste pelo governo central e pelo estrangeiro...? Esses mesmos medicamentos encontram-se à venda nas farmácias, drogarias e lojas não especializadas. Donde vêm todos esses medicamentos?*"

"*A experiência da guerra, dos sofrimentos, e da perversidade dos agressores cimentou o espírito desta gente no repúdio absoluto por tudo o que é indonésio. Os mais fiéis colaboracionistas do princípio tornaram-se denunciadores dos crimes de que são testemunhas.*

Uma coisa é certa, é a realidade incontestável: hoje (Dezembro de 1981), mais do que nunca, o povo de Timor rejeita a intervenção da Indonésia". (Carta 6/12/81).

Sente-se em toda a parte um revigorar de energias e firmeza pela resistência.

Apesar de todo o terror das forças de ocupação "*não se nota qualquer abrandamento no ânimo dos timores... Sente-se em toda a parte um revigorar de energias e firmeza pela resistência e luta pela independência; é o que se conclui ouvindo novos e velhos e mesmo os sacerdotes naturais nestes últimos dias*". (Carta 30/9/81)

Se o povo está contente, que fazem aqui tantos batalhões?

"*Se o povo de Timor Leste é um povo pobre, porquê o estão saqueando desde há sete anos (...)? Se é um povo com fome, e é, porquê é forçado a estar encerrado em povoações artificiais à margem da estrada, longe das suas hortas, agriculturas e plantações? Se é um povo ignorante, analfabeto... porquê assassinaram em massa os instruidos, massacraram prioritariamente os estudantes com o pretendido pretexto de serem... comunistas (...)? Se o povo está contente, quer a integração, gosta de ser colónia indonésia, que fazem aqui tantos batalhões de tropas de élite, variados ramos de forças militares, policias, montagem colossal de gente paga a escutar e a seguir de perto, de noite e de dia, o mais simples dos populares? Que significam os inumeráveis carros e viaturas, e até motocicletas de matricula militar a girar continuamente nas ruas e nas estradas? Se o povo está contente e tem o seu problema resolvido com a anexação, que andam a fazer os tanques patrulhando de noite as ruas de Dili?*". (Carta 28/12/82)

APPTL

IV
IGREJA

Uma Igreja apanhada na tormenta

Em 1975-76 a invasão não poupou nada: igrejas, seminários, escolas, foram bombardeadas, incendiadas, devastadas. A pilhagem só parou com a exumação dos próprios mortos para lhes roubarem os objectos de valor que, segundo os costumes dos timores, os acompanham na sepultura. No caso dos europeus foram exumados para lhes arrancarem os dentes de ouro, como fizeram ao padre Martins em Maliana.

A Igreja não tem nada a recear da integração de Timor Leste na Indonésia, dizem o Núncio em Jakarta e os bispos indonésios.

O Núncio Apostólico em Jakarta e os bispos indonésios tentaram convencer o bispo português de Dili, Mons. Ribeiro, de que a Igreja nada teria a recear da integração de Timor Leste na Indonésia. Quando a maior parte da população (cerca de 80%) se refugiou nas montanhas para fugir aos invasores, 6 padres acompanharam-na, ficando os outros nas suas missões. Deve reconhecer-se que este clero foi relativamente poupado pelos ocupantes e a instituição eclesial foi a única que conservou uma certa liberdade de movimentação e acção.

Embora a Indonésia seja um país muçulmano no qual os católicos são apenas 2% da população total, não houve perseguição religiosa caracterizada, houve mesmo uma vontade deliberada de não hostilizar a Igreja, a fim de evitar complicações com a Igreja indonésia e sobretudo com o Vaticano. Talvez houvesse nesse cuidado a marca da influência do general Benny Murdani, principal responsável militar da invasão de Timor Leste que é de religião católica.

Uma certa passividade do clero nos primeiros tempos.

Fosse por influência do Núncio, dos bispos indonésios, do bispo português ou simplesmente pelo distanciamento do clero em relação à FRETILIN, que governava o território antes da invasão, o clero parece na sua generalidade ter ficado calado nos primeiros tempos que se seguiram à invasão.

A brutalidade das forças indonésias, que se prolongou para além do período inicial da invasão, e a rejeição dessas forças mesmo pela minoria que lhes era à priori favorável levou o clero, tanto europeu como timorense, a alterar a sua posição.

Em Outubro de 1977 Mons. Ribeiro abandona Timor e é substituído na chefia da diocese por um padre timorense, Mons. da Costa Lopes, nomeado Administrador Apostólico.

Perante os excessos dos invasores, o clero toma a defesa dos direitos essenciais: direito à vida.

As denúncias das violências indonésias e as intervenções do clero para defender os direitos fundamentais dos timorenses aumentam.

O Vaticano recusa a integração eclesiástica.

A Indonésia pressiona o Vaticano para que a diocese de Dili seja integrada na Conferência Episcopal indonésia. Seria um reconhecimento de facto, no plano da administração religiosa, da anexação que a Indonésia tinha decidido unilateralmente e imposto pela força. Mas, dado que a comunidade internacional (ONU) continua a opor-se a esta anexação, a Santa Sé coloca a diocese de Dili na dependência directa da Secretaria de Estado do Vaticano.

Apesar disto, o Núncio em Jakarta convida Mons. Lopes a participar nas reuniões da Conferência Episcopal indonésia. Mons. Lopes aceita mas com o cuidado de sublinhar o seu carácter de simples observador.

Mais próxima do povo

A reflexão sobre a situação leva o clero a tomar melhor consciência dos direitos do seu povo e dos deveres da Igreja.

Os religiosos de Timor Leste são também convidados a participar na reunião dos religiosos indonésios em 1981. Num documento dirigido aos religiosos indonésios e que pode ser considerado fundamental porque escrito *"na base das reflexões profundas de todos nós, tanto no meio dos nossos grupos* (comunidades cristãs) *como entre todos nós* (religiosos e religiosas)", eles afirmam:

"Todos teremos de concluir que o Exército Nacional Indonésio que libertou a Indonésia do poder colonial de uma maneira espantosa, nunca libertará o povo de Timor Leste da sua condição colonial para a autonomia e independência nacional, porque a sua situação e realidade são muito diferentes. Aquilo que tem acontecido durante estes cinco anos é muito significativo: invasão, guerra, pilhagem, a destruição da população indígena, sujeição territorial, exploração colonial, expulsão da população indígena, que é substituída por pessoas de outras ilhas, ocupação militar, tentativas de mobilização massiva das pessoas (dos 12 aos 55 anos) para fazerem a guerra entre si. Actualmente, a vontade do povo de Timor Leste, aliás como desde o início, é ter o direito de determinar o seu próprio destino e não os massacres em massa que têm sido levados a cabo pelos seus vizinhos".

(...)

"O povo está consciente de que a sua fé vem de Deus, cuja palavra toma a forma de justiça social. Esta justiça decorre da justiça de Deus na sua relação com o seu povo. Esta justiça deve ser construída pelo próprio povo, baseada na fé e cooperação com Deus. Para nós, viver a fé sem sério empenhamento na construção da justiça social é o mesmo que tornar a fé meramente estrangeira e mística.

Criar justiça com o presente governo indonésio não é possível, apesar do povo desejar intensamente a justiça".

"Tornámo-nos a Igreja silenciosa de Timor Leste".

(...)"As nossas ligações com a Igreja Universal, com os religiosos e o vasto mundo foram repentinamente cortadas. Somos religiosos de Timor Leste que, juntos com o nosso povo, fomos lançados no vazio e alienação durante 6 anos, até que nos tornámos a Igreja silenciosa de Timor Leste."

"Estamos conscientes de que estamos a ser 'persuadidos' à ligação com a Igreja indonésia, porque é a Igreja mais próxima e a que está autorizada pelo governo e o exército a estreitar relações connosco. Esperamos que esta 'persuasão' se desenvolva num sentido honesto, tanto do nosso lado, os religiosos de Timor Leste, como dos religiosos da Indonésia, ambos baseados numa fé que nos ajude a tornarmo-nos solidários na Igreja.

Também confessamos que ainda não compreendemos porque razão a Igreja Indonésia e a Igreja Romana não declararam oficial e abertamente a sua solidariedade com a Igreja, religiosos e povo de Timor Leste. Talvez este seja para nós o golpe mais duro. Vendo a extensão da tragédia do povo de Timor Leste, que se tem arrastado ao longo de 6 anos, fazendo um número de vítimas superior a 200.000 pessoas, incidente conhecido em todo o mundo, ficamos assombrados com o silêncio que parece permitir que morramos abandonados. Por isso organizámos este diálogo com sinceridade de coração, esperando ser compreendidos ou, se necessário, perdoados na fé.

Não reconhecer nem valorizar a fé do nosso povo é uma injustiça da parte dos religiosos perante a fé da comunidade. É uma injustiça tão grande como a que quer destruir ou substituir os valores culturais indígenas, afastados durante *séculos em nome da assimilação, o que para Timor Leste foi simplesmente forçado. Isto só demonstra uma excessiva ignorância da história e tradições cristãs do povo de Timor Leste.*

É também um desafio e um teste para nós, religiosos, o eco sangrento de 80.000 mártires católicos que caíram nestes últimos 5 anos em Timor Leste. Uma Igreja viva só pode ser uma Igreja que ponha em prática a fé do seu povo e seja capaz de exprimir aquilo que ele sente, vive e sofre".

Citamos abundantemente este documento porque, sendo, como foi dito, fruto da reflexão do conjunto da comunidade cristã de Timor Leste, ele é importante para perceber este povo.

Cresce no seio do clero de Timor a consciência de que o genocídio não poderia continuar se a Igreja, e em particular o Papa, se pronunciasse sobre ele, mas todas as diligências feitas neste sentido não obtiveram resultado. Aumenta também a convicção de que as queixas e pedidos do clero de Timor não chegam ao Papa.

A saída de Mons. da Costa Lopes

Mons. Lopes, pelas suas diligências pessoais, conseguiu salvar muitos dos seus concidadãos da prisão ou duma morte certa, mas apesar destes esforços e dos contactos com generais, ministros, bispos, o genocídio prossegue. Ao fim de 6 anos, Mons. Lopes resolve sair do semi-silêncio onde se mantinha voluntariamente e, em 1981, denuncia perante 12.000 fiéis os crimes do exército indonésio. Pouco depois manda uma carta a Caritas Australiana pedindo ajuda para o seu povo esfomeado. Esta carta provoca uma profunda irritação do governo indonésio, que desde então manifesta a sua oposição ao 'bispo'.

Começam as campanhas de difamação contra Mons. Lopes: na diocese, onde timores influentes são obrigados a proclamar que "*o bispo é mentiroso*" e se tenta criar um movimento em favor da sua substituição porque ele é "*velho e doente*"; no estrangeiro, com a participação, por exemplo, do sr. Whitlam, primeiro-ministro australiano à data da invasão.

Esta campanha contra Mons. Lopes vai desde pressões sobre o Vaticano para obter a sua demissão até ameaças de morte: "*tinha informações segundo as quais os indonésios ameaçavam matar-me. Como eles não queriam ser implicados neste possível assassínio, tinham pago a timores para o fazer. São eles que mo vieram dizer*", afirma Mons. Lopes.

Em Maio de 1983, perante o aumento dos rumores de afastamento de Mons. Lopes, começa a circular em Dili, para recolher assinaturas, uma carta a pedir a sua manutenção no cargo. Apesar das estritas medidas de precaução que é preciso tomar para evitar represálias, a carta já tem recolhido 180 assinaturas quando, no dia 9 de Maio, o Núncio chega a Dili para anunciar a substituição de Mons. Lopes pelo padre Ximenes Belo. Mesmo com o facto consumado a carta é remetida ao próprio Núncio para que a entregue no Vaticano, mas a desconfiança é tal que um duplicado assinado pela mão das mesmas 180 pessoas é mandado para Lisboa com o pedido de "*o fazer chegar, por vias seguras, às mãos da S.S. o Papa João Paulo II*". Manifestando nesta carta "*a certeza de que o S.S. o Papa, nosso Pai comum na fé, tem acompanhado com uma solicitude especial*", o genocídio do povo de Timor, os 180 acrescentam:

"A monstruosidade do drama de Timor tem sido difundida largamente, em todos os seus aspectos e implicações, nos meios internacionais, através da imprensa e de outros meios de comunicação social. Porém, é com o mais profundo pesar que os signatários em nome de todos os seus irmãos na Fé que se encontram nas vilas e nas montanhas manifestam a Sua Santidade, Nosso Pai Comum, a sua grande amargura pelo completo silêncio que a Santa Sé tem mantido ao longo destes quase oito anos, relativamente a tal situação. Fosse tomada ao menos no aspecto humanitário alguma diligência a respeito deste povo sofredor e mártir"...

O novo Administrador Apostólico é um jovem padre salesiano regressado ao país pouco tempo antes; para voltar aceitou a nacionalidade indonésia que os padres que ficaram no país têm sempre recusado. A sua nomeação é mal aceite, só dois padres timorenses, em representação dos outros, assistem à passagem de funções na presença de Núncio. O sentimento é de desespero, alguns missionários falam em desistir e voltar para a Europa, os padres timores já não acreditam que os seus gritos possam ser ouvidos no Vaticano e escrevem uma carta às Conferências Episcopais do mundo inteiro para confirmar as denúncias pronunciadas por Mons. Lopes e que lhe valeram a demissão; mas quem os ouve?

Mons. Lopes parte para o exílio, deixa o seu povo mas não perde confiança: *"Deus sabe escrever direito em linhas tortas"*, diz ele. Saindo, ele vai furar o bloqueio indonésio, vai enfim poder falar com o Papa. Em Timor uma nova esperança nasce desta perspectiva; em 3 de Novembro de 1983, todavia, a carta de um padre deixa transparecer um certo desapontamento: *"Ainda há poucos meses uma grande voz se fez ouvir por aí. Que crédito, que atenção lhe terão dado? Assim o que acontece é que quando não se presta atenção à voz da verdade e da dor, fica o desespero"*. (Carta de um padre 3/11/83).

A Igreja sai reforçada

Durante estes anos, paralelamente com os esforços que faziam para substituir as populações originárias de Timor por colonos vindos de outras ilhas, as autoridades indonésias têm tentado converter ao Islão (religião maioritária na Indonésia) os timores que na data da invasão eram ainda na sua maioria adeptos das religiões tradicionais. Aproveitando a situação de fome e miséria para alcançar os seus fins, chegaram a oferecer comida a quem se convertesse ao Islão. Mas a população recusou estas propostas com a mesma força com que rejeitava o invasor e, pelo contrário, são as conversões ao catolicismo que aumentam. O número dos católicos que era de cerca de 30% da população em 1975, ultrapassa os 50% poucos anos depois.

Estas numerosas conversões, enquanto a igreja católica se manifesta oposta à integração, são sem dúvida para a população timorense uma maneira suplementar de afirmar a sua recusa da soberania indonésia.

Quem é o novo Administrador Apostólico

Mons. X. Belo estava a fazer os estudos em Portugal quando os indonésios invadiram Timor e só regressou em 1981. Além disso a família dele era tida como favorável à Indonésia.

Estes factos explicam os receios do clero e do povo, habituados a ter em Mons. Lopes um defensor dos seus direitos.

Mons. Belo teve de se definir rapidamente. Por ter falta de padres, Mons. Lopes tinha pedido ao bispo de Atambua no Timor Ocidental (Timor Indonésio) para assegurar o ministério pastoral do enclave português de Oecusse pertencente à diocese de Dili. São feitas pressões sobre Mons. Belo para que o enclave seja destacado da diocese de Dili e confiado à de Atambua. Aceitar seria integrar uma parcela da antiga colónia portuguesa no mundo indonésio. Mons. Belo recusa e faz mesmo uma visita pastoral a Oecusse onde é recebido triunfalmente.

Quando, após um curto cessar-fogo, os indonésios desencadeiam uma nova ofensiva (Agosto 83) e efectuam prisões em massa e interrogatórios (um telex da AFP de Jakarta fala de 600 prisões em Dili, 125 em Baucau e 34 em Viqueque), Mons. Belo condena numa homilia *"as detenções e a violência"*. Segundo a AFP esta homilia valeu a Mons. Belo uma "advertência" escrita do Gabinete dos Assuntos Religiosos.

Fontes religiosas anunciam que o Núncio em Jakarta está descontente com as tomadas de posição de Mons. X. Belo, que não está a corresponder as esperanças que tinham sido depositadas nele. Essa incerteza sobre a evolução da atitude de Mons. Belo terá sido a razão pela qual ele foi nomeado "Administrador Apostólico" (cargo provisório) da diocese de Dili e não "Bispo" como teria sido normal.

Não é fácil saber o que pensa Mons. Belo porque, como todos os timores, está isolado do mundo neste *"imenso campo de concentração"* a que os indonésios reduziram Timor Leste. Um jornalista teve a oportunidade de ir a Dili conversar com o Administrador Apostólico porque, embora vivendo em Macau, é cunhado do sr. Mário Carrascalão, o governador de Timor. Partidário do cunhado e da integração de Timor na Indonésia, o jornalista J. Severino permite-nos todavia saber um pouco mais pela entrevista que publicou no "Clarim de Macau" (12/8/83):

— Como interpreta o Sr. Bispo, o aumento do número de católicos?

— *"Trata-se de uma resolução generalizada de um povo que procura em nós, a defesa da sua identidade".*

— Pensa que a integração é um facto consumado?

— *"Eu penso que a nivel internacional, particularmente nas Nações Unidas, o facto ainda não está consumado. Por outro lado, dentro do território ainda existe uma resistência armada. Simultaneamente posso dizer que dentro dos corações dos timorenses continua uma resistência pacifica à ideia. No que respeita à Igreja católica, nós não tomamos posição politica, mas a Igreja de Timor está pronta e decidida a defender os direitos fundamentais da pessoa humana e sobretudo, a defender o direito do povo timorense a existir como povo de identidade e cultura próprias".*

Uma prisão chamada Timor Leste

"Vivemos sob a opressão. Timor Leste parece-se actualmente com uma prisão", disse Mons. Belo a um jornalista australiano.

Na segunda quinzena de Julho 84, Mons. Belo estava em Jakarta para assistir à reunião da Conferência Episcopal indonésia e deu entrevistas a vários jornalistas, entrevistas essas que deram por vezes origem a interpretações opostas.

"A FRETILIN consegue resistir porque tem um ideal, uma boa organização e o apoio da população".

Lê-se por exemplo no jornal australiano "The Age" de Melburne em 16/7/84 que Mons. Belo teria afirmado que a FRETILIN não tinha força nem representatividade, mas alguns dias mais tarde a agência France Presse, citando o Administrador Apostólico de Dili, afirma: *"A FRETILIN consegue resistir porque tem um ideal, uma boa organização e o apoio da população"*. Mons. Belo afirmaria ao jornal indonésio "Tempo" de 1/9/84 que as afirmações do "The Age" eram o resultado duma má interpretação das suas palavras. Segundo o mesmo jornal indonésio — se todavia as suas afirmações foram desta vez fielmente reproduzidas — Mons. Belo não hesita em reprovar certas acções da FRETILIN: *"A táctica deles é de provocar o governo pelos tiros, mortes, roubos, incêndios dos haveres das pessoas... Eu já disse que eles estavam errados"*. *"Mas há muito mais excessos por parte do excército"*. Continua Mons. Belo, segundo a Agência France Presse. As operações militares *"fracassaram"*, diz ele, e o exército indonésio *"aterroriza a população ao exercer represálias contra as povoações que fornecem comida à FRETILIN"* — *"para servir de exemplo, fazem execuções sumárias perante a população civil"*.

"Para servir de exemplo, fazem execuções sumárias perante a população civil".

A FRETILIN, pelo seu lado, não nega os ataques a civis e explica que eles visam particularmente os indonésios enviados para colonizar Timor-Leste e tudo o que tenta perpetuar a presença indonésia.

A Indonésia volta a colonizar Timor

"Onde estão os timores? Vão tornar-se, na sua própria terra, cidadãos de segunda classe".

Sobre o fundo do problema, o Administrador Apostólico afirma: a Indonésia *"volta a colonizar"*. *"Receio uma javanização de Timor Leste. Em Dili perguntamo-nos muitas vezes: onde estão os timores?"* eles *"vão tornar-se, na sua própria terra, cidadãos de segunda classe"* (France Presse).

"Faça um apelo ao mundo livre para abrir os olhos perante as arbitrariedades de que são capazes os indonésios", escreve Mons. Belo ao seu predecessor Mons. Lopes numa carta que o ministro dos Negócios Estrangeiros indonésios considera *"falsa"* mas cuja autenticidade Mons. Belo confirma. ("Tempo" 1/9/84), embora considere que era uma carta de carácter particular.

Respondendo às perguntas do jornalista indonésio do "Tempo", Mons. Belo mostra-se mais comedido, limitando-se a dizer que as pessoas querem liberdade para ir ao mercado para ir cultivar os seus campos, querem fazer menos patrulhas.

Eu penso que deve haver novamente conversações com a FRETILIN".

"Eu penso que deve haver novamente conversações com a FRETILIN... eu estou disposto a actuar como intermediário" diz Mons. Belo; mas quando o jornalista lhe pergunta se estas conversações devem fazer-se num contexto em que Timor Leste venha a ser a 27ª. Provincia da Indonésia, o Administrador Apostólico (se, mais uma vez, as suas palavras foram fielmente reproduzidas) parece fazer concessões fundamentais aos ocupantes:

"A verdade é que o povo de Timor Leste quer paz, ele quer o desenvolvimento. A autodeterminação tal como é pedida pela FRETILIN é difícil. Então teremos de pensar como construir o futuro de Timor Leste. Para fazer isto o Governo terá de ser capaz de ganhar os corações e o respeito das pessoas" ("Tempo" 1/9/84 - Jakarta).

Só uma consulta imparcial ao povo de Timor permitirá saber se este pensa como o Administrador Apostólico. Todos se lembrarão de que perante a televisão portuguesa, em Dili (1982), Mons. Lopes se sentiu obrigado a afirmar o reconhecimento das autoridades indonésias mas que, fora do alcance delas, ele afirma que *"mais de 90% senão 99% dos timores votariam contra"*.

Perseguições à Igreja — (1984)

As pressões à Igreja aumentam: em Janeiro de 1984, o Padre Domingos Soares é levado pelos militares indonésios vindo depois a ser dado como desaparecido; a missão de Baucau, a segunda mais importante, é brutalmente revistada pelas tropas com o pretexto de esconder uma emissora de rádio da resistência. Isto enquanto inúmeros padres são impedidos de se deslocarem no território e ajudarem as populações. A verdadeira razão destes actos não se encontra na perseguição religiosa, propriamente dita: *"A atitude agora é de perseguição cada vez mais descarada à Igreja, não tanto pelos islãos mas pelo governo interessado na conquista deste palmo de terra. E a razão é só porque a Igreja local não coopera eficazmente em atrair todos à rendição para acelerar o genocídio da população"* (carta de um padre, Março 84), mas não é menos dura para a Igreja de Timor, como o exprime o Mons. Belo numa carta de 16/2/84 ao seu predecessor na chefia desta Igreja, Mons. Lopes: *"A Igreja é perseguida e acusada e as nossas escolas são revistadas e os alunos interrogados. A residência dos Padres Salesianos de Baucau foi 'selvativamente' revistada pelos Nangalas"*.

"A atitude agora é de perseguição cada vez mais descarada à Igreja".

Quando esta carta se torna conhecida Mons. Belo é chamado a Jakarta para prestar declarações. Não se bastando com intimidações e violências contra a Igreja os indonésios tentam também virar os responsáveis da Igreja contra a FRETILIN. Uma carta de 14 de Julho de 1984 revela que após um ataque da FRETILIN contra a povoação de Caravela, perto de Vemasse. Mons. Belo foi convidado pela polícia militar indonesia 'KOREM' a visitar Caravela e a constatar *"como a FRETILIN é comunista"*. A prova disto era uma *"igreja"* ainda a arder quando Mons. Belo chegou a Caravela e onde os militares afirmavam estarem *"estátuas de santos"* que foram queimadas. Mas o padre autor da carta afirma que Caravela não tinha igreja e que o padre de Baucau, que às vezes aí se deslocava, celebrava missas em casas da povoação tendo de facto já celebrado missa na referida casa. Além disso o autor da carta estranha que, tendo sido executado na madrugada do dia 14 o ataque da FRETILIN, a casa, uma simples casa timorense de madeira e folhas, ainda estivesse a arder no dia 15 quando Mons. Belo visitou o local.

O acordar das Igrejas

Em Novembro de 1983 os bispos indonésios escrevem uma carta ao clero da diocese de Dili manifestando a sua solidariedade para com a Igreja e o povo de Timor; nesta carta declaram:

"Não podemos recusar enfrentar os acontecimentos... sobretudo os factos que determinam o bem-estar ou a miséria das massas envolvidas em cruel opressão ou que dela são vítimas".

Os bispos foram sempre informados sobre esta *"cruel opressão"* — já em 1976 uma missão de padres indonésios tinha visitado Timor e trazido informações claras. A demora em pronunciar-se encontra talvez a sua razão de ser na situação da própria Igreja católica indonesia, minoritária num regime militar e muçulmano. Sem esquecer as consequências possíveis da sua atitude, os bispos indonésios parecem ter percebido que o bem-estar tanto da Igreja como do povo da Indonesia não podem basear-se na opressão de outro povo; não só morrem indonésios na guerra, mas esta luta deixa marcas nos jovens soldados indonésios:

"O governo da Indonésia vai reconhecendo em cada batalhão que regressa magotes de assassinos e criminosos irrecuperáveis", escreve um padre em 1981.

As elevadas despesas militares (o governo de Jacarta confessa que Timor é a província que mais despesas lhe causa); o reforço da censura na imprensa indonésia e do próprio sistema policial, são consequências normais num país em estado de guerra. É toda esta realidade que nos parece estar por detrás das declarações dos bispos:

"Que nunca tenhamos medo ao ponto de deixarmos de procurar um caminho para a paz... A paz não é unicamente a ausência de guerra, nem se reduz a um mero equilíbrio de forças adversas, nem provem de uma ditadura, mas define-se obra de justiça... No caminho para este fim a Igreja em Timor Leste... será a vanguarda... Esta luta trará grandes bênçãos não só para o povo de Timor Leste, mas será também fonte de muitas graças para a Igreja da Indonésia".

Alguns meses mais tarde, em Março de 1984, a Comissão Justiça e Paz de Portugal e os bispos portugueses tomam posição sobre o mesmo problema. A Comissão Justiça e Paz relembra "o direito fundamental do povo timorense à autodeterminação" e chama a atenção das instâncias internacionais.

"Não se pode admitir que as mais altas instâncias internacionais ignorem ou subestimem a gravidade da situação e aceitem impávidas o facto consumado".

Quanto aos bispos portugueses reconhecem a resistência do povo de Timor Leste à anexação pela Indonésia, "a consciência de uma identidade nacional fortemente sentida, a qual não suporta ver-se reprimida ou aniquilada", e afirmam: A Igreja pode e deve fazer ouvir a sua voz, para que cessem as injustiças de que padece o povo timorense e ela possa, por si, em paz e liberdade, determinar o seu futuro".

"A Igreja pode e deve fazer ouvir a sua voz, para que cessem as injustiças de que padece o povo timorense e ela possa, por si, em paz e liberdade, determinar o seu futuro".

(Bispos Portugueses)

Esse encontro das hierarquias católicas de Portugal e da Indonésia sobre o problema de Timor após tantos anos de silêncio, como as preocupações manifestadas pelos bispos americanos e brasileiros ao convocar Mons. Lopes a testemunhar perante eles, ou por bispos japoneses e holandeses, reflectem uma preocupação crescente que se fazia sentir há alguns anos em organizações como Pax Christi, Pax Romana e algumas comissões Justiça e Paz.

Em 7 de Julho de 1984, o Papa João Paulo II manifestou também a sua preocupação pela situação vivida em Timor Leste. Ao receber as credenciais do novo embaixador indonésio no vaticano, João Paulo II recomendou à Indonésia "o respeito pelos Direitos Humanos" em Timor e a sua "esperança de uma consideração particular, em todas as circunstâncias para a identidade étnica, religiosa e cultural do povo". A 14 Dezembro de 1987, ao receber as credenciais do novo embaixador indonésio no Vaticano, o Papa João Paulo II voltou a referir-se à questão de Timor, lembrando que «a Igreja católica espera que uma atenção especial seja dada à identidade étnica, religiosa e cultural do Povo de Timor Leste»; o que desagradou ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, Mochtar Kusumaatmadja, que numa conferência de imprensa afirmou que «o Papa possui informações unilaterais» e que «a cultura local não está em perigo». E concluiu: «Penso que o Papa elogiaria a Indonésia se soubesse o que nós fizemos pela Igreja de Timor-Leste»...

O nascimento de organizações de solidariedade com Timor...

Da crescente preocupação sobre o problema de Timor Leste resultou a constituição de diversos organismos de solidariedade com a causa do Povo Maubere, ao mesmo tempo que outras organizações cristãs e de defesa dos direitos humanos, já existentes, incluíram nas suas temáticas a reflexão e a divulgação da situação vivida na antiga província portuguesa. Da necessidade de colaboração e de coordenação de esforços, surgiram estruturas colectivas que agrupam diversos grupos de solidariedade, como a ACET na Austrália. No mesmo sentido passaram a realizar-se reuniões periódicas dos grupos de solidariedade com Timor Leste, os quais, hoje em dia, se distribuem pelos diversos países do mundo.

Desde 1985 para cá, realizaram-se várias Consultas Cristãs sobre Timor Leste, de que são exemplo os encontros da Holanda de 1985 e 1986, da Suíça em 1987, de Lisboa em 1988 e de Bruxelas em 89.

Os vários grupos de apoio à causa timorense, espalhados pelo mundo, muitas vezes ligados a instituições religiosas, têm promovido conferências, debates e exposições, para além de tentarem pressionar os poderes públicos, no sentido de que estes respeitem os direitos do povo timorense no âmbito das suas relações com a Indonésia. As grandes reuniões de grupos cristãos têm sido aproveitadas para tomar posição face às aspirações do povo timorense de se autodeterminar. Por exemplo, os participantes no 7º Encontro Internacional Cristão de Solidariedade Oscar Romero, realizado em Julho de 1987, no Rio de Janeiro, manifestou «a sua solidariedade com a luta de libertação do povo de Timor Leste contra a invasão genocida por parte da Indonésia». E também a oriente se agita a bandeira da causa timorense. De 16 a 18 de Novembro, do mesmo ano, decorreu em Manila, nas Filipinas, a Primeira Consulta da Asia-Pacífico sobre Timor Leste, onde, por convocação do grupo australiano Christians in Solidarity with East Timor e do Conselho Nacional das Igrejas das Filipinas, se reuniram participantes de 13 países. Pouco antes, também em Manila, a conferência do Nuclear Free and Independent Pacific, que reuniu 20 países da região, havia aprovado uma moção de solidariedade com o povo timorense e a sua luta de resistência.

As igrejas da Ásia têm demonstrado a sua solidariedade com a causa timorense...

Vários religiosos e grupos cristãos da região do pacífico se têm pronunciado desde então. Por exemplo, o Monsenhor Patalisio Finau, Bispo de Tonga, em representação da Conferência das Igrejas do Pacífico, e Martin Enda em nome da Comissão Justiça Paz e Desenvolvimento da Papua Nova Guiné, manifestaram, no Comité de Descolonização das Nações Unidas, realizada em 1988, o seu apoio à causa timorense.

Outro bispo, o japonês Mons. Aloisius Soma, presidente da Comissão Católica Justiça e Paz do Japão, escreveu às igrejas da Ásia, lançando-lhes o convite para manifestarem o seu apoio a D. Ximenes Belo, pela sua coragem em solicitar ao Secretário Geral das Nações Unida um referendo sobre Timor. Em Agosto de 1989, o próprio Mons. Aloisius Soma entregou nas Nações Unidas cartas de mais de 1.300 cristãos, entre os quais se encontravam 118 bispos e 5 cardeais da região Ásia-Pacífico.

Uma grande profusão de acções e apelos foram, igualmente, concretizados quer aquando da visita do Papa a Timor Leste, quer na sequência do Massacre de Santa Cruz de 12 de Novembro de 1991.

Apesar de tudo, alguns silêncios e omissões de certos representantes da igreja católica, e mesmo das igrejas protestantes, deixam transparecer as muitas pressões que se abatem sobre a igreja, sobretudo sobre os religiosos de Timor, vindos fundamentalmente da Indonésia, e que encontram repercussão em diversos estados, incluindo o do Vaticano, quando este actua na qualidade de membro da comunidade internacional e se afasta dos seus desígnios evangélicos.

Pressões sobre a Igreja de Timor

Em Janeiro de 1985, o Conselho Presbiterial da Diocese de Díli, de que Monsenhor Belo Faz parte, escreve um documento de grande firmeza onde analiza a situação do território e do povo. Inicialmente destinado às autoridades indonésias, que tinham manifestado o desejo de se encontrarem com o clero, o documento foi enviado para o Vaticano depois de cancelado o encontro. Quando o documento foi tornado público pelo jornal Washington Post, o Núncio Apostólico em Jacarta exige um desmentido e Monsenhor Belo enviou um telegrama dizendo que não tinha "escrito" o texto.

Algumas acções do Núncio Apostólico de Jacarta e do Vaticano, lançam suspeitas sobre a Igrega Católica no que se refere ao problema de Timor.

Pouco depois o Administrador Apostólico de Díli parte para o Vaticano. Quando regressa, os padres e os cristãos em geral notam que algo mudou nas suas atitudes. Durante mais de três anos não se conhecem declarações de Monsenhor Ximenes Belo contra as violações dos direitos humanos que continuam a ocorrer, excepção feita a uma nota de protesto quando, em 1986, um missionário salesiano é agredido por militares indonésios.

Em Abril de 1986, a pedido do Vaticano, Monsenhor Belo encontra-se secretamente com Xanana Gusmão, o líder da resistência armada, a quem transmite uma proposta de rendição oferecendo, em troca, garantias de salvaguarda da vida dos guerrilheiros e a possibilidade de exílio para aqueles que o desejassem. Sacerdotes que acompanhavam Monsenhor Belo afirmam que ele apresentou a proposta, tal como o Vaticano lhe exigia, embora sem a apoiar. Uma subtileza difícil de entender e que acentua a desconfiança da diocese em relação ao seu pastor.

Em Julho de 1988, Monsenhor Belo é nomeado bispo titular, mas continua como Administrador Apostólico da diocese. Poucos meses depois, em Novembro, recebe o Presidente da Indonésia, Suharto, que vem inaugurar a nova catedral de Díli, construída com as ofertas do Governo e das Forças Armadas indonésias, e que os timorenses nunca viram com bons olhos, apelidando-a de "Catedral das rupias".

Prisões e torturas antecedem a visita de Suharto a Timor Leste.

A visita do Presidente Suharto foi antecedida, e seguida, por uma vaga de prisões e torturas, estimada em cerca de 3.000 casos. D. Ximenes Belo, que acabava de receber o general Presidente, denuncia "a tortura que se tornou normal em Timor". Não tardou que a própria casa do bispo fosse colocada sob vigilância de militares armados, e os seus visitantes controlados.

D. Ximenes Belo escreve ao Secretário Geral das Nações Unidas e pede um referendo para Timor Leste, o que faz aumentar as pressões sobre o Bispo.

Liberto do seu tão longo silêncio, Monsenhor Belo escreve em Fevereiro de 1989 ao Secretário Geral das Nações Unidas, pedindo um referendo para o povo de Timor porque «até agora o povo não foi consultado; são os outros que falam em seu nome». No mesmo sentido escreve ao Presidente Mário Soares e ao bispo de Setúbal D. Manuel Martins. Dias depois dirige uma longa carta ao Núncio em Jacarta para justificar a sua posição. «Todos os anos assistimos aos mesmos abusos. Já falámos com as autoridades, mas o resultado é sempre o mesmo. É o povo que sofre. Por isso, é urgente a realização de um referendo para perguntar ao povo de Timor se aceita a integração». Receando as críticas sobre uma alegada posição política, D. Ximenes Belo apressa-se a explicar num comentário ao texto: «A carta constitui a tomada de posição do chefe da Igreja católica em Timor-Leste perante o conflito ou problema de Timor. (...) A carta não quer falar em nome do povo. Apenas sugere que se dê ao povo de Timor a oportunidade de exercer a soberania, através do referendo, por voto secreto, livre e universal».

Logo que é conhecida a carta ao Secretário Geral da ONU, aumentam as pressões sobre o bispo de Díli. Ministros e chefes militares indonésios criticam o bispo, chegando mesmo a ameaçar. Monsenhor Canalini, Núncio Apostólico em Jacarta, apoia-os indirectamente dizendo que «Monsenhor Belo escreve esta carta em seu nome pessoal, como cidadão timorense. É da sua responsabilidade e não envolve a Igreja católica». A imprensa indonésia aproveita para afirmar que o Núncio Apostólico deixou claro que embora Ximenes Belo seja o chefe da diocese de Timor-Leste, a sua carta às Nações Unidas não reflecte as aspirações da Igreja católica nem da população de Timor-Leste sobre o assunto».

Monsenhor confessou-se aliás recentemente, desgostoso por não ter obtido resposta à carta do Secretário Geral e ao Presidente da República, considerando que esse silêncio se deve aos «jogos de interesses impostos pela política internacional». Apesar das críticas, Monsenhor Belo reafirma a sua posição e revela numa carta ao bispo de Setúbal as pressões a que está sujeito: «Por cá as críticas dos ministros do governo indonésio têm sido azedas e humilhantes. Os "deputados" timorenses foram obrigados, debaixo de pistola, a fazerem e assinarem uma declaração na qual afirmam que aceitam a integração e que, portanto, o processo de descolonização já foi feito».

Os padres da diocese, por seu lado, manifestam repúdio pelas afirmações do Núncio: «o clero de Díli rejeita opiniões e sugestões tendenciosas manifestadas por certas personalidades eclesiásticas», escrevem os padres ao mesmo tempo que apoiam Monsenhor Belo: «o bispo é, para todos os efeitos, teológica, jurídica e eclesialmente, o representante da Igreja local quando fala como tal, e na linha da Igreja e do sentir do clero e do povo».

O genro de Suharto apela aos timorenses para se revoltarem contra o Bispo.

As pressões sobre Mons. Ximenes Belo culminaram com os apelos do Major Prabowo, genro do Presidente Suharto, para que a população se revoltasse contra a «igreja, os padres e as religiosas», por ele consideradas como as três factores que põem em perigo a integração de Timor Leste na Indonésia. Prabowo instigou, ainda, os timorenses no sentido de estes organizarem uma manifestação contra o Senhor Bispo. Vários populares foram obrigados a «gritar slogans contra o bispo e os padres e a favor da presença de Jacarta», segundo palavras do próprio Monsenhor Belo publicadas no semanário Expresso. A conflituosidade do bispo com as autoridades militares indonésias aumentou quando o Administrador Apostólico se recusou a cumprir ordens de Jacarta que proibiam o uso do Tétum, a língua timorense mais falada no território, nas cerimónias litúrgicas, posição que veio demonstrar, aos mais cépticos, que o Monsenhor Belo não colabora com o invasor. Apesar disso persistiram algumas tensões entre o clero timorense e o seu bispo, que certamente não são alheias às manobras de Jacarta para desautorizar aquele prelado. As pressões tornaram-se tão fortes que se chegou a temer pela vida d do bispo. Não é por acaso que quando entrevistado por jornalistas indonésios as suas afirmações adquirem um tom conciliatório e de sábia moderação, enquanto quando contacta com o exterior se revela um acérrimo defensor do referendo como forma se solucionar o problema da autodeterminação de Timor. De resto, com críticas do Vaticano, verberações do Núncio Apostólico de Jacarta e ameaças das autoridades de Jacarta, Monsenhor Belo não pode enveredar por um caminho de sistemática radicalidade na defesa dos direitos políticos dos timorenses, como o povo esperaria e alguns religiosos desejam. A experiência de Monsenhor Martinho da Costa Lopes, obrigado a resignar por imposição do Vaticano, ante as pressões da Indonésia, não podem deixar de estar presentes na memória do bispo, a ponto de lhe coarctar os movimentos. Na verdade são já antigos os rumores de que a sua posição como bispo era periclitante, estando próxima a sua substituição, o que até hoje ainda não sucedeu, para desagrado dos indonésios, pouco contentes com um homem que esperavam pactuante, e que não tem sido favorável às pretensões integracionistas do governo de Suharto.

A vida de D. Ximenes Belo corre perigo...

... e correm boatos sobre a sua substituição.

A tentativa de transferir a diocese de Díli para a Conferência Episcopal Indonésia...

Se o Administrador Apostólico é alvo privilegiado das pressões indonésias, um dos planos mais gravosos que o governo de Jacarta vem arquitectando diz respeito à transferência do Bispado de Díli, para a Conferência Episcopal Indonésia. A Diocese de Díli, fundada em 1940, que até à invasão de 7 de Dezembro de 1975 fazia parte da Conferência Episcopal Portuguesa, passou, a partir de então, a estar directamente dependente de Roma. Como as delimitações das dioceses coincidem, quase invariavelmente, com as fronteiras dos estados a que pertencem, a Indonésia, considerando que Timor Leste faz parte do seu território, arvorou-se no direito de reivindicar a integração da Diocese de Díli na sua Conferência Episcopal, o que obrigaria a Igreja da antiga província portuguesa a seguir as normas vigentes naquele país, caso da língua indonésia, do seu catecismo e da sua liturgia.

Por este facto, o governo de Suharto tem insistido, quer junto do Vaticano, quer junto do Administrador Apostólico de Díli, para que esta transferência se realize, no que tem sido, prestimosamente, auxiliado pelo Presidente da Conferência Episcopal Indonésia e pelo Núncio Apostólico de Jacarta, Monsenhor Canalini.

Para garantir o apoio de Ximenes Belo, a este plano, a Indonésia tem seguido uma política de aliciamento, tentando comprar o consentimento do Administrador Apostólico com ofertas de dinheiro para a construção de igrejas e de uma Catedral em Díli. A este respeito, e referindo-se a estes aliciamentos, Sudharmono, Secretário Geral do Golkar, dizia a 6 de Outubro de 1985 ao jornal indonésio Sinar Harapan: «Talvez estes passos sejam positivos para a integração da diocese de Díli na Conferência Episcopal indonésia, o que significa, talvez, a última etapa de todo um processo de integração de Timor Leste».

A Indonésia tenta servir-se da Igreja na sua estratégia de garantir a anexação de Timor-Leste.

Perseguir os padres portugueses.

A Indonésia tenta, assim, servir-se da igreja na sua estratégia de garantir a anexação do território. Procura, por este meio, utilizar em seu proveito o capital de confiança que a igreja adquiriu no meio da população. Para além de tentar afastar os bispos que se opõem aos seus desígnios, a Indonésia segue um plano de limitação da entrada de padres e missionários estrangeiros, de modo a substituir os já existentes por religiosos indonésios que sirvam os seus interesses políticos. Até os catequistas passaram a ser indonésios, de modo a que não só ensinassem a doutrina em bahasa, a língua do ocupante, mas, também, para que ministrassem os ensinamentos do conformismo face ao invasor. É com esta intensão que se tem verificado uma perseguição sistemática contra os padres portugueses, a par de uma tentativa para os afastar do território, ainda sob administração portuguesa segundo o direito internacional. Por exemplo, em Novembro de 1987 «um religioso salesiano de origem portuguesa, a viver em Timor há mais de 40 anos, foi detido quando se encontrava caçando a fim de obter carne para alimentar os órfãos de Lospalos, que se encontram a seu cargo. Maltratado pelos militares indonésios, o

A tentativa de integrar os Jesuítas portugueses na Província Indonésia da Companhia de Jesus.

Externato de S. José: o seu ensino em português incomoda os ocupantes.

Irmão José Ribeiro só mais tarde foi libertado após pressões do clero». E desde 1986, pelo menos, começaram a ouvir-se rumores de que os padres jesuítas do Seminário Menor, por sinal portugueses, seriam afastados, provavelmente para serem substituídos por padres indonésios. No mês de Agosto desse ano, os jesuítas portugueses foram integrados na Província Indonésia da Companhia de Jesus, quando sempre pertenceram à província portuguesa da mesma ordem. «A nova dependência dos jesuítas de Timor-Leste viria a facilitar novas decisões para os afastar e os substituir por indonésios. Foi o que aconteceu menos de um ano depois. Aproveitando uma estadia do Pe. Felgueiras em Portugal (a primeira sua visita à sua família desde 1975), o Pe. Darmita, provincial da Indonésia, comunicou ao provincial português que o Pe. Felgueiras já não era necessário no seminário de Díli. Algum tempo depois o Superior Geral dos Jesuítas, o Pe. Kolvenbach conseguiu garantir o regresso do padre português a Timor, voltando a vincular os jesuítas de Timor Leste à província portuguesa da ordem. O externato de S. José, estabelecimento de ensino onde as aulas são ministradas em português, por vários padres portugueses, é também objecto das acções indonésias, que vêem naquela instituição um baluarte da resistência cultural e estudantil contra o invasor. Não só já foi cercado e assaltado pelos militares, como, também, as autoridades indonésias obrigaram a que, os padres Leão e Cunha, professores no Externato de S. José, tivessem de abandonar as suas funções docentes. Diversos outros sacerdotes, acusados de colaborar na formação dos jovens resistentes, têm sido detidos e sujeitos a dolorosos interrogatórios. Enquanto isso, a Indonésia aumenta o número de padres e catequistas indonésios em Timor Leste, sem que perca a oportunidade de procurar aumentar a presença islâmica no território. Em Outubro de 1988 existiam já 16 mesquitas, tendo sido construídas 3 escolas islâmicas.

As pressões verificam-se também sobre algumas ordens religiosas, de quem a Indonésia, em troca de facilidades, designadamente permitindo a entrada dos seus membros na Indonésia e em Timor, espera conseguir a aceitação da anexação da antiga província portuguesa. A visita do Papa a Timor Leste, em Outubro de 1989, tal como foi organizada, e a homilia centrada na reconciliação, sem nunca falar dos direitos do povo, enquanto tais, resulta numa outra forma de pressão sobre o bispo de Díli e a restante igreja timorense.

A visita do Papa

A 31 de Março de 1989, no mesmo dia em que o Diário de Notícias anunciava, citando fontes diplomática não especificadas junto da Santa Sé que o Papa recusara um convite para visitar a Indonésia, a Rádio Renascença informava, com base numa entrevista telefónica com o Secretário de D. Ximenes Belo, Pe. António Costa, que João Paulo II visitaria Timor, no âmbito de uma deslocação à Indonésia. Já a 19 de Março, contudo, na Catedral de Díli e nas restantes paróquias, Monsenhor Belo dava o anúncio oficial da visita de Sua Santidade. Grandes complicações diplomáticas envolveram a preparação da visita, com movimentações indonésias e portuguesas, a par de uma acção do Vaticano nem sempre muito clara e às vezes pouco evangélica. Roberto Tucci, chefiando a delegação do Vaticano encarregada da preparação da visita, não só não teve em consideração a igreja de Timor, como ao ser interpelado pelo Vigário Geral da Comissão Diocesana de Díli, no sentido de transmitir ao Papa algumas breves palavras, respondeu virando-lhe as costas: «Não é por causa de 400 mil almas [referia-se aos cristãos de Timor] que se vai sacrificar a cristandade inteira»

Não é por causa de 400.000 timorenses que se vão sacrificar os cristãos indonésios... diz o organizador da visita do Papa a Timor.

As vantagens políticas que a Indonésia pretendia tirar de uma viagem papal a Timor Leste, enquadrada numa visita de João Paulo II ao seu país, motivaram todo o empenhamento do ocupante. Neste sentido, o convite protocolar do Administrador Apostólico para que o Papa visitasse Timor Leste, resultou das «instruções» que o Monsenhor Ximenes Belo teve de cumprir. Se existissem dúvidas, as palavras do porta-voz da Conferência Episcopal Indonésia (KWI) bastariam para as dicipar definitivamente. Com efeito, a 4 de Abril de 1989, em informações prestadas à agência noticiosa U.P.I. quando saía de um encontro com Suharto, dizia: «A visita

A Igreja de Timor-Leste foi ignorada na preparação e realização da visita papal.

[do Papa] a Timor Leste e à Indonésia é organizada pelo Governo e não pelo KWI». De resto, ao contrário do que sucede com todas as igreja visitadas pela Sua Santidade, a igreja timorense foi posta completamente à margem dos preparativos da viagem do Sumo Pontífice.

A visita do Papa a Timor-Leste seria uma viágem a teritório Indonésio ?

Ao mesmo tempo que as organizações timorenses procuravam influenciar o Vaticano, no sentido de a visita se realizar em moldes que não favorecessem os interesses políticos da Indonésia, certas cumplicidades da Igreja tornaram-se indesmentíveis. Após muitas dúvidas e perplexidades, que ainda hoje não se apagaram de todo, a 28 de Agosto é feito em Roma o anúncio oficial da visita do Papa a Timor, enquanto a 18 de Setembro a sala de imprensa divulga o programa oficial da deslocação do Papa à Ásia. O cabeçalho do Programa omitia por completo a visita a Timor Leste, constando uma referência à passagem por Díli apenas no interior do texto. Oficialmente, portanto, «a visita pastoral de João Paulo II» era simplesmente «a Seul (Coreia do Sul), à Indonésia e às Ilhas Maurícias», tudo como se o Timor Português fizesse parte da República da Indonésia, não sendo, por isso, necessário destacar aquela parcela invadida do resto do território invasor... Na emissão especial de selos dos Correios do Vaticano, não há igualmente nenhuma referência a Timor Leste, quando todos os territórios visitados pos Sua Santidade são, invariavelmente, objecto de emissões filatélicas. Mais uma vez Timor Leste é ultrapassado e submetido pela Indonésia, desta vez com a colaboração do Vaticano, não obstante a Santa Sé se ter esforçado por recordar, junto dos jornalistas, que mantinha a sua posição de não reconhecer a anexação do território pelos exércitos do General Suharto.

A violência e a repressão precede a visita papal.

Preparando com grande antecedência a visita papal, de modo a impedir que este acontecimento pudesse trazer benefícios internacionais para a causa de Timor Leste, a Indonésia lançou uma nova "operação de limpeza". Logo a partir de Abril começam as prisões em larga escala, sobretudo em Díli e em Baucau. Em Baucau, só no mês de Maio, são presas 40 pessoas, verificando-se várias execuções sumárias de elementos suspeitos de colaborar com a Resistência. Em meados de Maio foram presos, em Díli, cerca de cem estudantes. Na sequência desta vaga de prisões e ambiente de terror que se instalou, 6 estudantes timorenses pediram asilo nas embaixadas do Japão e do Vaticano, na cidade de Jacarta.

Ana Margarida, uma timorense que se encontrava em Timor a 12 de outubro de 1989, descreve assim os antecedentes da visita papal:

A Indonésia procurou transformar a visita numa questão política.

«A visita Papal a Timor-Leste, para os timorenses, começou muito tempo antes de se realizar. Transformada numa questão política pela parte da Indonésia, para que esta fosse vista aos olhos do mundo como um reconhecimento da integração por parte do Vaticano. Como é lógico, o Povo teria que reagir a tal situação. Em Maio já se comentava e se especulava sobre o que aconteceria e que língua Sua Santidade escolheria para a missa. As perseguições recomeçaram e as saídas através da Cruz Vermelha que já estavam programadas foram canceladas. Alguns jovens foram presos, bateram-lhes e só eram alimentados e mal, uma vez por semana. Depois foram libertados, mas para voltarem a ser definitivamente presos em Outubro.

À medida que o tempo ia passando as perseguições intensificaram-se. Há denúncias e muitos jovens são levados para inquéritos na INTEL (Polícia Secreta), inquéritos sempre feitos com violência.»

«Setembro foi a repetição dos acontecimentos de Agosto. Outubro chegou. A Indonésia mandou para Timor-Leste muitos indonésios, tropas e não só, para que, vestidos à civil, mas muito bem armados, pudessem passar por timorenses aos olhos dos estrangeiros e da imprensa quando das cerimónias da visita Papal».

O próprio Administrador Apostólico foi alvo desta campanha de terror. Ao jornal O Independente, D. Ximenes Belo afirmava dois dias antes da chegada do Papa: «Fazem-me ameaças físicas e psicológicas. Escrevem-me cartas anónimas. Querem matar-me». No mesmo dia havia dito à Australian Associated Press: «Muitos católicos temem retaliações por parte dos militares, caso manifestem a sua fé, enquanto outros se queixam do apertado programa da visita do Papa, o qual não é suficiente para estabelecer contactos com os católicos de Timor». Na mesma altura, afirma «esperar que Sua Santidade aborde a questão dos direitos humanos, que tanto traumatiza o povo de Timor, que continua a viver num regime de opressão».

Só que, nem em Timor, nem na Indonésia o Papa se referiu ao que, para os timorenses, mais interessava: o seu direito à autodeterminação política. A estratégia do Vaticano de expansão da fé católica, em solo predominantemente muçulmano, é razão suficiente para sacrificar o povo timorense, e para ignorar que grande parte da cristandade indonésia, e por que não dizê-lo de todo o mundo se deve enormemente à acção de missionários portugueses. O Papa reconhece o contributo português na missionação daquelas paragens, e até fez uma elogiosa referência aos missionários portugueses na ilha das Flores, antiga possessão portuguesa hoje pertencente à Indonésia, mas para o Vaticano este país importa mais que o pequeno Portugal já sem as suas províncias ultramarinas, e os quinhentos mil timorenses pesam menos que os cerca de 4 milhões de católicos e 6 milhões de protestantes da Indonésia.

500.000 timorenses pesam menos que 4 milhões de católicos indonésios.

Na Indonésia, onde chegou às 14 horas do dia 9 de Outubro, o Papa ignorou por completo o problema de Timor, pelo menos publicamente. Coibiu-se de fazer qualquer referência directa à violação dos direitos humanos e políticos dos timorenses, tendo, ao invés disso, multiplicado os aplausos ao regime de Suharto. É o próprio jornal La República, o maior periódico da Itália, que afirma que João Paulo II «não teve senão palavras de elogio para o país e o governo» indonésio, apesar das sucessivas reafirmações do carácter exclusivamente pastoral da sua viagem. Na verdade, por muito boa consciência que os responsáveis do Vaticano possam ter, as suas atitudes face à Indonésia têm de ser bem ponderadas. Bastaria referir que o discurso papal, proferido em Díli, foi reescrito pelo menos três vezes pelo Reverendo Roberto Tucci, para provar, de uma forma inquestionável, os cuidados que ao Vaticano se impõem nas suas referências à Indonésia. Com efeito, este país, apesar de maioritariamente muçulmano, recusa, de uma forma por vezes violenta, o fundamentalismo islâmico, o que confere a todos os cristãos indonésios, e especialmente aos católicos uma enorme segurança. Na Indonésia não só uma parte significativa do poder económico pertence a católicos, como cerca de 10% dos ministros professavam, à altura da viagem de Sua Santidade, a religião cristã. É o caso do então Ministro da Defesa e Segurança, Benny Murdani, estratega da ocupação de Timor, que devido à sua fé "profundamente católica" costuma passar o Natal na antiga província portuguesa.

Apesar do carácter exclusivamente pastoral da visita, o papa multiplicou os seus elogios ao governo indonésio.

Aproveitando a presença do Papa na Indonésia, os serviços de propaganda de Jacarta lançaram uma campanha de desinformação sobre a questão de Timor. O Departamento de Informação governamental realizou vários encontros com os jornalistas, distribuindo, profusamente, uma publicação sobre Timor Leste, na qual, obviamente, defendia com as habituais falsidades os pontos de vista do ocupante. No dia 11, data em que João Paulo II tocou Timor Leste pela primeira vez, a propaganda indonésia organizou, em Jacarta, uma mesa-redonda sobre a cultura timorense, inaugurando um exposição sobre o mesmo tempo, procurando ocultar, de um modo indisfarçável, o genocídio cultural que os militares de Suharto vêm concretizando desde 1975.

O beijo que o Papa não deu e que foi visto como "um beijo de Judas".

João Paulo II que no dia 11 estivera apenas alguns momentos em Díli, em escala técnica, de onde partiu para as Flores, regressou à capital de Timor Leste na manhã de 12 de Outubro de 1989. Recebia-o, para além de um enorme cartaz em que por baixo do Papa estava escrito «Welcome to Timor Timur the 27th Province of Indonesia», o General Benny Murdani, comandante das tropas que invadiram Díli a 7 de Dezembro de 1975, e um dos principais responsáveis pelo extermínio de 200 mil timorenses. Não beijou o chão de Timor, como faz à chegada dos países que visita pela primeira vez, o que foi interpretado como um reconhecimento da integração na Indonésia. Como «solução de compromisso», segundo considerações da Rádio Vaticano, beijou um crucifixo que se encontrava sobre uma almofada, depositada no chão junto ao altar, em Taci-Tolu, local onde se celebrou a eucaristia. Mas se este gesto era feito em substituição do beijo que não fora dado à sua chegada a Díli, porque não beijara logo o chão no aeroporto, como é costume? Temia Sua Santidade o descontentamento de Jacarta?

Quase no início da homilia, João Paulo II diria: «Desde o início do meu Pontificado segui a Vossa situação com profunda solicitude. (...) Desde há muitos anos até agora, experimentastes a destruição e a morte, em consequência de conflitos; soubestes o que significa ser vítimas do ódio e da luta. Muitas pessoas inocentes morreram, enquanto outras foram vítimas de represálias e de vinganças. Há muito tempo que estais a sofrer uma falta de estabilidade que tem tornado o vosso futuro incerto. Esta aflitiva situação causa dificuldades económicas que, apesar de alguns socorros, continuam a existir, impedindo o desenvolvimento necessário para aliviar o flagelo que ainda pesa sobre a população. O respeito pelos direitos que tornam a vida mais humana, deve ser firmemente assegurado: os direitos dos indivíduos e os direitos das famílias. Rezo para que aqueles que têm responsabilidades pela vida em Timor Oriental actuem com sabedoria e boa vontade em favor de todos, ao procurarem uma solução justa e pacífica das presentes dificuldades, a fim de se chegar a um rápido melhoramento das condições de vida, que vos permitirão viver em harmonia social, segundo as suas próprias tradições e necessidades em serena e frutuosa produtividade. (...) Uma especial palavra de estima deve dirigir-se aos valiosos missionários, que permaneceram junto do povo nos momentos de maiores provações da vossa recente história».

Apesar das preocupações do Papa, as suas palavras não satisfizeram os anseios dos timorenses.

Se é certo que o Papa mostrou, nestas palavras, sentir profundamente o problema de Timor, não é menos verdade que poderia ser mais directo e acutilante. Ao invés de falar em reconciliação, o que poderia ser entendido como um pacto com o invasor, João Paulo II poderia, para reconforto do povo timorense, ter falado nos seus direitos políticos, o que já tem feito para outras regiões do globo, sobretudo em relação aos antigos estados da Europa de leste, dominados pela então União Soviética.

João Paulo II poderia, para reconforto dos timorenses, ter falado nos seu direitos políticos.

E não duvidando da isenção e santidade do Sumo Pontífice, o que ninguém questiona, alguns factos não podem ser perdoados, ou pelos menos esquecidos. Os timorenses desejavam uma longa visita, o que não sucedeu, já que o Papa se limitou a estar em Timor Leste umas escassas 4 horas. Depois a escolha de Taci Tolu para celebrar a Eucaristia, local onde foram massacrados milhares de timorenses, desagradou profundamente aos timorenses. A Indonésia esperava que a presença do Papa nesse local, como no território em geral, servisse de prova, aos olhos dos timorenses, do desinteresse do Vaticano pelo problema político de Timor, de modo a desmotivar a resistência e a extinguir a esperança da libertação nacional. Foi esta ideia que Benny Murdani tentou transmitir, ardilosamente, num discurso proferido a 3 de Fevereiro de 1990 em Timor, diante de autoridades civis e militares, com estas palavras: «O chefe da nossa igreja, o chefe da comunidade católica mundial veio cá de visita há alguns meses. Também ele viu pessoas manifestarem-se em Taci Tolu. O Papa regressou a casa há dois ou três meses. Timor Leste tornou-se independente? O Papa não se ocupa de questões políticas. Tudo o que fez foi dizer que muitas pessoas sofreram em Timor Leste. Ele começou por rezar e continuou sobre a amizade. Então, estão satisfeitos? O que é que conseguiram manifestando-se à frente do Papa (...)? Nada! Portanto, não comecem a imaginar coisa, deixem-se de sonhos. Levantar problemas só causará agitação nesta região.».

Para além disso, se o Papa não usou o bahasa indonésio nas palavras que proferiu e liturgia, também não falou em português, sendo Timor Leste um território sob administração portuguesa e sendo a nossa língua perfeitamente compreendida e falada pelos religiosos de Timor e pela camadas mais velhas da população que viveram antes da ocupação. Fica, ao menos, o reconforto de Sua Santidade ter proferido algumas palavras em Tétum, o que muito satisfez a população. O que não foi do agrado dos timorenses foi o facto de João Paulo II ter consagrado a Catedral da Imaculada Conceição, uma obra construída pelo invasor, com dinheiro das Forças Armadas Indonésias. No entanto, uma vez que a Catedral já havia sido benzida por Ximenes Belo, aquando da inauguração por Suharto durante a sua visita em 12 de Dezembro de 1988, pode interpretar-se como uma reafirmação da dependência de Díli face ao Vaticano, o que seria positivo, uma vez que Jacarta pretende transferir a diocese de Timor Leste para a Conferência Episcopal Indonésia.

Alguns factos levantam desconfianças sobre o vaticano.

Há ainda outros factos que não são de todo agradáveis, e que levantam desconfianças sobre o comportamento do Vaticano face a Timor, sem que com isso se questione a acção do Vigário de Cristo. O Vaticano impôs grandes limitações ao número de jornalistas portugueses que cobriram a visita papal, apesar dos insistentes pedidos da representação portuguesa acreditada na Santa Sé. Até a correspondente do Diário de Notícias e da Rádio Comercial, portadora de passaporte americano, não foi admitida na comitiva papal, o que motivou um enérgico protesto da Associação Internacional de Jornalistas acreditada no Vaticano. Outro aspecto criticável diz respeito diz respeito à impossibilidade de o Administrador Apostólico, D. Ximenes Belo, proferir as palavras de boas-vindas, o que havia sido acordado com os enviados do Vaticano encarregados da preparação da visita, mas que depois foi cancelado. Nem sequer houve um discurso do Papa ao clero timorense, o que nunca sucede nas diversas visitas do chefe da igreja às suas cristandades. O Papa limitou-se a proferir algumas palavras de improviso, em italiano, a 115 sacerdotes e religiosos portugueses, timorenses e indonésios, aos quais recomendou que deixassem a política para os leigos...

Ao terminar a Eucaristia, os timorenses manifestam o seu desejo de independência, e iniciam-se tumultos e confrontações com os militares.

Com um forte dispositivo de segurança, com todas as estradas de acesso a Taci Tolu controladas pelos militares e com uma vigilância apertada sobre todos os presentes na eucaristia, a visita papal parecia correr de feição para a propaganda indonésia. Porem, «os gritos por um Timor-Leste independente ecoaram em português e tetum, quando João Paulo II concluiu, com as palavras "ite missa est", a celebração eucarística de que se previa ser a etapa mais polémica que o Pontífice realiza ao sueste asiático.»

«Faltavam 15 minutor para as 14.00 (...) quando um grupo de 20 jovens rompeu os cordões de segurança e gritou "Viva o Papa". A polícia - armada com enormes cacetes de madeira - fê-los recuar. O Papa olhou para os jovens durante um minuto. A seguir foi mudar de roupa e foi então que a planície de Tassi-Tolu (Os Três Lagos) - encabeçada de um lado pelo altar e de outro por duas monumentais fotografias do Presidente Suharto e o Pontífice - se transformou num campo de batalha. A versão oficial era, nessa altura, que um grupo de jovens de aldeias longínquas, queriam aproximar-se de João Paulo II, conforme disse um alto funcionário do Governo de Jacarta.»

«Uma segunda vaga de manifestantes - várias centenas - chegou a uns 20 metros do altar tentando mostrar um cartaz em que, segundo parece, estaria escrito em letras vermelhas sob fundo azul a seguinte frase: "A Fretilin saúda o Papa". Então começaram os incidentes mais importantes. A polícia bateu com os seus enormes cacetes nos manifestantes e tentou isolá-los no fundo da planície, longe da imprensa, que iniciou, por sua vez, a sua própria batalha com os agentes da ordem.»

«Entretanto, avolumavam-se os gritos a favor da independência de Timor. As forças de segurança começaram a actuar a partir de então com mais contundência contra os jornalistas. Arrebataram violentamente as máquinas fotográficas a dois deles destruindo os filmes. Os manifestantes, envoltos numa grande poeira, defendiam-se atirando cadeiras e pedras contra a polícia. Milhares de pessoas - calcula-se que assistiram à missa cerca de 80.000 - fugiam da luta. O Papa acabava de falar de reconciliação e da sua homilia depreendia-se um certo reconhecimento do "status quo que Timor tem, ainda que tenha pedido respeito pelas tradições.» (...)

«As palavras do Papa ecoavam pelas montanhas de Tassi-Tolu. Por detrás delas, várias centenas de soldados impediam que os guerrilheiros da Fretilin chegassem perto do local onde se realizava a missa para organizar alguma acção de propaganda. As cercas de 80.000 pessoas, que assistiram à Eucaristia tinham sido registadas pelos cerca de 13.000 soldados que fazem a segurança da parte leste da ilha.»

A repressão aumenta após a visita papal.

A seguir à visita papal e em resposta à manifestação dos jovens timorenses, aumenta a repressão no território. Logo após a eucaristia são presos 40 jovens timorenses. Na sequência dos confrontos verificados, 3010 pessoas necessitaram de cuidados médicos, e pelo menos dois timorenses morreram, segundo o Vaticano, por insolação e falta de assistência médica... Muitos dos presos eram alunos da Escola de Artes e ofícios de Fatumaca, tendo sido torturados e obrigados a acusar o Padre Locateli de ter sido o organizador da manifestação. Alguns dos jovens que conseguiram fugir buscaram refúgio em casa do bispo. Tentando pressionar D. Ximenes Belo, as autoridades militares organizaram, no dia 4 de Novembro, uma encenação em que vários timorenses foram obrigados a participar, manifestando-se contra o Bispo; mas a população organizou uma manifestação para o proteger, sendo os seus participantes violentamente reprimidos pela polícia indonésia. No dia 15 do mesmo mês, uma unidade militar, reforçada pela polícia militar e por 4 pelotões do Batalhão 744, invade o Externato de S. José em busca, segundo alegavam, de quatro indivíduos que aí se teriam refugiado. No início de Dezembro é a vez na residência episcopal ser devassada pelos militares, que daí retiraram cerca de 30 jovens que se haviam refugiado em busca da protecção do Monsenhor Belo.

Um balanço da visita papal.

Apesar de todos estes incidentes, e das perplexidades suscitadas pelos gestos, mas sobretudo pelas omissões do Papa, a visita de João Paulo II foi vista positivamente pela maioria do clero. Um religioso que escreveu para Portugal, pouco depois da viagem do Sumo Pontífice, dizia: «A visita do Santo Padre foi um sucesso nos dois campos (religioso e político). O final foi formidável, só que as consequências são desastrosas». Os partidos timorenses, a UDT e a Fretilin mostraram-se mais cépticos em relação aos benefícios da visita, apontando algumas críticas ao Papa, dado que alimentavam algumas expectativas que, infelizmente, não se concretizaram. Alguns observadores estrangeiros não acolheram bem o comportamento do Vaticano nesta viagem asiática. Por exemplo, o Vice-Presidente do parlamento australiano achou «chocante ver como o Papa se deixou manipular pela Indonésia» que «só tão timidamente se atreveu a mencionar, ao de leve, os direitos humanos», considerando inconcebível que o Santo Padre perdesse esta oportunidade para expressar o seu apoio ao Monsenhor Belo.

O Massacre de Santa Cruz volta a lançar suspeitas sobre o comportamento do Vaticano na Questão de Timor.

Idênticas criticas foram dirigidas contra o Sumo Pontífice, após o Massacre de Santa Cruz de 12 de Novembro de 1991, devido ao longo silêncio do Vaticano que, só tardiamente se manifestou face ao sucedido, o que gerou em Portugal uma grande indignação, da qual os orgãos de comunicação social fizeram estrondoso eco. Mais uma vez, a especificidade de que se reveste o relacionamento entre a Igreja de Roma e a toda poderosa Indonésia, coloca o Vaticano sob o fogo cruzado das pressões internacionais e do vitupério dos que exigem do Papa a defesa intransigente e incondicional dos direitos humanos.

APPTL – ESPM

V
NA CENA INTERNACIONAL

As Nações Unidas e Timor Leste

No próprio dia da invasão, 7 de Dezembro de 1975, o Governo Português cortou as relações diplomáticas com a Indonésia e solicitou uma reunião urgente do Conselho de Segurança da ONU para este tomar posição face ao «acto de agressão» que a República da Indonésia desencadeara contra o território de Timor Português.

Sem abdicar do seu estatuto de potência Administrante, Portugal pedia assim, à ONU, o seu apoio para uma missão descolonizadora que, sozinho, não tinha sido capaz de levar a bom termo, e pedia à Comunidade Internacional que, no respeito pelas normas de convivência entre os povos e as nações, fizesse com que a Indonésia parasse a agressão e retirasse as suas tropas de modo a viabilizar uma autêntica autodeterminação do território de Timor Leste.

As Nações unidas reagem à invasão indonésia.

Em 12 de Dezembro, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprova uma resolução segundo a qual, «tendo ouvido as declarações dos representantes de Portugal, na qualidade de Potência Administradora, acerca dos acontecimentos de Timor Português (...)»,

«deplora profundamente a intervenção militar das forças armadas indonésias, em Timor Português», (...) «exorta o Governo da Indonésia a que (...) retire, sem demora, as suas forças armadas do território, a fim de o povo timorense poder exercer livremente o seu direito à autodeterminação e independência» e recomenda ao Conselho de Segurança «que adopte medidas urgentes para proteger a integridade territorial de Timor Português e o direito inalienável do seu povo à autodeterminação» (...).

Resolução de 22 de Dezembro de 1975.

Em 22 de Dezembro de 1975, o Conselho de Segurança da ONU aprovou, por unanimidade, uma resolução em que

(...)«1. Pede a todos os Estados que respeitem a integridade territorial de Timor Leste, assim como o direito inalienável do seu povo à autodeterminação, de acordo com a resolução 1514 (XV) da Assembleia Geral;

2. Pede ao Governo da Indonésia que retire, sem demora, todas as suas forças

do território;

3. Pede ao Governo de Portugal que, na sua qualidade de Potência Administrante, coopere plenamente com as Nações Unidas, a fim de que o povo de Timor Oriental possa exercer livremente o seu direito à autodeterminação» (...).

Os simulacros de autodeterminação.

Entretanto, em 10 de Dezembro, a Indonésia lança um segundo ataque, desta vez junto a Baucau, a segunda cidade do território, onde se situa o maior aeroporto da ilha.

Ignorando as resoluções da ONU, são desembarcados mais de dez a quinze mil soldados indonésios em Díli, Liquiçá e Maubara, no dia de Natal de 1975. Em Abril de 1976, o número de militares indonésios em Timor Leste atingia os trinta e cinco mil!

A anexação do enclave do Oe-Cusse teve lugar a 19 de Dezembro, e a ocupação da ilha de Ataúro, a 29 de Dezembro de 1975.

Tendo a UDT e restantes partidos da coligação manobrada pela Indonésia perdido a guerra civil, em 24 de Setembro de 1975, os seus dirigentes e cerca de três milhares de apoiantes, tinham recuado até à fronteira com o Timor Indonésio (levando consigo os 23 militares portugueses que a UDT tinha, entretanto, aprisionado). A Indonésia, antes de os deixar atravessar a fronteira, exigiu que os dirigentes desses partidos - que passariam a constituir o chamado MAC, Movimento Anti-Comunista - assinassem um documento em que pediam a integração de Timor Leste no seu país.

Logo a seguir à invasão, a Indonésia levou para Díli os dirigentes desses partidos. Sem perder tempo, em 18 de Dezembro, o Ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio anunciava, em Jacarta, que se tinha formado em Díli um Governo Provisório, constituído por timorenses que tinham assinado o pedido de integração - em condições que não lhes permitiam outra escolha.

Em 31 de Maio de 1976, é anunciada a criação de uma "Assembleia Representativa Popular", não eleita, mas formada "por consenso e consentimento", isto é, por pessoas escolhidas pelos ocupantes. Esta, logo na sua primeira reunião, aprovou por unanimidade uma petição dirigida ao Presidente Suharto para que aceitasse a integração do território na República da Indonésia. Alguns dias depois, uma delegação constituída por todos os membros da "Assembleia Representativa Popular" e do "Governo Provisório de Timor Leste" faziam entrega oficial da petição ao General Suharto. Em 16 de Julho, o Parlamento Indonésio aceitou o pedido e no dia seguinte o Presidente da República da Indonésia promulgou o decreto de integração de Timor Português como 27ª Província da Indonésia.

Só depois de terminada esta farsa, é que a Indonésia libertou os militares portugueses que reteve em seu poder, durante quase um ano, como reféns.

Resolução do Conselho de Segurança, de 22 de Abril de 1976.

Entretanto, com base no relatório de um representante do Secretário Geral da ONU que visitara Timor Leste, o Conselho de Segurança da ONU aprovou, em 22 de Abril de 1976, uma segunda resolução em que:

(...) «Reafirmando o direito inalienável do povo de Timor Leste à autodeterminação e independência (...)»

(...) «Apela ao Governo da Indonésia para retirar, sem mais demora, todas as suas forças do território (...)»

Esta resolução foi aprovada por 12 votos a favor, nenhum contra e com duas abstenções: Japão e Estados Unidos da América...

Já depois do Governo indonésio ter completado toda a farsa a que chamou de "autodeterminação" e até de "independência" de Timor Português "pela integração na Indonésia", a Assembleia Geral das Nações Unidas voltou a debruçar-se, em numerosas ocasiões, sobre a questão.

Resolução da Assembleia Geral das Nações unidas, de 1 de Dezembro de 1976.

Assim, a 1 de Dezembro de 1976, aprovou por larga maioria uma resolução em que:

«1. Reafirma o direito inalienável do povo de Timor Leste à autodeterminação e independência e a legitimidade da sua luta para alcançar esse direito;»

«Reafirma as resoluções anteriores da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança das Nações Unidas;»

«Deplora vivamente a recusa persistente do Governo da Indonésia em acatar as decisões das referidas resoluções;»

«5. Rejeita a reivindicação de que Timor Leste foi integrado na Indonésia, na medida em que o Povo do território não teve possibilidade de exercer livremente o seu direito à autodeterminação e independência;» (...)

A cumplicidade internacional

Os Estados Unidos reconhecem que não existiu um verdadeiro processo de autodeterminação em Timor Leste mas aceitam a anexação territorial na Indonésia...

Apesar destas e doutras resoluções da ONU, muito depressa os Estados Unidos consideraram a integração de Timor Leste na Indonésia como um "facto consumado", embora reconhecendo que não houve um acto de autodeterminação. O conselheiro jurídico do Departamento de Estado, Sr. Aldrich, em Julho de 1981 explicaria a política americana a uma Sub-Comissão do Congresso, declarando:

«Reconhecemos a validade da autoridade soberana da Indonésia em Timor leste, como reconhecíamos a validade anterior a 1975 da soberania portuguesa no território. Mas penso que, em teoria jurídica, quando a um povo lhe é geralmente reconhecido o direito à autodeterminação, e nós reconhecêmo-lo, esse direito não se extingue a não ser pelo exercício de um acto de autodeterminação, o que acho que não se verificou neste caso. Por isso, digo que, em termos jurídicos, o direito à autodeterminação continua a existir».

O certo é que, se a primeira resolução do Conselho de Segurança da ONU teve o voto favorável dos Estados Unidos, a segunda já só contou com a abstenção deste país. E se na Assembleia Geral da ONU a resolução de 1975 contou com a abstenção americana, todas as restantes resoluções aprovadas nos anos seguintes pela mesma Assembleia contaram com o voto contra dos Estados Unidos da América.

Em 14 de Setembro de 1982, o Secretário de Estado Adjunto para os Assuntos do Sudeste Asiático e Pacífico, John Holdridge, manifestou a uma Sub-Comissão do Congresso dos EUA a aprovação da administração Reagan da "folha de serviços" indonésia em Timor Leste, e afirmou que o Governo Americano tinha aceite a incorporação do território embora reconhecendo que não tinha tido lugar um acto válido de autodeterminação...

O Kuwait não é Timor Leste...

Idêntica posição foi reafirmada em maio de 1990 por Donald Camp, do East Asia Bureau do Departamento de Estado, que declarou que o Presidente Bush apoiava integralmente a "incorporação" de Timor pela Indonésia. E, embora alguns meses depois, quando o Iraque invadiu o Kuwait, os EUA se tenham querido apresentar ao mundo como os campeões da defesa dos pequenos povos e nações contra as ambições dos seus vizinhos mais poderosos, em Novembro de 1991 a Embaixada Americana em Lisboa voltou a lembrar que o Governo aceitava a integração de Timor Leste na Indonésia embora reconhecendo que não teve lugar um acto genuíno de autodeterminação...

O petróleo do Mar de Timor leva a Austrália a reconhecer a anexação de timor Leste...

A posição oficial australiana nas Nações Unidas evoluiu mais lentamente. Só a partir de 1978 passou a votar ao lado da Indonésia, contra as resoluções aprovadas na Assembleia Geral da ONU. Em Fevereiro de 1979, ao dar início a conversações com a Indonésia sobre a delimitação da região marítima entre a Austrália e Timor Leste, passou a admitir, implicitamente, a soberania do país vizinho sobre o território. Em 18 de Agosto de 1985, o Primeiro Ministro Australiano, Bob Hawke, interessado em acelerar as negociações sobre o petróleo do Mar de Timor, dá mais um passo no mesmo sentido, declarando publicamente o reconhecimento oficial da integração de Timor Leste na Indonésia.

De forma aberta ou velada, outros estados - tais como o Reino Unido, a França, a Alemanha, a Holanda e a Espanha, nomeadamente - forneceram armas, além de apoio político e financeiro, à Indonésia. Ao mesmo tempo, procuraram fazer com que uma cortina do silêncio ocultasse as vendas ilegais de armas, feitas contra os princípios da Carta da ONU. O mesmo silêncio cúmplice permitia encobrir a duplicidade de muitos governos e a sua incoerência com os princípios de respeito pelo direito à autodeterminação e pelos direitos humanos que publicamente proclamavam. Foi esse silêncio que permitiu que o genocídio do povo de Timor Leste fosse tão pouco conhecido durante dezasseis anos, tornando-se assim no mais poderoso aliado dos ocupantes indonésios na opressão e massacre dos ignorados e abandonados timorenses.

Outras instâncias internacionais

Além da ONU, outras instância internacionais - como o Movimento dos Não-

Alinhados, a União Inter-Parlamentar (UIP), o Parlamento Europeu (PE) e a Assembleia Paritária ACP-CEE (que reúne parlamentares dos países da África, Caraíbas e Pacífico e da Comunidade Económica Europeia) - entre outras, têm também tomado posição na defesa do direito à autodeterminação do povo timorenses.

A União Inter-Parlamentar toma posição a favor de Timor Leste.

Quanto à União Inter-Parlamentar (UIP), que reúne parlamentares de todo o mundo e das mais diversas correntes políticas, aprovou várias resoluções como a duma reunião de 1981 que «reafirma o direito inalienável do povo de Timor Leste à autodeterminação e independência e convida insistentemente a Indonésia a retirar as suas tropas para permitir o exercício desse direito».

Em fins de Setembro de 1982, a UIP aprovou um apelo de Portugal para que os Governos e os Parlamentos de todo o mundo reconheçam e reafirmem o direito do povo de Timor Leste à autodeterminação e à independência.

E até na reunião realizada em Banguecoque, na Tailândia (país que pertence, com a Indonésia, à ASEAN) de 7 a 12 de Outubro de 1987, a UIP aprovou por 791 votos a favor, 122 contra e 207 abstenções, uma resolução em que considera preocupante a situação em Timor Leste e convida as partes intervenientes a colaborar com vista a encontrar uma solução de acordo com o princípio da autodeterminação.

Resolução da Assembleia Paritária ACP - CEE.

Em 1 de Outubro de 1987, a Assembleia Paritária ACP-CEE, reunida em Lisboa, aprovou, por unanimidade, uma resolução em que:

«1. Condena a ocupação ilegal e ilegítima de Timor Leste pela Indonésia;

2. Reafirma o direito inalienável do povo de Timor Leste à autodeterminação e à independência;

3. Convida as partes interessadas a resolver a questão de Timor Leste no quadro e segundo os princípios da Carta das Nações Unidas;

4. Encarrega os seus co-presidentes de transmitir a presente resolução ao Conselho de Ministros ACP-CEE, à Comissão e ao Governo dos Estados Signatários da Convenção de Lomé».

Acção do Parlamento Europeu.

No Parlamento Europeu a acção concertada dos parlamentares portugueses, de todos os partidos representados, sem excepção, levou a que, desde a entrada de Portugal para a CEE, em Janeiro de 1986, fossem aprovadas numerosas e importantes resoluções, de que são exemplos as de 10 de Julho de 1986, de 15 de Setembro de 1988 e de 23 de Novembro de 1989.

A resolução de 10 de Julho de 1986, aprovada por larguíssima maioria (162 votos a favor e apenas 3 votos contra e 4 abstenções) afirma:

«A. Considerando que desde Dezembro de 1975 a Indonésia ocupa, pela força, e menosprezando o Direito Internacional, o território de Timor Leste;

(...) 1. Faz apelo ao Governo da Indonésia para que cesse imediatamente todas as hostilidades contra os habitantes de Timor Leste, ponha fim à ocupação deste território e respeite o direito do Povo Maubere à autodeterminação» (...).

Resolução de 15 de Setembro de 1988 do Parlamento Europeu.

Na resolução de 15 de Setembro de 1988, o Parlamento Europeu:

«Considerando que o território de Timor Leste foi invadido e ocupado em 7 de Dezembro de 1975, foi ilegalmente anexado em Julho de 1976, e tem estado, desde então, sujeito a ocupação forçada pela Indonésia; que esta situação provocou o genocídio de um terço da população, (...)».

(...)«Considerando que está a ser destruída a identidade cultural da população de Timor Leste (...)»

«1. Condena a ocupação de Timor Leste pela Indonésia e apoia o direito à autodeterminação do povo de Timor Leste;

2. Defende o direito do povo de Timor Leste a manter, desenvolver e afirmar a sua identidade cultural, linguística e religiosa decorrente da sua própria História;

3. Condena a política indonésia se negar a visitantes estrangeiros independentes a oportunidade de examinar livremente a situação no território e de investigar alegadas violações dos direitos humanos; (...)

9. Insta os Estados-membros da Comunidade Europeia a tomarem iniciativas políticas que contribuam para a retirada das tropas de Timor Leste, condição indispensável para que sejam respeitados os direitos fundamentais da população e ao exercício do direito à autodeterminação incluindo o direito à independência, e a apoiarem os esforços do Secretário Geral das Nações Unidas no sentido de que

sejam alcançados aqueles objectivos;

10. Solicita ao Secretário Geral das Nações Unidas que, nos seus esforços para encontrar uma solução do conflito, consulte não só Portugal e a Indonésia, mas também os representantes do povo de Timor-Leste, "Convergência Nacionalista"

11. Insta os Governos de todos os Estados-membros da Comunidade a suspender a venda de equipamento militar à Indonésia até que esta ponha cobro à ocupação ilegal de Timor Leste; (...)

15. Pede a todas as instituições da CEE que tenham em atenção a actual situação colonial em Timor Leste e os termos da presente resolução nas relações que se desenvolvem no quadro CEE-ASEAN; (...)

A resolução de 23 de Novembro de 1989, aprovada na sequência da visita papal ao território e da repressão que se lhe seguiu:

(...) «1. Reafirma a sua exigência de que seja reconhecido o direito à autodeterminação e independência do povo de Timor Leste, a exercer segundo as normas de direito internacional;

(...) «4. Condena, mais uma vez, o genocídio que a Indonésia leva a cabo em Timor Leste» (...).

Em 28 de Junho de 1991, é a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (que reúne 25 países) que aprova, por sua vez, na reunião do seu Conselho Permanente em Helsínquia, uma resolução em que se afirma:

Resolução da Assembleia Parlamentar do Concelho da Europa.

(...) «4. A Assembleia condena a anexação de Timor Leste pela Indonésia, que considera ser uma violação do direito internacional e, mais especificamente, do direito dos povos à autodeterminação e independência;

5. Condena, igualmente, as contínuas e graves violações de direitos humanos que as forças ocupantes indonésias têm infligido ao povo de Timor Leste e afirma o direito do Povo Timorense a decidir o seu próprio destino político e de preservar, desenvolver e afirmar a sua identidade cultural, linguística e religiosa;

6. Assinala que Portugal, que é a potência administrante reconhecida pela Assembleia Geral da Nações Unidas, está legal e moralmente obrigado a promover e garantir o direito à autodeterminação e independência de Timor Leste (Constituição da República Portuguesa) e apoia as múltiplas iniciativas de Portugal tomadas nesse sentido, desde 1975.(...)

8. A Assembleia pede que o Governo Indonésio:

i - Ponha termo às violações das normas internacionais que estabelecem os direitos humanos e o direito dos povos à autodeterminação e independência;

ii - abra as fronteiras de Timor Leste e permita às organizações internacionais de auxílio e defesa dos direitos humanos, a começar pela Cruz Vermelha, desenvolver o seu trabalho no Território;

iii - ordene um cessar-fogo imediato com as forças de resistência timorenses, retire as suas forças armadas de Timor Leste, e crie pré-condições para o exercício da autodeterminação.

9 Finalmente a Assembleia pede aos estados membros do Conselho da Europa que:

i - insistam numa solução política no quadro das Nações Unidas, envolvendo Portugal, Indonésia e o povo de Timor Leste;

ii - insta os países com laços económicos com a Indonésia a pressionar a Indonésia a pôr termo a todas as violações dos direitos humanos e a qualquer apropriação dos recursos naturais de Timor Leste, e propõe;

iii - que forneçam apoio alimentar e sanitário ao povo de Timor Leste;

iv - e implementem um embargo de armas à Indonésia até que os objectivos fixados no parágrafo 8 tenham sido atingidos».

Resolução da Assembleia Parlamentar da UEO.

Já depois do massacre de Santa Cruz, que teve lugar em Díli em 12 de Novembro de 1991 e a que mais adiante faremos referência, em 3 de Dezembro de 1991 a Assembleia Parlamentar da União da Europa Ocidental (UEO) aprovou, por unanimidade, a resolução de que a seguir se citam alguns extractos:

«1. A Assembleia condena o massacre de 12 de Novembro, em Timor Leste, e a contínua violência perpetrada pela forças ocupantes indonésias». (...)

«3. A Assembleia, face a uma política de anexação forçada do Governo Indonésio, que constitui um crime de genocídio que prossegue e se agrava, considera que a Comunidade Internacional deve desenvolver acções que conduzam à criação de condições de exercício, pelo povo de Timor Leste, do direito à autodeterminação e independência. (...)

«4. Neste sentido, a Assembleia Parlamentar da (UEO) exige que o Governo Indonésio:

a) Cesse toda a violência e toda a violação das normas internacionais que exigem o respeito pelos direitos do homem e o direito dos povos à autodeterminação e independência;

b) Proceda à retirada das forças armadas do território de Timor Leste e crie condições políticas necessárias ao livre exercício da autodeterminação;

c) Concretize a abertura efectiva e imediata do território de Timor Leste e permita às organizações de ajuda internacional e de defesa dos Direitos do Homem, assim como às missões das Nações Unidas, de aí exercer as suas actividades humanitárias e avaliar a situação no que se refere à violação dos Direitos do Homem.

A Assembleia pede a todos os estados membros:

i - O embargo imediato de armas com destino à Indonésia;

ii - A suspensão imediata de acordos e apoios militares à Indonésia.»

No mesmo dia 3 de Dezembro de 1991, o Conselho de Ministros dos doze países da CEE (Comunidade Económica Europeia) condenou a actuação da Indonésia em Timor Leste, propondo-se reavaliar a cooperação com este país «tendo em conta as reacções das autoridades indonésias às preocupações expressas pela comunidade internacional».

Na declaração aprovada nesse Conselho de Ministros, a Comunidade Europeia exige uma investigação «exaustiva e credível» dos acontecimentos de Novembro de 1991 em Timor Leste, levada a cabo por peritos «independentes e imparciais». Nessa declaração os ministros dos doze países europeus manifestam o seu apoio a uma solução justa, e internacionalmente aceite, da questão de Timor Leste, que respeite os princípios da Carta das Nações Unidas e tenha «em conta a necessidade de defender os direitos humanos, as liberdades fundamentais e o completo respeito pelos legítimos interesses e aspirações da população do território».

A malograda visita parlamentar

Início das negociações entre Portugal e a Indonésia.

A resolução nº 37/30, de 23/11/1982 da Assembleia Geral da ONU «requere ao Secretário-Geral (da ONU) que se iniciem consultas com todas as partes directamente interessadas, com vista a encontrar os meios que permitam obter uma solução global para o problema» (23/11/1982).

Portugal foi co-patrocinador desta Resolução, a que a Indonésia se opôs, votando contra e recusando-se, inicialmente, a participar em quaisquer negociações. A partir de 1984, no entanto, começaram conversações luso-indonésias, sob a égide do Secretário-Geral da ONU.

Nos primeiros anos de conversações, foi possível dar alguns passos no campo humanitário, incluindo a autorização de saída de Timor de algumas pessoas com familiares em Portugal e na Austrália, aos quais antes era vedada a saída.

A hipótese dea visita Parlamentar Portuguesa.

Numa segunda fase, e quando as conversações estavam a cair num impasse devido à irredutibilidade indonésia em aceitar um genuíno acto de autodeterminação, surgiu a hipótese de uma enventual visita de uma delegação parlamentar portuguesa a Timor Leste, com a finalidade de observar, em primeira mão, a situação prevalecente no território.

Enquanto decorriam as conversações sobre os termos de referência, modalidades e datas de uma tal visita, a Assembleia Geral foi adiando o debate sobre Timor Leste, não tendo sido aprovadas novas resoluções sobre a questão.

A hipótese de uma missão parlamentar portuguesa visitar Timor Leste suscitou um enorme entusiasmo e expectativa entre a população do território, durante tantos anos quase completamente isolada do exterior.

Em 29/12/1988, a Indonésia declara que o território de Timor Leste passa a estar tão aberto como qualquer outra província indonésia. Apesar das dificuldades que, na prática, continuam a existir, sobretudo em períodos de maior repressão, alguns turistas, e até jornalistas, começam a visitar o território. Outros jornalistas e muitas organizações de defesa dos direitos humanos continuam, no entanto, impedidos de entrar, ao mesmo tempo que continua a haver censura da correspondência, controle de chamadas telefónicas e fortes restrições à entrada e saída de portugueses em geral e de timorenses em particular.

A Indonésia pretendia que a deslocação de parlamentares portugueses, acompanhados por alguns jornalistas da imprensa internacional, se transformasse num acto de propaganda do progresso económico promovido pelos ocupantes. Nesse sentido, propôs um programa cheio de visitas a empreendimentos (pontes, hospitais, escolas, etc.) e a autoridades da administração do ocupante.

Os Tiomorenses desejam o regresso de Portugal para prosseguir o processo de descolonização.

A generalidade da população timorense ansiava saudar a delegação parlamentar portuguesa e manifestar-lhe o desejo de que Portugal regressasse a fim de levar a bom termo um processo genuíno de autodeterminação.

Portugal, não querendo frustar os anseios dos timorenses de que a visita se realizasse, cede a muitas exigências da Indonésia, relativas às condições da visita, no que respeita ao programa, ao transporte e à segurança da delegação (a cargo da Indonésia e não da ONU, como seria normal).

Enquanto as conversações prosseguem em Nova York, sob os auspícios do Secretário-Geral da ONU, as forças ocupantes tentam "limpar o terreno". Muitos timorenses são presos e torturados. Alguns "desaparecem". Em entrevistas e cartas enviadas para o exterior, o bispo D. Ximenes Belo, Administrador Apostólico da diocese de Díli, denuncia o clima de terror nos meses que precedem a projectada visita.

Assim, por exemplo, em carta de 7 de Setembro de 1991 para um sacerdote português, D. Ximenes Belo afirma:

O terror e a repressão antecede a visita parlamentar.

«As casas são revistadas de noite. Todas as cidades estão cheias de Intel (agentes dos Serviços Secretos Indonésios). Os portugueses não vão poder contactar com os timorenses, porque estes estão a ser ameaçados e mentalizados»(...)

«Com a próxima visita da Delegação Parlamentar Portuguesa os Bapaks (indonésios) estão de novo a desencadear campanhas de terror, de ameaças. Quem se aproximar dos portugueses será abatido...»

Para reforçar estas ameaças de morte aos timorenses que tentarem manifestar-se ou contactar a Delegação Parlamentar Portuguesa, os ocupantes abrem enormes vala parra enterrar os que recusem hastear bandeiras indonésias nas suas casas e que tentem contactar a delegação, manifestar o seu apreço pela visita ou o repúdio pela ocupação.

Num aparente gesto de boa vontade, a Indonésia faculta a ida a Timor Leste de dois jornalistas portugueses. Um, da Rádiopress, (Nuno Castro Ferreira) permanece no território apenas quatro dias, em Julho de 1991. Mas outro, Mário Robalo, do Expresso, chegando a Díli em 30 de Julho, vai permanecer em Timor Leste durante três semanas, o que lhe permite ter um contacto mais profundo com os timorenses, e confirmar o clima de terror imposto pelos ocupantes. Na noite de 10 para 11 de Agosto de 1991 (exactamente dezasseis anos depois do golpe da UDT), encontra-se, clandestinamente, com o líder da Resistência, Xanana Gusmão. É a primeira vez que um jornalista português contacta pessoalmente com o chefe máximo da Resistência Timorense, com quem tem uma longa entrevista. A espionagem indonésia acaba por ter conhecimento do referido encontro e conclui que, apesar das numerosas prisões e torturas, apesar das constantes campanhas de terror, as redes clandestinas da Resistência ainda estão suficientemente activas para possibilitar um encontro tão importante como este. Essa constatação poderá ter pesado na decisão dos generais indonésios de impedir a visita da delegação parlamentar, que o Presidente Suharto e o Ministro dos Negócios Estrangeiros parecem continuar a desejar que se realize. O jornalista Mário Robalo, depois de interrogado, revistado e ameaçado pelas autoridades de ocupação, consegue regressar a Portugal são e salvo.

A 4 de Novembro de 1991teria início a visita da Delegação Portuguesa.

Entretanto a visita parlamentar é finalmente marcada, para ter início em 4 de Novembro de 1991.

Destinando-se a «obter informações em primeira mão sobre a situação no território", a missão será constituída por representantes do Secretário Geral da ONU, treze parlamentares portuguese, acompanhados por uma equipa de apoio com outras treze pessoas (intérpretes, médico, etc.), dez jornalistas escolhidos livremente por Portugal, dez jornalistas indonésios escolhidos pelo Governo deste país, e doze jornalistas internacionais, seis indicados pela Indonésia e outros seis por Portugal. A visita da delegação parlamentar deveria ter a duração de 10 a 12 dias.

Uma pequena Missão Preparatória, constituída por três técnicos das Nações

Unidas, dois diplomatas portugueses e dois diplomatas indonésios, desloca-se a Timor em princípios de Outubro, para tratar de questões logísticas e preparar a deslocação.

Apesar do clima de terror imposto pelos ocupantes, os indícios de que os timorenses se iriam manifestar contra a ocupação e pelo regresso de Portugal para descolonizar o território, são cada vez maiores. Os generais indonésios temem que a visita, perante as câmaras e os olhares de jornalistas da imprensa internacional, se transforme numa tremenda denúncia dos seus crimes. Por isso, forçam o Governo Indonésio a arranjar um pretexto para a inviabilizar, vetando a ida de três jornalistas: - dois portugueses - Mário Robalo, do Expresso, e Rui Araújo, da RTP - e a australiana, Jill Jolliffe.

O veto indonésio à ida da jornalista Jill Jolliffe leva ao cancelamento da visita.

Perante este veto indonésio de última hora, que violava os acordos estabelecidos em Nova York. o Presidente da Assembleia da República declara, em 26/10/1991, que, enquanto a Indonésia mantiver o veto à ida de qualquer dos jornalistas indicados por Portugal para acompanhar a visita, esta não se fará. Para diminuir um pouco a sua responsabilidade no impasse, a Indonésia recua, passando a autorizar a ida dos dois jornalistas portugueses, antes vetados, mas mantendo a recusa em deixar entrar a jornalista australiana. Apesar dos protestos portugueses e da Federação Internacional de Jornalistas, o veto indonésio mantém-se e a visita da Delegação Parlamentar é adiada "sine die".

Entretanto perante o clima de terror prevalecente em Timor, o próprio bispo D. Ximenes Belo, em carta enviada ao Presidente da Assembleia da República em Outubro de 1991 dizia que «a visita só teria interesse para o povo de Timor Leste caso fosse seguida da presença de observadores da ONU» (à fim de garantir a vida e segurança daqueles que se aproximassem da Delegação). Não estando assegurada essa presença de observadores, o bispo desaconselha a deslocação dos parlamentares portugueses, por temer um banho de sangue após a sua saída do território.

Em carta de 10 de Outubro , dirigida ao Secretário-Geral da ONU e de que foi enviada tambémcópia ao Presidente Mário Soares e a outros dirigentes mundiais, os líderes de três pequenos partidos timorenses que aprovaram a integração do território na Indonésia alertam que perante o clima de «ameaças, intimidações e terror, da parte dos indonésios, a visita tornar-se-á não na aurora da libertação mas sim no fim do povo timorense» caso não seja acompanhada de uma força que garanta posteriormente a segurança das populações depois da saída da delegação parlamentar.

A Indonésia luta desesperadamente para não cair na humilhação de abandonar Timor Leste.

«A Indonésia, neste momento, luta desesperadamente para não cair na grandehumilhação de ter de sair de Timor Leste, como deseja profundamente o povo timorense».

O mais curioso nesta carta é ser subscrita por Paulo Freitas da Silva, Presidente do Partido Trabalhista, Francisco Dias Ximenes, dirigente do Kota, e Abel Belo, ex-dirigente da APODETI, isto é, por líderes dos três partidos timorenses que, com a UDT, constituíram o MAC (Movimento Anti-Comunista) que deu cobertura à invasão indonésia de Timor Leste!...

Os EUA e a Austrália desaconcelham á Indonésia a ida dos parlamentares portugueses.

Em 28 de Outubro, em entrevista a jornalistas de vários países, o Ministro Indonésio dos Negócios Estrangeiros, Ali Alatas, admitia que os Estados Unidos e a Austrália tinham desaconselhado o seu país a aceitar a visita da Delegação Parlamentar Portuguesa a Timor Leste, certamente por temerem as manifestações de timorenses e a denúncia internacional da criminosa ocupação indonésia em que esta poderia converter-se...

O terror que durante tantos meses espalharam as autoridades de ocupação, a prisão de jovens timorenses suspeitos de prepararem manifestações, as torturas a que foram sujeitos, com choques eléctricos nas partes mais sensíveis, cortes com lâminas e todo o género de sevícias, nalguns casos até à morte, e o "desaparecimento" de alguns, não foram suficientes para assegurar que não haveria manifestações contra a Indonésia. Ao fim de mais de três anos de preparação cuidadosa, os generais indonésios temeram que a visita demonstrasse ao mundo não apenas o desenvolvimento económico promovido pelos ocupantes, mas, sobretudo, o generalizado e profundo repúdio pela ocupação, e arranjaram um pretexto para a inviabilizar.

O Massacre de Santa Cruz: novas perspectivas

O Massacre de Santa Cruz leva a Indonésia a ceder.

Pela primeira vez na história, depois de muitos milhares de timorenses terem "desaparecido", desde 1975, às mãos dos ocupantes, o General Suharto decide, em Dezembro, criar uma Comissão de Honra para apurar responsabilidades no massacre de 12 de Novembro de 1991 e investigar o que aconteceu a cerca de noventa desaparecidos (para além dos cinquenta mortos admitidos pela Comissão de Inquérito). E, apesar da recusa inicial em aceitar qualquer comissão internacional, mesmo da ONU, para investigar os acontecimentos, em 8 de Janeiro de 1992 - quase dois meses depois do massacre, e quando muitas testemunhas já foram presas, mortas ou torturadas a ponto de se disporem a fazer qualquer "confissão" - a Indonésia acaba por se afirmar disposta a aceitar a investigação por um Relator das Nações Unidas.

Dois factos fundamentais estão por detrás destas decisões:

- Em primeiro lugar, a pressão da opinião pública internacional, que continuou a manifestar as suas preocupações e a criticar o comportamento dos militares das autoridades indonésias, com uma intensidade que o regime do General Suharto nunca antes experimentara;

- Por outro lado, as lutas entre as facções mais duras e sectores relativamente moderados e defensores de uma certa abertura do regime, quer interna quer em relação a Timor Leste.

Agravam-se as divergências no seio do Governo indonésio.

O massacre de Díli e os inquéritos subsequentes são também a expressão dum confronto interno entre estas duas correntes em luta pelo poder na Indonésia, tendo em vista as eleições parlamentares de Junho de 1992, e presidenciais de 1993. Enquanto os generais Benny Murdani (Ministro da Defesa) e Try Sutrisno(Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas) se terão oposto à visita da Delegação Parlamentar Portuguesa a Timor Leste e defendiam uma linha de grande dureza, o Ministro dos Negócios Estrangeiros Ali Alatas e o próprio General Suharto deram sinais de alguma abertura, não só manifestando o desejo de que a visita se fizesse mas também defendendo uma linha diplomática e moderada de actuação. A recusa da visita da Delegação Parlamentar, por um lado, e o massacre de Stª Cruz, por outro, são dois aspectos desta luta de facções no interior do regime. Seguem-se a substituições na chefias militares decididas pelo Presidente da Indonésia, em Outubro de 1991, que as Forças Armadas se recusaram a aceitar, obrigando o General Suharto a ir à televisão dar explicações. Este processo envolveu o Vice-Chefe do Estado Maior do Exército, general Sahala Rajaguguk, que se mantinha ainda no seu posto um mês depois de ter sido nomeado o General Wisnoyo (familiar da esposa de Suharto) para seu lugar. O mesmo se passou com o General Sudiono Hartas, quando o General Suharto o quis substituir pelo Marechal do Ar, Teddy Rusdi...

Neste quadro, as manifestações de estudantes indonésios, criticando os massacres e a ocupação de Timor Leste e defendendo a democratização do regime revestem-se duma especial importância.

Muitos indonésios consideram que a dignidade da instituição militar é afectada, cada vez que esta massacra civis desarmados, como tantas vezes já fez em Timor Leste, em Aceh e noutras regiões do arquipélago indonésio, e até já em Jacarta, aquando do massacre de Tanjung Priok, em Setembro de 1984. O prestígio das Forças Armadas Indonésias, conquistado na luta de libertação do jugo colonial, na década de quarenta, vai-se perdendo cada dia em que continuam a oprimir um povo e a ocupar ilegalmente um território com direito à autodeterminação.

Pela primeira vez, até os bispos católicos indonésios vêm a público criticar o comportamento de alguns militares indonésios.

Sua Santidade o Papa João Paulo II, por seu lado, fez deslocar a Timor um enviado especial, para se inteirar da situação.

O novocenário internacional aumenta as esperanças da autodeterminação dos Timorenses.

Agora que o muro de Berlim caiu, que os estados do leste europeu iniciaram a sua marcha para a democracia e acabou a confrontação leste-oeste, mesmo aqueles que argumentavam com o perigo do avanço comunista perderam os seus argumentos. Se nunca foi justificável o genocídio do Povo Timorense, hoje, ainda o é menos. Timor Leste tem direito à autodeterminação e a Indonésia tem direito a uma imagem de dignidade e prestígio consentânea com as suas longas e riquíssimas tradições culturais.

Portugal pode e deve desempenhar um papel muito importante na resolução do problema de Timor Leste. É uma responsabilidade que lhe cabe, face ao direito internacional e por imperativo histórico e moral.

Assumir plenamente as suas responsabilidades de potência administrante, sem se substituir ao Povo de Timor e aos seus representantes, é crucial para se chegar a uma genuína autodeterminação.

Impõe-se a Portugal uma diplomacia mais activa.

Reconhecer hesitações e erros passados, e remir-se da incoerência, das fraquezas e das injustificadas cedências e, sobretudo, do abandono a que quase sempre votou Timor Leste, passa por um papel mais activo de Portugal na cena internacional, na defesa dos direitos dos timorenses e na fidelidade aos seus justos anseios.

Neste quadro, são importantes as diligências diplomáticas do Governo Português, de que a declaração do Conselho de Ministros da CEE de 3 de Dezembro de 1991 se fez eco. Igualmente importantes são as iniciativas do Presidente da República, ao enviar cartas ao Papa, ao Presidente dos Estados Unidos e a outros chefes de estado, chamando a atenção para a gravidade da situação em Timor Leste. Sua Santidade João Paulo II, numa aparente reacção à carta recebida do Dr. Mário Soares, quebra o seu longo silêncio sobre Timor e, no discurso ao Corpo Diplomático acreditado no Vaticano, em 11 de Janeiro de 1992, afirma que «impõe-se um diálogo perseverante, para que todas as componentes da realidade timorense lancem as bases de uma via política e social em harmonia com as aspirações da população (...)».

Um Referendo para Timor...

Poucos dias antes, o Administrador Apostólico de Díli, D. Ximenes Belo, afirmava que a questão de timorense «só pode ser resolvida à base de diálogo, de um grande diálogo aberto a todas as partes envolvidas: Portugal, Indonésia, os timorenses que estamos aqui (em Timor), os partidos da Resistência e a Igreja». Na mesma linha, o bispo timorense apela de novo a um referendum, para que o povo escolha livremente o seu futuro.

Numa curta deslocação a França, o Presidente da República tem importantes conversas sobre Timor Leste com o Presidente francês, François Miterrand, e com o recém-empossado Secretário-Geral da ONU, Butros-Gali. Ambos se mostram sensíveis e atentos ao drama timorense.

Seguindo depois para os Estados Unidos, na sua entrevista com George Bush, que teve lugar em 13 de Janeiro de 1992, é o próprio Presidente Americano quem toma a iniciativa de falar de Timor. Mário Soares refere-lhe a necessidade de serem respeitados os Direitos do Homem, as resoluções das Nações Unidas e o Direito à Autodeterminação do Povo de Timor Leste. À saída da reunião, o Presidente português mostra-se convencido de ter encontrado uma boa receptividade por parte do Presidente dos Estados Unidos, ficando esperançado de que algo poderá mudar na actuação da Administração Americana face à Indonésia, relativamente ao território por esta ocupado.

O drama de Timor tornou-se conhecido começando a perturbar a consciência de muitos países.

Com o massacre de 12 de Novembro, algo mudou em relação a Timor Leste. Apesar de todas as tentativas indonésias de minimizar os incidentes, apesar da hipocrisia de governos, como o americano, o australiano, o japonês e outros, que consideram o relatório da Comissão de Inquérito indonésia suficiente para manterem a sua ajuda a Jacarta, a reacção internacional desta vez fez-se sentir. Embora o clima de terror tenha persistido, as prisões, as torturas e assassinatos não tenham parado, e esquadrões da morte continuem a actuar em Timor Leste, apesar do Comandantes da Forças Armadas Indonésias, General Try Sutrisno ter afirmado que «assim que o inquérito e a investigação estiverem prontos vamos limpar Timor e destruir todos os elementos separatistas que tenham atacado a dignidade do Governo», o drama de Timor tornou-se conhecido, começando a perturbar a consciência de muitos países.

Depende da pressão internacional avançar ou não decisivamente no sentido da autodeterminação de Timor Leste, única forma de eliminar a causa que está por trás de tantas violações dos direitos humanos em Timor.

O esquecimento e a apatia internacional são o maior inimigo do pequeno e oprimido Povo Maubere.

Se a indiferença geral se instalar de novo, o genocídio do povo de Timor Leste continuará. Mas se o mundo se revoltar contra esse crime, é possível travá-lo e inverter o curso sangrento da sua história.

Ao fim de dezasseis anos de terror, é tempo de os Estados Unidos, a Austrália, o Japão e tantos outros países democráticos deixarem de apoiar a ocupação indonésia de Timor. É mais que tempo de impedir que um genocídio, só comparável ao do Cambodja de Pol Pot, continue indefinidamente.

Cabe aos homens e mulheres de todo o mundo erguer a sua voz de protesto contra este ignóbil crime que já custou a vida a um terço da população timorense.

Só a Solidariedade pode salvar o Povo Maubere do Genocídio.

A Justiça e o Direito que lhe assistem são as únicas forças que alimentam a coragem do Povo Maubere, na sua resistência à ocupação. Desde sempre, sem qualquer apoio militar do exterior, só a solidariedade portuguesa, australiana, americana e internacional - e também dos próprios indonésios - o pode salvar do genocídio.

A. Barbedo de Magalhães

CAPÍTULO IV

TESTEMUNHOS DE GUERRA

1991 mostrou incontestavelmente ao mundo que o povo de Timor continua a resistir à ocupação indonésia e que a integração forçada do Timor Português no estado pretensamente unitário da Indonésia, como «27ª Província», jamais se concretizará pela vontade dos timorenses.

Ao mesmo tempo que nas montanhas os guerrilheiros das FALINTIL, suportando inúmeras dificuldades de sobrevivência, continuam a enfrentar as forças armadas indonésias, dotadas de numerosos efectivos e de sofisticados meios militares, a população civil, sobretudo a juventude timorense, persiste em reafirmar a sua identidade, lutando heroicamente, com os escassos meios de que dispõe, no sentido de alcançar a sua autodeterminação.

Ainda que a Indonésia, beneficiando do apoio de muitos países que se dizem aliados de Portugal, imponha um total silêncio sobre a realidade de Timor - estratégia que combina com múltiplas e bem urdidas campanhas internacionais de desinformação e propaganda - diversos foram os testemunhos directos que saíram para o exterior, relatando minuciosamente as requintadas atrocidades perpetradas contra dezenas de milhar de cidadãos inocentes.

Alguns desses testemunhos, caracterizados por uma total isenção e idoneidade, foram aqui reunidos com o objectivo de, sem a intermediação de análises pessoais, fazerem prova documental da realidade que, desde a invasão de 7 de Dezembro de 1975 até aos nossos dias, se tem vivido na antiga província portuguesa da Oceania. Por eles, mais do que por qualquer estudo ou reflexão, poderemos aquilatar dos sofrimentos e angústias do povo de Timor. Por eles, e em clara e flagrante contradição com a propaganda que a Indonésia espalha pelo mundo, poderemos constatar as inqualificáveis práticas criminosas que diariamente têm contribuído para o extermínio de mais de 200.000 timorenses

Ao lermos estas experiências pessoais de alguns timorense ou estrangeiros que visitaram o território não podemos deixar de meditar nos descaminhos que a comunidade internacional tem conhecido neste final do segundo milénio. Não podemos, igualmente, deixar de reflectir em tudo o que já fizemos ou deixámos de fazer para que a situação em Timor se altere radicalmente. Se abandonarmos os nossos egoísmos, se esquecermos as nossa preocupações mesquinhas e empreendermos tudo o que se encontra ao nosso alcance, ainda que com muitas privações e sacrifícios, talvez daqui a alguns anos possamos publicar testemunhos de um teor bem diverso destes que agora se editam. Talvez, então, se relatem as lágrimas felizes do reencontro das famílias destroçadas pela guerra, ou os abraços dos prisioneiros flagelados nos campos de concentração construídos pelos indonésios. Nesse dia os heróicos combatentes da independência descerão da montanha e poderão viver a paz que hoje só encontram com a morte. Nessa hora o mundo voltará a saber que todos os povos, por mais pequenos e pobres que sejam, conquistarão a liberdade sempre que tal seja o seu projecto e a sua inquebrantável vontade.

Como essa manhã radiosa, qual 1º de Dezembro de 1640, que com desmedida ânsia esperamos para breve, ainda não se abateu sobre a «Ilha Verde e Vermelha» de Timor; como a seu triste semblante permanece ensanguentado pelas violências e morticínios bárbara e continuadamente empreendidos pelos indonésios, como o seu horizonte continua enegrecido por cadeias e grilhões erguidas pelo invasor, que internacionalmente se arvora em arauto da libertação dos povos humilhados, resta-nos, por enquanto, perpetuar estes eloquentes testemunhos da história de Timor deste fim de século.

A palavra é dos seus autores!

1. José Guterres

José Guterres, 30 anos. Quando as forças militares indonésias invadiram Timor, tinha apenas 13 anos de idade. Fugiu para o mato com a Resistência, onde lutou 5 anos até ser capturado em Babulo, na região de Manatuto. Prisioneiro entre 1980 e Julho de 1984, conheceu as duras condições da Cadeia da Comarca, em Díli, e as atrocidades da ilha-prisão de Ataúro. Depois de trabalhar para a Cruz Vermelha, num programa de restabelecimento de contactos, entre famílias separadas pela guerra, chega a Portugal em Fevereiro de 1986.

Tinha treze anos quando as forças militares indonésias invadiram Timor-Leste. No seguimento da invasão fugi para o mato com a Resistência. Mais tarde fui capturado pelas forças indonésias. Fui então enviado para a prisão chamada Comarca, em Díli, em 1980. Aí estive até ser transferido para a ilha de Ataúro em 3 de Setembro. Em Julho de 1984 fui libertado. Comecei a trabalhar com a Cruz Vermelha indonésia em 1985 e nos princípios de 1987 cheguei a Portugal ao abrigo do programa de reunificação de famílias.

Durante doze anos assisti pessoalmente a um grande número de execuções arbitrárias, aprisionamentos e tortura, mostrando um desprezo sistemático pelos mais elementares direitos civis e políticos dos timorenses.

Em 1978-79 as forças armadas indonésias levaram a cabo uma grande ofensiva contra a resistência timorense e a população civil.

Uma parte da minha família estava comigo no mato. Estávamos todos concentrados na mesma área e foram lançadas bombas incendiárias contra nós. Eu consegui fugir mas o meu irmão foi morto num combate. Uma das minhas irmãs desapareceu durante um intenso bombardeamento e nem eu nem a minha família a voltámos a ver.

Em 1980 fui preso pelas tropas indonésias e sujeito a interrogatórios e a tortura. Cada soldado indonésio usava o seu próprio método de tortura para me obrigar a confessar os meus "crimes". Diferentes métodos de tortura foram usados:

Fui espancado à coronhada e com paus.

Fui amarrado de pés e mãos e mergulhado de cabeça, pendurado pelos pés, num tanque de água. Ao fim de cerca de dois minutos era içado e interrogado. enquanto não confessasse repetiam a operação. Logo que confessava, no meu estado de afogamento, eram-me feitas mais perguntas e a tortura recomeçava de novo.

Fui amarrado e duas pequenas espécies de crocodilos (buana kecil) foram atados ao meu corpo. Quando puxavam a cauda dos animais, eles arranhavam-me e mordiam-me, cravando as unhas e os dentes na minha carne. Durante este tempo continuavam a fazer-me perguntas.

Vi também os meus amigos serem torturados. Vi-os serem sujeitos a choques eléctricos, espancados com varas de ferro e de madeira, os dedos dos pés colocados por baixo da perna de uma mesa com soldados e oficiais sentados em cima do tampo, vi-os serem queimados com pontas de cigarros, nas orelhas e nos orgãos sexuais. Foram também pontapeados no peito.

Mais tarde fui levado para a ilha de Ataúro com os meus amigos, e lá fiquei durante quatro anos. Não podia falar com os estrangeiros que eram trazidos nos helicópteros militares. Durante a visita de uma delegação australiana, eu um companheiro de prisão fomos brutalmente espancados e ameaçados de morte porque ousámos falar com eles. O mesmo aconteceu quando jornalistas portugueses visitaram a ilha de Ataúro; depois do seu regresso, quatro dos meus companheiros foram torturados e enviados para a prisão da Comarca.

Existem muitas outras prisões em Díli, Aileu e outras partes do território, com pequenos grupos de prisioneiros. Eu próprio entrei numa destas prisões, sem conhecimento dos militares, e vi 6 prisioneiros com as caras inchadas e outros sinais de maus tratos.

Estou profundamente preocupado com o destino dos meus amigos que ainda estão em Timor-Leste. Testemunhei pessoalmente e eu próprio fui vítima das mais brutais violações dos direitos humanos, resultantes dos esforços do governo indonésio para consolidar a sua dominação colonial sobre Timor-Leste e acredito que até os desejos genuínos do povo de Timor-Leste serem respeitados, o sofrimento continuará.

(Extractos da intervenção de José Guterres na Sub-Comissão dos Direitos do Homem da ONU, em Genebra, em Agosto de 1987)

P. - Quais eram as condições de vida em Ataúro?

R. - Quando nós lá chegámos não havia nada, tivemos de cortar árvores e mato para construir a nossa palhota. Como alimentação, o comando militar davanos uma lata de milho por semana, eu morria de fome. Adoeci mas não havia nenhuma assistência médica, se fôssemos falar disso aos militares eles diziam: "A Fretilin pode morrer não há problema". Todos os dias nós tínhamos de fazer trabalhos forçados aos quais eles chamavam "gotong royong", trabalho voluntário que, na realidade, era trabalho forçado: mandavam-nos construir estradas que ninguém utilizaria, chiqueiro para tratar dos porcos que eles não comeriam porque são muçulmanos, mas que eram criados para vender. Quando chegava atrasado ao trabalho batiam-me.

Os habitantes desta pequena ilha que não eram prisioneiros, precisavam de um salvo-conduto para se deslocarem e, para o obter, tinham de oferecer aos militares uma parte dos seus produtos.

Em 1982 a Cruz Vermelha Internacional foi autorizada a entrar em Ataúro e a situação material melhorou. Por vezes havia visitantes estrangeiros que eram transportados em helicópteros militares mas não podíamos falar com eles.

Em Julho de 1984 fui enviado para Díli. Em 1985 comecei a trabalhar para a Cruz Vermelha indonésia.

P. - Em que consistia esse trabalho ?

R. - Fazia parte de uma equipa de "Tracing and Mailing Service". É um serviço lançado pela Cruz Vermelha Internacional para tentar restabelecer o contacto entre familiares que foram separados pela guerra e, se possível, reuni-los. Dado que a normal correspondência não é possível entre eles, a Cruz Vermelha assegura esse serviço, particularmente para aqueles que estão nas prisões. Para ser isento, este serviço não pode ser realizado por indonésios porque eles estão lá como ocupantes. O CICV (Comité Internacional da Cruz Vermelha) conseguiu que ele fosse constituído por timorenses ligados, pelas circunstâncias, à Cruz Vermelha Indonésia. As condições em que se desenvolve o nosso trabalho retiram-lhe, todavia, todo o carácter de isenção.

Nós trabalhávamos sob o controlo do "Team Operasi", um organismo indonésio dirigido por um oficial na reforma, e devíamos apresentar relatórios sobre todos os nossos contactos, para as Forças Armadas.

Todo o correio era controlado e censurado a vários níveis pelo comando militar, tanto junto do expedidor como do destinatário.

Em todas as nossas deslocações ao serviço da Cruz Vermelha Internacional íamos acompanhados por agentes dos serviços secretos (Intel).

P. - Qual é a situação ao nível da saúde - pode a Cruz Vermelha assegurar os serviços de base ?

R. - A Cruz Vermelha ajuda os prisioneiros, os deportados, mas não a população em geral.

P. - E a assistência às crianças, às mães, nada é feito nesse sentido ?

R. - Eu penso que esse é o trabalho da UNICEF. A equipa da UNICEF não trabalha connosco, são todos indonésios, há timorenses que os ajudam para facilitar os contactos com a população. Trabalham com eles mas não ocupam os lugares de responsabilidade, que são para os indonésios. A UNICEF depende também do "Team Operasi", como a equipa do "Tracing and Maling Service".

P. - E a UNICEF deve também apresentar regularmente relatórios para as Forças Armadas ?

R. - Não sei.

P. - O CIVI tem acesso às prisões ?

R. - A Cruz Vermelha Internacional teve primeiro acesso a Ataúro, depois a Purgoa que é um outro campo de deportação criado pelos indonésios para transferir uma parte dos deportados de Ataúro, quando a opinião pública internacional começou a manifestar a sua preocupação acerca de Ataúro, exigindo a libertação dos deportados. Mas havia outros campos que o CICV não conhecia: em 1986 alguns deportados de Aileu chegaram a contactar o CICV informando-o da existência de campos em Aileu. O CICV foi ver e pôde constatar por si próprio que se tratava mesmo de campos de concentração.

P. - Há então campos que o CICV descobre acidentalmente ?

R. - Sim, é isso. Apesar dos acordos existentes entre a CICV e o Governo Indonésio, os militares fazem todo o possível para impedir ou controlar a acção da Cruz Vermelha. A maioria das acções da Cruz Vermelha Internacional, são de facto, realizadas por indonésios que não têm nenhuma independência face ao seu próprio governo. Há apenas uma enfermeira estrangeira do CICV, permanente em Díli, e a sua liberdade de acção é limi-tada. Para sair de Díli ela tem, como toda a gente, de obter um salvo-conduto dos serviços secreto (Kopskam). Vi por diversas vezes agentes desses serviços acompanhar os delegados da Cruz Vermelha no mesmo helicóptero.

A descoberta dos campos de deportados de Aileu só foi possível porque esse lugar é próximo de Díli e porque a enfermeira do CICV informada sobre a sua existência, meteu-se numa manhã de domingo, sem salvo-conduto, no jeep da Cruz Vermelha; a sorte sorriu-lhe: os controlos militares não lhe exigiram esse documento. Uma vez no local, os militares não puderam negar a evidência.

Uma outra vez, estava eu próprio com um funcionário do CICV em Same onde conversámos com o governador da cidade, um timorense escolhido pelos indonésios, que nos perguntou: "então, quando é que os prisioneiros de Laclubar poderão voltar ? Espero que eles possam passar o Natal com as suas famílias!" A enfermeira surpreendida perguntou: "Há um campo de prisioneiros em Laclubar ?". O governador apercebeu-se do erro que cometera, mas já era demasiado tarde.

P. - Não é então possível fornecer dados exactos sobre o número de presos ?

R. - Não, porque os indonésios têm prisões por todo o lado. Por exemplo, onde há um comando da polícia há uma prisão; o mesmo se passa com o comando de "boinas vermelhas"; também a polícia militar tem a sua prisão, tal como uma unidade de infantaria ou de artilharia; o comando de Distrito, todos têm a suas prisão e os serviços secretos têm as suas...

P. - Os prisioneiros são da resistência, ou membros das suas famílias ?

R. - Não todos. Há civis, suspeitos, bêbados - ao mínimo pretexto as pessoas são presas.

P. - Mas o CICV indica nos seus relatórios o número de presos!

R. - Não, o CICV indica apenas o número dos presos que pôde visitar ao abrigo dos acordos com o Governo indonésio. De facto, o CICV apenas pode visitar a prisão de Cipinang em Jacarta e duas prisões em Díli (Comarca e Becora). A Indonésia tira partido desse relatórios da Cruz Vermelha Internacional pois, para todos os que não conhecem a situação, eles dão uma falsa ideia de que o número de presos está limitado àqueles a que o CICV visita. O mesmo se passa quando um relatório do CICV diz que os deportados puderam voltar às suas aldeias, não se referindo àqueles que não o puderam fazer, nem ao facto de que esses locais para onde eles vão são geralmente aldeias estratégicas. Só muda a forma de detenção, aliás nem sempre para melhor.

P. - O que são essas aldeias estratégicas ?

R. - Antes da guerra a população vivia dispersa nas montanhas, com as suas culturas e a sua vida normal. Com a ocupação indonésia e a resistência no mato, os indonésios construíram aldeias estratégicas para reagrupar esta população que se encontrava dispersa. Nesses locais, eles podiam controlar todas as entradas e saídas de pessoas e o seu número, impedindo que elas fornecessem informações à resistência. A consequência é que nessas aldeias estratégicas morre-se de fome porque as terras de cultivo estão reduzidas a um quintal.

P. - Quintais demasiados pequenos ?

R. - Sim, e também é preciso cultivar sempre as mesmas terras, esgotando-as. Por vezes nem há tempo para cuidar das culturas.

P. - Porquê ?

R. - Porque há muitos outros trabalhos obrigatórios. Os mais velhos, por exemplo, devem assegurar a guarda todos os dias, 30 dias por mês. Os mais novos, os mais fortes, apenas asseguram a guarda 15 dias por mês, porque lhes são impostas outras actividades pelos indonésios.

P. - Por exemplo ?

R. - Limpar os campos, descarregar camiões militares, controlar as estradas, participar nas operações militares... tudo isto torna a vida nas aldeias ainda mais difícil.

P. - E a vida quotidiana nessas aldeias ?

R. - Como já disse, ela é completamente controlada pelos militares.

P. - As escolas ?

R. - As crianças vão à escola. Todo o ensino é dado em indonésio e as crianças devem saber falá-lo porque é a língua oficial.

P. - A língua e a cultura timorenses estão ameaçadas?

R. - Sim, eles obrigam, por exemplo, as pessoas a saber o hino nacional indonésio e os cinco princípios do Pancasila; para se obter o salvo-conduto e poder deslocar-se, é preciso saber-se de cor esses princípios. O primeiro deles diz que toda a gente deve professar uma religião reconhecida oficialmente. Os timorenses tinham as suas religiões tradicionais mas, como elas não são reconhecidas oficialmente, eles dizem que nós não temos religião e, portanto, somos comunistas - e eles querem matar os comunistas.

P. - E então ?

R. - Os timorenses que eram religiosos, segundo as religiões não reconhecidas, são obrigados a abandonálas e a aderir a uma das outras religiões. Os indonésios estão a construir mesquitas um pouco por todo o lado. Começam por construí-las e depois tentam atrair as pessoas.

P. - Como ?

R. - Aproveitando-se das más condições de vida e oferecendo certas vantagens àqueles que se convertem ao islão.

P. - Apesar de tudo, é a igreja Católica que chama a si o maior número de timorenses ?

R. - Sim, mas porquê ? Em primeiro lugar porque é preciso escolher uma religião; e já que assim é, a maioria prefere a religião católica. É por isso que o número de católicos aumentou tanto.

P. - Como é a vida em Dili ?
R. - Quem for a Dili por alguns dias fica com a impressão de que tudo corre normalmente. É apenas uma impressão, pois se lá ficar dois meses começará já a ter uma visão mais realista: verá os tanques, os militares, as ruas proibidas assim que há visitas de estrangeiros - e verá que esses estrangeiros estão sempre acompanhados por indonésios, que não falam senão com o Governador, com indonésios e alguns timorenses que com eles colaboram.

P. - Há muitos timorenses que colaboram com os indonésios ?
R. - Sim, não há outra hipótese. Para fazer o meu trabalho na Cruz Vermelha eu tinha de fingir que colaborava com eles e dizer mal da resistência.

(Entrevista recolhida por A Paz é Possível em Timor-Leste)

2. Cristiano Costa

Cristiano Costa, 32 anos. Quando, a 7 de Dezembro de 1975, as topas indonésias invadiram Díli, tinha apenas 15 anos de idade. Fugiu para o mato com os resistentes timorenses. É capturado em 1979 e, desde então, por várias vezes conhece os interrogatórios e as torturas das prisões indonésias. Em Outubro de 1987 fugiu de Timor-Leste, chegando a Macau a 31 de Dezembro do mesmo ano, após passar clandestinamente pela Indonésia.

Sou um timorense que conseguiu fugir de Timor-Leste abandonando a minha terra e os meus parentes para dar o meu testemunho sobre as violações dos Direitos Humanos perpetrados pelos militares indonésios em Timor-Leste. Fugi de Timor em Outubro de 1987 e, passando pela Indonésia, cheguei a Macau em 31 de Dezembro de 1987.

As forças indonésias invadiram a cidade de Dili no dia 7 de Dezembro de 1975 e três dias depois invadiram a minha cidade natal, Baucau. Nesse mesmo dia, vi pára-quedistas indonésios torturarem e executarem timorenses depois de os capturarem. Outros foram enviados para as prisões de Baucau, Flamboyant, e RTP (antiga base de uma das companhias do exército português). Tinha então 15 anos. Face a este ambiente de terror fugi para o mato, para as áreas controladas pelos resistentes timorenses.

Em 1979 um dos meus irmãos foi morto pelos militares indonésios, e eu fui capturado pelas forças indonésias em Ostiko, região de Baucau, e fiquei detido até 1980 na base militar de Baucau.

Em 1981, na operação levada a cabo pelas forças militares indonésias denominada "Operasi Pagar-Kikis I", fui obrigado pelos militares a participar nesta operação que era comandada pelo coronel Sahala Rajaguguh e mobilizava 40 batalhões indonésios e a população civil de Timor-Leste. Durante esta operação vi as forças indonésias massacrarem sem dó nem piedade crianças, mulheres, velhos e inválidos, em Aitana, na zona de Lacluta.

Em abril de 1982, em preparação para as primeiras eleições impostas em Timor-Leste pelo Governo indonésio, os militares aprisionaram um grande número de pessoas da parte leste de Timor. Também fiz parte de um grupo de 324 pessoas presas e levadas para a zona de Taci-Tolu, perto de Dili. Fomos libertados ao fim de três meses.

Em 1983, após o cessar-fogo entre a guerrilha e as forças militares indonésias, verificou-se uma nova vaga de massacres e aprisionamentos de pessoas suspeitas de simpatia com a Fretilin nas vilas ocupadas, em todo o território. Para não falar de outros casos de massacres, cito apenas o massacre já conhecido de Krarás, onde uma povoação de mais de 2.000 pessoas foi quase totalmente exterminada.

Foi na sequência destes acontecimentos que fui novamente preso em 28 de Agosto de 1983, em Baucau, suspeito de colaborar co a Fretilin. Fui submetido a interrogatórios e à tortura. Durante duas semanas, em Baucau e em Dili, sofri choques eléctricos, espancamentos, queimaduras e partiram-me os dentes. Ainda me lembro do nome do oficial indonésio de Baucau encarregado da tortura e dos interrogatórios: era o capitão A. Haryanto.

Em 2 de Setembro amarraram-me, juntamente com 20 prisioneiros entre os quais se encontrava outro dos meus irmãos, e enviaram-nos para a prisão Comarca de Dili. Também foram presos em Baucau alguns colegas meus, Adolfo Fraga, António Espírito Santo, Benjamim Guterres, Isidoro Ximenes e Carlos Alves, que depois desapareceram.

Na prisão Comarca de Dili não tínhamos autorização de receber visitas dos familiares, não recebíamos uma alimentação normal nem assistência médica. As nossas condições só melhoravam nas vésperas das visitas da Cruz Vermelha Internacional ou de visitantes estrangeiros mas, após a sua partida, as más condições continuavam (...)

Os prisioneiros políticos que não eram presos políticos mas de delito comum, muito mais saudáveis e privilegiados do que nós, eram os escolhidos para serem filmados ou entrevistados. Quando no dia 4 de Setembro de 1984, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia, Mochtar Kusumaatmadja, e o Governador de Timor, engenheiro Mário Carrascalão, visitaram a prisão, foram estes presos de delito comum que foram filmados e entrevistados.

Muitos prisioneiros políticos eram obrigados a assinar falsas confissões que eram em seguida utilizadas para encenar simulacros de julgamentos. Duas advogadas indonésias de Kupang eram designadas pelo tribunal para defender os réus mas não tinham contactos com os prisioneiros. De facto, as advogadas trabalhavam com a acusação e o juiz para elaborar as condenações e atribuir as penas que já tinham sido decididas pelos militares. Eu próprio e 49 outros recusámos assinar essas confissões falsas e por isso nunca fomos julgados. Em 27 de Abril de 1985, depois de 20 meses de prisão, aqueles que tínhamos recusado colaborar com estes julgamentos fomos libertados. Fomos então obrigados a apresentarnos todas as semanas no comando militar indonésio.

Mais tarde, regressado a Baucau, vi no dia 17 de Agosto de 1987 muitas pessoas capturadas pelos militares indonésios em represália aos ataques dos guerrilheiros a Laisoro-Lai (Quelicai) e Seiçal (Baucau). Estas pessoas foram interrogadas e torturadas pelos Boinas-Vermelhas, à meia-noite no Hotel Flamboyant, em Baucau. Os mais suspeitos foram enviados para Díli e permaneceram nas prisões dos Boinas-Vermelhas.

(Testemunho pronunciado na Comissão dos Direitos Humanos, em Fevereiro de 1988).

3. X, viúva e mãe de duas crianças

Acusada de manter contactos com o marido no mato, foi presa na companhia da irmã. Esta foi executada juntamente com seu tio. O pai ficou irreversivelmente num estado anormal, devido às pressões exercidas pela Intel sobre a sua família, e aos maus tratos que sofrera quando foi sujeito a tortura pela Polícia Política. O marido, depois de capturado, foi também massacrado. Por manter, ainda, família em Timor, e temer represálias dos indonésios, não identifica a sua identidade. A estratégia de silenciar testemunhas, desenvolvida pelos indonésios, atinge mesmo os timorenses que se encontram no exterior...

Em Fevereiro de 1977, chegou a minha casa uma viatura militar do Koramil, com ordem para me prender. Uns dias antes, a minha irmã tinha sido presa pela polícia política. Nessa altura, o meu filho mais novo tinha seis meses e ainda mamava. O mais velho tinha dois anos. Quando me deram ordem de prisão e me levaram, retiraram bruscamente do meu seio o miúdo que ainda mamava e chorava. A minha mãe e o meu filho mais velho acompanharam-me à sede do Koramil de Díli, onde já se encontravam quatro pessoas. Nessa mesma noite fui escoltada em companhia dos quatro presos à sede da polícia política (Intel), no edifício de Sang Tai Hoo, onde iria ser submetida ao interrogatório que, devido à ausência do comandante S., foi dirigido por um dos seus subalternos tendo como intérprete H., um timorense que também estava preso devido a conotações políticas com a Fretilin.

Para me assustarem eles tinham cuidadosamente arrumado em cima da mesa vários objectos de tortura tais como chicotes, palmatórias, cassetetes, paus, pés de cadeira, fios eléctricos para choques, cigarros para queimar a carne humana, fósforos e mais outros.

Fui então acusada de manter contactos com o meu marido no mato, facto que eu sempre neguei porque não tinha contactos com ele, e nem sabia onde ele estava.

Devido à ausência do tal comandante, o inquérito foi adiado. Contudo mantiveram-me presa em Sang Tai Hoo. Trouxeram então a minha irmã que vinha cheia de marcas deixadas pelos objectos de tortura. A sua pele estava cheia de sangue coagulado; havia inúmeras marcas dos cigarros que os indonésios tinham apagado na sua carne como se se tratasse de um cinzeiro. Ameaçaram-me dizendo: "se não disseres a verdade serás mimoseada com os mesmos tratamentos que ela".

No dia seguinte, pelas 19 horas, fomos levadas, eu, a minha irmã e uma outra da minha idade, chamada M. para a cadeia da Comarca. Lá, fomos revistadas dos pés à cabeça e metiaos depois numa cela escura, com portas de ferro, onde mal cabia uma pessoa. Na cela não havia sequer um catre, apenas o chão nu, as paredes, as grades de ferro lá no alto da parede, e a porta também de ferro com um orifício minúsculo no meio. Antes de entrarmos as três na cela ainda reconheci algumas prisioneiras que estavam na varanda: Elda Saldanha, Maria Pereira, falecida depois de libertada, devido aos maus tratos de que foi vítima na prisão, Maria Montalvão e Rosita, falecida por tuberculose causada pelos maus tratos sofridos na prisão. Ficámos nesta cela uma semana, durante a qual só davam uma refeição por dia.

No fim desta semana fomos recambiadas para Sang Tai Hoo, onde estavam para cima de trinta prisioneiros, de ambos os sexos, que aguardavam o inquérito. Reconheci alguns, como Maurício Pereira e sua mulher, Lídia Mota, Mimi Lebre (mãe do camarada César Mau Laca).

Na impossibilidade de me interrogarem naquele dia, fui levada para casa para tirar fotografias com os meus filhos, fotografias que os militares lançariam, de helicóptero ou avião para o mato, juntamente com outros panfletos de propaganda. Isto foi o que eles me disseram. Depois disto fui novamente interrogada, mas como não encontraram nenhuma prova de culpa contra mim, fui libertada dos interrogatórios mas continuando na prisão. Contudo, durante uns dias, fui autorizada a ir a casa para amamentar o meu filho e voltava à tarde para Sang Tai Hoo. Finalmente, para evitarem as minhas saídas constantes, resolveram autorizar-me a levar o meu filho para junto de mim na prisão.

Ao fim de 6 dias, o meu filho foi atacado por uma pneumonia, causada pelo frio do chão que nos serviu de cama. Insistiram em levá-lo ao hospital, mas eu opus-me, com medo que lhe fossem causar algum mal e que o meu filho morresse; resolvi levá-lo a casa, entregando-o aos cuidados do meu pai que era enfermeiro.

Depois de um mês em Sang Tai Hoo, fui libertada da prisão por falta de provas. A minha irmã só foi libertada após a amnistia do presidente Suharto, mas foi novamente presa um ano mais tarde, em Março de 1979. Levada com o meu tio P., que tinha sido capturado no momento da amnistia, os dois foram conduzidos de helicóptero para Baucau, onde foram depois executados.

Não fui torturada fisicamente, mas vi muitos compatriotas serem torturados. Vi presos com os dedos dos pés inchados e sem unhas devido à pressão que faziam com os pés das cadeiras ou mesas durante o interrogatório. Vi presos com a pele coberta de chagas devido a golpes de facas dados pelos inquisidores. Vi presos serem queimados com cigarros, agredidos brutalmente em todas as partes do corpo, com pés de cadeiras, cassetetes, chicotes...

Em 1979 o meu marido foi preso e, depois de um dia de interrogatórios acompanhados de maus tratos, foi massacrado. Fui, então, novamente presa e levada à Intel para mais interrogatórios, por causa de uma fotografia minha que se encontrava com o meu marido. Acabaram por me libertar, porque a minha irmã se adiantou a declarar que era ela quem tinha enviado a referida fotografia para o mato.

Até hoje o meu velho pai ainda se encontra num estado anormal devido à constante repressão contra a nossa família, principalmente contra a minha mãe, a minha irmã e eu. Apesar do estado em que se encontrava, o meu pai foi várias vezes preso porque rabiscava papéis, dos quais tirava depois fotocópias. Em meados de 1986, num Domingo, foi preso pela polícia política (Intel) quando tirava umas fotocópias; foi levado para uma das prisões do Boinas Vermelhas em Colmera (Díli), depois para outra, ao lado do antigo Museu, hoje comando militar (Kodim), e daí para a Comarca, onde foi forçado a fazer exercícios e a rastejar, ao mesmo tempo que o agrediam com pontapés.

Quero apelar a todos, com vista a uma possível paz em Timor-Leste, a nossa querida e martirizada terra, onde os indonésios continuam a praticar estas formas de agressão com os outros irmãos timorenses, e outras formas ainda mais graves que, só a falta de comunicações (do interior para o exterior), impede que elas sejam conhecidas. Hoje estou aqui, faço parte de um povo que sofreu, sofre e continua a sofrer, e quer que os seus clamores sejam ouvidos.

Realmente é doloroso, penoso e lamentável, falar de novo do sofrimento tão amargo que vivi. Além de toda a tragédia, acima descrita, pela qual passou a minha família, fui sujeita aos caprichos do Major A., corrupto e assassino indonésio. Fui violada à força por ele, e perseguida sob ameaças para atender os mesmos caprichos. Em 1979, na prisão de Sang Tai Hoo, a minha irmã foi brutalmente violada pelo comandante da prisão.

Foi insuportável o meu sofrimento; fartei-me de chorar, como tantos outros dos meus compatriotas ainda continuam a fazer. E hoje se não choro é por uma simples razão: secaram-me as lágrimas.

Espero que o meu depoimento venha a contribuir para a eficácia da defesa dos nossos direitos.

Espero que os grupos solidários com o nosso povo intensifiquem as suas acções, procurando soluções viáveis, na medida do possível, de modo que possam contribuir para superar a dor do nosso povo que se arrasta há 12 anos.

Espero que os nossos amigos e grupos solidários com o nosso povo façam sentir aos seus governos a necessidade urgente de apoiar o nosso povo, uma vez que, segundo me parece, eles estão mais interessados em questões económicas do que na defesa dos sagrados direitos do nosso povo.

Garanto-vos que a nossa resistência não terminará enquanto os nossos compatriotas continuarem dispostos a sofrer as repressões do bárbaro invasor, e dispostos a morrer pela nossa Pátria. Por mais que a Indonésia seja a maior potência do sudeste asiático, continuo a acreditar, como todos os meus compatriotas, que ela não é eterna. Não há, na história dos povos, nenhum império que nunca tenha sido derrotado. Nessa linha de pensamento afirmo, com confiança, a esperança de que o povo Maubere — o povo de Timor-Leste — há-de alcançar o seu objectivo sagrado: a independência nacional!

(Testemunho pronunciado em Janeiro de 1988,
em Lisboa, 4ª Consulta Cristã sobre Timor-Leste).

4. André Faria

André Faria, de 53 anos, nasceu em Díli, capital de Timor-Leste. Acusado de manter contactos com dirigentes da Fretilin, foi preso, em 27 de Junho de 1977, sendo, então, sujeito às mais diversas formas de tortura. Chegou a Portugal em 1987, ao abrigo de um acordo celebrado entre o nosso país e a Indonésia.

Naquela noite do dia 27 de Julho de 1977, estava eu em casa do Secretário da "Província", José dos Reis Araújo, quando, pelas 22 horas, apareceu o engenheiro Azis da Polícia Política (Intel) dando-me ordem de prisão. Fui então conduzido à sede da Intel localizada no edifício de Sang Tai Hoo. Lá, fui então acusado pelo Coronel Sinaga, que era chefe da Intel, e por outro comandante de nome P. Shihombing, de manter contactos com os dirigentes da Fretilin no mato.

Antes do interrogatório fui brutalmente espancado. Cada pergunta era fatalmente acompanhada de murros, pontapés, queimadelas com cigarros; e a cada resposta minha choviam mais murros, pontapés e queimadelas.

Depois do interrogatório fui pendurado, e o meu corpo baloiçando parecia um saco de areia sem defesa perante os frenéticos murros e pontapés dos meus inquiridores. O meu corpo era também um cinzeiro onde eles se regozijavam apagando os seus cigarros acesos. Não contentes com isso, as minhas costas foram ainda sulcadas em vários sentidos com a ponta de uma faca. Com a mesma faca o comandante Shihombing cortou-me o bigode e obrigou-me a comê-lo.

Fui novamente espancado brutalmente até às 24 horas, pelo mesmo comandante e fui depois conduzido à casa de banho onde estavam 8 ou 9 presos, amarrados de cócoras à bacia de rosto.

Além daqueles que comigo estavam na casa de banho, ainda havia outros presos nos quartos e dispensa. Éramos quarenta (40) e tal presos naquela altura. Alguns ainda se encontram em Díli e são sempre vigiados. Outros morreram por falta de tratamento ou pela idade avançada.

Pelas 8 horas do dia seguinte fui desarmado pelo mesmo comandante que me havia amarrado. Fui levado para um armazém onde estava o um outro preso de origem chinesa. Durante todo o dia e toda a noite não nos deram de comer. O meu companheiro Leong Fuc Ye conseguiu subornar o comandante pelo que foi libertado no dia seguinte. Mais tarde refugiou-se na Austrália.

Por volta das 20 horas do dia 28.7.77 fomos conduzidos em dois unimogs (camiões militares) para a Cadeia da Comarca, em Caicoli-Díli. Ao avistarmos a cadeia vimos uma formatura de mais de duas dezenas de Polícias Militares todos armados de pistolas e cassetetes. Um por um fomos avançando pelo meio da fila e fomos violentamente atirados de um lado para o outro por murros e bastonadas. Mandaram-nos despir a roupa que trazíamos, com a excepção das cuecas, raparam-nos os cabelos e tiraram-nos as jóias, dinheiro e outros objectos de valor que levávamos connosco.

Uns momentos mais tarde fui afastado do grupo pelo mesmo comandante da Intel que com seis P.M. me encostaram a uma parede, esticaram-me as mãos em forma de cruz e recomeçaram outra maratona de espancamentos. Recebi tantos e tantos golpes na cabeça e noutras partes sensíveis do corpo que até agora ainda me pergunto a mim mesmo como pude sobreviver a tudo isto. Os dedos dos pés estavam azulados de tanto serem pisados pelas botas dos militares. O sangue começou a jorrar pela boca, pelo nariz, pelos ouvidos, pelos olhos, pelo couro cabeludo, pelos dedos dos pés. Naquele momento eu só suplicava o nome do SENHOR JESUS. Depois, o mesmo comandante da Intel mandou-me abrir a boca e nela enfiou a ponta do pau comprido com que me batera antes. Ordenou-me que trincasse o pau com toda a força e começou a abanar o pau como quem abana o ramo de uma laranjeira para que a laranja caia. A minha cabeça andava à roda. Não contente com isso, segurou na ponta do pau que estava na minha boca e começou a puxar e a empurrar-me. Tive de trincar o pau com mais força ainda porque se eu abrandasse ele perfurava-me a garganta! Não sei como aguentei aquilo.

Com estas torturas eles queriam que eu acusasse outras pessoas cujo nome eles indicavam. Vieram novamente as torturas brutais que duraram até à meia noite, altura em que levaram para uma cela. Já dentro da cela um dos P.M. reparou no meu anel de casamento e quis tirar-mo à força. Quanto mais violência ele usava, tanto mais eu apertava o punho e o anel não saía do meu dedo. Mesmo assim o anel ficou todo torcido. Durante três dias, fomos acordados cerca das 2 horas da madrugada com baldes de água fria que deitavam sobre nós, dentro das celas. Um hora mais tarde vários P.M. irrompiam pela cela dentro e começavam mais uma vez a espancar-nos. Mandavam-nos, depois, sair para um pátio onde nós os presos, já sem forças, todos inchados, azulados e ensanguentados tínhamos de lhes fazer a vontade ora executando flexões ora rastejando, até ao nascer do sol. Aqueles que não conseguiam rastejar eram brutalmente espancados. Metiam-lhes um pau, cano ou bambu entre as pernas e empurravam-nos com toda a força. Durante todos estes exercícios éramos sistematicamente espancados principalmente nas articulações e sítios sensíveis do corpo. Os nossos algozes costumavam utilizar pés de cadeiras ou bancos partidos, pedaços de cano, paus, bambús e até pedras. Estes espancamentos duraram três dias e três noites sem contar com o 1º dia em que fomos presos em Sang Tai Hoo. Havia três dias e três noites em que eu não comia nem bebia nada. Só depois de três dias é que me trouxeram um pouco de comida.

Alguns dias passados o comandante da Intel Shihombing apareceu por trás das grades de ferro da nossa cela. Chamou-me e disse:

- "Se me entregares todas as cartas de responsáveis da Fretilin que estão na tua posse, hoje mesmo te liberto e te ofereço uma motorizada".

Eu retorqui:
- "Não sou nenhuma criança. Já prestei as minhas declarações e nelas disse que não recebi nenhuma carta deles".

Entretanto Shihombing e mais um enfermeiro timorense, também preso, de nome António Caleres, já tinham ido a minha casa onde fizeram uma busca completa sem encontrar nada.

Em Outubro, o comandante Shihombing foi substituído por um outro capitão da Intel de nome Nyoman, e eu com alguns dos colegas prisioneiros fomos novamente conduzidos à sede da Intel, no edifício de Sang Tai Hoo, afim de sermos reinquiridos.

Nos fins de Novembro ou princípios de Dezembro, um cabo da P.M. sabendo que eu ia ser libertado veio à cela, acompanhado de um preso que lhe serviu de intérprete, e disse:

- "Dás-me 200.000 mil rupias e dentro de umas semanas será libertado".
Eu respondi-lhe que não tinha aquela quantia. Por três dias o cabo e o seu intérprete insistiram para que eu desse aquele dinheiro, o que eu sempre negava por não ter dinheiro. Entretanto o tal cabo utilizou uma nova forma de pressão: foi a minha casa e obrigou a minha mulher a ceder as 200.000 rupias. Ela fez saber que não tinha aquele dinheiro e, por fim, o cabo desistiu da sua corrupta intensão.

Em 24.12.77 eu e mais alguns colegas da prisão fomos libertados.
Contudo, durante dois meses como ex-presos tínhamos de apresentar-nos diariamente na sede dos nossos respectivos comandos militares (Koramil). Depois dos dois primeiros meses, passámos a apresentar-nos semanalmente no nosso Koramil durante um período de seis meses. A seguir, durante um espaço de seis meses, passámos a apresentar-nos duas vezes por mês.

Finalmente passámos a apresentar-nos uma vez por mês até ao dia 2 de Janeiro de 1980, conforme os prazos estipulados no processo de libertação de cada um.

Entretanto, surgiu o assalto das Falintil a Díli em 10 de Junho de 1980, e todos os antigos prisioneiros foram novamente presos. No dia 12 fui libertado com alguns dos colegas de prisão.

(Testemunho pronunciado em Janeiro de 1988, em Lisboa,
4ª Consulta Cristã sobre Timor-Leste).

5. Um Sobrevivente de Ataúro...

«Um sobrevivente de Ataúro» é um dos muitos timorenses que foram sujeitos às torturas e às humilhações impostas pelos indonésios aos que recusam e resistem à ocupação estrangeira. Por se encontrar em Timor-Leste foram omitidas as referências que o possam identificar, de modo a evitar possíveis represálias. Com data de 28 de Fevereiro de 1985, este relatório chegou a Lisboa nos finais do mês de Julho do mesmo ano.

No «MES KOREM», uma antiga residência dum cidadão chinês, em Bekora, com o recinto todo cercado de pico, se prosseguiam os «famosos inquéritos», sempre durante a noite, na base de crueis tormentos, segundo o critério dos algozes que, muitas vezes, depois de bêbados, caem sobre as pobres vítimas sem dó nem pena. Os grandes carrascos desse suplício foram o major javanês Ali Musa, o árabe Bader e o nativo Martinho... Todas as noites se ouviam vozes clamando por Deus e Sua Mãe Maria Virgem, gemidos, desesperos, lamentações... Tentavam alguns suicidar-se ou fugir para apanhar duma vez uma bala mortal do inimigo. Faziam-nos vigilâncias desumanas: ir às necessidades sempre em grupos de 6, 7, 8... todos ali no terreiro, com os guardas sempre ao pé e com o cano em posição de fogo voltado para a malta.

Eis alguns dos métodos atormentadores aplicados aos presos políticos: choques eléctricos, pôr os dedos dos pés debaixo das cadeiras, estando um sentado nela, até arracarem as unhas fora; levantar pesos hora inteiras debaixo do calor; chicotadas, espancamentos, murros à boca do estômago e ao peito até deitarem sangue pelo nariz e pela boca; davam-nos a beber água misturada com a cinza da camisa do petromax; conservar o corpo debaixo de água no tanque durante toda a noite; queimaduras com pontas de cigarro na cara e no sexo, tanto dos homens como nas mulheres; põem-nos o «toqué» a morder os sexos até incharem durante dias; despem as nossas companheiras ante o riso e a troça dos bandidos; põem um homem e uma mulher nus dentro do tanque, etc., etc., à noite elas são forçadas a serem vítimas da sede de maldade dos brutos animais selvagens, que algumas saíram das cadeias com filhos; arrancam-nos os crucifixos do pescoço e mandam-nos pisar. Com a nossa recusa, chovem por cima de nós murros, espancamentos, pontapés... A alguns cortaram-lhes as orelhas e mandaram-nas engolir (Daniel e Pereira). A outros, depois de estrangular o pescoço com as cordas vocais arrebentadas, cotaram-lhes o sexo e mandaram-nos engolir (Jordão). A outro, depois de brutalmente espancado, esfaqueado todo o corpo, castraram-no (Marco Soares). Estes foram logo desaparecidos. Lembra-me do grande METÓDIO que teve um comportamento exemplar: para salvar da prisão e da denúncia os seus companheiros de luta, cortou com uma navalha que trazia no bolso a garganta. Ali mesmo à nossa frente, morreram dois valerosos companheiros: um foi morto a estrangulamento e outro a espancamentos.

Caicoli

Após dois meses e meio naquele inferno vivo, fomos todos conduzidos para a prisão central de Caicoli. Dali todas as terças-feiras, cerca das nove horas da noite, foram retirados aos poucos, em grupos de 5 a 10, cerca de uma centena de companheiros. Até agora nada sabemos se estão vivos ou mortos. Outros, em 4 de Setembro, foram levados para a ilha de Ataúro, indo juntar-se aos nossos companheiros que tinham ido anteriormente. Na prisão de Caicol, ficaram uns 50, durante 14 meses, completamente incomunicáveis. É praticamente impossível à família saber se estamos ainda vivos. Pelo contrário, os familiares estão constantemente a ser alvos de acusações, de pressões intimidativas, de intrigas, de maus tratos, de violências, etc...

O bloco n.º 2 da comarca de Caicoli lembra-nos os brutais actos criminosos do vandalismo javanês que nos enterrou ali num assassinato lento como o «mes korem», simbolizando a ferocidade monstruosa dos cruéis assassinos. Ambos assinalam igualmente a tenacidade, a firmeza e o heroismo dos patriotas revolucionários, de peitos erguidos e punhos cerrados para a luta de libertação nacional. Nem a lei, nem os sentimentos humanos chegam àquele bloco n.º 2 e àquelas imundas celas, anti-higiénicas, sem ar, nem luz, sem água muitas vezes, sem roupa nem comer, sem uma esteira para estender sobre o frio cimento. Ali todos se têm sentido sós, inertes, indefesos, morrendo numa lenta e angustiosa agonia mais 8 valorosos heróis, símbolo da tenacidade férrea de todo o povo de Timor-Leste, na sua heróica luta de resistência. Na entrada são obrigatoriamente revistados pelos polícias e carcereiros. Assim, muitas vezes tiravam-nos o dinheiro que por acaso trazíamos comnosco, a roupa, os cintos, os sapatos... Muitas vezes os pobres carcereiros e os criminosos é que vestiam a nossa roupa apreeendida. Estes tipos, geralmente, vão às nossas famílias com os nossos nomes pedir dinheiro, roupa e comer que, quase sempre nunca chegava às nossas mãos.

Nas celas comia-se nas latas que, ao mesmo tempo, serviam para as dejecções, como se tem feito na cela «Mau-Bútar» que não tem latrinas (assim chamada por ter ali morrido o primeiri preso político chamado M. Bútar, nos primeiros tempos da invasão). Nessa cela enlouqueceu o jovem Domingos de Manatuto que veio a falecer pouco depois com a paralisia total do corpo e perda da fala. Na outra cela, chamada cela «beci» numa coisa de uns cinco metros quadrados, com a latrina entupida, passavam ali dentro 10, 15 ou 20 presos, sobre montões de fezes, sem ar nem luz, nem água. Naquela situação asfixiante morreu outro companheiro de luta.

Do infero para o purgatório

Todos os presos políticos eram obrigados a passar por aquelas celas antes de ir para o bloco n.º 2. Era do inferno para o purgatório. Nas paredes das celas encontrámos frases muito significativas escritas a sangue pelos pelos primeiros presos políticos que por ali passaram. Os presos que saíam das celas cheiravam a fezes, suor e mortes.

Os presos políticos só tinham direito a duas refeições ao dia, almoço e jantar. Cada refeição era constutuída por uma cinco a seis colheres de arroz das de sopa, e o «molho» era só água. Eram os presos de delito comum quem nos distribuia o comer por entre as grossas grades de ferro. Fazia-se várias vezes greves de fome. Mas a comida piorava e a perseguição policial, dos carcereiros e mesmo dos criminosos, sentia-se recrudescer. Começaram a aparecer vários tipos de doenças. Foi nesta situação angustiante que assistimos com mágoas sentidas no coração, aos últimos uspiros de mais seis camaradas, naquele bloco n.º 2, aguardando também a nossa vez. Vimos o nosso companheiro Eduardo Freitas, jovem de 16 anos, que ainda em agonia foi retirado dali pelos carcereiros para outra sala ao lado, uma «mortuária» improvisada, gemendo e gritando: «tenho fome, tenho fome»... «ainda não morro», até ao dia seguinte em que veio a falecer cerca das 9 horas. Berrámos lá do bloco n.º 2 para os carcereiros e criminosos que andavam lá no pátio. Mas ninguém se demoveu aos nossos pedidos. Pelo contrário, berram-nos lá fora o carcereiro Marcelo, um tipo de Atambua, e alguns criminosos: «que morra», «quem vos mandou serem parvos». Esse facto constituiu uma expressiva manifestação de dor e revolta, que ficou profundamente gravada no nosso coração. Os cadáveres são retirados dali só à noite, cerca das 7 horas, com as luzes da comarca todas apagadas, para ninguém ver lá fora. Nessa noite todos são obrigados a dormir cedo.

Ninguém podia espreitar por entre as grades de ferro. Com o carcereiro atrás, lá vão 4 presos de delito comum transportando aos ombros aquele caixão de triplex ou de papelão, onde lá dentro jaz o corpo mortal de mais uns heróis da luta de libertação, cuja alma acaba de apresentar a Deus as contas da sua vida terrena.

A bem dizer, foram os criminosos e mais alguns carcereiros (o velho Jacob, o Marcelo...) os responsáveis directos da morte destes oito camaradas. Todos morreram mais da fome do que da doença. O comer que vinha no bidon era suficiente para nos matar a fome. Mas só nos davam uma migalha e o resto era levado de volta ou então era distribuído aos criminosos que têm toda a liberdade de sair e entrar. Estes, depois, vendiam-nos ou trocavam com a roupa, a comida já a cheirar mal dentro dos plásticos. Mas, para um preso político naquela situação tudo servia. Gratos ficámos nós e a Pátria que nos serviu de berço não esquecerá de certeza os trabalhos desenvolvidos sob várias formas, junto dos presos, pelos carcereiros. Ali Daci e Ali Vieira que salvara de morte iminente muitos dos presos políticos. A coragem moral, a força de vontade e a firme confiança foram o sustentáculo nesse ambiente agressivo, monótono e carrancudo, que tornou insuportável o cativeiro de sinistra memória.

Todo este reinado de terror, de odiosos crimes, de injustiças revoltantes, não nos regateiam o ânimo e o espírito de combatividade pela nossa causa. Pelo contrário, soubemos tirar dele experiências e conhecimentos que nos deram força e energias necessárias para vencer difíceis obstáculos que a nossa luta impõe, cimentando a nossa consciência nacional e a firmeza pelos nossos princípios preconizados.

Taibessi e Ataúro

Lembarm-nos ainda, quano uma manhã de Junho, muito cedinho, tiraram-nos da cadeia e levaram-nos numa camioneta para Taibessi quando lá foi o núncio apostólico visitar a prisão, acompanhado de Monsenhor Costa Lopes. Compreendíamos porque nos fizeram assim. Éramos todos ossos sem carne. Bastavam mais alguns meses naquela situação para sairmos todos de lá em caixão. Mas em 5 de Setembro de 1981, tiraram-nos dali e levaram-nos para Ataúro. Nunca fomos julgados. A maior parte das prisões por motivos políticos tem o fim «profiláctico» de espalhar o medo e não leva ao julgamento. Ficaram ainda na prisão de Caicoli cinco companheiros que só foram julgados em 1984 e, neste momento, estão na prisão de Jacarta. São eles: Mariano Bonaparte, David Ximenes, Januário Ximenes, José e Luís (os dois últimos são militares do batalhão 744, da Indonésia).

O CAMPO DE CONCENTRAÇÃO DE ATAÚRO - Fomos encontrar nesse campo de concentração cerca de dois a três mil presos políticos, e, dentro em breve, iam chegando mais outros presos vindos de vários pontos do país, totalizando em princípios de 1982 já cerca de seis mil almas. Vivia-se em barracões de zinco e paredes de plástico que os tornãm insuportáveis com o calor. Cada um procurava construir outras barraquitas de capim atrás dos barracões para assim de livrarem daquele escaldante calor. A água era insuficiente. Semanalmente recebia-se duas latinhas de leite condensado, de milho podre. A Igreja Católica, através do seu representante na ilha, dentro das suas possibilidades procurava minorar aquela situação desumana e lamentável dos presos político, fornecendo aos mais necessitados: arroz, néli, milho, leite, roupa, medicamentos e outros utensílios de uso domésticos.

Sabíamos que a Igreja Católica em Timor sempre se mostrou preocupada com esta penosa situação dos presos desde a primeira hora, e D. Martinho da Costa Lopes deu instruções a todas as missões para que, também dentro do seu alcance se solidarizassem com esta difícil situação dos presos em Ataúro.

Nos momentos de grade carência sobretudo nos meses de Janeiro, Fevereiro e Março de 1982, aos apelos lançados pelos estimados e atenciosos catequistas Marcos e Benjamim, na Igreja, solidários para com os seus irmãos presos na sede da estação missionária local, a população ia juntando dentro das suas limitadíssimas possibilidades algumas espigas de milho, mandiocas e frutas... tudo o que era necessário para socorrer aquela situação de emergência que já levou para o cemitério muitas vidas, sobretudo crianças e velhos.

(Publicado na revista FUNU, nº 12, Ago. 1985, pp. 13-16)

6. D. Paul Moore, Jr.

D. Paul Moore, 73 anos. Natural de Morristown, New Jersey, foi bispo de Washington e de Nova Iorque, da Igreja Episcopal (Comunhão Anglicana). Serviu, entre 1941 e 1945, a Marinha dos EUA, sendo, em 1970, responsável por uma missão de paz no Vietnam do Sul, e fazendo parte, em 1982, de uma delegação que, em Moscovo, discutiu com os líderes soviéticos o desarmamento nuclear. Em Dezembro de 1989 visitou Timor-Leste, com sua mulher Brenda Hughes, como representantes do Asia Watch, um comité de Direitos Humanos com sede em Nova Iorque. Nos Estados Unidos, tem-se destacado como um dos principais defensores da causa timorense.

Em Dezembro passado, eu e a minha mulher, Brenda, visitámos Timor Leste como representantes do "Asia Watch", comité dos Direitos Humanos que tem sede em Nova Iorque. Queríamos mostrar a nossa solidariedade para com aqueles que estão a lutar pelos seus direitos e obter o máximo de informações possíveis, em primeira mão, durante o período que aí estivéssemos.

Começámos por ir a Jacarta para aprendermos algo sobre Timor. O Senhor Sidney Jones, director do "Asia Watch", apresentou-nos a diversas pessoas, em Jacarta, de forma a pôr-nos mais ao corrente do que se passa em Timor Leste, antes da nossa visita. Entre outros, encontrámo-nos com Ponce Princem, Slumet Bratanata, um professor, que é uma autoridade em História, Jopie

Lasut, da "New Life Prison Fellowship", e bastantes refugiados de Timor Leste que mantêm ligações à FRETILIN ou que por outras razões tinham fugido de Timor para a Indonésia. Visitámos o embaixador e alguns membros da Embaixada dos Estados Unidos, e o senhor Joewano da C.S.I.S.

Quando chegámos a Timor Leste e nos fomos registar no Hotel Turismo, em Díli, tivemos logo um sentimento de apreensão, de que estávamos a ser observados, e sentimos imediatamente a presença das forças de segurança. Um alto oficial de Jacarta que já tinha viajado connosco no mesmo avião ocupava o quarto ao lado. Quatro ou cinco homens da segurança acompanhavam-no. Durante a nossa visita, disseram-nos que muitas das pessoas com quem faláramos e mesmo aquelas com quem apenas tínhamos tido um breve e casual encontro, foram interrogadas sobre o assunto das conversas.

Aparentemente, as escutas de telefone são tão claras, que nos disseram que o monitor encarregue das escutas chegou a exigir a uma pessoa que falava ao telefone que não usasse o português visto que ele apenas percebia a língua indonésia. Todo o correio que entra ou sai da ilha é sensurado. A presença militar é opressiva. Em Díli os soldados patrulham as ruas de uniforme e armados. Benny Murdani, um alto chefe militar da Indonésia (Ministro da Defesa), foi à ilha enquanto nós lá estávamos e assistiu à consagração da Catedral católica que acabara de ser construída. Foi acompanhado por 5 ou 6 seguranças e ficou no Hotel Turismo. Tivemos que abandonar os nossos quartos para os ceder aos seguranças do (general) Benny Murdani.

Quando tentámos ir de carro pela costa até Baucau, foi-nos difícil encontrar alguém que nos conduzisse. Como por encanto, não havia nenhum carro disponível para alugar, em nenhuma das agências contactadas. Todos queriam saber por que desejávamos ir a Baucau. Finalmente um jovem, que era o nosso intérprete, descobriu um amigo que tinha sido prisioneiro e que, aparentemente, era muito corajoso e concordou em nos levar a Baucau.

Perguntamo-nos porque é que o Governo não quer que ninguém vá a Baucau. Cremos que é porque a presença militar é opressiva. Durante a viagem a polícia militar mandou-nos parar seis vezes para nos interrogar. Tivemos que sair do carro e mostrar os passaportes. Camiões carregados de soldados em fato de combate passaram por nós na estrada. Vimos muitos carros militares e até tanques. Disseram-nos, de fonte segura, que havia 24 000 soldados em Timor Leste para uma população de 400 000 habitantes. A presença de elementos da FRETILIN no mato não é significativa. Esta presença militar é ilógica, opressiva e irracional. Não estão ali por causa do medo da FRETILIN, mas para que as tropas possam treinar, tenham um local para manobrar. Além disso, os oficiais têm razões económicas para ficar. Parece que maltratam os pobres das àreas rurais, forçando- -as a abandonarem as suas hortas, as quais depois ocupam para tirarem rendimento. Há muita corrupção entre os militares. Mesmo a comida enviada para ser distribuída pela população é confiscada e depois tem de ser paga. São muitas as histórias de opressão e corrupção. Cada comandante de batalhão, segundo nos disseram, é a imagem da lei. O coronel Prabowo, genro do presidente Suharto, era espacialmente conhecido e parece que ele próprio fomentou alguns dos incidentes mais graves: disseram-nos que os militares invadiram uma escola de crianças, com a desculpa de que procuravam os chefes de uma manifestação pró-independência. Dispararam e aterrorizaram as crianças. Foram feitas muitas prisões de inocentes durante a manifestação que teve lugar na altura da visita do Papa. Os rapazes foram libertados mas só depois de terem sido torturados com a finalidade de aceitarem que tinham tido um comportamento subversivo. Na altura da nossa visita, doze jovens ainda se encontravam presos e sem julgamento. Parece-me que apenas dois deles já foram libertados. Contudo, quando nos encontrámos com o Bispo Belo, mais de uma dezena de jovens permaneciam na sua residência visto terem medo de serem presos. Eram jovens idealistas sem nenhuma formação política.

O papel da igreja é crucial em Timor Leste. Logo que chegámos contactámos com o Bispo Belo. Uma vez que não tínhamos podido informá-lo, com antecedência, da nossa visita, a princípio estava receoso em falar connosco. Mas muito rapidamente melhorou de atitude e começou a falar da situação difícil em que se encontrava. Por um lado, não queria por em perigo o seu povo, nem ser alvo de sanções contra a sua instituição por parte do Governo. Por outro lado, ele é uma das poucas vozes que tem a ousadia de falar. Ainda continua a receber ameaças, por causa do apelo que fez às Nações Unidas há um ano (no sentido de ser feito um referendum). Ele, e muitos dos chefes das Igrejas com quem nós falámos, sentem que o povo tem sofrido o genocídio cultural e está a perder a esperança de ter um futuro melhor. O bispo sente que é essencial conservar a esperança viva, principalmente na geração mais nova, insistindo que os Timorenses têm o direito a um referendum sobre a forma de governo que gostariam de ter, ou, por outras palavras, têm direito à autodeterminação.

Quero dizer algo sobre a Igreja Católica, porque é a presença mais importante. O Bispo Belo é uma pessoa muito corajosa. Disse que está sozinho, abandonado. Tivemos dois ou três encontros com ele. Disse que se sente fisicamente ameaçado. A sua casa é um Santuário aberto aos jovens. Falámos com eles. São "teenagers" com medo de ir para casa, de irem à escola. Têm medo de ser presos e torturados. Falámos com eles na presença do bispo. É preciso muita coragem para os deixar ficar lá, para fugirem à repressão da polícia.

O bispo, e outras pessoas com quem falámos, pensa que há uma política deliberada de genocídio da parte do Governo indonésio contra o povo de Timor Leste. O genocídio cultural, tal como os massacres que já ocorreram, é intencional. Visa destruir a cultura timorense que é tão distinta da indonésia. A consciência desta distinção cultural é tão grande, tão assumida, que o Bispo Belo, eu próprio e a minha mulher, vemos e compreendemos, que a esperança da independência não pode desaparecer. Ainda que possa parecer impossível agora, mesmo que sejamos pessimistas, é muito importante manter esta esperança de liberdade. Esta é a razão por que o Bispo Belo e outra pessoas continuam a falar de autodeterminação, não importando qual o preço a pagar ou que esta possa custar. Falando com ele, eu e a minha mulher chegámos a perguntar: «Não é errado manter esta esperança nas pessoas quando a situação é tão má ?».

Mas é a única coisa em que os jovens podem acreditar e os jovens têm orgulho nisso. Foi aí que compreendi como é importante manter esta esperança, em Timor e no mundo.

Assistimos à consagração da Catedral nova. Milhares de pessoas estavam presentes às sete da manhã. Foi uma cerimónia muito comovente. A ironia do acontecimento é que foi o Governo da Indonésia que deu o dinheiro para a construção da catedral com o objectivo de conquistar simpatias entre a população local. Ficámos orgulhosos de podermos assistir à bênção da Catedral. O Papa já a tinha benzido, mas esta era outra inauguração. Foi às sete horas. Havia imensa gente.

No momento do ofertório, os timorenses ofereceram galinhas, porcos, artesanato, instrumentos musicais. Foi lindo! As pessoas com os seus trajes tradicionais, mostraram-nos o orgulho do povo na sua cultura e provou como a Igreja é uma instituição que a preserva.

Ficámos impressionados com as escolas das igrejas e com o espírito dos jovens que as frequentam. Os padres salesianos têm uma escola esplêndida perto de Baucau, mas não lhes é permitido trazerem mais padres para ajudarem a ensinar. Esta escola de Fatumaca fica numa zona onde dizem haver muita actividade da FRETILIN. Por isso a presença militar é muito importante. A escola é muito vigiada.

Foi muito agradável a visita que fizemos à Escola de Fatumaca. Os padres disseram-nos que alguns dos seus alunos foram a Dili ver o Papa, e que estavam apenas a ver, não se tendo manifestado nem dirigido nada. Mas, porque um deles fez um sinal a um fotógrafo, foram detidos pela polícia militar, ficaram presos e foram torturados. Estavam inocentes e eram adolescentes de 15/16 anos. Finalmente, foram libertados. E um oficial ficou tão embaraçado pelo erro cometido (coisa rara entre os militares...) que foi à escola e disse aos jovens para pensarem nele como um pai, e até lhes levou bolas de básquete e outro material desportivo. Mas aconteceu uma coisa maravilhosa: - Os jovens recusaram o equipamento e disseram ao oficial que ele não era pai deles. Quem era como um pai era o padre (o professor deles). E acrescentaram que o que queriam era que libertassem os jovens que continuavam presos. Contudo, apesar da ambivalência do Governo, a escola é um lugar vibrante e de esperança, e os jovens são lindos, atentos, e conscienciosos. Os Jesuítas e outros grupos religiosos também têm escolas, que não tivemos tempo de visitar. Percebemos que os timorenses tinham cartões de identidade e que, de vez em quando, eram abordados e tinham que os mostrar, como acontecia na África do Sul.

Alguns dos jovens que estiveram presos são libertados com a condição de não se envolverem em nada de político. Os que não assumem esse compromisso continuam presos.

Deixámos a ilha com sentimentos muito confusos. Em primeiro lugar, ficámos muito impressionados com o sofrimento desse povo tão carinhoso e sentimos o seu sentimento de desespero. Admirámos a coragem com que encaram o seu tão incerto futuro. Apesar de não nos competir dizer que forma de governo devem ter, estamos certos de que a situação actual terá de evoluir para a autodeterminação. Entretanto, sentimos que todos os esforços devem ser feitos para educar a juventude proporcionando-lhe o domínio das técnicas que poderão utilizar no futuro à medida que o país se desenvolver, porque é inevitável que o desenvolvimento ocorra. Se os timorenses não forem capazes de assumir cargos, os empregos mais bem pagos irão de novo para outros e mais uma vez eles serão explorados, serão servos na sua própria terra.

É fundamental alertar a comunidade internacional, com incidência nas Nações Unidas, na Austrália e em Portugal, e insistir uma vez, e outra, e outra, que Timor Leste é de fundamental importância para a Humanidade.

Tenho vergonha do papel dos Estados Unidos da América nesta questão. A invasão teve o beneplácito do nosso Governo, com a presença de Henry Kissinger (e do presidente Gerald Ford) em Jacarta poucos dias antes da invasão. Muito equipamento militar dos EUA foi empregue nesta invasão. O Governo continua a condenar as violações dos Direitos Humanos, mas nenhuma sanção foi decidida contra a Indonésia, que os EUA deveriam pressionar...

Espero que os Estados Unidos reforcem as pressões sobre o Governo indonésio, no sentido de acabar com a opressão do povo timorense e de submeter a disputa sobre a soberania ao julgamento da comunidade internacional. Isto é igualmente válido para a Austrália.

Concluo com uma nota:

Ficámos muito tocados com a coragem deste povo. Viajei por muitos sítios do mundo, tal como a minha mulher - África, Japão, Nicarágua, Rússia, etc. - mas nunca vi um povo que tanto me tenha impressionado como os timorenses com a sua coragem, convicção e gentileza...

(Testemunho pronunciado nas II Jornadas da Universidade do Porto, decorridas de 28 de Abril a 1 de Maio de 1990. Tradução da responsabilidade do Prof. Barbedo de Magalhães, Coordenador das Jornadas, a partir da gravação magnética da comunicação oral).

7. Mário Robalo

Mário Robalo. Jornalista do Expresso. Sendo um dos jornalistas portugueses mais dedicados à questão de Timor, visitou o território nas vésperas da visita da delegação parlamentar portuguesa, que como se sabe não se chegou a realizar. Entrevistou Xanana Gusmão, no dia 10 de Agosto de 1991, após o que foi detido e submetido a interrogatório, pelos serviços de informações indonésios. A sua figura tornou-se tão incómoda para os indonésios, que passou a ser alvo dos seus serviços de inteligência. Segundo lhe foi dito, nos interrogatórios a que foi sujeito, a sua vida privada e a dos seus familiares mais próximos é minuciosamente seguida, em Portugal, pelos serviços secretos daquele país...

Maria M., de 43 anos, cujo rosto afilado e olhar vivo mas triste deixa transparecer a ascendência portuguesa (pai português, mãe timorense), está a trabalhar em Dili desde que deixou o «mato», em finais de 1978. Mora em Bidau, uma zona de barracas da capital, numa modesta casa de paredes construídas com ramos de palmeira e uma espécie de aglomerado de madeira. Das 53 mil rupias que recebe de ordenado, 45 mil são para pagar o aluguer do tecto onde se abriga com três filhos.

Pontualmente, às oito da manhã, Maria chega à loja onde é empregada, aguardando-a uma rotina que lhe mecaniza o gesto e lhe deixa tempo para pensar. Não reparou, ao longo do trajecto, que o alcatrão das ruas de Dili está em bom estado de conservação, em contráste nítido com os passeios esburacados e sarjetas destruídas. «É para os veículos militares circularem sem entraves», diz um funcionário, antigo militar do Exército colonial português.

«Quero falar consigo, mas não aqui. Pode falar comigo ?», pergunta-me Maria M. em surdina, quando saio do estabelecimento onde trabalha. Combinámos um encontro para o final do dia, numas das igrejas de Dili. A hipótese de falarmos no Hotel Turismo, onde eu estava instalado, foi posta de lado, por ser um local fortemente vigiado pela polícia secreta indonésia, a Intel.

Quando da invasão de Timor-Leste pelas tropas indonésias, em Dezembro de 1975, Maria M., então com 27 anos, e o marido refugiaram-se nas montanhas, juntamente com os guerrilheiros da Fretilin. A dureza da vida no mato, agravada pelos constantes ataques, alguns dos quais com bombas de napalm e desfolhantes, trouxe-a de volta à codade, assim como a milhares de outros timorenses que, como ela, tinham fugido face aos agressores. Apontado como guerrilheiro, o marido não consegue qualquer tipo de trabalho e é sistematicamente vigiado e interrogado.

Grávida do segundo filho, arranja um emprego para garantir a subsistência da família. Nos seis anos seguintes sobrevivem como podem, entretanto já com um terceiro filho. «Desesperado», como ela recorda, o marido parte em 1984 para a Austrália em busca de sustento. De então para cá não teve mais notícias dele. Todavia, amigos que falaram com o homem na Austrália afirmam que ele lhe escrevia a mandar dinheiro, não tendo obtido qualquer tipo de resposta, pelo que se pode pensar que as cartas foram interceptadas e retidas pelas autoridades de Jacarta. A intercepção de correspondência foi confirmada numa conversa posterior com o pai de Maria M., actualmente a residir nos arredores de Lisboa. Desde que abandonou Timor, antes da invasão, o pai afirma ter enviado cartas registadas à filha, as quais nunca foram recebidas ou devolvidas.

Com três filhos, sem mãe e sem notícias do marido e do pai, viu-se só. A sua história termina em lágrimas: «Para que os meus filhos não passassem fome vi-me obrigada a arranjar outro homem».

A HISTÓRIA de Maria M., é uma entre milhares que ilustram o estado da sociedade timorense. Famílias desfeitas por força da invasão. Toda a gente tem alguém desaparecido, morto ou no estrangeiro. Em qualquer contacto com a população, seja em Dili, nos cafezais de Fatubesi, nos martirizados concelhos da Ponta Leste (Baucau, Viqueque e Lospalos) ou nas florestas de Suai, a sudoeste, enfim, um pouco por todo o território, as conversas recaem obrigatoriamente em relatos de violência, maus tratos, lutos e desespero.

O desejo de falar é grande, mas numa sociedade permanentemente vigiada pela polícia secreta o contacto é sempre perigoso, principalmente quando se trata de um português. Da aproximação inicial até ao relato pormenorizado dos dramas, há um tempo em que cada um dos interlocutores se certifica de que não está a ser vigiado ou não está perante um agente disfarçado da Intel. A notícia de que um jornalista português se encontrava em Timor-Leste correra mais rápida pela comunidade que o som: na tarde do dia em que cheguei já se falava de alguém que viera de Portugal para ver o ambiente, antes de os depudados se deslocarem ao território.

Nada de nomes nem moradas é a condição imposta para que se inicie o diálogo. Em Dili, a palavra pode-nos ser lançada de forma fortuita à saída de uma missa, na estação dos telefones, no mercado ou quando simplesmente descansamos frente ao mar, na avenida marginal, de onde se vislumbra a ilha de Ataúro. O argumento para manter varia consoante a ocasião e o local. Alguns apresentaram-se como vendedores de fruta ou de «tais» (tecidos tradicionais); outros perguntaram se necessitávamos de um taxi para ir à montanha ou se já conhecíamos determinado lugar; alguns, poucos, atreveram-se mesmo a convidar-me para tomar uma cerveja. Depois havia que combinar o melhor local para se falar, sem que «alguém» suspeitasse: era um permanente jogo de imaginação iludir a constante presença dos agentes da Intel, que não me largavam as pisadas. Um dia, quando encontrei pela segunda vez um homem, ele avisou-me logo: «Já fui incomodado de manhã, depois de ter falado consigo».

Fora da cidade, a iniciativa pertencia-me. Uma conversa sobre o quotidiano ou uma brincadeira com as crianças nem sempre bastavam para levantar o véu da desconfiança. Por vezes, não era a pessoa com quem iniciara o diálogo quem me dava conta dos labirintos de que é composta a vida de cada timorense. Todavia, era-me sempre fornecida uma outra indicação capaz de me levar àqueles, mais destemidos ou fartos de reter lágrimas, dispostos a desabafar mágoas e dores de quase duas décadas.

Surgiram então os relatos de muitas tragédias. F. S. foi preso em Dezembro de 1980 e levado para Ataúro com mais seis mil pessoas, entre mulheres e crianças. A liberdade obteve-a cinco anos mais tarde, após a intervenção da Cruz Vermelha Internacional (CVI). Segundo ele, muitas das mulheres foram engravidadas pelos militares indonésios. «Já fizemos mais filhos neste período do que os portugueses em 400 anos», vangloriava-se então a tropa. Em Hatubuilico, uma mãe de seis filhos (que vivem numa palhota feita de canas de bambú, o piso térreo e sem mais quaquer conforto além de três enxergas) conta-nos que ali um homem foi obriga a ter relações com a mulher à frente do comandante da tropa lá estacionada. Estas e outras violações dos Direitos Humanos (ver caixa) são do conhecimento da CVI, que só no ano passado regiestou 147 casos de prisões políticas.

Em 1978, muitos desceram das montanhas onde se haviam refugiado aquando da invasão. «Por essa altura, muita gente se rendeu, por causa da fome», conta um empregado do sector turístico na capital do território. Ele também veio, com a família e mais 200 pessoas. Apresentaram-se em Dili, mas, em vez de os receberem de «braços abertos», aproveitando o acto «para propaganda», os indonésios bateram-lhes «até quase caírmos mortos», e depois convidaram-no a ingressar no Exército. Recusou. Prefere «ganhar quase nada, a perseguir irmãos no mato». Mas hoje os seus passos são minuciosamente seguidos.

No interior, permaneceu um movimento de guerrilha residual que teima em resitir, apesar das condições adversas e da perseguição movida por aquele que é o mais poderoso exército do Sudeste Asiático.

A cor é de sangue, mas não resulta de ferimentos ou de alguma doença generalizada, como parece à primeira vista. Quando falam, repara-se que os dentes estão vermelhos como os lábios, devido a uma mistura de dois frutos - malus e bua - com tabaco e cal, que mascam incessantemente e lhes mata o apetite. «É para enganar a fome», dizem. O arroz — base da alimentação — devido ao preço exorbitante que atinge, tem de ser guardado para os filhos, sublinham. E pouco mais se come às refeições da grande maioria da população, mesmo nas casas dos funcionários públicos, cujos ordenados são considerados «muito bons». Um funcionário do palácio do governador afirma que em sua casa «só em dias de festa se toca num bocadinho de carne», ao contrário do que acontecia «no tempo dos portugueses». De contrário, adianta, «comem-se couves, mandioca e arroz». (Uma organização internacional de ajuda, que prefere não ser mencionada e que recentemente visitou o território, fala de uma «situação preocupante de má nutrição», denunciada pela queda de cabelo em muitas crianças).

É que se o ordenado de um funcionário do estado atinge, em média, as 70 mil rupias mensais (cerca de 7 mil escudos), a verdade é que para a grande maioria dos empregados de Dfli — onde existe a quase única possibilidade de se arranjar trabalho — não recebe mais do que 50 mil rupias. Estes ordenados não possibilitam aos timorenses alimentar muitos sonhos para além da sobrevivência quotidiana, se tivermos em conta que um quilo de arroz ou de milho, dois dos alimentos-base, custa 600 rupias. E se nos recordarmos que o aluguer mensal de uma casa de alvenaria, em Dfli, atinde as 150 mil rupias, enquanto um par de sapatos de fraca qualidade custa 30 mil rupias, dar-nos-emos conta de que serão poucos os timorenses que conseguem comprar um quilo de carne por 7 mil rupias.

As queixas não se resumem ao preço dos produtos essenciais. Subamos a Ermera, onde se concentra a grande produção do de café do território. O luxuriante tapete verde dos cafezais estende-se por quilómetros e quilómetros até Fatubessi, resguardados pelo chapéu formado pelas madres-cacau, árvores importadas de S. Tomé na época colonial que desempenham o papel de «guarda-sois», essencial na cultura do café. As estradas de terra batida serpenteiam por entre as plantações. Em grande parte do percurso, apenas cabe o jeep onde viajamos. Para contactar com a população há que abandonar o carro e descer por íngremes carreiros até ao fundo dos vales, onde se amontoam pobres cabanas de colmo.

O movimento na rua principal de Ermera, bem em frente da igreja, é quase frenético. Uma multidão carrega sacos de café para serem pesados e depois obrigatoriamente vendidos ao estado. O preço do café já pronto para exportar é regulado pela autoridades, que este ano estão a pagar 1300 rupias por quilo, pouco mais de 130 escudos... Quando chegar a Singapura, o produto já atingiu os preços internacionais, três a quatro vezes superiores.

Voltemos a Dfli e percorramos a costa norte na direcção de Manatuto, Baucau, Fatumaca e Laga. Em todos estes lugares ouvimos histórias de uma permanente presença dos militares, receosos de um relacionamento estreito entre a guerrilha e as populações que - conforme os comandos da tropa admitem - estarão a levar alimentos para a montanha. Os passos dos homens são vigiados ao milímetro, e por diversas vezes são chamados ao posto da Polícia para explicarem algum «desvio» no seu dia-a-dia. Às mulheres, os soldados perseguem-nas até aos campos para que se lhes entreguem. De contrário, vingar-se-ão nos maridos ou filhos, para quem inventam uma culpa... Sobra-nos em contraste, um mar tranquilo, que impressiona pelo seu azul tão límpido.

E ali, como no resto da província, todos têm de regressar a casa antes do por-do-sol. De contrário, serão sujeitos a interrogatórios, normalmente recheados de torturas. Mas a desconfiança e violência dos militares sobre as populações não se limita a esta região. Por exemplo, no distrito de Same, a sul, os indonésios arrasaram todas as plantações de café, por alegadamente ali se encontrar um santuário da resistência armada. O mesmo aconteceu à densa vegetação que envolvia a saída de Dfli, pelo lado de Taci Tolo, para não permitir infiltrações na capital. A totalidade da colheita de arroz (exceptuando uma pequena quantidade que não dura mais de três meses) tem cada produtor de a entregar às denominadas cooperativas, que mais não são do que locais de recepção da máquina administrativa indonésia controlada pelos militares. Cada quilo de arroz, comprado pela «cooperativa» a 250 rupias, atinde mais do dobro deste preço quando vendido ao consumidor.

Dfli à noite. Metade das ruas da cidade não têm luz, apesar de lá estarem os candeeiros e de a electricidade pública ser paga pela população. Uma das principais artérias da cidade, a Av. Bispo de Medeiros (a toponímia permanece em português), onde estão instalados os seviços de telecomunicações, um dos melhores hotéis (Resende) e os escritórios da companhia aérea indonésia Garuda, não está totalmente iluminada. No dizer de um habitante local, as ruas tornam-se assim autênticos «corredores da morte» por onde as pessoas afirmam temer passar, receando ser espancadas pelos militares.

Este receio não perturba a tropa, que responsabiliza os moradores por quaquer incidente ocorrido nas ruas. Em cada cidade, vila ou aldeia, cabe a estes exercer vigilância noturna: piquetes desarmados, constituídos por cinco adultos, que permanecem toda a noite em locais indicados pelos militares. Aos fins-de-semana, a vigilância é feita por alunos maiores de 16 anos. Esta situação - a exposição prolongada ao frio - e o «banho de castigo» num bidão cheio de água, em caso de «falha», é a causa apontada por algumas fontes para o desmesurado número de casos de tuberculose ultimamente registados. E, para os militares, uma falha significa alguém da guerrilha, quando não o seu próprio líder, Xanana Gusmão, conseguir infiltrar o apertado cerco montado em torno de Dfli.

Mas Dfli surpreende mal saímos do aeroporto. Indisfarçáveis, as barracas mostram-se à indignação de quem ouve das autoridades indonésias garantir os benefícios que a sua presença em Timor-Leste teria trazido às populações. De Comoro, na ponta ocidental, à praia da Areia Branca, a leste, uma grande mancha de barracas abraça a cidade de Dfli: Becora, Bidau, Passar Sengol, Kulu Hun, Ailele Hun, Balide, Taibesse, Dare e Comoro. Resta um cenário de pequenos bairros para os beneficiados do regime, onde a maioria das casas foi construída pelos portugueses: Lecidere, Santa Cruz, Vila Verde, Kolmera, zona portuária e Bairro do Farol.

Todos aqueles incontáveis milhares de barracas constutuem um autêntico labirinto. Cada novo inquilino vê-se obrigado a ocupar um espaço mais reduzido, tendo mesmo de edificar o seu casebre na única área que resta entre outras habitações. Os detritos e as águas residuais correm a céu aberto pelo mesmo terreno por onde se caminha. E as crianças, algumas com os ventres dilatados, têm de partilhar o espaço das suas brincadeiras com os porcos, que partilham com os homens as habitações e circulam pela cidade numa desenfreda busca de qualquer coisa para comer. Chega-se mesmo a vê-los frente ao palácio do governador, perto da praia, juntamente com rebanhos de cabras.

Quando os portugueses abandonaram o território, em 1975, a cidade de Díli tinha cerca de 17 mil habitantes. Hoje, a sua população ultrapassa os 100 mil.

Tendo presente que as tropas de Suharto mataram dezenas de milhares de timorenses (há quem fale em 200 mil) e que está em vigor um programa obrigatório de limitação da natalidade conhecido por KB, que não permite a cada mulher ter mais de três filhos, conclui-se que toda esta multidão é estranha ao território.

Chegam de barco a Díli quase todos os 15 dias. Na maioria são desempregados que a Indonésia quer «despachar» das outras ilhas, particularmente de Java. Alguns fixam-se com pequenos negócios, com subsídios estatais, ou então vêm contratados para a administração pública, o comércio, os hotéis ou os bancos.

Esta tentativa de «javanização» da sociedade timorense não pretende apenas minar o seu comportamento sociológico para acelerar o processo de «integração». Jacarta tem necessidade de confiar os cargos de chefia a pessoas da sua confiança, já que a experiência destes 15 anos de ocupação mostrou que a oferta de lugares de confiança a timorenses nem sempre é bem sucedida para a Indonésia. (A apertada vigilância da Intel tem descoberto alguns «colaboradores» da resistência armada).

Mas o incalculável número de indonésios que têm vindo a espalhar-se por Timor-Leste - as autoridades reconhecem desconhecer quantos são - está a criar conflitos de diversa ordem. Os funcionários públicos javaneses recebem uma percentagem por estarem «deslocados». A maioria das empresas é propriedade de indonésios, que preferem empregar os conterrâneos. E quando algum timorense tem a sorte de arranjar emprego, o ordenado e os seu direitos ficam sempre abaixo dos dos deu colegas indonésios (um empregado de hotel timorense, por exemplo, não tem direito a folgas nem a refeição).

Nas escolas, alunos timorenses são reprovados por alegadamente terem deficiências em algumas disciplinas, enquanto as crianças indonésias com iguais notas são consideradas aptas para passar ao grau seguinte. Na maioria dos casos, o que provaca esta atitude dos professores é a «rebeldia» política dos próprios alunos ou dos seus pais. E pelo menos um pai (que não quis ser identificado) queixou-se de alegadas violações de alunas (algumas com 12 ou treze anos) por professores, para lhes «fazerem o favor de as passar de ano», concluindo com amargura: «Mas ninguém quer saber das nossas queixas, a não ser a Igreja».

Na verdade, é a Igreja Católica que tem acolhido as máguas e os anseios do povo de Timor-Leste. A denúncia de perseguições, maus tratos, abusos de poder e desrespeito moral, bem como a necessidade de se auscultar a vontade da população sobre a permanência indonésia, têm sido assumidas pelos padres e pelo bispo de Díli, D. Ximenes Belo. Na paróquia de Motael, sob a responsabilidade do padre Alberto Ricardo, encontram-se mais de duas dezenas de jovens perseguidos pela Intel. Por seu turno, o pároco de Manatuto, padre Mariano, acolheu em Outubro de 1989, antes da visita do Papa, 25 jovens que os militares consideravam promotores de acções independentistas. O mesmo sacerdote, que é constantemente vigiado, voltou a receber, no ano passado, 20 jovens acusados de «anti-indonésios» sem terem sido ouvidos em tribunal. Também a defesa da língua portuguêsa e da língua timorense, o tetum, cuja prática é desencorajada oficialmente, está a ser garantida pela Igreja. Todas as celebrações religiosas são feitas em tetum, e ao domingo é celebrada sempre uma missa em português.

Encontrar alguém da geração de 60 que fale o português é praticamente impossível. Mesmo os mais velhos, à força de não praticarem, têm dificuldade em manter uma conversa em português. A língua indonésia foi imposta pelos documentos oficiais, pela escola e pelo comércio, controlado pelos javaneses. E enquanto o tetum é aprendido em casa, nas conversas familiares, o português é somente ensinado no Externato de S. José, em Díli, dirigido pela Igreja, e que Jacarta não reconhece, para desincentivar os seus habitantes a colocar ali os seus filhos.

É ainda a Igreja que mantém um conjunto de escolas profissionais, por insuficiência das estruturas do sistema educativo indonésio. Em Fatumaca, concelho de Baucau, o padre Locatelli dirige escolas de electrónica, marcenaria, serralharia e informática, frequentadas por cerca de 200 alunos. Este italiano - há 27 anos a viver em Timor-Leste - cultiva campos de arroz por meios mecanizados, em conjunto com a população. Para o efeito, conseguiu que de Itália lhe fossem enviados tractores e descascadoras de arroz. Por seu turno, o padre português João de Deus mantém três orfanatos - Laga, Quelicai e Baguia - com 137 crianças, além de ter instalado canalização de água em Laga e Quelicai. Na paróquia de Manatuto funcionam escolas de enfermagem, agricultura e de piscicultura, além do ensino primário e preparatório, dos quais consta o ensino do português, frequentados por 300 alunos.

Também a CVI está a desenvolver 17 projectos de captação de água e a prestar assistência medicamentosa, apesar das suas atribuições específicas.

Encontrei-o pela primeira vez na segunda viagem que fiz a Baucau. É um jovem estafeta da resistência que já palmilhou o território vezes sem conta. Diz-me que em toda a parte há gente interessada em falar comigo. Alguns encontros foram feitos de noite, nos lugares menos oportunos, que não convém revelar, pois tanto faz ir a Lacluta ou a Aileu como a Liquiçá, Ainaro ou Baguia. Queixas de pessoas que teriam sido queimadas com pontas de cigarros, nas esquadras da Polícia, por alegadamente transportarem mantimentos para a guerrilha. Um enfermeiro fala do «extermínio» da população timorense que se estará a praticar nos hospitais, onde os médicos alegadamente obrigam as mulheres em idade fértil a tomar abortivos. «Às grávidas, vi romperem-lhes a bolsa de águas para provocar abortos», diz com os olhos em lágrimas, enquanto mostra fotografias que conseguiu tirar aos fetos. E por todo o lado oiço as mulheres falarem das vacinas anticoncepcionais que são obrigadas a tomar mensalmente, por imposição do chefe da povoação, que as reune «como se fôssemos gado». O enfermeiro avisa que este «medicamento» já está «a provocar focos de tuberculose pulmonar». Muitas mulheres, depois dos partos nos hospitais, descobriram que voltaram estéreis para casa.

De volta a Díli, nota-se que todo o território está coberto de barracas idênticas às da capital. Depois da invasão, por razões estratégicas, alcatroaram-se estradas e construíram-se pontes e edifícios para a administração e para os militares. A bandeira vermelha e branca da Indonésia está sempre hasteada em cada edifício público, e no dia 17 de Agosto (dia nacional) cada família a teve de colocar diante da sua casa. Aliás, todos os dias, antes de entrarem na repartição, os funcionários públicos perfilam-se na rua diante da bandeira, para ouvir um discurso do responsável do serviço. Toda esta gente usa uma farda no trabalho e pertence obrigatoriamente a uma organização estatal, que controla a sua actividade social.

Este controle estende-se a todos os cidadãos. Duas vezes por semana, as populalções de cada suco (aldeia) têm de se concentrar, para que as autoridades tenham a certeza de que ninguém está ausente. Os estabelecimentos que fazem fotocópias são obrigados a enviar um exemplar para a Intel, e, por seu turno, quando se pretende efectuar um telefonema ou enviar uma mensagem, o serviço de telecomunicações exige o preenchimento de uma ficha onde consta o nome e a morada da pessoa que se quer contactar.

A imprensa estrangeira não chega a Timor-Leste, mas três jornais indonésios podem ser lidos: «Kompas», «Suara Penbaharuan» e «Jacarta Post» (este, em língua inglesa). A correspondência é na maioria das vezes violada: assisti ao recebimento de uma carta dirigida a um sacerdote que já fora lida pelos agentes da Intel.

Os membros desta polícia política são uma presença constante em todos os lugares públicos: abordam-nos nos hotéis, nos restaurantes, na rua; escutam conversas; pululam nas repartições públicas; registam as homilias dos sacerdotes e seguem D. Ximenes em cada deslocação que faz para fora de Díli; intrometem-se entre a multidão no campo de futebol e nas casas das pessoas. Todo este esforço é compensado por Jacarta com 25 mil rupias e 20 quilos de arroz por cada informação «verdadeira».

Para a Igreja, tem particular significado o lugar de Taci-Tolo (três lagoas), onde o Papa João Paulo II celebrou missa a 13 de Outubro de 1989. Uma casa tradicional timorense assinala a visita daquele que é de facto, o Bispo de Timor-Leste. Mas nenhum sinal resta dos massacres que a tropa indonésia ali perpetrou nos primeiros anos da ocupação. «A água chegou a ficar cor de sangue», dizem-me em Díli. Apareciam camiões militares carregados de gente que depois era atirada para a água como se fosse carga. Mas, como prevenção, Jacarta mandara que ao mesmo tempo se fuzilasse as pessoas, «para terem a certeza que os nossos irmãos morriam mesmo», diz um jovem de 18 anos, que só sabe do que se passou pelo testemunho oral que lhe foi sendo transmitido pelos mais velhos.

Hoje, muita gente teme pelo regresso desses tempos de horrores indiscriminados. Já em Agosto, a rede clandestina alegou conhecer planos da Intel para massacrar os que se manifestassem a favor de Portugal, durante a visita dos deputados que se inicia no próximo dia 4 de Novembro. Agora, as ameaças vêm mesmo da boca dos próprios responsáveis, que começaram a preparar uma operação de «limpeza», perseguindo pessoas consideradas «perigosas». Timor-Leste, porém, parece apostado em provar o que um sexagenário me dizia à despedida: «Entregámos o nosso corpo, mas a nossa alma continua inteira».

Crimes Sem Castigo

Muitos dos casos que aqui se referem foram relatados de memória por pessoas contactadas pelo EXPRESSO em várias zonas do território. Por razões de segurança não se referem os seus nomes e acredita-se, por não haver motivos contrários, na boa-fé das fontes de informação. Alguns episódios foram referidos pelos próprios entrevistados que os sofreram ou testemunharam. São exemplos das diversas violações flagrantes dos Direitos Humanos, sendo que várias se encontram registadas na Cruz Vermelha Internacional.

- Em 8 de Junho passado, foi morto Filipe de Carvalho, chefe do posto de Dilor, perto de Lacluta, concelho de Viqueque, por se ter recusado a entregar três raparigas para «divertimento» de soldados do batalhão320.
- Este ano, em local não determinado, apercebendo-se da aproximação de tropas indonésias, duas irmãs tentaram fugir. Uma foi apanhada e violada. Cotaram-lhe os seios, colocando-os um em cada mão, com o corpo estendido no chão em forma de cruz.
- Em Ainaro, no Sul, há referências de que pessoas, para ali transportadas por camião militar, foram lançadas vivas para um precipício.
- Em S. António de Aitana, em 1983, registou-se um massacre de mulheres grávidas. Uma testemunha presencial afirma ter visto tropas a baterem com a cabeça das crianças nas pedras.
- Um elemento da resistência, preso em 1982 foi ameaçado com uma pistola na boca e sujeito a choques eléctricos na zona genital. Em Baucau viu matar seis homens à sua frente e em Loi Lubo viu violar três mulheres.
- Um residente de Vila Verde, com 23 anos, foi preso em Setembro do ano passado. Interrogado durante duas noites seguidas, foi ferido à machada no nariz, lábios e braço esquerdo, que ficou desde então imobilizado. Posto em liberdade em Fevereiro deste ano, foi então aconselhado a não se meter em política.
- Em Díli, foi preso em Novembro de 1990 um timorense de 32 anos, a quem os indonésios que apresentaram um criança por testemunha, acusaram de espalhar notícias para os jornais. Ainda hoje não pode mastigar devido às torturas infligidas.
- Um guerriheiro adoentado rendeu-se em Abril de 1982 e foi preso em Díli em Novembro seguinte. Libertado em Março de 1983 com o objectivo de espiar a Resistência e convencê-la a desistir da luta armada. Volta a ser preso em Julho seguinte por não ter cumprido as directivas. Até Maio de 1984 ficou encarcerado num cubículo onde só cabia um homem, tendo sido enterrado até ao pescoço. Transferido para Taci Tolo para ser fuzilado, acabou por ser libertado em Abril de 1985. Durante a sua detenção foi visitado pela CVI.
- Crisódio Araújo, de 18 anos, desapareceu em 2 de Agosto passado por ter gritado «Viva a Fretilin» durante uma manifestação comemorativa dos 50 anos da Diocese de Díli, em 25 de Julho.
- Crianças são sovadas por faltarem à escola a fim de trabalharem, nomeadamente na guarda de arrozais. As autoridades receiam que, fora da escola, as crianças sirvam de elo de ligação entre a resistência e a população.
- Um guerrilheiro, capturado em 10 de Julho passado, foi torturado com choques eléctricos nas orelhas, testículos e pés.
- Desconhece-se o paradeiro de Agostinho Pinto, ex-furriel do Exército português, capturado em 1976 em Ainaro.

(Publicado na Revista Expresso, 19 de Outubro, pp 6 - 12)

8. Allan Nairn

Allan Nairn, jornalista americano que, habitualmente, escreve para a revista New Yorker. Depois de visitar Timor-Leste em Agosto de 1990, regressa pela segunda vez, em finais de Outubro de 1991, com o objectivo de fazer a cobertura da viagem da delegação parlamentar portuguesa ao território. Assistiu ao Massacre de Santa Cruz, de 12 de Novembro, do qual saíu gravemente maltratado. Desde então, tem multiplicado esforços na divulgação da causa timoremse, quer pela via jornalística, quer pela pressão que vem realizando junto das Nações Unidas e do governo americano.

Quando visitei Timor pela primeira vez, em Agosto de 1990, as pessoas vinham ao meu encontro na rua para me perguntarem pela delegação parlamentar portuguesa. Na sociedade timorense, aos mais diversos níveis, todos sabiam da visita em preparação. Viam-na como uma oportunidade de contarem a sua história ao mundo exterior, mas, mais do que isso, como o acontecimento que desencadearia medidas concretas das Nações Unidas para Timor-Leste.

Ao regressar a Timor-Leste em finais de Outubro passado, uma semana antes da data prevista para a chegada da sua delegação, o Parlamento português estava na boca de toda a gente - tanto timorenses como indonésios. Soube que a Indonésia tinha feito aos timorenses aquilo que se pode chamar uma ameaça de morte à escala nacional: o Exército avisou o povo timorense de que todos aqueles que falassem seriam mortos a seguir à partida da delegação parlamentar. Em toda a parte onde fui, encontrei timorenses a quem esta ameaça fora transmitida cara a cara. O Exército convocara concentrações populares, em aldeias e pequenos povoados, nas quais os oradores eram os comandantes e os Bupatis locais. As populações ficaram, por esse meio, a saber que os militares fariam uma lista de todos aqueles que se aproximassem dos portugueses, ou lhes falassem, bem como dos que entoassem cânticos ou palavras de ordem contra a Indonésia em sessões e comícios públicos. Quando a delegação partisse, todas as pessoas seriam detidas, juntamente com as respectivas famílias. O bispo D. Ximenes Belo afirmou numa entrevista que o Exército ameaçara, expressamente, matar as famílias envolvidas «até à sétima geração».

Os soldados chegaram ao ponto de informar os timorenses de que as valas-comuns para o massacre já tinham sido abertas. Ficou, pois, demonstrado que as ameaças foram transmitidas de forma sistemática. Em Díli e por todo o Timor-Leste, camponeses das regiões oriental e ocidental contaram a mesma história que os das montanhas centrais. Muitos deles diziam as datas e os locais precisos das concentrações, assim como os nomes dos oficiais que tinham proferido as ameaças. Soldados indonésios com quem falei confirmaram os relatos dos timorenses, incluindo as instruções recebidas para assinalarem todos os que falassem com os deputados portugueses.

As ameaças tinham sido, entretanto, acompanhadas por uma dramática intensificação dos casos de tortura, morte violenta e desaparecimento. Segundo sacerdotes locais, Timor passou a viver em estado de terror desde o anúncio oficial da visita. Os soldados começaram de imediato as rusgas a casas particulares, em busca de timorenses suspeitos de tencionar contacatar com a delegação portuguesa. Para o bispo D. Ximenes Belo, a situação tornou-se comparável aos horrores vividos em 1983.

Apesar disso encontrei dezenas de timorenses que continuavam a ansiar pela visita da delegação portuguêsa. É certo que, para outros, o sofrimento posterior à partida dos deputados portugueses sobrepor-se-ia a quaisquer benefícios resultantes da visita. D. Ximenes Belo era dessa opinião e, como ele, muitas outras pessoas com quem falei. «Será um massacre», disse-me um homem numa povoação costeira. Angustiava-o a simples antevisão da chegada dos portugueses. Todavia, foram mais aqueles que, embora prevendo uma intensa repressão achavam que Timor não tinha outra escolha senão pagar o preço, por mais alto que fosse, ainda que tal implicasse a morte. Dispunham-se a esse sacrifício por estarem sinceramente convencidos de que a visita iria, a prazo, ser seguida de acções concretas de Portugal e da ONU e conduzir à autodeterminação de Timor-Leste.

Afinal, como é do conhecimento de grande parte do mundo, nem a delegação foi a Timor, nem a ONU fez fosse o que fosse - mas, mesmo assim, os timorenses foram massacrados.

O Massacre de 12 de Novembro criou uma situação em que milhares de timorenses se encontaram em iminente perigo de vida. Ao mesmo tempo, proporcionou condições mais favoráveis do que as que existiam anteriormente para uma solução justa para a ocupação de Timor. A verdade, porém, é que as hipóteses de que seja feita justiça e as vidas de milhares de timorenses estão hoje num equilíbrio mais que precário. A menos que a comunidade internacional e, expressamente, Portugal, tome medidas imediatas e decisivas, perder-se-ão quer as vidas quer a oportunidade e o Governo português arcará com grande parte das culpas.

Pouco antes do massacre, falei com um timorense que passara semanas a planear, com os seus amigos, maneiras de ter acesso à delegação. Na altura em que conversámos, já era do conhecimento geral que a visita dos deputados portugueses - marcada para 4 de Novembro - fora adiada indefinidamente. Quando lhe perguntei como se sentia res-pondeu: «Foram muitos os que choraram». Estava visivelmente triste e, é claro, furioso com a atitude da Indonésia. Mas não escondia, também, a sua amargura pela posição portuguesa. Para aquele homem, como para muitos outros timorenses, Portugal encontrara uma forma encapotada de vender Timor.

Parti de Nova Iorque com destino a Timor vários dias antes das negociações entre Portugal e a Indonésia, acerca da visita, terem atingido o climax. Por essa altura, Portugal invocando a liberdade de Imprensa, tinha anunciado não admitir que a Indonésia vetasse a inclusão da jornalista Jill Joliffe no grupo dos visitantes. Embora se tratasse, à primeira vista, de uma posição de princípio perante a revoltante atitude da Indonésia, existiam indicações de que Portugal fizera, nos bastidores, um acordo susceptível de fazer da sua posição uma pura farsa. Em Outubro, altos funcionários portugueses tinham-me afirmado que Portugal aceitara um «gentleman's agreement» ao abrigo do qual a indonésia tinha direito de veto sobre a lista da Imprensa estrangeira a apresentar pelos portugueses. Se isto é verdade, os protestos de Portugal, no mínimo, não foram sinceros. Lisboa não poderia, jamais, ter cedido sem a perfeita noção de que a Indonésia iria tirar partido de tal cedência. Ora, a ser verdade, como me disseram os referidos altos funcionários portugueses, então cabe perguntar se Portugal estava mesmo disposto a ir por diante com a visita cujo simples anúncio começara já a causar mortes e sofrimento em Timor-Leste.

Seja como for, muitos timorenses manifestavam desapontamento e revolta pelo cancelamento da visita. Xanana Gusmão, o chefe da resistência armada, admitiu que talvés os timorenses já não tenham nada que esperar do Governo Português. Membros da resistência civil clandestina, com quem falei antes do massacre, expressavam a mesma desilusão. Timorenses que encontrava, ao acaso, em aldeias e ruas de Dili, dirigiam-se-me, como estrangeiro que era, em busca de notícias. E as notícias que eles queriam saber eram, invariavelmente, acerca das hipóteses de a visita ainda se vir a realizar.

Quando a multidão se juntou no exterior da Igreja de Motael, ao princípio da manhã de 12 de Novembro, algumas pessoas exibiam dísticos criticando Portugal por ter abandonado Timor-Leste à sua sorte. Num deles, afirmava-se ser chegado o momento dos portugueses assumirem as suas responsabilidades. A multidão juntarase para assinalar a morte de Sebastião da Gama Rangel. Sebastião fora assassinado em 28 de Outubro, quando o exército assaltou a igreja. Ele e outros jovens tinham-se refugiado no templo na sequência das rusgas e prisões desencadeadas nas vésperas da data prevista para o início da visita dos deputados. Falei com a maioria dos jovens que estavam com Sebastião. Confirmaram-me que tencionavam ir ao encontro da delegação portuguesa. Queriam contar-lhe os massacres de timorenses e testemunhar o desejo geral de independência. Tencionavam, também, proceder a uma cerimónia de apresentação da bandeira portuguesa, para a qual dispunham de uma bandeira escondida.

No momento em que a multidão deixava o adro da Igreja, uma vez terminada a missa, vi o coronel Gatot Purwanto passar num «jeep». Gatot é o comandante dos serviços secretos do Exército indonésio - o temido Intel que vigia e tortura os timorenses. O se «jeep» seguiu pelo percurso previsto para a procissão, ou seja, em direcção ao cemitério de Santa Cruz e ao túmulo de Sebastião. Ao longo desse percurso, avistavam-se soldados e agentes da Intel, junto a postos de polícia e do Exército. Muitos deles empunhavam longos bastões de madeira polida que balan-çavam à medida que os timorenses desfilavam.

A procissão começou no exterior da igreja, tendo à frente a família de Sebastião, que transportava flores para depor na campa. Vários milhares de pessoas tinham assistido à missa. Algumas delas desenrolaram faixas com dísticos logo no início do desfile. Ao atravessar o centro de Dili, a procissão foi engrossando. Juntavam-se-lhe pessoas vindas de escritórios, escolas e de casas à beira da estrada. Os cânticos e a excitação cresciam de intensidade à medida que mais e mais participantes na marcha desafiavam as proibições e erguiam a voz em protestos. Havia ali muitos estudantes, muitos jovens, mas também mulheres e crianças de bibe, bem como gente idosa envergando trajes tradicionais timorenses. Ao passarem pelos soldados, alguns gritavam «Viva Timor-Leste!», e faziam o «V» da vitória. Os timorenses explicaram-me que o gesto significava, igualmente, «paz». Fazê-lo em público era, por si só, um corajoso acto político. Nas faixas liam-se dísticos com apelos dirigidos a Portugal, à ONU e aos EUA:

Num deles criticava-se o coronel Gatot, referido pelo nome; noutros, apoiava-se o Papa, a Igreja Católica, as Falintil, Xanana, a Fretilin e a UDT. Por vezes os jovens excitavam-se e começavam aos saltos mas os mais velhos metiam-nos na ordem com gritos de «Disciplina! Disciplina!».

À medida que a procissão avançava, crescia a sensação de que algo de importante se estava a passar, de que ali estava a ser dado um passo corajoso e sem precedentes no destino de Timor-Leste. Num país onde o direito de reunião e de liberdade de expressão são reprimidos com a pena de morte pelo Exército de ocupação, o facto de todas aquela pessoas desfilarem pelas ruas gritando críticas à Indonésia constituía um desafio de fundo ao terror de Estado. Lembro-me de perguntar a mim próprio qual iria ser a resposta do Exército.

Quando a multidão chegou ao cemitério, não se avistavam soldados. Muitas pessoas entraram para se dirigir à campa de Sebastião. Ao todo, estariam junto dos portões umas 3 mil a 5 mil pessoas. Alguns jovens subiram com as suas faixas para cima do muro do cemitério. O espaço ocupado pela multidão era limitado por muros de um lado e outro: o muro do cemitério de Santa Cruz, alto e de cimento, e o muro do cemitério militar indonésio, mais baixo, mas colado a uma fossa consideravelmente profunda.

Com aqueles milhares de pessoas, o espaço entre muros ficaria cheio de forma compacta. Ainda que o quisesse, ninguém conseguiria deslocar-se rapidamente, mas, naqueles momentos, a procissão chegara ao fim e as pessoas limitavam-se a esperar um pouco para dispersar.

Poucos minutos tinham decorrido quando, subitamente, alguém notou que uma das vias de saída fora bloqueada por um tranasporte de topas indonésio. O camião estava cheio de de soldados fortemente armados, vestidos de verde e com tiras vermelhas nos capacetes. Nessa altura, vinda da direita por um caminho perpendicular, vimos uma longa coluna de tropas. Envergavam uniformes castanho-escuroa e empunhavam M-16 em posição de fogo. Os soldados marchavam, deliberadamente, em passo lento e disciplinado, numa formação bem ordenada. à medida que as tropas se aproximavam podíamos ver que eram centenas: enchiam mais de cem metros de estrada. Na multidão, muitos pareciam paralizados de espanto, enquanto outros começaram a tentar recuar lentamente. Juntamente com Amy Goodman, repórter da rádio WBAI-Pacífica, coloquei-me entre os soldados e os timorenses. Estava verdadeiramente convencido de que a força indonésia não atacaria se visse ali estrangeiros. Ergui a máquina fotográfica acima da cabeça, enquanto Amy empunhava o microfone grande do seu gravador de som. Colocámo-nos junto à esquina para onde as tropas se dirigiam. De repente, estávamos face a face e assistíamos ao que eu julgava impossível: os soldados colocaram-se de frente para a multidão, ergueram as espingardas-metralhadoras e começaram, sistematicamente a chacinar os timorenses em fuga. Segundos depois de abrirem fogo, os soldados lançaram-se sobre mim e Amy. Bramindo as coronhas das M-16, arrancaram-nos todo o equipamento e atiraram-nos ao chão com uma chuva de pancadas.

Os soldados abriram fogo sobre a multidão espantada e, de imediato, começaram a tobar corpos por todos os lados. Vi os soldados apontar e atingir nas costas pessoas que fugiam. Mataram jovens, mataram mulheres, mataram velhos timorenses, e continuaram a disparar durante longos minutos, indiscriminadamente. Saltavam sobre corpos caídos, à procura dos que ainda se mantinham de pé. A atmosfera vibrava com o estrépito das armas automáticas. Os soldados não paravam de despejar balas sobre a multidão.

Tratou-se, claramente, de um assassínio em massa, deliberado e planeado. Uma execução de civis desarmados e indefe-sos. Os soldados não se detiveram uma única vez quando se dirigiam para a multidão. Não emitiam qualquer aviso, nem dispararam um tiro para o ar. Não se registou nenhuma provocação por parte dos timorenses, nem sequer uma simples pedrada. Também não se viram soldados descontrolados, a disparar por sua própria iniciativa. Aliás, o massacre não foi precedido por qualquer situação de confronto, daquelas em que se sente crescer a espiral da tensão incontrolável. Pela forma como os soldados avançaram sobre a multidão, era evidente que tinham ordem para matar. Agiram fria e silenciosamente e não pararam de disparar, nem mesmo quando o chão ficou coberto de cadáveres e ensopado em sangue.

Momentos depois de me partirem a cabeça com as coronhas das armas, os soldados estenderam-me no chão, ao lado da Amy. Apontaram as M-16 às nossas cabeças e gritaram «Politik! Politik!». A palavra que nos saíu em resposta que, segundo creio, nos salvou, foi «América! América!». Talvez por sermos cidadãos do país que lhes fornecera as M-16, os soldados decidira poupar as nossas vidas. Conseguimos sair dali a bordo de um camião que passava. O tiroteio continuava. Quando partimos de Díli, algumas horas depois, o Exército ocupava as ruas. Soube mais tarde que detiveram nessa operação dezenas de timorenses, para interrogatórioo tortura e, em muitos casos, execussão sumária.

No momento em que este texto for lido, muitos mais timorenses terão sido, ou serão em breve, capturados pelo Exército de ocupalção. As mais recentes notícias rebidas de Timor-Leste dão conta de que os soldados troçam das suas vítimas, dizendo-lhes que o mundo ignora os seus gritos de dor e que tanto a ONU como os EUA nada fazem para os socorrer.

A verdade é que o massacre desencadeou uma vaga mundial de repúdio, sem precedentes na história de Timor-Leste. Na Austrália, em Inglaterra, no Canadá, no Japão, ma Holanda e por todo o lado, o clamor público tem-se feito ouvir e os comentários da imprensa traduzem rejeição e revolta. Até mesmo nos EUA, onde a imprensa sempre ignorara Timor, o massacre foi tema de mais de uma dúzia de artigos de fundo nos maioresjornais e de uma impressionante reportagem no telejornar principal da CBS. Esta cobertura não passa, ainda, de uma pequena fracção da que deveria ser dada a um acontecimento desta importância. Porém, ela permite crer que o assunto Timor-Leste veio, finalmente, à superfície. No Congresso dos EUA, políticos de ambos os partidos avançaram com resoluções em que se apela para a Administração Bush em defesa da autodeterminação de Timor. Nenhum dos partidos está, por agora, preparado para apoiar uma suspensão e a atmosfera em Washington está a adensar-se para os homens de Jacarta.

Americanos que acompanham a luta de Timor-Leste manifestam-se encorajados com as reacções nos EUA. No entanto são necessárias muitas outras iniciativas para que seja posto fim à criminosa cumplicidade de Washington. O mesmo se pode dizer de Portugal, onde a reacção pública e da Imprensa foi imediata e impetuosa, mas cujo governo se mantém em posição recuada. Encontrei-me nestes dias com delegados da ONU e a ideia de todos eles é que Portugal, embora criticando verbalmente a Indonésia, ainda não pressionou a Nações Unidas de forma devida. Não tomou iniciativas para convocar o Concelho de Segurança, nem para levar outros organismos da ONU a tomarem medidas. Sacerdotes timorenses disseram-me, em desespero, quando deixava Díli, que Timor-Leste precisa de uma força de paz da Nações Unidas. Uma força que os proteja das tropas indonésias e permita a transição para um processo de autodeterminação. Mas, na ONU, era evidente que os portugueses estavam a léguas de medidas tão decisivas. Em vez disso, limitavam-se a condenações vagas e de carácter geral. Outros países, e bem mais pequenos, como algumas ilhas do Pacífico, assumiram um papel muito mais agressivo.

Em Washington, os diplomatas portugueses não fazem qualquer espécie de «lobbyng» e, nos contactos com os jornais norte-americanos, deixam nos editores a falsa sensação de que a resposta internacional ao massacre não existe e de que só Portugal se preocupa com o assunto.

E a ideia prevalecente é esta: os EUA devem acabar com o auxílio militar e as vendas de armas à Indonésia. Devem, igualmente, desbloquear o caminho e deixar a ONU aplicar a lei. Pelo seu lado, Portugal tem, igualmente, grandes responsabilidades para com o povo de Timor. As vidas dos timorenses e a possibilidade efectiva de mudanças estão, neste preciso momento, nos pratos da balança. Mas as vidas não serão salvas e os timorenses não receberão o que lhes é devido se Portugal nada mais tiver para dar além de retórica. Se insistir na presente atitude, milhares de timorenses estarão ainda para morrer e parte do seu sangue escorrerá directamente para as mãos de Lisboa.

(Publicado na Revista Expresso, 30 de Novembro de 1991)

ESPM

CAPÍTULO V

MASSACRE DE SANTA CRUZ

ONU: direito inalienável

O Secretário Geral da ONU Perez de Cuellar anunciou, na última sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, que Portugal e a Indonésia tinham chegado a acordo a respeito de uma visita de uma delegação de parlamentares portugueses a Timor Leste. Esta visita constituiria um passo para uma solução "justa, global e internacionalmente aceitável", com base nas resoluções da ONU.

O Conselho de Segurança, (...)

* Reconhecendo o direito inalienável do povo de Timor Leste à autodeterminação e à independência, em conformidade com os princípios da Carta das Nações Unidas e com a declaração sobre a concessão da independência aos países e aos povos coloniais, contida na resolução 1514 (XV) da Assembleia Geral, de 14 de Dezembro de 1960,

* Profundamente preocupada com a deterioração da situação em Timor Leste,

* Profunda e igualmente preocupada com a perda de vidas humanas e consciente da necessidade urgente de evitar qualquer nova efusão de sangue em Timor Leste,

* Deplorando a intervenção das forças armadas da Indonésia em Timor Leste,

* Lamentando que o Governo português não tenha assumido plenamente as responsabilidades que lhe incumbem como potência administrante do território, nos termos do capítulo XI da Carta,

1. Pede a todos os Estados que respeitem a integridade territorial de Timor Leste, assim como o direito inalienável do seu povo à autodeterminação, em conformidade com a resolução 1514 (XV) da Assembleia Geral;
2. Pede ao Governo Indonésio que retire sem demora todas as suas forças do território;
3. Pede ao Governo português, na qualidade de potência administrante, que coopere totalmente com a Organização da Nações Unidas, a fim de permitir ao povo de Timor Leste o exercício pleno do seu direito à autodeterminação;
4. Insta todos os Estados e todas as outras partes interessadas a cooperarem plenamente com a Organização das Nações Unidas nos seus esforços para alcançar uma solução pacífica para a situação existente e facilitar a descolonização do território;
5. Solicita ao Secretário-Geral que envie urgentemente um representante especial a Timor Leste, a fim de avaliar localmente a situação existente e tomar contacto com todas as partes no território e com todos os Estados interessados, com vista a assegurar a aplicação da presente resolução (...)

(Resolução 384, de 22 de Dezembro de 1975)

O Conselho de Segurança, (...)

* Reafirmando o direito inalienável do povo de Timor Leste à autodeterminação e à independência, em conformidade com os princípios da Carta das Nações Unidas e com a declaração sobre a concessão da independência aos países e aos povos coloniais, contida na resolução 1514 (XV) da Assembleia Geral com data de 14 de Dezembro de 1960,

* Considerando que não há que poupar esforços para criar condições que permitam ao povo de Timor Leste exercer livremente o seu direito à autodeterminação,

* Notando que a Assembleia Geral está ciente da questão,

* Consciente da necessidade urgente de pôr termo à situação sempre tensa de Timor Leste, (...)

1. Pede a todos os Estados que respeitem a integridade territorial de Timor Leste, assim como o direito inalienável do seu povo à autodeterminação, em conformidade com a resolução 1514 (XV) da Assembleia Geral;
2. Pede ao Governo Indonésio que retire sem tardar todas as forças do Território;
3. Solicita ao secretário-geral que encarregue o seu representante especial de prosseguir a missão que lhe foi confiada no parágrafo 5 da resolução 384 (1975) do Conselho de Segurança e de continuar as consultas com as partes interessadas;
4. Solicita também ao secretário-geral que prossiga a aplicação da presente resolução e submeta um relatório ao Conselho de Segurança assim que possível;
5. Pede a todos os Estados e a todas as outras partes interessa das que cooperem com a Organização das Nações Unidas, com vista a alcançar uma solução pacífica para a situação existente e facilitar a descolonização do Território.
6. Decide manter-se ao corrente da situação.

(Resolução 389, 22 de Abril de 1976)

à autodeterminação e à independência”

Depois de ter adoptado todos os anos, entre 1975 e 1981, resoluções favoráveis à autodeterminação de Timor Leste, mas ineficazes perante a recusa da Indonésia e a passividade dos Estados, a Assembleia Geral da ONU adopta em 1982 uma resolução que coloca a questão nas mãos do secretário-geral:

A Assembleia Geral,

- Reconhecendo o direito inalienável de todos os povos à autodeterminação e à independência, em conformidade com a Carta das Nações Unidas, com a declaração sobre a concessão de independência aos países e aos povos coloniais, contida na resolução 1514 (XV) da Assembleia Geral, com data de 14 de Dezembro de 1960, e com outras resoluções pertinentes da Organização das Nações Unidas,
- Tendo examinado o capítulo do relatório do Comité especial encarregado de estudar a situação no que se refere à aplicação da declaração sobre a concessão de independência aos países e aos povos coloniais relativos a Timor Leste e outros documentos pertinentes,
- Tomando nota do relatório do secretário-geral sobre a questão de Timor Leste (...)
- Tendo também em mente as suas resoluções 3485 (XXX) de 12 de Dezembro de 1975, 31/53 de 1 de Dezembro de 1976, 32/34 de 28 de Novembro de 1977, 33/39 de 13 de Dezembro de 1978, 34/40 de 21 de Novembro de 1979, 35/27 de 11 de Novembro de 1980 e 36/50 de 14 de Novembro de 1981,
- Preocupada com a situação humanitária que reina no território e convencida de que a comunidade internacional não se deve poupar a esforços para melhorar as condições de vida da população de Timor Leste e garantir-lhe o gozo efectivo dos seus direitos humanos fundamentais,

1. Solicita ao secretário-geral que inicie consultas a todas as partes directamente interessadas, com vista a encontrar os meios que permitam alcançar uma resolução global do problema, e que informe a este respeito a Assembleia Geral na sua 38ª sessão;
2. Solicita ao Comité especial encarregado de estudar a situação no que se refere à aplicação da declaração sobre a concessão de independência aos países e aos povos coloniais que continue a analisar activamente a situação e preste ao secretário-geral todo o apoio necessário, com vista a facilitar a aplicação da presente resolução;
3. Pede a todas as instituições especializadas e outros organismos da Nações Unidas, em particular ao Programa Alimentar Mundial, ao Fundo das Nações Unidas para a Infância e ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, que prestem auxílio imediato, nos domínio de competência respectivos, à população de Timor Leste, em estreita consulta com Portugal, na sua qualidade de potência administrante (...).

(Resolução 37/30, de 23 de Novembro de 1982)

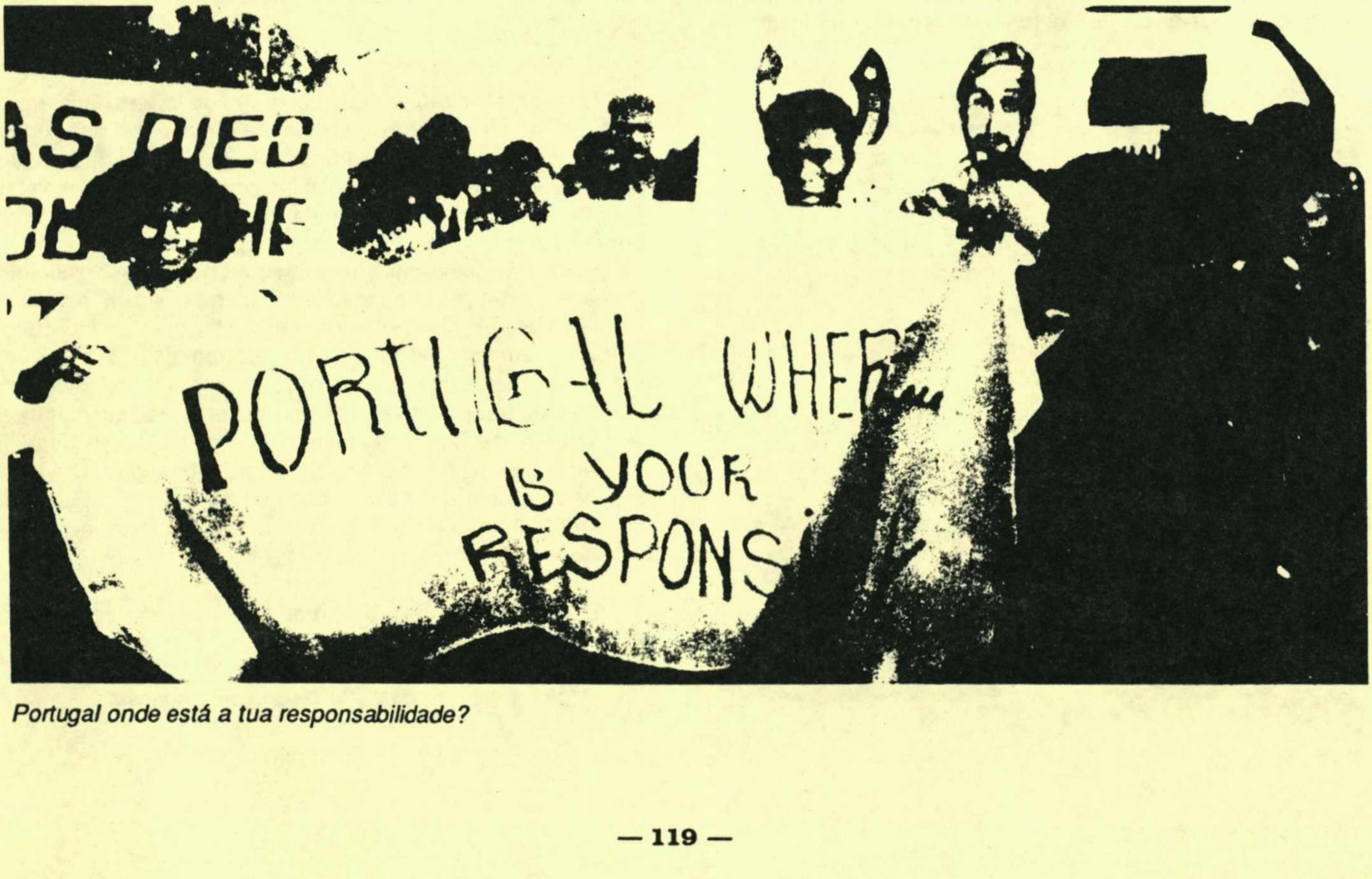


Foto Steve Cox/ Independente

Portugal onde está a tua responsabilidade?

"Uma ameaça de morte à escala nacional"

Colocar o problema nas mãos do Secretário Geral não adiantou muito à sua resolução. A passividade dos Estados, e particularmente dos que detêm o poder a nível mundial, fez arrastar as conversações, adiar os debates, atrasar as decisões... A proposta duma visita de parlamentares portugueses a Timor-Leste, em resposta a um convite da Indonésia, é um sinal da falta de vontade política para resolver o problema em conformidade com o direito e as resoluções da ONU. A potência administrante legítima viu-se obrigada a aceitar um convite dos ocupantes para tentar chamar a atenção internacional. Mas, fazendo este convite sob a alçada da ONU, os ocupantes reconheceram implicitamente que subsistia, no que chamam a sua 27a Província, um problema de âmbito internacional! Os timorenses "vão ver esta visita como a sua última oportunidade" para manifestar a sua rejeição da Indonésia adverteoGovernadorde Timor nomeado pela Indonésia. Os indonésiospreparam o terreno para impedir qualquer manifestação.

"Ninguém pode falar, fazer manifestações, porque, se o fizerem, serão todos mortos após o regresso dos portugueses... Só a presença duma força internacional..." **pode garantir a segurança dos timorenses**.

(*Mons. Belo - na TSF, Outubro/91*)

"Em finais de Outubro, uma semana antes da data prevista para a chegada da delegação do Parlamento português, soube que **a Indonésia tinha feito aos timorenses o que se pode chamar uma ameaça de morte à escala nacional**: o exército avisou o povo timorense de que todos aqueles que falassem seriam mortos a seguir à partida da delegação. Em toda a parte onde fui, encontrei timorenses a quem esta ameaça fora transmitida cara a cara. O exército convocara concentrações populares, em aldeias e pequenos povoados, nas quais os oradores eram os comandantes e os Bupatis locais. As populações ficaram, por esse meio, a saber que os militares fariam uma lista de todos aqueles que se aproximassem dos portugueses, ou lhes falassem, bem como dos que entoassem cânticos ou palavras de ordem contra a Indonésia em sessões e comícios públicos. Quando a delegação partisse, todas essas pessoas seriam detidas, juntamente com as respectivas famílias. (...) **Os soldados chegaram ao ponto de informar os timorenses de que as valas-comuns para o massacre já tinham sido abertas**. Ficou, pois, demonstrado que as ameaças foram transmitidas de forma sistemática. Em Dili e por todo o Timor-Leste.

Apesar disso encontrei dezenas de timorenses que continuavam a ansiar pela visita da delegação portuguesa. **Foram mais aqueles que, embora prevendo uma intensa repressão, achavam que Timor não tinha outra escolha senão pagar o preço, por mais alto que fosse, ainda que tal implicasse a morte**. Dispunham-se a esse sacrifício por estarem sinceramente convencidos de que a visita iria, a prazo, ser seguida de acções concretas de Portugal e da ONU e conduzir à autodeterminação de Timor-Leste".

(*Allan Nairn * - Expresso 30/11*
** ver a lista das testemunhas pagina 18*)

2.ª Feira, 28 de Outubro.

Dois dias após o anúncio da anulação da visita dos parlamentares portugueses um incidente na igreja de Motael em Dili causa dois mortos e cerca de cinquenta prisões, várias das pessoas presas desapareceram. A versão indonésia atribui a jovens que se encontravam na igreja a iniciativa do confronto, e revela ter descoberto na igreja bandeiras, facas e barras de ferro. Mons. Belo contradiz essa informação: a provocação veio de fora, Sebastião foi vítima do exercito indonésio e Afonso foi morto longe dos jovens cercados na igreja.

"Desde Novembro de 1990 um grupo do jovens refugiaram-se nas dependências do presbitério de Motael, sob pretexto de segurança pessoal. Na madrugada do dia 28 de Outubro, um grupo de indivíduos de motocicletas começaram a circundar o recinto do presbitério e da igreja gritando insultos... atirando pedras...

Às 2 horas da manhã, (hora em que) só circulam polícias, militares, agentes informadores da Intel e um ou outro tardio da população civil (...) começaram a avançar indivíduos de pistola em riste, vindos da praia e entrando pelo portão de frente da Igreja, onde foi morto o jovem Sebastião, crivado de balas, encontrado morto a 18 metros do portão do muro da igreja. A outra vítima, Afonso, estava a 23 metros do cadáver do Sebastião. Seguindo, porém, os sinais de sangue na via de rodagem, encontrava-se uma poça de sangue à 57 metros do cadáver do Afonso, morto espancado e ferido com arma branca".

(*Mons. Belo - Nota oficiosa - 2/11/91*)

"Decidi não ir a Jacarta para protestar contra a arrogância das Forças Armadas indonésias que partiram as janelas da igreja de Motael e mataram vem chamado Sebastião Gomes".

(*Mons. Belo, resposta aos bispos da Indonésia*)

Vamos lutar para a participação dos timorenses ao diálogo,

sob os auspícios da ONU

Anulada a visita dos parlamentares portugueses, o comandante da resistência timorense considera que a visita do senhor Kooijmans, relator das Nações Unidas sobre a tortura, pode ser a ocasião de lançar ao mundo o apelo preparado para a visita dos portugueses. Alguns dias antes do massacre do cemitério de Dili, Xanana Gusmão manda uma mensagem a todos os responsáveis pela resistência.

16 anos de resistência duríssima e prolongada. 16 anos de luta, sem quase perspectivas de avanço, difícil, sempre difícil, como o momento que se aproxima. (...)

São já 16 anos e 8 de impasse, desde que o secretário-geral da ONU recebeu pela resolução 37/30 o mandato da Assembleia Geral para tratar pessoalmente a questão. Oito anos de impasse por causa da inflexibilidade de Jacarta. Oito anos de impasse por cumplicidade internacional. (...)

Nós é que temos de imprimir a passagem do actual impasse para uma fase mais dinâmica do processo. (...)

Agora vamos falar da visita da DPP [*Delegação Parlamentar Portuguesa*].

A visita enquadra-se no mandato do secretário-geral da ONU e, portanto, que a DPP não vem resolver já a questão. Não lhe está incumbida esta tarefa, esta competência, que pertenceria segundo cremos ao Executivo, ao Governo português e, em última análise, às Nações Unidas. Temos de entender assim que a DPP não vem para ficar já, não vem para correr com os indonésios, não vem trazer contingentes armados para remover as forças ocupacionais.

Contudo, temos de acreditar que a DPP vem para retirar a verdade da situação. Temos de acreditar também que o secretário geral da ONU pretende algo de positivo, **o essencial, dizíamos, é dar novo impulso ao caso de Timor-Leste**. E nós temos de fornecer essa verdade, nós temos de garantir esse factor essencial, crucial para o tratamento da questão, sob outras perspectivas, sob uma dinâmica mais prometedora.

É assim, é por isso mesmo que se torna premente a nossa acção, que se torna necessário provar ao mundo que:

- por detrás da conspiração internacional,a Carta das Nações Unidas é insolentemente desrespeitada;
- que por detrás da cumplicidade internacional um povo é exterminado;
- que por detrás da indiferença internacional, o direito e as normas internacionais são prepotentemente espezinhados;
- que por detrás do cinismo político de muitos governos democráticos, os princípios universais e as resoluções da Assembleis Geral das ONU e do seu Conselho de Segurança continuam intolerável e abusivamente desrespeitados. (...)

Vamos lutar pela participação dos timorenses no diálogo, sob os auspícios da ONU. (...) Jacarta está preocupada, altamente preocupada. (...) mandou um volume espantoso de forças para defender a anexação. Por outro lado, em Timor Leste, estão desesperados de facto. Sabem que vai acontecer o inevitável. Estão cegos de raiva pela iminente e humilhante derrota. (...) As primeiras vitimas mortais já apareceram infelizmente, em Motael. **Nada os deterá na sua sanha sangrenta? Nós os deteremos, permanecendo serenos**. Torna-se difícil não reagir, mas não podemos fazê-lo. (...)

Não devemos temer as represálias. As represálias serão contundentes quando tivermos demonstrado sua inoperância pela mobilização das massas. Quem, perante o morticínio de há 16 anos, recusou combater? Não ensombremos a nossa visão com a dor. Abramos os olhos para a dor imensa de 16 anos.

Não nos escudemos sob os receios do sangue. Pensemos na determinação do nosso povo.

Xanana Gusmão (citado em Diário de Notícias)

3.ª Feira, 12 de Novembro:

Segundo a tradição timorense, no dia 12 de Novembro foi celebrada na igreja de Motael a missa do 15o dia pela alma de Sebastião Gomes morto no dia 28 de Outubro. Depois da missa organizou-se uma procissão que se dirigiu para o cemitério atravessando o centro da cidade. O filme de Chris Wenner (Yorkshire Television) mostra que a procissão se transformou rapidamente num misto de manifestação religiosa e política como acontece desde a manifestação que, no dia 12 de Outubro 1989, marcou o fim da missa celebrada pelo Papa João Paulo II em Dili; e à imagem também do que aconteceu em 4 de Setembro de 1990, na presença do Núncio Apostólico do Vaticano, quando do 50o aniversário da diocese de Timor-Leste. As cerimónias religiosas são de facto os únicos agrupamentos autorizados e a única circunstância em que os timorenses sentem uma certa protecção.

Os militares indonésios afirmam que houve desordens e provocações durante a manifestação, o que explicaria a violenta reacção dos militares à porta do cemitério. Mons. Belo faz referência a estas afirmações: 'Diz-se que...' mas apesar dos seus esforços junto dos 257 jovens refugiados na sua casa depois do massacre, não obteve confirmação da existência de armas no meio dos manifestantes. Não só todas as testemunhas estrangeiras mas também as imagens (fotos e filme) desmentem as afirmações indonésias.

"1- Pelas 6.30 do dia 12 de Novembro de 1991, Terça-Feira, houve missa de 15o dia, pela alma do jovem Sebastião Gomes, a pedido da família. Celebrou a missa o Pe. Alberto Ricardo, pároco de Motael. Foi uma missa simples, sem cânticos, sem homilia. Depois da missa, o pároco dirigiu-se para a residência, sem saber nada do que ia acontecer.

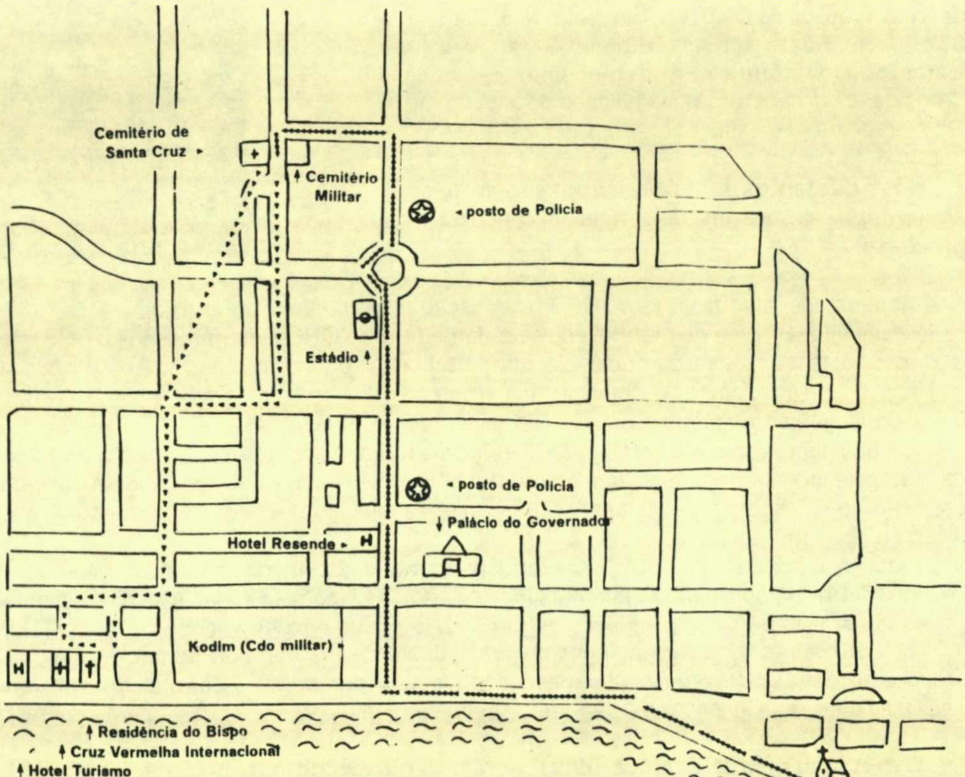
2- Depois da missa, alguns fiéis voltaram para as suas casas. Entretanto, à frente da igreja, os jovens começaram a organizarem-se, e foram andando, a caminho do cemitério de Santa Cruz. Tinham participado na Eucaristia cerca de mil pessoas; entretanto os jovens iam gritando vivas e desfraldando bandeiras da Fretilin, de Portugal e panos com dizeres...

3- Diz-se que à frente do Kantor Gubernur houve provocações e um major do Exército indonésio foi ferido (esfaqueado).

4- Diz-se também que no 'Polwil lama' os jovens lançaram uma granada que não rebentou. Em Lecidere, perguntei a vários jovens, e eles não presenciaram esta facto.

5- Depois de passarem o 'Taman Palhawan', os jovens gritaram cada vez mais 'vivas': 'viva Sebastião', viva Timor-Leste', 'viva a Independência'. Alguns alunos do SMAK, [*escola primária católica*], do SMPH [*escola secundária católica*] e da Escola Diocesana, ao ouvirem a gritaria, saíram das aulas e associaram-se também ao cortejo".

(*Mons. Belo - Nota 14/11*)



uma manifestação pacífica acaba em massacre

O desfile "constituía o desafio de fundo ao terror de Estado"

Foto Steve Cox/ Independente

"Ao longo desse percurso, avistavam-se soldados e agentes da Intel, junto a postos de polícia e do exército. Muitos deles empunhavam longos bastões de madeira polida, que balançavam à medida que os timorenses desfilavam.

A procissão começou no exterior da igreja, tendo à frente a família de Sebastião, que transportava flores para depor na campa. Vários milhares de pessoas tinham assistido à missa. Algumas delas desenrolaram faixas com dísticos logo no início do desfile. **Ao atravessar o centro de Dili, a procissão foi engrossando. Juntavam-se-lhe pessoas vindas de escritórios, escolas e casas à beira da estrada. Os cânticos e a excitação cresciam de intensidade à medida que mais e mais participantes na marcha desafiavam as proibições e erguiam a voz em protestos**. Havia ali muitos estudantes, muitos jovens, mas também mulheres e crianças de bibe, bem como gente idosa envergando trajes tradicionais timorenses.

Ao passarem pelos soldados, alguns gritavam 'viva Timor-Leste!' e faziam o 'V' da vitória. Os timorenses explicaram-me que o gesto significava, igualmente, Paz. Fazê-lo em público era, por si só, um corajoso acto político. Nas faixas liam-se dísticos com apelos dirigidos a Portugal, à ONU e aos EUA. Num deles criticava-se o coronel Gatot, referido pelo nome; noutros, apoiava-se o Papa, a Igreja Católica, as Falintil, Xanana, a Fretilin e a UDT. Por vezes os jovens excitavam-se e começavam aos saltos mas os mais velhos metiam-nos na ordem com gritos de 'disciplina, disciplina!'.

À medida que a procissão avançava, crescia a sensação de que algo de importante se estava a passar, de que ali estava a ser dado um passo corajoso e sem precedentes no destino de Timor-Leste. **Num país onde o direito de reunião e de liberdade de expressão são reprimidos com a pena de morte pelo exército de ocupação, o facto de todas aquelas pessoas desfilarem pelas ruas gritando críticas à Indonésia constituía um desafio de fundo ao terror do Estado**. Lembro-me de perguntar a mim próprio qual iria ser a resposta do exército".

(*Allan Nairn - Expresso 30/11*)

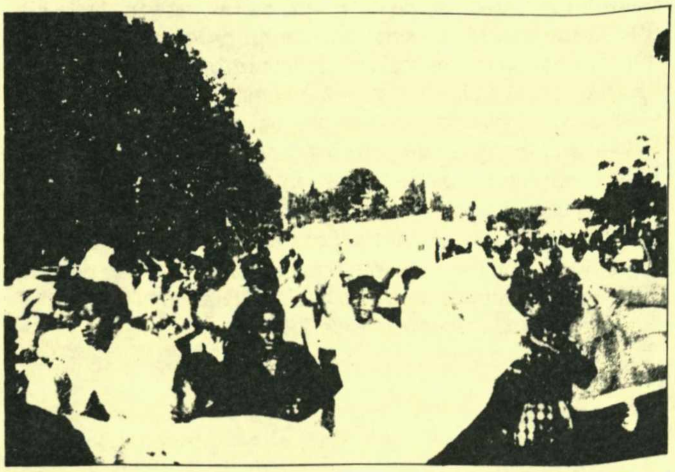


Foto Steve Cox/ Independente

"Agitavam-se bandeiras da Fretilin e da resistência e **empunhavam-se cartazes a pedir a ajuda internacional: "Portugal, onde estão as tuas responsabilidades", lia-se num deles, em inglês. O presidente dos Estados Unidos da América, Georges Bush, e Portugal eram os países visados**. Sempre que a multidão passava em frente dos postos militares ou da policia, agitava ainda mais as bandeiras, mostrava a cara aos soldados e gritava mais alto. O ambiente foi-se tornando cada vez mais intenso. Eléctrico. Mas a procissão passava já frente ao Palácio do Governador e a euforia fazia a multidão correr. Corri também, tentando manter-me sempre o mais perto possível da primeira linha da manifestação. Pelo caminho, foi-se juntando mais gente à procissão. Crianças e jovens, na sua grande maioria. No total, julgo que deviam estar cerca de seis mil pessoas".

(*Steve Cox, O Independente 22/11*)

Chegados ao cemitério: "Fazemos isto para vocês perceberem"

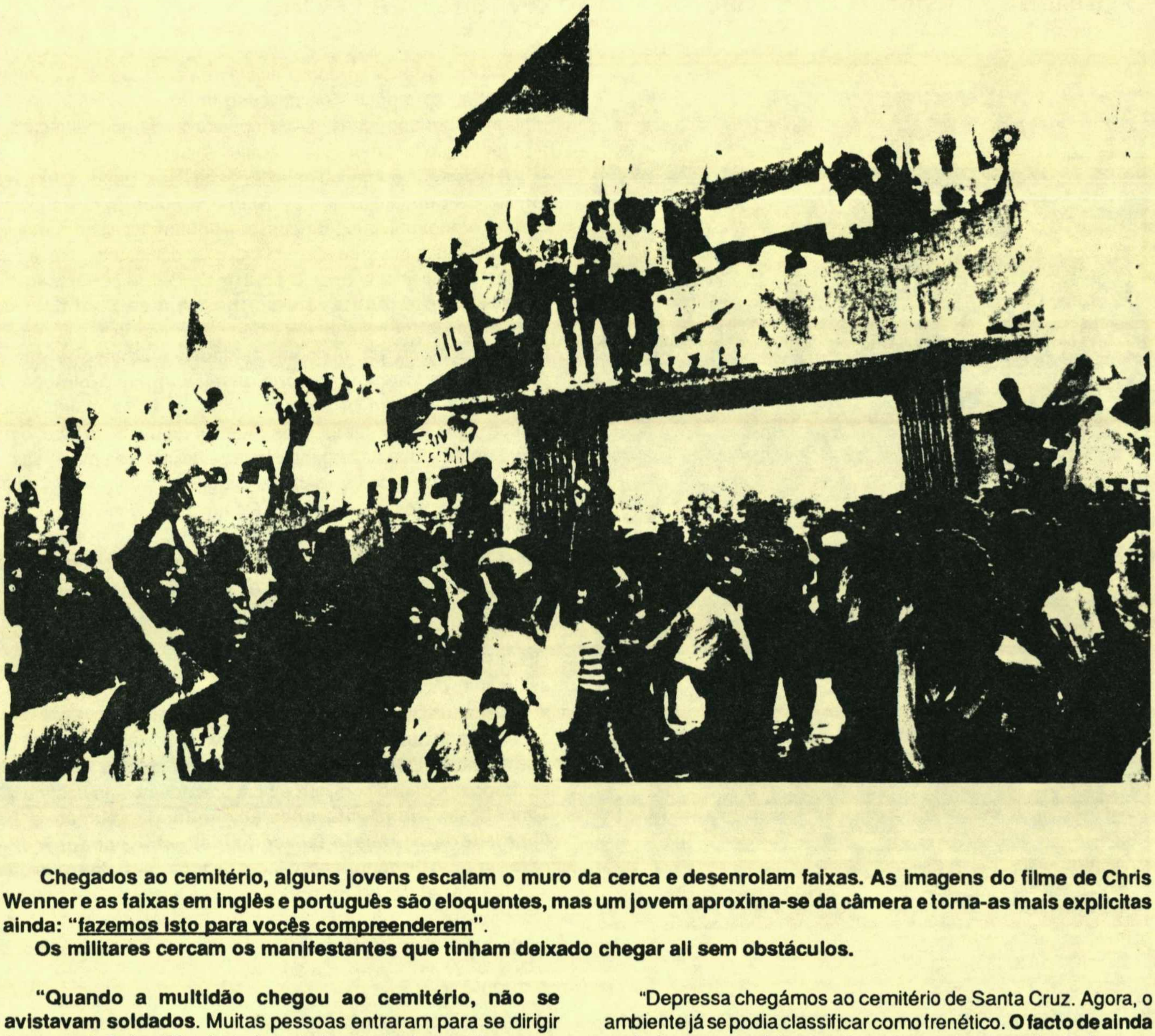


Foto Steve Cox/ Independente

Chegados ao cemitério, alguns jovens escalam o muro da cerca e desenrolam faixas. As imagens do filme de Chris Wenner e as faixas em inglês e português são eloquentes, mas um jovem aproxima-se da câmera e torna-as mais explícitas ainda: "fazemos isto para vocês compreenderem".

Os militares cercam os manifestantes que tinham deixado chegar ali sem obstáculos.

"**Quando a multidão chegou ao cemitério, não se avistavam soldados.** Muitas pessoas entraram para se dirigir à campa de Sebastião. Ao todo, estariam junto dos portões umas 3000 a 5000 pessoas. Alguns jovens subiram com as suas faixas para cima do muro do cemitério. O espaço ocupado pela multidão era limitado por muros de um lado e outro: o muro do cemitério de Santa Cruz, alto e de cimento, e o muro do cemitério militar indonésio, mais baixo mas contíguo a uma fossa consideravelmente profunda. Com aqueles milhares de pessoas, o espaço entre os muros ficou cheio de forma compacta. Ainda que o quisesse, ninguém conseguiria deslocar-se rapidamente, mas, naqueles momentos, a procissão chegara ao fim e as pessoas limitavam-se a esperar um pouco para dispersar".

(*Allan Nairn, Expresso 30/11*)

"Depressa chegámos ao cemitério de Santa Cruz. Agora, o ambiente já se podia classificar como frenético. **O facto de ainda nada ter acontecido, de ninguém os ter parado, fazia com que todos sentissem uma confiança redobrada.** Sempre a agitar as bandeiras, os mais novos saltam para cima do muro de três metros de altura que rodeia o cemitério. Por momentos, a confusão dos 'vivas', cartazes e braços no ar acalma para deixar passar as raparigas que abrem a procissão e trazem as flores para depor na campa de Sebastião. Entrei no cemitério à sua frente e com elas parei defronte à capela. Eram oito horas da manhã. Calculo que devam ter passado o portão, ordeiramente, entre 500 a 800 pessoas, entre elas muitas crianças de seis e sete anos. Os outros, que não cabiam, ficaram lá fora".

(*Steve Cox, O Independente 22/11*)

"Foi uma armadilha bem preparada"

(*Padre Renato Stefani - Observer 17/11*)

"Os soldados colocam-se frente à multidão, levantam as espingardas-metralhadoras e começam, sistematicamente, a matar os timorenses em fuga"

Os timorenses reclamam pacificamente o seu direito à independência, reconhecido pela ONU. Os militares indonésios colocam-se a sua frente do lado do portão do cemitério, enquanto um numero mais reduzido se encarrega de cercar o cemitério. De repente, sem nenhum aviso, os militares abrem fogo. O lugar não deixa possibilidades de protecção senão no próprio cemitério. O portão, demasiado estreito para permitir a entrada rápida da multidão, deixa aos militares indonésios o tempo de abater um número elevado mas ainda indeterminado de timorenses. Os números fornecidos pelas autoridades indonésias variaram entre 13 e 50. Entre 50 e 180 para as fontes estrangeiras, sem ter em conta os feridos mortos posteriormente.

"Entretanto, pelas 7.45, quando o cortejo estava para entrar no cemitério, chegou uma camioneta verde, trazendo militares armados, e parou no cruzamento, ao pé do SDK [*Escola infantil católica*].

Os jovens continuavam a gritar vivas, e eis que se ouvem rajadas contra os jovens e os alunos. Muitos foram abatidos, outros atravessaram o cemitério e passaram para o lado de Bemori. Outros ficaram retidos dentro do cemitério. **Não se ouviu um tiro de aviso**, ou para o ar ou para o chão. Os tiros foram dirigidos aos presentes (à multidão)".

(*Mons. Belo - Nota oficiosa, 14/11*)

"Poucos minutos tinham decorrido quando, subitamente, alguém notou que uma das vias de saída fora bloqueada por um transporte de tropas indonésio. O camião estava cheio de soldados fortemente armados, vestidos de verde e com tiras vermelhas nos capacetes. Nessa altura, vinda da direita por um caminho perpendicular, vimos uma longa coluna de tropas. Envergavam uniformes castanhos-escuros e empunhavam M16 em posição de fogo. **Os soldados marchavam, deliberadamente, em passo lento e disciplinado, numa formação bem ordenada**. À medida que as tropas se aproximavam podíamos ver que eram centenas: enchiam mais de cem metros de estrada. Na multidão, muitos pareciam paralisados de espanto, enquanto outros começaram a tentar recuar lentamente. Juntamente com Amy Goodman, repórter da rádio WBAI-Pacífica, coloquei-me entre os soldados e os timorenses. Estava verdadeiramente convencido de que a força indonésia não atacaria se visse ali estrangeiros. (...) **De repente, estávamos face a face e assistíamos ao que eu julgava impossível: os soldados colocaram-se de frente para a multidão, ergueram as espingardas metralhadoras e começaram, sistematicamente a chacinar os timorenses em fuga**".

(*Allan Nairn, Expresso 30/11*)

"Eles agarraram-me pelos cabelos, arrastaram-me pelo chão, e começaram a bater-me com as coronhas das M16, a dar-me murros e pontapés. Nessa altura o Allan Nairn tentou proteger-me e foi também violentamente espancado. Nessa altura eles apontaram as espingardas às nossas cabeças e eu percebi que iam matar-nos. Começamos a gritar:'Por favor, não nos matem. Somos americanos'. Foi por pouco. Os outros - os timorenses e um outro jornalista- não tiveram tanta sorte".

(*Amy Goodman - Público 13/11*)

"**Quando os manifestantes chegaram ao cemitério os militares chegaram atrás deles** e começaram a descarregar os tropas dos camiões. Às 8 horas formavam uma linha e avançavam para nós. As pessoas começaram a afastar-se deles e os militares abriram fogo. Foi um chuvada de balas, um fogo automático rápido durante 2 ou 3 minutos".

(*Russell Anderson - Sunday Territorian*)

"Enquanto centenas de manifestantes tinham entrado e muitas centenas de outros se comprimiam para entrar, **o exército abriu fogo durante 2 ou 3 minutos, carregando as espingardas quando estavam vazias Milhares de tiros foram provavelmente disparados**".

(*Bob Muntz - Reuters 15/11*)

"Eu estava dentro do cemitério quando começou o tiroteio lá fora, onde estavam cerca de duas mil pessoas, esperando a sua vez de passar o portão. (...) Fui atirado ao chão e atropelado pelas pessoas que corriam, em pânico, em busca de abrigo na capela do cemitério. Arrastei-me, procurando proteger-me no meio das pedras tumulares e das nuvens de poeira, enquanto os gritos enchiam o ar.

O que se estava a passar no portão do cemitério ficou-me gravado na mente. Um jovem gravemente ferido, mas ainda com vida, jazia atravessado na entrada. Outros tinham tropeçado e caído por terra. **Um aglomerado de pessoas estavam presas na entrada, comprimidas por centenas de outras desesperadas, que tentavam escapar às balas**. O aglomerado desfez-se então e as pessoas (incluindo as feridas) precipitaram-se pela abertura, gritando e passando sobre os corpos.

Lá fora, na rua, **os soldados mantiveram uma barragem de fogo durante cerca de dois minutos - tendo milhares de disparos atingido a multidão e caído no cemitério, onde eu me encontrava escondido**. Houve então uma pausa, com disparos esporádicos e depois outra rajada, mais curta que a primeira - e os soldados movimentaram-se então de forma ordenada, de modo a cercarem o cemitério e encurralar quem lá estava dentro".

(*Chris Wenner - Público 21/11*)

"À primeira vista, pareceu-me ver os rapazes saltar do muro. Mas lembro-me de pensar se eles não teriam antes caído e, por alguns segundos, achei aquilo estranho. Tentei atravessar aquela muralha humana que me envolvia para tentar perceber o que é que se estava a passar, quando de repente oiço um estrondo enorme que não se cala mais. Ao princípio nem percebi o que era. **As rajadas continuaram ininterruptamente durante dois a três minutos, o que me pareceu uma eternidade**. Tinha perdido Chris Wenner de vista e sabia apenas que ele tinha ficado dentro do cemitério. Comigo dentro da capela, estavam algumas raparigas e rapazes e duas crianças de seis ou sete anos que se apertavam uma contra a outra mesmo atrás de mim, a um canto. Também rezavam e repetiam o sinal da cruz. Havia sangue no chão, nas paredes e alguns deles percebi que estavam mortalmente feridos. Por momentos atrevi-me a espreitar por uma das frestas que servem de janela à capela. Vi Chris, abrigado atrás de uma campa, com a câmara de vídeo ao lado e a filmar".

(*Steve Cox - Independente 22/11*)

"Os jovens que não tinham conseguido escapar

Foto Steve Cox/ Independente

Vitimas:

a) MORTOS: Testemunhas oculares viram que cinquenta (50) corpos (cadáveres) foram atirados, como coisas, para dentro de duas camionetas; uma testemunha fidedigna diz que foram 80 os cadáveres, atirados de qualquer maneira para dentro dos carros, e outros metidos em carol (sacos). No meio do quintal, muitos jovens foram espancados e mortos. Foi uma cena horrenda. Um enfermeiro diz que 'arrumou' 72 cadáveres!!!

b) FERIDOS: **Os jovens que não conseguiram escaparem-se foram alvo de ma feroz pancadaria: socos, pontapés, cacetadas, baionetadas, e alguns esfaqueados a sangue frio, na barriga, no peito, etc...**

Os feridos, os que eu próprio vi, no Hospital militar de Lahane, eram 90, e todos gravíssimos!!!

c) Até hoje, os cadáveres não foram devolvidos às famílias!!! (*Mons. Belo - Nota oficiosa, 14/11*)

Os que tinham caído foram deixados onde estavam, a sangrar (...) **Dentro do cemitério, vi soldados claramente comandados por oficiais à paisana a moverem-se metodicamente por entre as campas, à procura de manifestantes feridos e de fugitivos. Quando os encontravam, davam-lhes pontapés e batiam-lhes com as coronhas das espingardas e com bastões, tanto aos que estavam gravemente feridos como aos que não estavam.** Eu estava a filmar tudo isto ignorando os gritos e os dedos em riste dos soldados, que haviam então parado de disparar mas que não tinham ainda conseguido - neste esquema de movimentação metódica - apanhar-me no centro do cemitério. Vários jovens me rodearam, pensando que eu, como estrangeiro, lhes podia oferecer alguma protecção. A um deles jorrava-lhe sangue do estômago, um outro tinha uma camisa a servir de ligadura à parte inferior, despedaçada, de uma das pernas, e um terceiro estava simplesmente paralisado de terror. Repetia sem cessar:'vamos todos morrer, vamos todos morrer. Vou morrer. Por favor, ajude-me'. Mas eu não os podia ajudar. **Tudo o que pude fazer foi enterrar a minha cassete de vídeo numa sepultura antes de eu próprio ser preso** e prometer-lhes que, desta vez, a carnificina efectuada pelos militares indonésios não se perderia no emaranhado de evasivas internacionais e de mentiras indonésias, como tantas vezes aconteceu nos últimos 16 anos da história de Timor-Leste, ao longo dos quais, quase um em cada três timorenses - aproximadamente 200 mil numa população de 650 mil -morreram. Neste caso, a presença de mais de sete testemunhas oculares estrangeiras poderá ser de alguma utilidade.

(*Chris Wenner - Público 21/11*)

foram objecto das mais ferozes cenas de pancadas”

Foto Yorkshire TV

Foto Yorkshire TV

Foto Yorkshire TV

Quando as metralhadoras se deixaram de ouvir, espreitei mais uma vez cá para fora. Em grupos de cinco soldados, os militares indonésios percorriam o cemitério, ouvindo-se uma rajada esporádica de vez em quando. Era assim que calavam os gemidos dos feridos. Enfiei a máquina fotográfica no saco. Só me restava esperar. De repente a porta da capela abre-se. Chris não consegue entrar. Um grupo de militares arrasta-o para fora e começa a bater-lhe. Alguns minutos depois chegam outros e os meus companheiros de refúgio sofrem a mesma sorte. Depois é a minha vez. Lembro-me perfeitamente que horas eram: oito e meia da manhã. Nas costas, no peito e no pescoço sinto os canos de espingardas, e lâminas de baionetas e das facas. **O oficial à paisana não pára de me gritar: ‘O que é que você está aqui a fazer? Eu salvei-lhe a vida. Você não tem nada que estar aqui. Eu salvei-lhe a vida. Você viu tudo’.** Com a coronha das espingardas batem-me nas costas e no peito. E continuam a bater-me durante todo o caminho até me enfiarem com um deles numa carrinha.

(*Steve Cox, O Independente 22/11*)

“Muitos jovens que se encontravam já no cemitério tentaram fugir para o lado oposto e saltar os muros... Porém, a operação estava planeada para uma execução em massa; na verdade, quando os jovens assomavam por cima dos muros, eram varados por novas rajadas, dos indonésios que estavam camuflados nas hortas vizinhas. (...)

Os cadáveres eram arrastados, depois dois homens agarravam os corpos, balanceavam-nos e jogavam com eles para dentro da carroçaria; em cima, dois outros homens, com os pés, arrumavam os cadáveres, para dar mais espaço. A contagem à vista de várias testemunhas, foi fácil. Foi subindo até 50.

Os cadáveres continuavam a chegar, arrastados por dois soldados ou forças armadas indonésias: saíam também de dentro do cemitério, ou eram trazidos dos quintais que de dois lados ladeiam o cemitério.

Até às 9.15 pelo menos 3 camiões ‘Hinos’ partiram de Santa Cruz, carregados de cadáveres; estes empilhados uns sobre os outros, como sacos de areia.

Ali, em Santa Cruz, as ordens eram dadas como sendo emanadas do Panglim [*Gen. Warouw*].

Pelas 9,10 um jovem ainda tentou fugir, correndo através do cemitério militar. Dois soldados foram no encalce do jovem, dispararam para o chão; o jovem parou, voltou para trás seguido pelos dois soldados; um destes corre, forma salto e assenta forte coice nas costas do jovem, que caiu estatelado de rosto por terra. Momentos antes chegara reforço do batalhão 744, com camuflados, e formaram de arma carregada; ao observarem que aquele soldado não disparara sobre o corpo do jovem berraram de protesto. (...)

Um ou outro indonésio também sentiu revoltar-se algo no interior ao ver tais extremos de brutalidade, desde o planeado massacre, até às execuções, com repetidos esfaqueamentos.

Ao verem aqueles rostos calmos, belos (como diziam eles), lamentavam tudo isto.

Os indonésios despiram os cadáveres, mesmo o neozelandês e as meninas estudantes, e queimaram as roupas; de alguns bolsos caiam terços e imagens religiosas; até alguns cartões de estudante... Domingos dos Santos (de Ermera), Olinda Marques (de Iliomar)...”.

(*testemunho escrito transmitido por um padre que não pode ser identificado - 20/11*)

Perseguições e massacres continuam:

O massacre não acabou à porta do cemitério. Algumas testemunhas asseguram que as casas num raio de cerca de 500 metros foram revistadas para ver se abrigavam manifestantes que teriam escapado, estendendo-se então as represálias a todos os que lhes tinham dado abrigo. Mais tarde as perseguições estenderam-se a toda a cidade porque os serviços de informação possuíam longas listas de suspeitos.

Os feridos que se dirigiam para os hospitais civis (o hospital público e o da paróquia de Motael) foram em parte desviados para o hospital militar onde foram colocados sob prisão, 14 deles morreram aí no primeiro dia. Domingos Oliveira, líder timorense residente na Austrália declarou que um médico militar indonésio não-identificado forneceu o número de 183 vítimas mortais.

Enquanto a maioria das testemunhas estrangeiras deixaram Dili rapidamente após o massacre, Anthony Balmain, que se encontrava em Timor-Leste no dia 12 de Novembro, mas fora de Dili, voltou à capital e só deixou Timor-Leste alguns dias mais tarde. Ele declara que houve outras represálias fora de Dili e um novo massacre em Dili no dia 15 de Novembro. Saídos os últimos jornalistas e reforçadas as medidas de vigilância, o silêncio caiu quase completamente. Execuções ou desaparecimentos são assinalados em Lospalos, Baucau, Fatumaca, Ossu, Viqueque, Suai, Zumalai, Ainaro, Maubisse, Maliana, mas as informações são pouco precisas.

"Durante o resto da manhã ouvimos ainda tiros noutras zonas da cidade"

(*Amy Goodman - Público 13/11*)

Uma testemunha timorense viu militares a entrarem em casas nas vizinhanças do cemitério, acusando os seus ocupantes de terem escondido pessoas e fuzilando famílias inteiras. Os tiroteios fora do cemitério terão ocorrido em casas num perímetro de 500 metros para norte e sul deste.(...)

Eu falei com gente que assistiu, durante todo o resto desse dia e noite, a pessoas, cujo paradeiro é ainda hoje desconhecido, a serem presas. Estes desaparecimentos de timorenses na sequência de operações dos militares indonésios não se verificam apenas em Dili. Há também conhecimento de situações semelhantes na cidade de BAUCAU, onde desapareceram 25 pessoas antes deste massacre e 40 já depois.

Em AINARO, continua a desconhecer-se o paradeiro de entre 75 a 80 timorenses, segundo um membro da comunidade religiosa local, dois dos quais já após o massacre de 12 de Novembro.

LOSPALOS na ponta leste de Timor, é outro dos locais onde se terão verificado desaparecimentos depois do massacre de Dili, estes em número de 18. (Anthony Balmain - Público 25/11)

"**Durante a noite de 13 para 14, alguns 'Unimogs' cobertos estacionaram perto da enfermaria onde estavam os feridos. A certa altura todas as luzes apagaram-se, mesmo na cidade.** Na enfermaria e nos 'Unimogs' ouviram-se gemidos... os 'Unimogs' arrancaram. (...) porque cada sobrevivente é uma testemunha; porque muitos feridos já faziam parte da 'lista negra'; porque todos os indonésios sabem que a vontade do Governo é de matar todos os que não aceitam a integração".

(*testemunho escrito de uma testemunha ocular, transmitido por um padre que não pode ser identificado*)

Novos massacres colectivos.

" No dia 15 de Novembro, um pouco antes do meio-dia, houve um massacre em Be-Mussi, localidade situada perto de Comoro, nos subúrbios ocidentais de Dili. **Ouvi rajadas de disparos de armas automáticas que ressoaram por todo o vale e duraram cerca de 45 segundos. Depois, nos 30 segundos seguintes, apenas se fizeram sentir tiros esporádicos.**

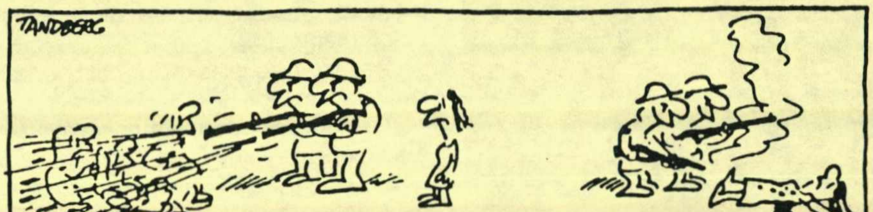
Falei com um timorense que viu camiões carregados de pessoas a serem transportadas para posterior execução. A sua estimativa é a de que 60 a 80 timorenses foram levados em quatro camiões para o local de execução e sepultura.

(*Anthony Balmain - Público 25/11*)

No domingo 17, pela meia-noite, **10 pessoas foram executadas, aparentemente porque tinham sido testemunhas do massacre do dia 15 em Be-Mussi.** Informações posteriores (Expresso 11/1/92) identificam uma destas vítimas como sendo Francisco Vilanova (22 anos) e indicam no número das outras, mulheres grávidas.

Na Segunda Feira 18, **sete pessoas, 5 mulheres e duas crianças** (Inês da Silva Soares, 29; Maria de Fátima, 19; Liberata Mendes, 17; Teresita, 17) **foram mortas aparentemente porque tinham sido testemunhas do massacre do dia anterior**.

(*fonte da resistência timorense, Público 25/11*)



(*The Age 16/11/91*)

Prisões na Indonésia

Em 19 de Novembro, uma centena de pessoas, na sua maioria universitários timorenses estudando na Indonésia, realizaram uma manifestação pacífica perante a sede das Nações Unidas em Jacarta. Eles protestavam contra o massacre do dia 12 e exigiam a retirada das Forças Armadas indonésias de Timor-Leste: 70 foram levados à força em camiões. "Já libertámos 49, mas mas 21 continuam sob inquérito" declarou o general Try Sutrisno no dia 26 de Novembro, enquanto outras informações declaravam que os detidos estavam sujeitos a maus tratos. O coronel Wagiman, comandante da polícia, declarava que os presos eram acusados de crimes contra a segurança do Estado e passíveis de 7 anos de prisão, enquanto alguns poderiam ser acusados de subversão, o que pode ir até a pena de morte.

Para o novo comandante militar de Dili, general Theo Syafei, **"o incidente de Novembro podia reflectir as aspirações da população, mas era uma rebelião"**. É esta lógica e esta concepção da legalidade que estão na base dos julgamentos que a Indonésia realiza ou prepara. Será justo julgar os timorenses por rebelião contra a Indonésia quando é a própria Indonésia que infringe as leis internacionais e as resoluções da ONU? A comunidade internacional, que condenou a expulsão dos palestinianos dos territórios ocupados por Israel, deveria pela mesma razão recusar à Indonésia o direito de julgar os habitantes do território timorense ilegalmente ocupado.

Em 24 de Novembro, outros estudantes timorenses foram presos em Bali (6), Subaraya (6) e Bandung (9). Em Bali militares à paisana apresentaram-se na casa onde viviam seis estudantes timorenses sob o falso pretexto de realizar orações segundo o costume hindu, mas agentes secretos, armados, haviam cercado a casa aproveitando a oportunidade para invadi-la e levar os estudantes para o posto da polícia, bem como material diverso (TV, rádio, gira-disco, telefone) e documentos. Outros militares entraram no apartamento depositando aí granadas. Depois, obrigaram outros estudantes a constatar a existência dessas granadas na casa dos seus colegas a fim de poder acusá-los. Os estudantes detidos não puderam ser visitados por advogados escolhidos por eles nem pelas suas famílias.

Manifestante levado pela polícia, em Jacarta.

Janeiro de 1992. Esquadrões da Morte.

No início de Janeiro, Mons. Belo declarou numa entrevista telefónica (*Expresso 11/1/92*) que a calma ainda não voltou a Dili. A cidade é 'tomada da assalto' por grupos de civis armados e mascarados constituídos por timorenses e indonésios **"atacam as casa das pessoas consideradas favoráveis à resistência, e maltratam os que aí se encontram"** diz o Bispo.

Foto Yorkshire TV

O Padre Ricardo, submetido a interrogatórios prolongados.

Alguns instantes antes desta chamada telefónica, diz o bispo, ele recebeu a visita de uma mãe: "**mais uma que veio para a casa episcopal contar que o seu filho tinha sido espancado na rua e abandonado quase morto**". Quando o jornalista pediu o nome deste jovem a comunicação foi interrompida.

Algumas semanas antes, o jornal Kompas tinha perguntado ao general Warouw se era verdade que grupos armados e mascarados semeavam o terror em Dili. O comandante militar respondeu. cinicamente, "**Nunca os vi, não sei portanto se eles existem realmente. Talvez não passem de boatos**". (*Kompas 24/11*)

O Padre Ricardo, vigário geral da diocese e pároco da igreja de Motael, foi submetido a numerosos interrogatórios "**que chegaram a durar 9 horas**" e encontrar-se-ia em estado de esgotamento físico e moral. Na sua mensagem de Natal, em que lança um apelo à conciliação cristã, Mons. Belo transmite o que sentem os timorenses mas que só ele, pelo seu estatuto social, pode exprimi-lo: "**Sentimo-nos todos atingidos com os filhos e amigos feridos, presos, mortos. Vivemos num ambiente de terror. Não temos descanso. (...) Antes de terminar, e uma vez mais, o bispo lembra-lhes que reza para vós, está convosco, sofre convosco, está em união convosco, vive ou morrerá convosco**".

as testemunhas estrangeiras:

1. **Allan Nairn (USA).** Jornalista free-lancer, colaborador do New Yorker, presente em toda a manifestação, ferido por espancamento à porta do cemitério.
2. **Amy Goodman (USA).** Jornalista do WBAI-Pacific Radio (New York); presente em toda a manifestação e maltratada à porta do cemitério.
3. **Chris Wenner (GB).** Jornalista da Yorkshire Television; filmou a missa, a manifestação e o interior do cemitério. Preso, a última bobina foi-lhe retirada pelos militares, mas como tinha escondido as primeiras no cemitério foi buscá-las durante a noite.
4. **Steve Cox (GB).** Repórter fotográfico; presente durante a manifestação, e escondido na capela do cemitério durante o tiroteio, preso e espancado.
5. **Russell Anderson (Austrália).** Jornalista; acompanhou a manifestação, encontrava-se perto do portão quando começou o tiroteio, mas conseguiu fugir.
6. **Bob Muntz (Austrália).** Jornalista; membro da Community Aid Abroad's South-East Asian, acompanhava a manifestação, estava perto do portão do cemitério quando começou o tiroteio. Ferido por bala.
7. **Saskia Kowenberg (Holanda).** Jornalista, seguiu a manifestação, ia para o cemitério quando começou o tiroteio.
8. **Renato Stefani (Japan).** Missionário católico de origem Italiana. Presente em Dili, só foi para o cemitério depois do massacre.
9. **Anthony Balmain (Austrália).** Jornalista, encontrava-se em Timor Leste mas não estava em Dili no dia 12 de Novembro. Voltou para Dili nos dias seguintes, ouviu os tiros e colheu testemunhos sobre o massacre do dia 15.

Felizmente havia testemunhas estrangeiras...

Sem a presença de testemunhas estrangeiras, sem as imagens que puderam trazer, o massacre do dia 12 de Novembro em Dili não teria passado de mais um no meio de tantos outros. A opinião pública internacional não teria sabido nada e a maioria dos Governos poderia fingir, como fazem há 16 anos, que também eles ignoram o que se passa em Timor

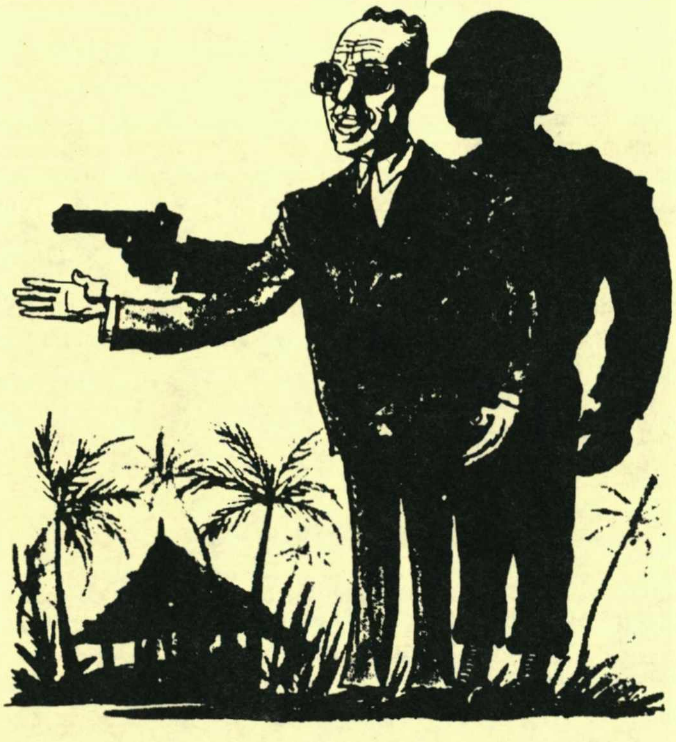
Se foi o isolamento de Timor, a ausência de jornalistas, que permitiram que a Indonésia provocasse um verdadeiro genocídio sem que a opinião internacional se comovesse, percebe-se melhor as reacções das autoridades indonésias contra os jornalistas: negar a sua presença, desmentir as suas informações e acusá-los de ser eles próprios os responsáveis pelos factos que relatam.

Timor-Leste já era um dos locais no mundo onde os jornalistas encontravam os maiores obstáculos para exercer a sua profissão, a Indonésia promete um reforço destas dificuldades.

- **Kamal Bamadhaj (Nova Zelândia).** Estudante da universidade de Sidney (Austrália). Servia de interprete de indonésio para Bob Muntz. Ferido por balas à porta do cemitério, os militares indonésios atrasaram o seu transporte para o hospital pelo responsável da Cruz Vermelha Internacional, Anton Marti. Morreu no hospital.

e os porta-vozes indonésios

1. **Rudini.** Ministro do Interior.
2. **Ali Alatas.** Ministro dos Negócios Estrangeiros.
3. **General Beni Murdani.** Ministro da Defesa.
4. **General Try Sutrisno.** Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.
5. **General Sintong Panjaitan.** Comandante da 9ª Região Militar em Bali, região militar de que Timor faz parte.
6. **Tenente-Coronel Anton Tampodang.** Porta-voz da 9ª Região Militar.
7. **General Rudolph Warrouw.** Comandante militar de Timor-Leste.
8. **Mário Carrascalão.** Governador de Timor-Leste, nomeado pelas forças de ocupação indonésias.
9. **Roni Sikap Sinuraya.** Director General da Imigração



Ali Alatas, a face 'respeitável' do regime indonésio, visto pelo 'The Economist' 30/11/91

"Não havia jornalistas estrangeiros em Timor-Leste no dia 12 para ver o que aconteceu"
(*Rudini - Ministro do Interior*)

"Se a imprensa estrangeira fala em 100 mortos, posso dizer que este número é exagerado"
(*General Try Sutrisno - Conferência de imprensa no Palácio Presidencial, 13/11 - Kyodo 13/11*)

"As notícias da imprensa estrangeira são destorcidas"
(*Ali Alatas - Jacarta 15/11*)

"Os dois jornalistas [americanos] **são suspeitos de participação no incidente de Dili... Eles abusaram do seu visto, porque se envolveram em actividades jornalísticas durante a sua estada na Indonésia"**.
(*Roni Sikap Sinuraya - The Nation - Bangkok, 5/12*)

"Os cinco jornalistas estrangeiros estão implicados nos incidentes... e proibidos de entrar na Indonésia".
(*General Try Sutrisno - The Nation, Bangkok, 5/12*)

"O efeito de agitação causado pela presença de jornalistas no comportamento dos manifestantes é bem conhecido".
(*Jakarta Post, Far Eastern Economic Review, 5/12*)

"Talvez seja preferível fechar de novo a fronteira. **Desde a abertura do território o caos instalou-se. Se continuar aberto o caos manter-se-á. A vinda duma missão da ONU só viria lançar mais confusão"**.
(*M.Carrascalão - Editor, citado em Público 10/12*)

"A vigilância sobre os estrangeiros que visitam Timor-Leste deve aumentar a partir de agora e, se se provar que não são turistas vulgares, deverão ser impedidos de entrar no território".
(*Ministério dos Negócios Estrangeiros - Relatório sobre a visita do Prof. Kooijmans*)

As autoridades indonésias não tiveram dificuldade em revelar acordo nas acusações contra os jornalistas estrangeiros, mais difícil foi criar uma versão credível para:.

- **reduzir as dimensões do massacre,**
- **contradizer todas as testemunhas,**
- **justificar o que já não conseguiam negar. >>>**

Alegadas provocações...

As autoridades indonésias procuraram razões que pudessem justificar a gravidade do massacre aos olhos dos seus aliados. Se era plausível que os 6 jornalistas estrangeiros presentes não tivessem visto uma provocação isolada, a abundância dos factos apresentados tornava isso impossível. Querendo apresentar mais factos para convencer, as autoridades indonésias desacreditaram-se.

O relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros teve de fazer uma escolha e abandonar as justificações menos credíveis:

- a ordem mal interpretada pelos subordinados *(generais Panjaitan e Warouw)*,

- a presença de uma centena de separatistas clandestinos armados de espingardas portuguesas G3 *(coronel Tampodang)*,

- a morte dum oficial indonésio *(Ali Alatas)*.

Os factos mantidos no relatório serão mais verdadeiros ou somente menos evidentemente falsos?

- os militares feridos com facas ou as pedras lançadas ao longo do percurso foram negados por todas as testemunhas estrangeiras. Elas podem não ter visto um incidente isolado em fim de cortejo, mas não os factos que se seguiram.

- O lançamento, à porta do cemitério, duma granada que não explodiu; tiros que não atingiram ninguém; movimentos ameaçadores da multidão contra centenas de militares... armados de espingardas-metralhadoras; não podiam passar despercebidos às testemunhas estrangeiras presentes no local. Mas todas negam terminantemente estes factos.

Que confiança merece um relatório oficial do Ministério dos Negócios Estrangeiros *(relatório sobre a visita do Prof. Kooijmans)* **que ainda defendia o número de 20 vítimas mortais, número corrigido depois para 50.**

Que confiança merece o número de 50?

"No caminho para o cemitério de Santa Cruz os manifestantes desdobraram bandeiras da Fretilin e transportavam faixas, instrumentos pontiagudos e longas facas, provocando o pessoal de segurança. O pessoal de segurança convidava os manifestantes à calma. Muitos estavam tão excitados **que feriram um Major**, segundo comandante de Batalhão.

(*nota de imprensa do embaixador indonésio na Austrália - The Age 14/11*)

"O incidente começou quando o exército se apercebeu que **mais de 100 separatistas clandestinos, armados com espingardas do fabrico português G3 e de granadas,** vieram para Dili juntar-se aos manifestantes".

(*tenente-coronel A. Tampodang - journal Berita Buana, Jacarta 13/11 - citado por Reuters e The Age 14/11*)

"A multidão era verdadeiramente turbulenta e obstinada. **Começaram a lançar pedras contra as casas, a gritar palavras de ordem e a agitar bandeiras. Um representante do comando militar** (Major G. Lantara) fez esforços para acalmar a multidão mas **foi ferido com catanas, levado para o hospital onde faleceu mais tarde**. (...) As Forças Armadas indonésias são totalmente disciplinadas, mas **tiros e várias granadas vieram da procissão**".

(*Ali Alatas em Seúl- The Age 15/11*)

"Frente ao cemitério **uma granada foi lançada contra os militares mas não explodiu. Os manifestantes avançaram ameaçadores e os militares tiveram de se defender** "

(*Ali Alatas - entrevista dada à RTP 10/12*)

"As Forças Armadas em Dili só intervieram depois das tentativas de persuasão para dispersar a manifestação terem abortado e os soldados terem sido atacados '**a única alternativa era matar ou ser mortos**' ".

(*General Sintong Panjaitan - The Age 14/11*)

"Frente a uma multidão de mais de 3000 pessoas que pareciam avançar de modo ameaçador, **um jovem oficial gritou 'não atirem' , mas os soldados perceberam que deviam abrir fogo**. Foi uma confusão dos soldados que fizeram fogo por causa da tensão".

(*Generais Warouw e Sintong Panjaitan - Reuters, The Age 15/11*)

"Não houve motivo forte para obrigar ao tiroteio"

(*Mario Carrascalão, Governador de Timor-Leste - Agência Lusa, Público 14/11*)

e declarações verdadeiramente provocantes!

A procissão **"semeava o caos"** com faixas contendo palavras de ordem contra o Governo e gritando **"muitas ideias inaceitáveis"**. Em resposta foram feitos tiros para o ar, **"mas eles persistiam nas suas desordens. O Exército não pode ser subestimado. Finalmente foi preciso abrir fogo. Delinquentes como esses devem ser mortos e sê-lo-ão sempre que necessário"**. O Centro de Informação do Exército em Dili sabia que estavam preparados para se manifestar durante a vista dos deputados portugueses. **"Agora a situação está sob controlo. A ABRI** [*as Forças Armadas indonésias*] **está decidida em aniquilar todos os que perturbam a estabilidade"**.

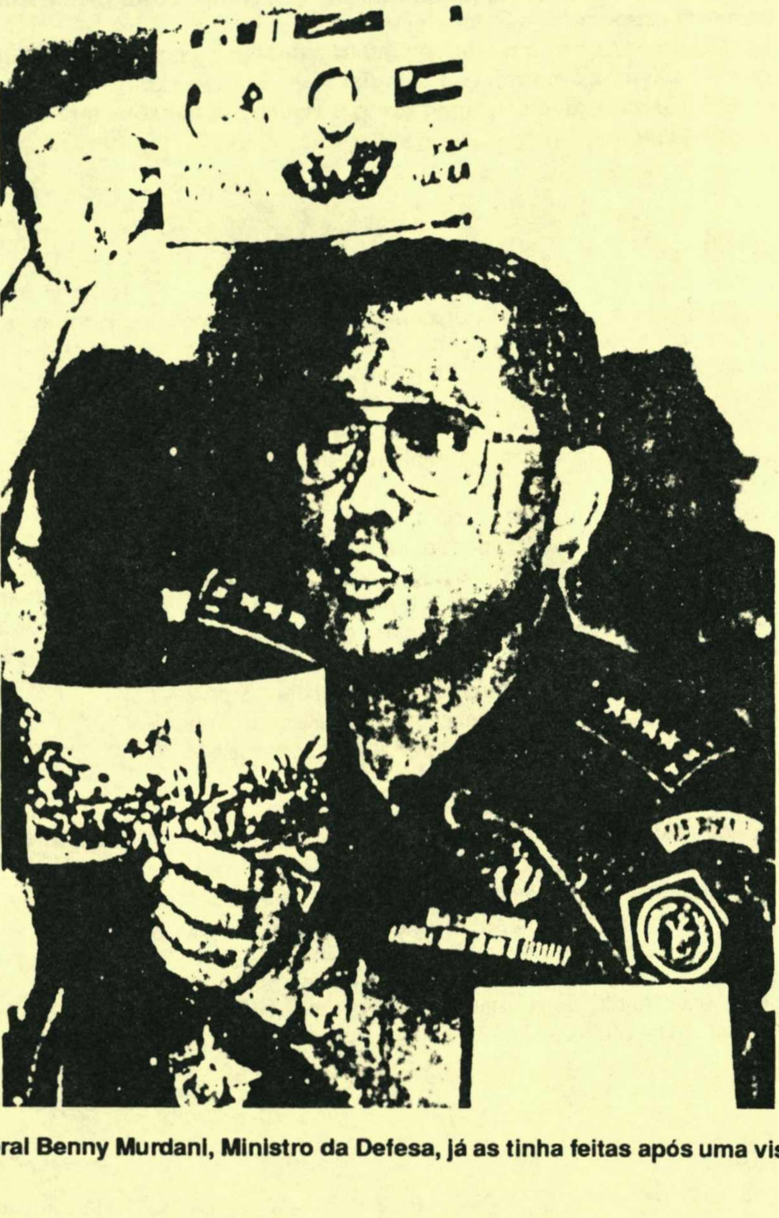
(*General Try Sutrisno, numa reunião de oficiais no Instituto Nacional de Defesa de Lemhanas - Jayakarta 14/11, citado em The Guardian e Amnesty International 21/11*)

"Era uma manifestação do inimigo, é claro... eles transportavam bandeiras da Fretilin e pinturas do Xanana. Penso que vocês não queriam ver as nossas Forças Armadas desarmadas por essa ralé".

(*General Try Sutrisno, mostrando as fotografias da manifestação ao Parlamento indonésio - Reuter 27/11*)

"Numa zona de operações militares, o dever de cada soldado é destruir o inimigo"

(*General R. Warouw - Editor, citado em Expresso 14/12*)



Ameaças deste tipo não são novas, o general Benny Murdani, Ministro da Defesa, já as tinha feitas após uma visita do embaixador dos E.U.A. em Janeiro de 1990.

"Eu já disse, se tentarem organizar o vosso próprio Estado, e se esse movimento for forte, suficientemente forte, será esmagado pelo ABRI [Forças Armadas indonésias]. O ABRI pode falhar a primeira vez, mas tentará uma segunda e uma terceira. Já houve rebeliões maiores, houve diferenças de opinião com o Governo mais importantes de que o pequeno número que se chama a si próprio Fretilin, ou quaisquer que sejam os seus simpatizantes aqui. **Esmaga-los-emos a todos! Repito, esmagá-los-emos a todos!"**.

(*General Benny Murdani - discurso aos funcionários públicos timorenses, Dili 3/2/90*)

O mundo descobre o inferno de Timor!

Um exército regular a disparar centenas ou milhares de tiros sobre um ajuntamento pacífico e sem defesa, na presença de jornalistas estrangeiros, acabou por atrair as atenções da opinião pública internacional sobre Timor Leste. Durante 16 anos, este território foi vítima de um genocídio que se manteve desconhecido das grandes correntes da opinião mundial, porque os militares indonésios tinham isolado Timor, e os governos que conheciam a situação estavam cada vez mais preocupados com as relações económicas ou estratégicas que mantinham com a Indonésia.

O filme do massacre veio modificar essa situação. As testemunhas afirmaram, e o facto é visível no filme, que os jovens estavam excitados por terem conseguido manifestar-se sem que a polícia e o exército se opusessem. Com a presença de jornalistas estrangeiros, esperavam que a sua mensagem fosse escutada e que o mundo desse mais atenção à sua situação. As imagens contradizem a versão indonésia de uma "multidão ameaçadora". As cenas foram filmadas dentro do cemitério, quando o tiroteio ocorreu no exterior, pelo que o espectador é poupado às cenas mais violentas. Vê chegar os feridos ou avista, ao longe, os militares que batem nas vítimas já caídas; o resto imagina-se.

O jornalista que filma a cena, escondido entre as campas e apontado a dedo pelos militares assassinos, estará ao abrigo desse furor? O espectador não tem a certeza...

É normal que os que viram o filme sintam o desejo de fazer qualquer coisa por esses jovens, vítimas de uma máquina militar que se adivinha determinada e implacável. É o que explica que, em locais tão diversos como Portugal e Indonésia, EUA, Austrália, Japão, Malásia, Hong Kong e Macau, as pessoas tenham descido à rua para manifestar a sua reprovação contra a Indonésia.

Portugal

Não só a população está mais informada, globalmente, porque Timor Leste é uma antiga colónia portuguesa, como aguardava com curiosidade a visita dos parlamentares portugueses que foi anulada alguns dias antes do massacre.

O filme da Yorkshire Television difundido pela televisão portuguesa veio mostrar o que muitos já suspeitavam, graças a informações por vezes clandestinas, que tinham merecido crédito, pela sua fiabilidade.

As imagens provocaram uma ampla reacção. Foi decretado um luto nacional. Os estudantes portugueses mobilizaram-se espontaneamente, realizando manifestações de rua em várias dezenas de cidades. Exigiam que as autoridades do país se mostrem mais activas ao nível da diplomacia internacional, para obterem os apoios necessários a uma solução política. "Palavras não, actos!" gritaram os manifestantes em Lisboa, depois de a esposa do Presidente da República, Maria Barroso, ter pronunciado algumas palavras de solidariedade com o povo timorense.

Mas a onda atingiu toda a sociedade: sindicatos e organizações patronais, jornalistas e publicitários, jogadores de futebol e artistas plásticos, radioamadores e cantores, escritores e advogados, igrejas católica, protestantes, e o Centro de Estudos Islâmicos... inúmeras iniciativas tornaram concreta esta solidariedade: um minuto de silêncio à escala nacional; concertos e vendas de obras artísticas em favor da resistência timorense; campanhas publicitárias gratuitas na TV, rádios, jornais, painéis de rua; ocupação pacífica da Nunciatura Apostólica para exigir que o Papa fale de Timor; colocação de um barril de petróleo na embaixada da Austrália...

Austrália

Foi, ao lado de Portugal, o país em que a reacção foi mais forte. A proximidade de Timor (500 kms), uma forte colónia de exilados timorenses, e também a má consciência que sentem muitos australianos perante a opção do seu Governo, que tem na Indonésia um parceiro privilegiado e reconheceu a integração de Timor Oriental, que a ONU se recusa a ratificar.

Realizaram-se numerosas manifestações de rua, em particular diante da embaixada e dos consulados indonésios. Os sindicatos decretaram várias acções de boicote aos barcos e aviões que partiam para a Indonésia, ou ao correio destinado à sua embaixada.

Japão

O país que mais investe na Indonésia é também um dos mais sensíveis à questão de Timor Leste, que os japoneses também ocuparam durante a Segunda Guerra Mundial. O Japão é o país do mundo em que há uma maior quantidade de grupos de solidariedade formalmente constituídos para apoiar o direito dos timorenses à independência. Realizaram-se, em várias cidades, manifestações e reuniões.

A Conferência Episcopal católica dirigiu uma carta de condolências a monsenhor Belo e enviou ao secretário-geral da ONU uma carta para apoiar o apelo de monsenhor Belo em favor de um referendo.

França

"France Libertés" organizou uma conferência de imprensa em Paris, em que participaram Danielle Mitterand e José Ramos Horta, o porta-voz do CRNM (Conselho Nacional da Resistência Maubere).

Rémy Baumann, presidente de Médecins Sans Frontières, anunciou a intenção de enviar médicos para Timor, assim que a Indonésia o autorizar. Timor Leste é, juntamente com o Tibete e o Saara Ocidental, um dos territórios em que os MSF nunca conseguiram entrar.

Canadá

As Igrejas católica, metodista, presbiteriana e congregacionista pediram ao Governo que fizesse pressão sobre o Governo indonésio para que renuncie ao uso da força militar e consinta num processo de autodeterminação do povo de Timor Leste. O presidente do Conselho Canadiano das Igrejas defende que a suspensão das ajudas económicas à Indonésia decidida pelo Governo não é suficiente, e que este deve aprovar um embargo à venda de armas.

The Age, Washington Post, The Times, The Guardian, The New York Times...

Os direitos do homem afundam-se na 'fossa de Timor' *

É agora claro que, mesmo após 16 anos de apertado controlo militar, muitos timorenses não se consideram indonésios. A tragédia desta semana reforça os pedidos, entre eles e ao nível internacional, de um acto de autodeterminação.

*[A fossa de Timor (Timor gap) rica em petróleo foi objecto de um acordo de exploração entre a Indonésia e a Austrália. Este acordo é contestado por Portugal que apresentou o caso perante o tribunal internacional de Haia].

(*The Age (Austrália) - editorial 14/11/91*)

Os mortos de Timor-Leste

Por sorte, dois jornalistas americanos encontravam-se em Timor-Leste no momento e lugar exacto onde as forças de segurança fizeram fogo. (...)

Voltando aos anos 70s, a maior parte do mundo tinha mais a pensar do que num território colonial afastado chamado Timor-Leste. O Governo americano estava angustiado pelo Vietnam, e pouco preparado para se envolver numa causa que só poderia complicar as suas relações com o seu aliado anti-comunista em Jacarta. Mas isso era nesse tempo. **Hoje o conflito Este/Oeste está ultrapassado, quase toda a gente está hoje melhor preparada para considerar os legítimos apelos à autodeterminação. Chegou o tempo de retirar a questão de Timor-Leste do poço do esquecimento e de lhe dar a prioridade que a justiça, e agora o sentimento internacional lhe exigem. Os EUA que, durante muito tempo apoiaram a Indonésia, deveriam ser capazes de usar a sua influência em favor deste problema.** (...)

A Indonésia tem a oportunidade de retirar o espinho de Timor-Leste, de abandonar o exercício de colonialismo terceiro-mundista, que constitui um embaraço persistente para um país que procura o respeito e um papel mais importante".

(*Washington Post - editorial 20/11/91*)

Uma ilha de opressão

Dois massacres de civis timorenses levaram, de força, este povo esquecido e brutalizado frente à consciência do mundo. A resistência diz que a anexação indonésia custou a vida à cerca de 200 000 civis durante os 16 últimos anos.

Portugal fez apelo às Nações Unidas para que elas intervenham nesta ocupação ilegal. Mas as grandes potências democráticas - América, Europa e Japão - não mostraram até hoje uma vontade séria de pôr fim aos crimes contra a humanidade praticados pelo Governo indonésio em Timor-Leste. (...)

A Grã-Bretanha, como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, poderia fazer pressão no sentido de realizar um referendo em Timor-Leste, sob o patrocínio das Nações-Unidas... **Um tal plebiscito seria o único meio justo para saber se os timorenses desejam continuar como parte da Indonésia,** voltar à união com Portugal ou, o que é mais provável, tornar-se independentes. Os timorenses têm direito a essa escolha. (*The Times - editorial 22/11/91*)

Preocupar-se não é suficiente

(...) **Os antigos Estados Clientes da antiga guerra fria deveriam ser olhados de maneira mais crítica. Ouvimos tantas vezes dizer que a democracia e os direitos humanos são indivisíveis que começamos, realmente, a acreditar nisso. Os ventos novos têm também efeitos no interior destes Estados, onde as forças democráticas locais ganham coragem para levantar a voz.** Vimos ontem uma manifestação sem precedente em Jacarta, contra os massacres de Dili, enquanto organizações de direitos humanos indonésias expõem-se a ser punidas por propor que seja o próprio território a conduzir o inquérito.

(*The Guardian - editorial 20/11/91*)

Lágrimas para os timorenses

Timor quê? è dessa maneira que muitos americanos poderão reagir aos massacres de Timor-Leste (...)

Portugal tem razão quando apela à realização dum inquérito internacional e rejeita a fantochada do inquérito prometido pela Indonésia.

As Nações Unidas já esqueceram a sua própria condenação anterior, da ocupação territorial indonésia. À pedido das Nações Unidas, tropas indonésias participarão numa força de paz para o Saara ocidental, transformando o ladrão em policia.

Fazer distinções entre a tomada de Timor-Leste pela Indonésia e a anexação do Koweit pelo Irak, é falsear o direito e a lógica.

Washington apenas murmurou a sua desaprovação da invasão indonésia. A Indonésia é, evidentemente, demasiado importante, e Timor-Leste demasiado pobre, para provocar indignação noutro lugar que não for Portugal.

(*New York Times - editorial 22/11/91*)

O Tienanmen da Indonésia

O Governo indonésio reage em pânico, desafiando a reacção mundial crescente ao massacre de manifestantes timorenses pela independência em 12 de Novembro - um Tienanmen indonésio. (...)

A prioridade imediata é de manter a veemência desta reacção e de colocar observadores em Timor-Leste para impedir futuras represálias contra os independentistas. A Austrália pode contribuir de maneira especial: suspender o seu acordo com Jacarta sobre a partilha do petróleo no mar entre seu território e Timor.

Esforços paralelos deveriam ser feitos para tratar das bases políticas do problema. Isto significa ir além da condenação e do inquérito imparcial, e organizar uma forma de autodeterminação. As Nações Unidas seriam as mais aptas para resolver esta questão.

Se a Indonésia tem razão quando diz que levou prosa prosperidade e a luz em Timor, ela não deveria recear uma consulta livre. O Presidente Bush, libertador do Koweit, deveria fazer disto a sua prioridade política

(*Washington Post - editorial 9/12/91*)

Reacções oficiais internacionais

A Comunidade Europeia, os EUA, o Japão, a Austrália, os países escandinavos, o Vaticano e outros manifestaram, de uma forma ou outra, a sua condenação pelo massacre de Santa Cruz. Vários países exigiram um inquérito imparcial e sob controlo internacional. Uma meia dúzia de países foi mais longe e decidiu rever ou suspender a atribuição de ajudas económicas à Indonésia, até que se conheçam os resultados do inquérito.

Que restará, por trás das palavras, assim que passar a emoção provocada na opinião pública? Quantas dessas declarações não terão tido como função principal, se não única, a de satisfazer essa opinião? Infelizmente, já há sinais dessa duplicidade.

Há por vezes uma grande distância entre as posições dos parlamentos e as decisões dos governos, mais sensíveis às questões da gestão corrente.

ONU

Assim que se teve conhecimento de massacre de Díli o secretário-geral Perez de Cuellar fez votos para que se tomassem medidas práticas destinadas a evitar, de futuro, a repetição de situações idênticas. Depois anunciou a intenção de enviar Amos Waco, relator especial da ONU sobre as execuções extra-judiciais, a Jacarta, a fim de preparar com as autoridades indonésias o envio de uma "missão totalmente independente e imparcial".

"Uma missão da ONU seria uma ingerência nos nossos assuntos internos [!]", declaram perante o parlamento os representantes do exército (Hartono) e do Golkar (Sambuaga). [A ONU nunca reconheceu e integração de Timor Leste na Indonésia].

"Se é verdade que o secretário-geral da ONU quer enviar um representante para uma simples visita, talvez aceitemos, mas se quiser negociar o envio de uma missão de inquérito a Timor Leste, o problema será diferente. Seria necessário que a Indonésia estivesse de acordo" (porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros - Indonesia Observer, 4/12).

"Sempre cooperámos com a ONU e não vejo porque razão o enviado do secretário-geral não seria bem recebido", afirma Ali Alatas em Dezembro; contudo, em Janeiro esclarece que aceitará a visita do representante do secretário-geral mas recusará uma comissão de inquérito.

Não só a visita de Amos Waco foi adiada para 8 de Fevereiro de 1992, perto de três meses após o massacre, pelas dificuldades colocadas pela Indonésia, como o presidente da Amnesty International, Ian Martin, advertiu que tal visita será "insuficiente" se não servir para fixar as condições de um inquérito completo e independente ao massacre e os acontecimentos que se seguiram.

Em Fevereiro, a Amnesty International entrega ao secretário-geral da ONU os nomes dos 65 timorenses que continuam detidos na sequência dos acontecimentos; os nomes de outros estudantes presos, em particular em Malang, Jojacarta e Salatiga, três cidades da Indonésia, continuam por revelar.

África do Sul

O problema de Timor merece uma atenção imediata e deve ser resolvido neste quadro da ONU, declara Nelson Mandela perante a Assembleia Geral das Nações Unidas.

Austrália

Bob Hawke, primeiro-ministro, qualifica de "tragédia horrível" o massacre de Santa Cruz e de "repugnante" a afirmação do general Try Sutrisno de que "era necessário matá-los".

Philip Flood, embaixador em Jacarta, visita Díli. Calcula que houve mais de 100 mortos.

O Partido Trabalhista, no poder, aprova por unanimidade uma resolução em que se declara que é preciso "ter em conta antigas necessidades e aspirações do povo timorense".

Mas o ministro dos Negócios Estrangeiros, Gareth Evans, foi a Jacarta para assinar com a Indonésia os acordos sobre a exploração do petróleo do mar de Timor... e o exército australiano treina, no Warfare Centre Canunga, militares indonésios para dirigirem as tropas especiais contra a resistência timorense.

O novo primeiro-ministro, Keating, declara-se satisfeito com os resultados do inquérito realizado pela Indonésia.

Canadá

O Canadá é o primeiro país a anunciar que reconsiderará a ajuda económica que presta à Indonésia. A 8 de Dezembro, anuncia a suspensão de todos os projectos de ajuda directa ao Governo, ou seja, 27 milhões de dólares americanos.

China

Alvo de manifestações críticas recordando o massacre de Tienanmen, o primeiro-ministro Li Peng afirma, no decorrer de uma visita a Portugal, que este país não tem nada a dizer sobre Timor, porque foi "o país colonizador". Até à sua reconciliação com a Indonésia, a China defendia a independência de Timor Leste.

Comunidade Europeia

O Parlamento Europeu (PE), a Assembleia parlamentar do Conselho da Europa (ACE) e a Assembleia parlamentar da UEO aprovaram resoluções sobre Timor Leste. Não só condenam este massacre, como "a violência contínua" desde 1975, reclamam a libertação dos presos (PE) e o acesso das organizações humanitárias a Timor (ACE + UEO), mas também o embargo das vendas de armas à Indonésia. O Parlamento Europeu pede também um inquérito ao massacre de Santa Cruz e condiciona aos seus resultados a ajuda económica à Indonésia. A ACE e a UEO exigem, além disso, a retirada das forças armadas indonésias de Timor Leste e a preparação de condições que conduzam o povo de Timor Leste à autodeterminação e à independência. Os ministros dos Negócios Estrangeiros da Comunidade Europeia e da UEO condenam a violência e pressionam o Governo indonésio a pôr-lhe fim. "Afirmam com veemência o seu apoio" a uma solução "que respeite os princípios da Carta das Nações Unidas", "a defesa dos direitos do homem e das liberdades fundamentais" e o respeito pelos interesses e aspirações legítimas da população daquele território".

A 3 de Dezembro, os ministros sublinham a importância das recentes decisões da Comunidade Europeia que fazem depender as ajudas ao desenvolvimento do respeito dos direitos humanos por parte dos países receptores dessa ajuda, e anunciam que "reexaminarão a cooperação entre a Comunidade Europeia e a Indonésia à luz das orientações e regulamentos acima visados e tendo em conta a reacção das autoridades indonésias".

Dinamarca

O Governo dinamarquês anuncia a suspensão da ajuda económica do seu país à Indonésia, no valor de 4 milhões de dólares. O restabelecimento desta ajuda dependerá da reacção das autoridades ao inquérito em curso *(12/12)*.

Grã-Bretanha

O Governo convoca o embaixador indonésio para lhe manifestar a sua "séria preocupação".

A comissão dos Direitos do Homem do Parlamento britânico ouve três dos jornalistas presentes em Díli no dia do massacre e publica os seus testemunhos.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros declara, no fim de Janeiro, que a Grã-Bretanha quer um inquérito sobre as diferenças relativas ao número de mortos e sobre a grande quantidade de desaparecidos. Solicita também decisões claras sobre a punição dos responsáveis.

Holanda

O Ministro dos Negócios Estrangeiros declara, numa carta ao Parlamento, ter chegado à conclusão de que o massacre de Díli foi um acto deliberado dos militares indonésios, e não um impulso súbito.

A Holanda, que tinha suspendido a concessão de quaisquer novas ajudas económicas à Indonésia até que a situação em Timor Leste ficasse esclarecida, considerou-se satisfeita com o inquérito indonésio. O Parlamento opõe-se a que se retomem os programas de auxílio.

Japão

Uma missão diplomática visita Díli, mas declara não ter podido chegar a conclusões sobre o que se passou. O primeiro-ministro afirma a 24/12 que os problemas de Timor Leste e da Birmânia são importantes, e que o Japão os tomará em consideração quando decidir sobre a ajuda económica. Em Fevereiro, anuncia a sua satisfação pelo inquérito indonésio.

Vaticano

No seu discurso perante o corpo diplomático, a 11 de Janeiro, João Paulo II fez referência a Timor Leste: "Não gostaria de concluir este breve relance sobre a Ásia sem evocar um foco de tensão permanente: Timor Leste, que tive a grande alegria de visitar. Como já recordei em diversas circunstâncias, impõe-se um diálogo persistente."

Pouco depois do massacre, o Vaticano substituíra o seu embaixador em Jacarta, monsenhor Canalini, acerca de quem o clero timorense há muito se queixava. Posteriormente, o Papa enviou um representante especial com a missão de visitar e confortar a Igreja timorense.

Escandinávia

A Finlândia, a Noruega e a Suécia entregam um protesto conjunto aos embaixadores da Indonésia nos respectivos países.

Portugal

Portugal propôs ao novo secretário-geral da ONU o estabelecimento de um diálogo político directo e sem condições prévias, entre Portugal, a Indonésia e os representantes do povo timorense, com vista a encontrar "uma solução justa, global e aceitável à luz do direito internacional".

Esta proposta, que obteve o acordo dos ministros dos Negócios Estrangeiros da Comunidade Europeia (3 de Fevereiro), ainda não tinha recebido, nessa altura, resposta oficial da Indonésia. Um conselheiro do presidente Suharto, F. Lopes da Cruz, declarou que a Indonésia recusaria esta proposta, porque seria o mesmo que reconhecer que os timorenses não são indonésios.

EUA

Os EUA condenaram o massacre e exigiram um inquérito completo aos acontecimentos *(12/11)*. Diplomatas da embaixada dos EUA em Jacarta que visitaram Díli calcularam que o tiroteio provocou entre 75 e 100 mortos.

James Baker viu o filme do massacre e qualificou de "grotescas" as imagens dos timorenses desarmados mortos no cemitério de Santa Cruz, afirma o porta-voz da Casa Branca *(Público 23/11)*.

O Senado aprovou por unanimidade uma resolução que pede ao presidente Bush "a suspensão imediata de todos os programas de auxílio ao treino militar das Forças Armadas indonésias". Mas o Departamento de Estado fez saber que não suspenderia esta ajuda, que "visa pôr os militares indonésios em contacto com os princípios democráticos e humanitários".

O porta-voz da Casa Branca afirmou sucessivamente a satisfação dos EUA pela constituição de uma comissão de inquérito pelo presidente Suharto, e depois pelo seu relatório, considerado "sério", "responsável" e "verosímil".

Cinquenta e dois senadores escrevem a Georges Bush: "Estamos conscientes de que o Departamento de Estado reconheceu formalmente alguns aspectos do problema de Timor Leste. Apesar disso, à luz dos continuados relatos de repressão, parece aconselhável uma acção mais forte".

Timorenses recolhem peças de roupa no cemitério (foto Reuter)

Na Indonésia: as reacções internacionais

O massacre de Díli, mas sobretudo a repercussão que teve na imprensa internacional e junto de governos estrangeiros, tiveram como efeito que na própria Indonésia houvesse quem colocasse questões. Algumas pressões, ainda que tímidas, provocaram trocas de opinião numa imprensa que não é livre, mas que soube aproveitar a circunstância para levantar o problema político da integração de Timor Leste. *

As organizações indonésias de defesa dos direitos do homem foram as primeiras a reagir. Desde há anos que prestavam cada vez mais atenção aos problemas de Timor Leste. Alguns dos seus membros associaram-se à manifestação dos estudantes timorenses em Jacarta. Vários dos seus dirigentes sofreram as consequências desta atitude: Poncke Princen, presidente da Liga para a Defesa dos Direitos do Homem (LPHAM); Indro Tjahjono, da Frente Indonésia para os Direitos do Homem (Infight); e Yopie Lasut, da Fundação Vida Nova (Hidup Baru) foram convocados pelo Bakorstanas, serviço de segurança. Os dois primeiros foram interrogados durante 8 horas a 20 de Novembro, e ainda nos dias seguintes, enquanto que Yopie Lasi preferiu esconder-se durante alguns dias. Uma delegação, em que estava também incluído o Instituto de Apoio Legal, foi impedida de visitar Díli, como era sua intenção.

Os estudantes indonésios membros do Fórum dos Senados Estudantis debateram o massacre na sua reunião nacional, a 20 e 21 de Novembro, em Bandung. Organizaram uma manifestação de protesto e os representantes de 11 universidades e institutos superiores assinaram um documento em que declaram nomeadamente:

"Pedimos ao Governo indonésio que constitua uma equipa internacional (Nações Unidas) para conduzir um inquérito objectivo e independente, e que dissolva a Comissão Nacional de Inquérito, cuja independência não é digna de confiança, porque é formada por pessoas próximas do Governo.

Pedimos ao Governo indonésio que retire sem tardar todas as Forças Armados de Timor Leste, e que dê ao povo de Timor Leste liberdade total para exercer o direito à autodeterminação, de forma a pôr fim a qualquer novo derramamento de sangue."

(*Tapol, The Indonesian Human Rights Campaign, 2/12*)

A Conferência dos bispos católicos da Indonésia, depois da visita a Díli (de 22 a 26/11) do seu chefe do departamento de informação, Romo Alfons, publica um comunicado:

"Muitas famílias desconhecem ainda se alguns dos seus membros estão vivos ou mortos... A identidade dos que foram mortos não foi revelada.

Não se sabe o número dos que morreram... muitos falam de três camiões, muitos dizem que foram mais de 100 pessoas.

Se o exército pretende ter agido em legítima defesa porque tinham sido feridos dois soldados, então por que razão o tiroteio se verificou diante do cemitério, muito longe do sítio em que os dois soldados foram feridos?

O rumor segundo o qual ainda terá havido execuções na tarde de 12 de Novembro faz duvidar da veracidade das declarações do exército.

Lamentamos verdadeiramente que, por causa de um grupo das Forças Armadas, a integridade moral, a dignidade e a credibilidade da Nação tenham sido postas em causa aos olhos do mundo e do nosso próprio país."

(Indonesia Publications e Tempo 7/12).

Estas posições são ainda isoladas e têm fraco acolhimento na imprensa indonésia, habituada a praticar a autocensura para evitar cortes forçados. É nas entrelinhas das declarações oficiais que os indonésios se apercebem do que as autoridades chamam "o incidente de Díli".

À medida que se acentuam as críticas internacionais, as autoridades refutam-nas e os seus desmentidos ou protestos são publicados na imprensa local, abrindo assim a porta a uma maior quantidade de informações e ao relato dos factos que provocaram as críticas.

A rolha da censura só saltou de facto quando o presidente Suharto foi obrigado, sob a pressão internacional, a anunciar a constituição de uma comissão de inquérito.

O lugar que a imprensa então reservou à questão de Timor aumenta subitamente e mostra bem a importância do problema (o semanário 'Tempo', por exemplo, que não tinha falado do massacre na sua edição de 16 de Novembro, consagra três "dossiers" sucessivos a Timor Leste: 14 páginas a 23/11, 15 páginas a 30/11 e 15 páginas a 7/12).

Mais do que o massacre, são as repercussões para a Indonésia que provocam interesse e preocupação. Muitos jornais assumem as acusações das autoridades contra "as informações deformadas da imprensa estrangeira". **'Media Indonesia' encoraja a imprensa nacional a "contrabalançar as informações da imprensa ocidental"**, enquanto que 'Indonesia Times' anuncia que vai ser lançada uma campanha de "lobbying" pelos conglomerados económicos e especialmente pelo Tio Liem, o homem mais rico do país e homem de négócios do presidente Suharto *(Público 23/11).*

A imprensa refere manifestações diante das embaixadas indonésias em certos países, as exigências de um inquérito internacional, as suspensões de ajuda económica decididas por alguns governos. O Governo considera que as "reacções são desproporcionadas" (Jakarta Post e Indonesia Times), mas as contra-reacções são-no ainda mais:

O 'Tempo' considera que **os países ocidentais "fazem chantagem" ao condicionarem a sua ajuda económica ao respeito dos direitos do homem** *(30/11).*

O vice-presidente da Comissão de Segurança Interna, Oka Mahendre, declara, indignado: "Só um país totalitário ou anárquico pode querer forçar a vontade de um outro país."

'Berita Buana' critica o Ocidente e os seus princípios humanitários, e também "a prática democrática por parte do povo de Timor Leste, que é ainda demasiado ocidental". *(20/11).*

**[Nestas páginas utilizamos notas sobre a imprensa indonésia de "Agir pour Timor" - Paris]*

provocam um exercício de democracia

Mas, no meio dos desmentidos e protestos, aparecem também dúvidas.

"Onde nos enganámos?" titula o semanário 'Tempo' de 30 de Novembro. Muitos jornais tentam trazer elementos de resposta a esta questão: as violações dos direitos do homem, a economia, a falta de empregos, o peso exagerado dos imigrantes (indonésios) em detrimento dos habitantes timorenses, a falta de trato humano, a ausência de reconhecimento dos timorenses por tudo o que a Indonésia fez por eles... É urgente assegurar **"a realização rápida de um inquérito imparcial para garantir a credibilidade da Indonésia"**, escreve o 'Jakarta Post', pois **"as feridas abertas levam muito tempo a sarar, se os problemas e as suas causas não forem imediatamente atacados"**. Entre estas causas, o jornal sublinha **"a competição entre a população local e os imigrantes recém-chegados de outras partes do arquipélago"**.

Uma questão política

"O exército é sempre o exército do povo", afirma o chefe do estado-maior, o general Try Sutrisno (*Suara Pembaruan 22/11*). Será que os indonésios começam a duvidar disso e que é necessário recordar-lho?

"Sejam quais forem as resoluções que a ONU votar sobre Timor Leste, esta província é uma parte inseparável da Indonésia", afirma Sudomo, o ministro dos Assuntos Políticos e de Segurança (*Jakarta Post 3/12*). Esta afirmação pode ser importante para o regime, quando a opinião pública indonésia se apercebe de que os timorenses continuam a recusar essa integração, coisa de que já deviam suspeitar, mas sobretudo quando se apercebem de que o silêncio complacente da comunidade internacional tem limites e que talvez o exército indonésio tenha passado das marcas.

Yusuf Wanandi, director do Centro de Estudos Estratégicos de Jacarta, que não pode ser considerado uma "pomba", declara que **"este incidente deita por terra 15 anos de esforços para a integração de Timor Leste na Indonésia"**. M. Carrascalão tira a mesma conclusão a respeito dos 9 anos que passou como Governador de Timor Leste.

"É necessário reanalisar a política indonésia em relação a Timor Leste", sugere o deputado Marzuki Darusman, membro do partido governamental.

"O Governo precisa de tomar contacto com as pessoas que até agora foram a favor da desintegração, isto é, a Fretilin", afirma o conselheiro timorense do presidente Suharto, Francisco Lopes da Cruz.

O ministro do Interior rejeita como desadequada uma solução que foi várias vezes sugerida, a de uma certa autonomia de Timor Leste dentro da Indonésia, a exemplo das províncias de Aceh (Samatra Norte) e Jojacarta (Java Central) que gozam do estatuto de 'territórios especiais'.

"Posso mudar de nome agora, mas o que é que isso adianta? Não há nada de especial na administração das duas províncias especiais de Aceh e Jojacarta", que obtiveram esse estatuto pelos contributos que deram durante a guerra de independência *(Jakarta Post 4/12)*.

As questões começam a colocar-se. As reacções internacionais tiveram o mérito de as provocar! O argumento mais forte terá sido, sem dúvida, o das ajudas económicas.

Ajuda económica externa

Viu-se, no caso da África do Sul, que a pressão económica permitiu desbloquear o problema do Apartheid, embora o Governo não estivesse nada interessado em fazê-lo. As primeiras ameaças de suspensão da ajuda económica à Indonésia parecem ter sido suficientes para que um regime completamente oposto a esta ideia nomeasse uma comissão de inquérito.

A Indonésia é particularmente sensível às sanções no aspecto das ajudas económicas. Goza neste momento de uma ajuda externa perfeitamente excepcional, que correspondeu, no ano passado, a 25,57% do orçamento de Estado. Os Países Baixos e o Canadá decidiram suspender o seu auxílio, até que se esclareça o massacre de Díli.

Certas reacções foram de irritação: o Tempo fala de «chantagem», e o parlamentar Imron Rosyadi diz que «a Holanda foi demasiado longe».

Outros tentam minimizar os efeitos: o economista Kwick Kian Gie, fingindo ignorar o papel de liderança da Holanda neste processo de coordenação das ajudas, declara que isso não terá impacte, «porque a Holanda não é um grande doador» (Jakarta Post 25/11)

Na realidade, há uma grande inquietação; um alto funcionário, que prefere que não se cite o seu nome, fala do «medo do efeito de dominó». Se a Holanda e o Canadá forem os únicos a retirar o seu apoio, não terá grande importância, porque não são grandes doadores, mas se o Japão lhes seguir o exemplo, isso provocará um défice orçamental (Tempo 7/12).

«Se não houver um inquérito detalhado e credível, a Indonésia seguirá o exemplo da China depois do massacre de Tiananmen, mas o país não pode dar-se a esse luxo, se quiser salvaguardar o seu desenvolvimento político interno e a sua reputação internacional» (Yusuf Wanandi).

«Esperamos que os países que cooperam economicamente connosco tenham a maturidade suficiente, antes de se lançarem em medidas políticas e económicas», diz Ali Alatas (Tempo 7/12)

Algumas organizações democráticas indonésias já tinham pedido antes ao ministro holandês Jan Pronk, presidente do IGGI (organismo internacional que coordena as ajudas económicas governamentais à Indonésia) que utilizasse essa arma em favor da democratização do regime. A Comunidade Europeia decidiu, no fim do ano passado, condicionar as ajudas ao respeito dos direitos do homem nos países receptores. Deveria usar a sua influência para fazer adoptar este princípio no seio do IGGI.

Comissão de Inquérito

A realização dum inquérito imparcial para determinar as causas e responsabilidades do massacre de uma multidão desarmada pareceria completamente normal na maior parte dos países, mas não o era na Indonésia, por razões evidentes:

- **"As Forças Armadas Indonésias não podem ser postas em causa"** (*General Nurhadi Purwosaputro - Kompas, citado em The Nation, Bangkok*)
- **"Não interessa saber se cometemos erros ou não"** (*general S. Panjaitan - Tempo 7/12*)
- **"A responsabilidade do Exército não pode ser encarada"** (*gen. Try Sutrisno - Indonesian Times 14/11*)

A pressão internacional ia obrigar as autoridades indonésias a rever a sua posição e, apesar de manifestarem agastamento, esboçam um recuo:

- **"Sem que seja necessário que no-lo seja pedido, vamos inquerir sobre estes acontecimento que, aliás, também lamentamos"**. (*general Try Sutrisno*)

Mas é unicamente para acalmar os protestos internacionais e afastar o espectro de um inquérito internacional:

- **"Somos um Estado soberano e não deixaremos ninguém imiscuir-se nos nossos assuntos internos"** (*general Try Sutrisno - Indonesian Times 14/11*)
- **"Não queremos interferência de investigações estrangeiras"** (*General Nurhadi Purwosaputro - Kompas, citado em The Nation, Bangkok*)
- **"Permitir a um país estrangeiro participar no inquérito sobre o incidente era injustificável, pois poderia pôr em causa a credibilidade da Indonésia"**. (*M. Carrascalão*)

Ao aperceber-se que uma comissão de inquérito militar não conseguia desarmar as críticas, o Presidente Suharto anuncia a constituição de uma comissão "civil", tarefa difícil num país onde, não apenas o Presidente é um general que se mantém como chefe de Estado há 26 anos, mas também onde os militares se encontram em todos os níveis do aparelho de Estado.

A sua Composição,

Encorajados pela pressão internacional e pela decisão do Presidente, alguns jornais e personalidades manifestam a sua admiração e ousam emitir algumas opiniões relativamente à composição da referida comissão:

- **"Nunca, na história do país, foi criada uma comissão deste tipo ou, pelo menos, nunca um assunto desta natureza foi tornado público; no entanto, face à pressão internacional, não havia outra alternativa."** (*Editorial do Jornal Berita Buana, 18/11*)
- **"A composição da Comissão de Inquérito é vital para assegurar a credibilidade do inquérito".** (*The Indonesian Observer*)
- **"É verdade que se trata de um assunto interno, mas se outras pessoas pretendem obter informações rigorosas e exactas devemos permitir que o façam. Quando se trata de questões de direitos humanos, em qualquer parte do mundo, o assunto é da responsabilidade de toda a espécie humana".** (*Abdurrahman Wahid, presidente do Nahdatul Ulama, importante grupo muçulmano*)

Os membros da comissão são:

- **M. Djaelani**, antigo general, membro do Supremo Tribunal.
- **Hari Sugiman**, antigo general e director do SOSPOL, polícia encarregado do controlo de organizações sociais.
- **Sumitro**, vice-almirante e inspector geral das Forças Armadas.
- **Hadi Wayarabi**, chefe de serviço no Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- **Anton Suyata**, inspector geral no Ministério da Justiça, ambos formados na Academia Militar de Lois.
- **Ben Mang Reng Say**
- **Clementino dos Reis Amaral**, timorense do leste, ambos deputados do Golkar, partido governamental.

O Instituto de Ajuda Legal, organização indonésia de defesa dos direitos do homem, sugere que membros de organizações não governamentais e jornalistas façam parte da comissão e a Liga para a Restauração da Democracia insiste num inquérito independente, mas em vão. **"Todas as pessoas escolhidas são funcionários do governo indonésio"** diz Michael Leifer, leitor dos Assuntos do Sudoeste Asiático na London School of Economics Affairs, o que contraria as normas definidas pela ONU em 1989 relativamente à constituição deste tipo de comissões. Os seus membros **"devem ser escolhidos tendo em conta a sua imparcialidade, competência e independência como indivíduos. Em particular, devem ser independentes de qualquer instituição, agência ou pessoa que seja o sujeito do inquérito"**. (ECOSOC)

A Amnesty International e a Asia Watch, assim como o Conselho de Ministros e a Comunidade Europeia criticaram a composição da comissão, mas, outros Estados, que tinham reclamado um inquérito, pareceram satisfeitos e declararam aguardar as conclusões. Foi esta a posição assumida especialmente pelos USA, Japão e Austrália. A Austrália, nomeadamente, o Ministro dos Negócios Estrangeiros Gareth Evans, desenvolveu esforços junto das autoridades indonésias, para que compreendessem que deviam fazer cedências para que tudo continuasse como anteriormente. "Penso que compreenderam" disse, satisfeito, no regresso de Jacarta.

O Secretário Geral da ONU, sem se pronunciar explicitamente sobre a comissão criada por Suharto, considerou-a no mínimo insuficiente, na medida em que propôs enviar um representante a Jacarta para aí estudar as condições de envio de uma missão de inquérito da ONU. O Governador de Timor Oriental rejeitou esta possibilidade declarando "isto provocaria novos problemas". Na realidade, o Governo indonésio receia qualquer inquérito que não possa controlar.

indonésia

sua evolução,

A composição da comissão leva José Ramos Horta, porta voz da resistência timorense, a afirmar **"Isto é o mesmo que pedir a Pol-Pot para investigar sobre os massacres de Khmeres-Vermelhos".**

Antes mesmo de partir para Dili os membros da comissão parecem querer dar razão a todas as críticas:

- **"O incidente de Dili foi provocado pelo governo português que criou uma organização contra a Indonésia e pôs os timorenses uns contra os outros".** (*Hadi Wayarabi - Suara Pembaruan 23/11*)
- **"Fui convidado pelo chefe da comissão de inquérito para lhe dar informações, na medida em que eles me consideram como alguém com experiência nos assuntos timorenses".** (*general Benny Murdani - Jakarta Post 26/11 - hoje Ministro da Defesa. Murdani foi, a partir de 1975, um dos principais responsáveis pela invasão e ocupação de Timor Oriental*)
- **"Um inquérito minucioso será conduzido contra os desordeiros"** (*Indonesian Times, 14/11*).
- **"Os timorenses serão considerados culpados até provarem a sua inocência".** (*Indonesian Times, 19/11*).

A Comissão dirige-se a Dili a 28 de Novembro. M. Carrascalão entrega-lhes dois relatórios (100 e 300 páginas) cujo conteúdo se ignora, mas o governador respondeu às perguntas feitas pelo jornal Kompas:

Q. - A comissão vai interrogar as famílias da vítimas?
R. - Sugeri um método para que as pessoas que desejam falar o possam fazer sem se exporem.
Q. - Os corpos das vítimas devem ser entregues aos familiares?
R. - Não tenho autoridade para responder e eu próprio não sei onde se encontram os corpos. Penso que se trata de uma decisão tomada a alto nível.
Q. - Há funcionários públicos prisioneiros?
R. - Ainda não li o relatório.
Q. - A população tem medo de dar informações?
R. - Quando encontram o governo [*governador*] **e pretendem dar informações pedem sempre que o seu nome seja mantido em segredo. Se a comissão fizer o mesmo, penso que o povo terá a coragem de falar.**

A comissão encontra também Mons. Belo que diz ao jornal Suara Pembaruan que **"a diocese possui actualmente uma lista de fiéis que ainda não regressaram às suas casas, particularmente nas paróquias de Dili". Mas o bispo "recusa dar à comissão o nome de testemunhas oculares que assistiram aos acontecimentos enquanto a comissão não garantir a sua segurança"**, segundo o jornal 'Tempo'.

O presidente da comissão diria mais tarde: **"Como é que a comissão podia saber que havia testemunhas oculares com quem podíamos falar? Isso é difícil. Não o podíamos saber a não ser que elas viessem pessoalmente ao nosso encontro...muitas testemunhas tiveram medo de falar com a comissão".**
(*Jakarta Jakarta 4-10/1/92*).

e as suas conclusões.

Alguns dias mais tarde e uma vez mais para apaziguar a opinião internacional, o relatório oficial declara que **"só foi possível confirmar 19 mortos e 91 feridos"** [números estes adiantados pelos militares], **mas que há índices suficientes para afirmar que o número de mortos foi cerca de 50 e o de feridos superior a 90. Reconhece, por outro lado, 90 desaparecidos.**

Este balanço é político, o número 50 foi decidido arbitrariamente em Jacarta, visto que os inquiridores apenas puderam constatar a existência de 18 cadáveres enterrados em Hera (o do neo-zelandês já tinha sido devolvido à família). É credível que, tal como diz o relatório, tenham procurado os trinta que, segundo eles, faltavam e não os tenham encontrado? Não foi o exército que os enterrou?

A comissão descreve três versões do tiroteio: sem pré-aviso, militares em formação dispararam sobre a multidão; uma granada foi lançada pela multidão que também tentou capturar as armas aos soldados, provocando o tiroteio; tiros originários de um grupo incontrolado da segurança precedeu o tiroteio. **A comissão não escolheu nenhuma das três versões, mas atribui a responsabilidade principal do massacre aos manifestantes, cuja maior parte teria sido manipulada ou mesmo forçada a participar por uma minoria que se opunha à Indonésia. Reconhece também que as forças de segurança excederam as normas aceitáveis em termos de mortos, feridos por tiros, bastonadas ou por outros meios.**

Os observadores consideram que, em função do regime militar indonésio, esta conclusão ultrapassa tudo o que até hoje se viu. Infight considera-a um "sério esforço" se a compararmos à prática habitual, mas declara **"Permanece a necessidade de uma comissão neutra sob os auspícios das Nações Unidas".**

Os generais Warouw e Panjaitan foram chamados às suas Unidades e substituídos nos seus postos de comando. Interrogado sobre estas conclusões Mons. Belo responde:

"Apenas pergunto: onde estão os 50 mortos de que fala a comissão, onde estão os cadáveres? Não me resigno, gostaria de saber onde estão muitos dos outros timorenses desaparecidos... À primeira vista parece claro que são os militares os únicos responsáveis...O Comandante é uma peça muito pequena em todo o sistema indonésio, o melhor seria que todos fossem substituídos e punidos".
(*Mons. Belo - Público 9/1/92*).

O general Syafei, sucessor de Warouw, declarou, à chegada a Dili, que ele "não seria tão paciente como o general Warouw".

Três testemunhas timorenses...

Guilherme dos Santos, presidente da Assembleia Regional
Manuel Carrascalão, irmão do Governador
Paulo ..., membro da Assembleia Regional

e três jornalistas indonésios...

aceitam correr riscos!

A publicação indonésia 'Jakarta Jakarta', no seu número de 4 ao 10 de Janeiro, publicou os depoimentos de testemunhas oculares do massacre de Dili. A publicação foi logo objecto de pressões, em particular do general Try Sutrisno, e o director da publicação decidiu o despedimento do director editorial Seno Gumira Ajidarma, e dos responsáveis pelo sector da política nacional, Usep Hermawan, e do sector artístico, Waskito Trisnoaid.

Vários testemunhos são anónimos, para protecção dos seus autores; mas três testemunhas aceitaram ser identificadas, são membros da Assembleia Regional de Timor-Leste, um organismo criado pelos indonésios.

"Fui a Santa Cruz mesmo a tempo de ver o último cadáver e uma outra pessoa que estava a ser espancada por um 'oknum'".

[*'oknum' significa pessoa, indivíduo, tem uma conotação pejorativa*]

(*Guilherme dos Santos*)

"As pessoas que foram presas foram tratadas violentamente. Vi, por acaso, uma pessoa que provavelmente apenas estava desmaiada, mas mal aqueles indivíduos viram que ele tinha mexido a cabeça, desataram a bater-lhe com uma pedra. Vi também uma outra pessoa, que ainda estava viva, misturada,, dentro do camião, com os cadáveres; um dos indivíduos puxou-o para fora e bateu-lhe na cabeça, após o que o tornou a enfiar dentro do camião".

(*Manuel Carrascalão*)

"Quando saíram da igreja, começaram a gritar: 'viva Xanana! viva a Fretilin!', desfraldando bandeiras e tarjas anti-integração enquanto se dirigiam ao cemitério de Santa Cruz. Em frente das instalações do Kodim, perto do Palácio do Governador, um grupo de manifestantes foi provocado por um soldado. (...) Penso que havia três mil pessoas ou mais na manifestação. Os dois grupos da frente já tinham passado o Kodim e o grupo da retaguarda foi molestado por soldados que começaram a bater nos manifestantes com bastões de madeira, ferindo duas pessoas. Entretanto, na berma da estrada, um major tirava fotografias. Os manifestantes atacaram-no com uma faca. O grupo entrou em pânico e começou a correr, uns em direcção ao Palácio do Governador, outros para trás. Mas alguns estavam determinados a continuar e apanharam os dois grupos de frente. Continuei a seguir a manifestação no meu jipe porque vi que não havia ali pessoas mais velhas que pudessem evitar que acontecesse algo de mais grave.

Em frente do Hotel Resende estavam alguns agentes dos serviços de informação, vestidos à civil, que procuravam atingir os manifestantes com os seus bastões. Gritei-lhes que parassem. Um deles era da minha região e teve medo.

No cruzamento de Santa Cruz estavam três camiões cheios de soldados. E havia também cerca de 1500 pessoas, que se preparavam para depositar flores no cemitério. Havia dois tipos de tropas: uns envergavam uniforme militar completo mas não tinham armas de fogo, apenas baionetas; os outros vestiam apenas calças e tinham o tronco nu - e esses tinham armas de fogo. Começaram a preparar-se para disparar. Nessa altura, o seu comandante, que vestia uma T-shirt de camuflado e calças de uniforme, disparou um tiro para o ar e os soldados desceram dos camiões. Os que estavam de tronco nu e tinham metralhadoras começaram imediatamente a fazer fogo sobre os manifestantes. Todos os que vinham à frente iam caindo, à medida que iam sendo atingidos pelas balas. De imediato, os soldados que estavam fardados e tinham baionetas desceram dos camiões para ver se estava alguém ainda vivo, dando-lhes pontapés. As pessoas que pareciam mexer-se e estavam ainda vivas eram apunhaladas.

Testemunhei estas brutalidades durante cerca de dez minutos, mas a certa altura o comandante viu-me e disse-me para deixar imediatamente a área. Abandonei rapidamente Santa Cruz, mas, pouco tempo depois (mais ou menos três minutos), ouvi uma segunda rajada de tiros, que se prolongou durante cerca de dois minutos. Penso que pelo menos duzentas pessoas foram feridas. Fui direito a casa e já lá não voltei. Fiz um depoimento similar ao KPN (Comissão de Inquérito Indonésia) e ao embaixador australiano, Philip Flood".

(*Paulo, membro da Assembleia Regional*)

APPTL

CAPÍTULO VI

IR MAIS LONGE

GLOSSÁRIO

ABRI - Angkatan Bersenjata Republik Indonesia (Forças Armadas Indonésias).

APPTL - A Paz é Possível em Timor-Leste.

APODETI - Associação Popular Democrática Timorense. Constituído a 27 de Maio de 1974, este partido político surgiu com o apoio e a orientação da Indonésia, destacando-se nesta acção o cônsul indonésio em Díli, Sr. Tomodok. Fundada por elementos de degradado valor moral, como Arnaldo dos Reis Araújo e José Osório Soares, a Apodeti defendia a integração do Timor Português na Indonésia, sendo nula a sua implantação no território, como o prova o facto de apenas um chefe local a ela ter aderido. Tratou-se do régulo de Atsabe, Guilherme Gonçalves, notabilizado pelo modo tirânico como explorava o seu povo.

ASDT - Associação Social Democrata Timorense. Partido timorense Constituído a 20 de Maio de 1974, e transformado na Fretilin à 12 de Setembro do mesmo ano.

ASEAN - Associação das Nações do Sudeste Asiático. Fundada em Agosto de 1967, tem por finalidade acelerar o progresso económico e o desenvolvimento cultural e social da região. Fazem parte da ASEAN a Indonésia, as Filipinas, a Malásia, Singapura e a Tailândia.

Babinsa - Bintara Pembina Desa (Oficial Meliciano de Enquadramento de Aldeia)

Bapaks - Termo usado pelos timorenses para se referirem depreciativamente aos indonésios.

Bupati - Chefe de Distrito ao nível da Administração. É geralmente um timorense, mas completamente controlado por um Sekwilda, isto é, um Secretário Distrital, invariavelmente militar indonésio.

Camat - Chefe de Sub-distrito ao nível da Administração. É geralmente timorense mas constantemente vigiado por um indonésio o Pendamping.

CDPM - Comissão para os Direitos do Povo Maubere.

CICV - Comité Internacional da Cruz Vermelha.

CIIR - Catholic Institut for International Relations.

CNRM - Conselho Nacional da Resistência Maubere. Orgão de cúpula da Resistência armada timorense.

Convergência Nacionalista - Plataforma política acordada entre os dirigentes da Fretilin e da UDT, a 31 de Março de 1986, com o objectivo de coordenar esforços entre os dois partidos e dar coesão e unidade à luta, no exterior, pela autodeterminação do Povo Maubere.

CSRNET - Comissão Secreta Nacional dos Estudantes Timorenses. Orgão de cúpula na resistência clandestina estudantil.

CVI - Cruz Vermelha Internacional.

E.L.B.C. - Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura (Verbo).

E.S.P.M. - Escola Secundária de Porto de Mós.

FABC - Fundação Austronésia Borja da Costa.

FALINTIL - Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor Leste. Constitui a face militar da Resistência timorense. Compostas inicialmente por elementos da Fretilin, que se refugiaram nas montanhas, aquando da ocupação indonésia em 1975, as Falintil passaram a assumir-se como autênticas Forças Armadas nacionais, tornando-se apartidárias. Nesse sentido, Xanana Gusmão, Comandante-em Chefe das Falintil, saiu das Fretilin, de modo a marcar o carácter apartidário do comando militar da Resistência.

FF AA - Abreviatura de Forças Armadas.

FRETILIN - Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente. Surge a 11 de Setembro de 1974, sendo a sucessora da ASDT. Tendo como principais dinamizadores Francisco Xavier do Amaral, Nicolau Lobato e José Ramos Horta, a Fretilin defendia a independência do território e a participação imediata dos timorenses na administração, ainda que através de uma autonomia progressiva. Influenciada pelo ideário da Frelimo de Moçambique e pelo PAIGC da Guiné e Cabo Verde, a Fretilim adquiriu uma conotação esquerdista, o que serviu de argumento à Indonésia para a intervenção militar. Com uma forte implantação no interior, a Fretilin venceu o golpe da UDT de 11 de Agosto de 1975, o que lhe permitiu controlar o território até à ocupação indonésia, após o que se constituiu no fundamento da resistência armada ao invasor.

Golkar - Vide Sekker Golkar.

GPK - Gerombolan Pengacan Kommunis. (Grupos desestabilizadores comunistas contra a ordem e a segurança). Sigla usada pelos indonésios para designar, em tom depreciativo, a resistência timorense, utilizada muitas vezes como sinónimo de Fretilin ou de Falintil, pelo invasor.

Hansip - Militares de origem timorense recrutados para cumprirem serviço militar em determinados batalhões. Alguns deles têm desertado e fugido com as armas para se juntarem à Resistência.

IGGI - Inter Governamental Group on Indonesia - Reunião inter-governamental de 15 países, destinada a coordenar o auxílio económica à Indonésia.

IMPETTU - Ikatan Mahasiswa Pelajar Timor Timur (União dos Estudantes Timorenses). Associação de estudantes timorenses criada pelos indonésios, e que existe em várias universidades indonésias frequentadas por estudantes de Timor Leste.

Intel - Serviços secretos indonésios.

Kepala Desa - Chefe de Aldeia, ao nível da Administração.

KODIM - Komando Distrikt Militer (Comando Militar Distrital). Comando militar territorial ao nível distrital. Timor encontra-se dividido, na administração indonésia, em 13 distritos (Kabupatens)

KORAMIL - Komando Rayon Militer (Comando Militar Subdistrital) Comando militar territorial ao nível sub-distrital. Existem 64 sub-distritos, ou Kecamantan.

KOREM - Komando Resor Militer (Comando Militar Regional). Comando militar territorial ao nível provincial.

Kopkamtib - Hoje com o nome de Bakorstanas, foi o primeiro organismo de segurança criado após o golpe de 1965. Constituía um comando militar para o restabelecimento da lei e da ordem, que se notabilizou pela purga dos comunistas e pela construção de diversos campos de concentração.

KOTA - Kibur Oan Timur Aswain (Associação Popular Monárquica Timorense). Partido político timorense surgido com o início do processo de autodeterminação do Timor Português, com filiação no Partido Popular Monárquico da metrópole. Pretendia a constituição de uma monarquia de cariz democrático, em que o Rei seria escolhido entre os diversos régulos do território.

MAC - Movimento Anti-Comunista. Coligação criada pela Indonésia, em Setembro de 1975, com base nalguns membros da Apodeti, da UDT, do Kota e do Partido Trabalhista que se haviam refugiado na parte indonésia da ilha de Timor, devido à reacção da Fretilin ao golpe da UDT de 11 de Agosto de 1975. Sob a falsa legitimidade desta coligação, a Indonésia procura legalizar a integração de Timor Português no seu território através das investidas militares lançadas sobre Maliana, Balibó e Atabae, e da proclamação integracionista do MAC de 29 de Novembro de 1975, um dia depois da declaração unilateral de Independência da Fretilin.

Panca Sila - Com origem no sânscrito, Panca Sila significa etimologicamente «cinco virtudes» ou «cinco princípios». Diferente do Panca Sila indiano, o Panca Sila indonésio, criado por Sukarno, aquando da fundação da República da Indonésia, sintetiza-se nos seguintes princípios: «fé num Deus único; humanidade forte e civilizada; unidade da Indonésia; democracia dirigida pela ponderação; justiça social». Imposto a todos os cidadãos e jurado por todos os organismos sociais, o Panca Sila impõe a língua bahasa a todo o império javanês e obriga todos os homens a aceitarem uma das cinco religiões oficialmente permitidas (o islamismo, o hinduísmo, o budismo, o catolicismo e o protestantismo) proibindo os cultos animistas e as religiões tradicionais. O Panca Sila tornou-se assim num instrumento de controlo estatal e num meio de javanização da cultura indonésia.

PDI - Partai Democrasi Indonesia (Partido Democrático Indonésio). Partido indonésio resultante da fusão de cinco partidos cristãos, e que passou a incluir o Partido Nacionalista de Sukarno.

PKI - Partido Comunista Indonésio.

PPP - (Partai Persatuam Pembangunan = Partido Unido do Desenvolvimento). Partido indonésio resultante da coligação de quatro organizações muçulmanas tradicionais.

Rayat - Organização civil de aldeia que os indonésios utilizam para fins militares, obrigando os aldeões a servirem de carregadores e a participarem nas operações contra a Resistência, usando-os como escudo humano.

RDTL - República Democrática de Timor Leste.

RENETIL - Resistência Nacional dos Estudantes de Timor Leste. Rede clandestina de resistência, composta por estudantes que se organizam para fazerem circular informações no interior, para trazerem para o exterior notícias do território, para organizarem manifestações contra o ocupante, para abastecerem a resistência armada, etc.

Sekker Golkar - Partido político dominante na Indonésia, transformado em 1971 numa federação de organizações comerciais, regionais e profissionais que, sob o patrocínio de Suharto alcançou nas eleições desse mesmo ano mais de 60% dos votos. Com mais de 2/3 do eleitorado, o Golkar constitui-se no instrumento político da ditadura militar do General Suharto, o que impõe aos restantes partidos, o PPP e o PDI, um carácter meramente decorativo de molde a conferir ao regime uma imagem multipartidária.

TIM TIM - Abreviatura de Timor Timur (Timor-Leste), que os indonésios consideram como a sua 27ª província.

TNI - Tentara Nasional Indonesia (Exército Nacional Indonésio).

UDT - União Democrática Timorense. Primeira associação partidária a constituir-se na província portuguesa de Timor, datando a sua aparição pública de 11 de Maio de 1974. Defendendo a permanência de Timor como parte integrante do território nacional, ou uma federação no seio da comunidade de língua portuguesa, passou, mais tarde, a defender a independência após uma longa fase transitória. Fundada por Mário Carrascalão, Domingos Oliveira e César Mouzinho, a UDT tem grande adesão entre os funcionários administrativos e os proprietários, constituindo, juntamente com a Fretilim, um dos dois grandes partidos timorenses.

ESPM

BIBLIOTECA TIMORENSE

BIBLIOGRAFIA DO TIMOR PORTUGUÊS

ALMEIDA, António de - «Contribuições para o estudo do neolítico de Timor Português», in Estudos sobre pré-história do Ultramar Português, Vol. I, Lisboa, 1960.

ALMEIDA, António de - Presenças Culturais no Timor Português, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, Est. Ciências Pol. e Soc., n.º 51, 1961.

ALMEIDA, António de - «Relatório da Missão Antropológica de Timor ao IV Congresso da Pré-História do Extremo-Oriente», in Garcia de Orta, revista da Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar, Vol. II, nº III.

ANDRADE, Alfredo da Costa - Distrito Autónomo de Timor, 1907.

BOXER, C. R. - «Portuguese Timor: A Rough Island Story: 1515-1960», in History Today, 10, May, 1960.

BOXER, C. R. - Francisco Vieira de Figueiredo e os Portugueses em Massacar e Timor na Época da Restauração. 1640-1668. Macau, 1940.

BOXER, C. R. - The Topasses of Timor, Amesterdão, 1947.

BOXER, C.R. - O Coronel Pedro de Mello e a Sublevação Geral de Timor em 1729-1731, Macau. 1937.

BRAGA, Paulo - A Ilha dos Homens Nus, Lisboa, Agência Geral das Colónias, Cadernos Coloniais, nº 30, 1936.

BRAGA, Paulo - A Terra, a Gente e os Costumes de Timor, Lisboa, Cadernos Coloniais, nº 7, 2ª ed., s.d.

BRAGA, Paulo - Timor País de Sol e de Volúpia, Lisboa, Editorial Cosmos, Cadernos Coloniais, Nº 42, s.d.

BRANDÃO, Carlos Cal - Funo (Guerra em Timor), Porto, Ed. A. O. V., 1946.

BRETES, Maria da Graça - Timor Entre Invasores 1941-1945, Lisboa, Livros Horizonte, Colecção Horizonte Histórico nº 20, 1989.

BRITO, Francisco Garcia - Timor Contra o Japão, Lisboa, 1977.

Cabreira, Francisco Leão - «Memória Sobre Timor», in Anais Marítimos e Coloniais, Lisboa, 1843.

CALLINAN, Bernard - Independent Company: the 2/2 and 2/4 Australian Independent Companies in Portuguese Timor, 1941-1943, Melbourn, Wm Heinemann, 1953.

CAMPOS, José Augusto Correia de - Os Mitos e a Imaginação Contista no Estudo das Origens do Povo Timorenses, Lisboa, 1973.

CAMPOS, Viriato - Timor: A Primeira Terra Portuguesa Aquém da "Barreira do Tempo", Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1967.

CARVALHO, José dos Santos - Vida e Morte em Timor Durante a Segunda Guerra Mundial, Lisboa, Livraria Portugal, 1972.

CASTRO, Afonso de - «Notícia dos Usos e Costumes dos Povos de Timor», in Anais do Conselho Ultramarino, série IV, Lisboa, 1863.

CASTRO, Afonso de - As Possessões Portugues da Oceania, Lisboa, 1867.

CASTRO, Afonso de - Memórias sobre Timor, 1860.

CASTRO, Alberto Osório de - A Ilha Verde e Vermelha de Timor, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1943.

CASTRO, Gonçalo Pimenta de - Timor. Subsídios para a sua História, Lisboa, Editorial Ática, 1943.

CINATTI, Ruy - Esboço Histórico do Sandalo no Timor Português, Lisboa Junta de Investigações Coloniais, Colóquios nº 9, 1950.

CINATTI, Ruy - Explorações Botânicas em Timor, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, Estudos Ensaios e documentos, nº 4, 1950.

CINATTI, Ruy - Motivos Artísticos Timorenses e a sua Integração, Lisboa, Instituto de Investigação Científica e Tropical, 1987.

Cinatti, Ruy - «As pinturas rupestres de Timor», in Colóquio, Lisboa, Abril, 1963.

CINATTI, Ruy; Almeida, Leopoldo de; Mendes, Sousa - Arquitetura Timorense, Lisboa, Instituto de Investigação Científica e Tropical, 1987.

CORREIA, António A. Mendes - «Línguas de Timor», in Revista do Ultramar, nº 15, 1949.

CORREIA, António A. Mendes - Timor Português, Contribuições para o seu estudo Antropológico, Lisboa, Imprensa Nacional, 1944.

CORREIA, António Pádua - Timor. O Governo do General Celestino da Silva Durante 14 Anos - Latrocínios, Assassinatos e Perseguições, Lisboa, 1911.

CORREIA, Armando Pinto - Gentio de Timor, Lisboa, 1934.

CORREIA, Armando Pinto - Timor de Lés a Lés, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1944.

COSTA, Firmino José da - Relatório do Governador da Província de Macau e Timor, Lisboa, 1869.

DORES, Rafael das - Apontamentos para um Dicionário Corográfico de Timor, Lisboa, 1901.

DUARTE, Pe. Jorge Barros - Timor, Ritos e Mitos Ataúros, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1ª edição,1984.

DUARTE, Teófilo - O Rei de Timor, Ed. da Parceria A. M. Pereira, Lisboa, 1931.

DUARTE, Teófilo - Ocupação e Colonização Branca de Timor, Porto, Editora Educação Nacional, 1944.

DUARTE, Teófilo - Timor, Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1943.

DUARTE, Teófilo - Timor,(Antecâmara do inferno!?), Famalicão, Tipografia «Minerva» de Gaspar Pinto de Sousa & Irmão, 1930.

FELGAS, Hélio Augusto Esteves - «Problemas da Política Social na Província Portuguesa de Timor», in Revista Militar, Fevereiro e Março, Lisboa 1955.

FELGAS, Hélio Augusto Esteves - «Resumo Histórico dos Últimos Dez Anos da História de Timor», in Revista de Infantaria, nºs de Setembro,Outubro, Novembro e Dezembro, Lisboa, 1952.

FELGAS, Hélio Augusto Esteves - «Timor e a Expansão Chinesa no Sudeste Asiático», in Estudos Coloniais, Revista do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, Vol. III, Lisboa 1952.

FELGAS, Hélio Augusto Esteves - «Timor e as Convulsões Político-Sociais do Oriente», in Revista Militar, nºs 8 e 9, Lisboa, 1952.

FELGAS, Hélio Augusto Esteves - Timor Português, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, Monografias dos Territórios do Ultramar, 1956.

FERNANDES, J. A. - Timor , Impressões e Aspectos, Porto, 1923.

FERNANDES, Pe. A. J. - Esboço Histórico e do Estado Actual das Missões em Timor, 1561-1931, Macau, 1931.

FERREIRA, M. - «Subsídios para um Dicionário Corográfico de Timor», in Seara, nº 3, Dili, 1953.

FONTOURA, Álvaro da - O Trabalho dos Indígenas de Timor, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1942.

FRANÇA, Bento da - Macau e os Seus Habitantes. Relações com Timor, Lisboa, 1897.

FRANÇA, Bento da - Timor, Lisboa, Biblioteca do Povo e das Escolas, 1891.

GONÇALVES, Júlio - Bibliografia do Ultramar Português Existente na Sociedade de Geografia de Lisboa, fasc. II, Timor, Lisboa, 1961.

GONÇALVES, Luis da Cunha - Direito Consuetudinário dos Indígenas de Timor, sep. das Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, 1936.

INSO, Jaime do - Timor - 1912, Lisboa, s.d.

LEITÃO, Humberto - «O Régulo Timorense D. Aleixo Corte-Real», in Grupo de Estudos de História Marítima, Lisboa, 1970.

LEITÃO, Humberto - Os Portuguêses em Solor e Timor de 1515 a 1702, Lisboa, 1948.

LEITÃO, Humberto - Vinte e Oito anos da História de Timor (1698-1725), Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1952.

LENCASTRE, Júlio Garcez de - Algumas Palavras sobre a Colónia de Timor, Lisboa, 1930.

LENCASTRE, Júlio Garcez de - Marcos da Expansão do Império: Solor, Alor e Timor, Lisboa, 1934.

LENCASTRE, Júlio Garcez de - Monografia de Timor, Lisboa, 1931.

LENCASTRE, Júlio Garcez de - O Povo Timorense, Seu Aproveitamento na Valorização da Colónia, Lisboa, 1931.

LENCASTRE, Júlio Garcez de - Timor, Padrão do Império, Porto, Edição da 1ª Exposição Colonial Portuguesa, 1934.

LIBERATO, António de Oliveira - O Caso de Timor. Invasões estrangeiras. Revoltas Indígenas, Lisboa, Portugália Editora, [1947].

LIBERATO, António de Oliveira - Os Japoneses estiveram em Timor, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade,1951.

LIBERATO, Cacilda dos Santos Oliveira - Quando Timor Foi Notícia, Braga, Editora Pax, 1972.

LIMA, J. A. Pires de e Mascarenhas, Constâncio - «Contribuição para o Estudo Antropológico de Timor», in Arquivo de Anatomia e Antropologia, Vol. IX, nºs 2, 3, 1925.

LOPES, Martinho da Costa - «D. Aleixo Corte-Real. Um herói já lendário do nosso século», in Defesa Nacional, Lisboa, nºs 193-194: 18-21, 1950

MAGALHÃES, António Leite de - Subsídios para o Estudo Etnológico de Timor, Porto, 1920.

MAGALHÃES, António Leite de - A Ilha de Ataúro, in Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, nº 1-3, S.36, 1918.

MAGRO, António Jacinto - «Timor», in Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, 61ª série, nºs 1 e 2 , 1943.

MARTINHO, J. A. - Os Portugueses no Oriente. Elementos Para a História da Ocupação de Timor, (1º Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo), Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1947.

MARTINHO, José Simões - «Bases Destinadas à Preparação da Colonização da Província Europeia em Timor», in Primeira Conferência Económica do Império Colonial Português, Vol. II, Lisboa, 1936.

MARTINHO, José Simões - «Os Portugueses no Oriente. Elementos Para a História da Ocupação de Timor», in Primeiro Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo, 2ª sec., Vol. II, Lisboa, 1938.

MARTINHO, José Simões - Timor. Quatro Séculos de Colonização Portuguesa, Porto, Livraria Progredior, 1943.

MARTINHO, José Simões - Vida e Morte do Régulo Timorense D. Aleixo, Lisboa, Agência-Geral das Colónias, Colecção Pelo Império, 1947.

MATOS, Artur Teodoro de - Timor Português, 1515-1769, Contribuição para a sua História, Lisboa, Instituto Histórico Infante D. Henrique, 1974.

METELO, António - Timor, Fantasma do Oriente, Lisboa, 1912.

MORAIS, A. Faria de - Solor e Timor, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1943.

MORAIS, Faria de - Subsídios Para a História de Timor, Bastorá, 1934.

OLIVEIRA, Humberto Luna de - Timor na História de Portugal, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1949-52, 3 Vols.

PASCOAL, Ezequiel Eanes - A Alma de Timor Vista na Sua Fantasia: Lendas, Fábulas e Contos, Braga, Barbosa & Xavier, 1967.

POVOS DE TIMOR, Povo de Timor. Vida. Aliança. Morte. (Catálogo), Lisboa, Fundação Oriente, 1992.

RODRIGUES, José - O Rei de Nári: Histórias, Lendas e Tradição de Timor, Lisboa, Agência Geral do Ultramar,1962.

SANTOS, António de Sousa - Também quero Depor Sobre Timor, 1941-1946, Lourenço Marques, 1973.

SANTOS, Eduardo dos - Kanoik: Lendas e Mitos de Timor, Lisboa, Mocidade Portuguesa, 1967.

SANTOS, Paulo Emílio Cavique - Flora de Macau e Timor, Lisboa, 1934.

SÁ, Artur Basílio de - Documentação para a História das Missões do Padroado Português no Oriente. Insulíndia, 5 Vols. Lisboa, 1954-59.

SÁ, Artur Basílio de - Textos em Teto da Literatura Oral Timorense, Lisboa, 1961.

SÁ, Artur de - Timor, Lisboa, Sociedade de Geografia, 1952.

SHERLOCK, Kevin - A Bibliography of Timor including East (formely Portuguese) Timor, West (formely Dutch) Timor and the Island of Roti, Camberra, Australian National University, 1980.

TEBE. Colectânea de Canções Populares de Timor Leste (Compilado por Simão Barreto), Lisboa, Fundação Austronésisa Borja da Costa, 1987.

THOMAZ, Luís Filipe F. R. - O Afluxo ao Meio Urbano no Timor Português, Lisboa, Sep. da Rev. da Fac. de Letras de Lisboa, IV Série, Nº1, 1976-77, pp. 495-533.

THOMAZ, Luís Filipe F. R. - Notas Sobre a Vida Marítima de Timor, Lisboa, Centro de Estudos da Marinha, 1977.

TIMOR, Pequena Monografia, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1965.

TIMOR: Do Séc XVI ao Séc. XX: Catálogo da Exposição no Ano do Centenário de Camões, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1980.

VALE, Viriato Luis Mendes do - «Notas Etnográficas Sobre o Timor Português», in Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, série 70ª, nºs 10 a 12, Lisboa, 1952.

VAQUINHAS, José dos Santos - Timor, Território Pertencente a Portugal em 1882, (Estados, População, Clima, Produções)», in Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa, 1883.

VASCONCELOS, Frazão de - Timor. Subsídios Históricos, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1937.

VASCONCELOS, Frazão de - Timor: Subsídios Históricos, Lisboa, 1943.

ESPM

BIBLIOTECA TIMORENSE

BIBLIOGRAFIA DA OCUPAÇÃO INDONÉSIA

ALEXANDER, George - East Timor and the Shaming of the West, London, Tapol, 1985.

ALVES, Alberto Costa - A Batalha Diplomática: O Direito do Povo Maubere, Lisboa, Cadernos do 3º Mundo, 1983.

ALVES, Alberto Costa - A Resistência Maubere, Lisboa, Cadernos do 3º Mundo, 1983.

ALVES, Alberto Costa - Timor-Leste: Esta Gente Jamais Aceitará, Lisboa, Cadernos do 3º Mundo, 1982.

ALVES, Alberto Costa - Timor-Leste: Pausa no Combate ?, Lisboa, Cadernos do 3º Mundo, 1983.

ARAÚJO, Abílio - A Luta em Timor e o Sudeste Asiático, Lisboa, Cadernos do Terceiro Mundo, 1983.

BARRETO, João Loff - The Timor Drama. Portugal and East-Timor: April 1974 - December 1975 from testimony to the Permanent Peoples Tribunal Lisbon 18-21 June 1981, Lisboa, Timor Newsletter, 1982.

CASCAIS, António M. Cravo - Timor: Quem é Culpado, Braga, Braga Editora, 1977.

CHOMSKY, Noam - Os Estados Unidos e Timor-Leste, Cascais, Mandrágora, S.D.

DOSSIER on East Timor: A Collection of Material Gathered in Indonesia During March 1982, Camberra, ACFOA East-Timor Sub-Commitee, 1982.

DUARTE, Jorge Barros - Timor: Jeremíada, S.L., 1988.

DUARTE, Jorge Barros - Timor: Um Grito, Odivelas, Pentaedro, 1988.

DUNN, James - Timor: A People Betrayed, Milton, The Jacaranda Press, 1983.

EAST TIMOR, Indonésia and the Western Democracies. A Colletion of Documents. Edited by Torben Retboll, Copenhagen, IWGIA, 1980.

EAST TIMOR: The Struggle Continues, edited by Torben Retboll, Copenhagen, IWGIA, 1984.

FERREIRA, P. Alves - O Último Voo sobre Timor, Porto, Paisagem Ed., s.d..

FRENEY, Denis - Timor: Fredom Caught Between the Powers, Nottingham, Spokesman Books, 1975.

HUMAN RIGHTS in Indonesia and East Timor: An Asia Watch Report, New York, The Asia Watch Commitee-Human Right Watch, 1989.

INTEGRATION NEVER! East Timor's Struggle Against Indonesian Aggression, London, British Campaign for an Independent East Timor, s.d..

JOLLIFFE, Jill - East Timor: Nacionalism & Colonialism, University of Queensland Press, 1978.

JOLLIFFE, Jill - Timor. Terra Sangrenta, Lisboa, O Jornal, 1ª edição, 1989.

KOHEN, Arnold e Taylor, John - An Act of Genocide: Indonesia's Invasion of East Timor, London, Tapol, 1979.

LARSSON, Bjorn - Det Grymma Spelet: Sveriges roll i Indonesiens Folkmord i Osttimor: 1975 - 1985, Stockholm, Ostti-morkommiten, 1985.

MAGALHÃES, António Barbedo de - Liberation des Peuples: Autodetermination et Responsabilities Internationales, Namur Universite de Paix, 1986.

MAGALHÃES, António Barbedo de - Primeiras Jornadas de Timor da Universidade do Porto, Porto, Universidade do Porto, s.d.

MAGALHÃES, António Barbedo de - Timor Leste: Terra de Esperança, II Jornadas de Timor da Universidade do Porto, Porto, Universidade do Porto, 1992.

MAGALHÃES, António Barbedo de - Timor-Leste, Ocupação Indonésia e Genocídio, Porto, Universidade do Porto, 1992.

MAGALHÃES, António Barbedo de - Timor-Leste: Identidade do Seu Povo e Perspectivas para o Futuro, Porto, Reitoria da Universidade, [1989].

MAGALHÃES, António Barbedo de -Timor-Leste. Mensagem aos Vivos, Porto, Limiar, 1983.

MOREIRA, Adriano - O Drama de Timor, Relatório da ONU sobre a Descolonização, Braga, Ed. Intervenção, 1977.

MULHERES DE TIMOR (Feto Rai Timor), Lisboa, Fundação de Relações Internacionais, 1991.

PIRES, Mário Lemos - Descolonização de Timor, Missão Impos-sível-? ,Lisboa, Pub. Dom Quixote, 1991.

PIRES, Mário Lemos - Relatório do Governo de Timor (Período de 13 de Novenbro de 1974 a 7 de Dezembro 1975), vol I, Relatórios da Descolonização de Timor (Presidência do Conselho de Ministros), Lisboa, 1981.

ROGER, Marcel - Timor Oriental: Hier la Colonisation Portu-gaise, Aujourd'hui la Résistence à L'Agression Indo-nésienne, Paris, L'Harmattan, 1977.

SILVA, Adulcino Sá Pereira e - O Pavoroso Caso de Timor, Lisboa, Ed. Literal, 1976.

SOU TIMORENSE. Testemunhos de Timor-Leste, Lisboa, A Paz é Possível em Timor-Leste, 1990.

TAYLOR, John G. - East Timor: 1974-1989. A Chronology, London, Institute for International Relations - Refugee Stu-dants Programme University of Oxford, 1990.

TAYLOR, John G. - Indonesia's Forgetten War: The Hidden History of East-Timor, London, Zed Books, 1991.

THOMAZ, Luís Filipe F. R. - O Problema Político de Timor, s.l., Ed. do Autor, 1975.

THOMAZ, Luís Filipe F. R. - Timor: Autópsia de Uma Tragédia, Lisboa, Edição do Autor, 1977.

TIMOR-LESTE. Santa Cruz - O Exército Indonésio Atira Contra a Multidão, Lisboa, A Paz É Possível Em Timor Leste, 1992.

TIMOR-LESTE 1974-1984, Lisboa, A Paz é Possível em Timor- Leste, Cadernos Libertar - 2, [1984].

TIMOR-LESTE Caminhos Para a Paz, Mesa Redonda com Deputados de Todos os Grupos Parlamentares Realizada no Porto em 19 de Abril de 1986, Porto, ed. por Pe. José Lopes Baptista, s. d.

TIMOR-LESTE em Ano de Viragem, Ciclo de Debates Realizados na Universidade do Porto entre 17 de Novembro de 1986 e 26 de Janeiro de 1987, Porto, Paz e Justiça Para Timor-Leste, 1987.

TIMOR-LESTE. Direitos Humanos, Lisboa, Secção Portuguesa da Amnistia Internacional, 1985.

TIMOR-LESTE. Uma Reflexão Cristã, Declaração de um Grupo Inter-nacional de Cristãos de Genebra, 1987, Lisboa, A Paz é Possível em Timor-Leste,[1987].

VASCONCELOS, Jorge - Timor. Imperativo de Consciência, Lisboa, Produce, 1992.

ESPM

Como Ajudar Timor

Se tem consciência das responsabilidades que temos, como portugueses, para com os timorenses; e se tem preocupações pelas violações sistemáticas dos direitos humanos em Timor Leste, pode ajudar Timor de múltiplas formas:

- estudando e aprofundando a temática de Timor Leste, de modo a aumentar a sua consciência e a ampliar a sua acção sobre o problema;
- divulgando os conhecimentos que possui sobre Timor na sua escola, na sua associação, na sua localidade ou no estrangeiro;
- assinando as publicações periódicas que existem sobre Timor;
- associando-se às organizações de solidariedade já existentes;
- criando grupos locais de reflexão e divulgação da questão de Timor;
- colaborando financeiramente com as organizações de solidariedade com Timor, através da recolha de fundos e oferta de donativos;
- pressionando os orgãos do poder político portugueses, de modo a que se empenhem mais decididamente na questão de Timor;
- não adquirindo produtos fabricados na Indonésia, e se possível nos países que com ela colaboram, caso dos EUA, Austrália e Japão;
- evitando consumir combustíveis vendidos ou produzidos por empresas que operam na Indonésia, caso da Shell, Texaco e outras.
- incitando diversas associações de emigrantes portuguesas a realizarem acções por Timor nos países onde residem;
- escrevendo cartas e apelos para a Indonésia e para Timor, de modo a lembrar aos indonésios que não esquecemos os timorenses. (A Esc. Sec. de Porto de Mós enviou, durante todas as semanas do ano lectivo de 1991/92, um apelo para o Ministério da Justiça Indonésio e para o Comando Militar de Timor Leste, enviado por todas as turmas da escola);
- utilizando as comunicações dos rádio-amadores para divulgar no estrangeiro o que se passa em Timor;
- enviando para jornais estrangeiros publicações sobre Timor;
- denunciando publicamente as empresas que realizam negócios com a Indonésia;
- escrevendo cartas e apelos às embaixadas dos países que apoiam Indonésia, caso dos EUA;
- organizando manifestações e piquetes contra as embaixadas dos países que apoiam a Indonésia;
- divulgando o problema de Timor junto de associações de estudantes estrangeiras, nos contactos com Clubes Intercultura estrangeiros, nos campos de férias fora de Portugal, ou nos encontros internacionais de escuteiros;
- etc.

Para poder ir mais longe na ajuda a Timor, deixamos diversos endereços de organizações de solidariedade com Timor, com as quais poderá colaborar na divulgação deste tema.

AMNISTIA INTERNCIONAL

§ Constituição, Objectivos e Actividades:

A Amnistia Internacional é um movimento mundial de Direitos Humanos, trabalhando imparcialmente pela libertação de todos os prisioneiros de consciência, pela realização de julgamentos justos e em prazo razoável para todos os presos políticos, contra a tortura e a pena de morte. É um movimento independente de todos os governos, ideologias, facções políticas, interesses económicos e credos religiosos. É suportada financeiramente pelos seus próprios membros e apoiantes. Tem relações formais com as Nações Unidas, Unesco, Conselho da Europa, Organização de Unidade Africana e Organização dos Estados Americanos. Recebeu o Prémio Nobel da Paz em 1977, o Prémio Especial das Nações Unidas em 1978, o Prémio do Conselho da Europa para os Grupos Médicos da AI em 1986, o Prémio Onassis da Fundação do mesmo nome em 1990 e o Prémio Olof Palme em 1992.

Apesar de inúmeras tentativas, a Amnistia Internacional numa foi autorizada a visitar o território de Timor-Leste, por impedimento imposto pela Imdonésia. As sucessivas acusações lançadas pela Amnistia Internacional ao regime indonésio, por um lado, e a estratégia de Jacarta para ocultar a realidade vivida no território de Timor-Leste, por outro, não tornaram possível, até ao momento, a entrada desta organização naquele território ocupado.

Apesar disso, a Amnistia Internacional não deixou de sistematicamente denunciar as violações dos Direitos Humanos ocorridas em Timor-Leste, produzindo uma grande variedade de comunicados e relatórios, e alertando as principais organizaçóes internacionais para o problema de Timor. No âmbito das suas múltiplas acções de divulgação da situação timorense e de pressão sobre o governo indonésio, destaca-se a campanha sobre Timor-Leste realizada em 1985.

§ Publicações:

Do grande número de publicações e documentos, editados pela Amnistia Internacional, destacam-se os mais recentes:

* Timor Leste: Direitos Humanos. 1985.

* Amnesty Internacional. Statement to the United Nations Special Commitee on Decolonization. August 1991.

* East Timor. The Santa Cruz Masscre. 14 November 1991.

* East Timor. After the Massacre. 21 November 1991.

* Indonesia/East Timor. Santa Cruz: The Governement Response. February 1992.

* Comunicado de Imprensa. East Timor Human Rights protestors charged with subversion. 27 March 1992.
* East Timor. Fernando de Araújo: Prisioner of Conscience. June 1992

* East Timor. The Supression of Dissent. July 1992.

§ Contactos e Endereços:

Amnistia Internacional
R. Martins Ferrão, 34 3º Dt.º
1000 Lisboa
Telefone: (01) 52 35 37

A PAZ É POSSÍVEL EM TIMOR-LESTE

A Paz é Possível em Timor Leste é uma organização nascida em 1982 com o objectivo de dar a conhecer informações e apelos vindos da Igreja de Timor Leste.

Constituído por cristãos de várias confissões, o grupo tem divulgado informações e dinamizado núcleos que, em Portugal e no estrangeiro, tentam alargar a preocupação para este problema.

Tem colaborado na realização dos Encontros Europeus dos Grupos de Solidariedade com Timor Leste, e nas Consultas Cristãs para a Paz.

Para além de dossiers sobre assuntos específicos, publica regularmente um boletim em Português e em Francês. Uma versão em Inglês ganhou autonomia e é actualmente publicada pelo Instituto Católico para as Relações Internacionais -CIIR.

§ Publicações

* Boletim "Em Timor-Leste a Paz é Possível"

5 nº/ano: assinatura anual normal - 1000$00
assinatura de apoio - 1500$00

* "Sou Timorense - Testemunhos de Timor-Leste" (50 páginas 300$00)

* "Timor-Leste, Uma Reflexão Cristã" (12 páginas 50$00)

* "Timor-Leste: 1974-1984" 80 páginas 200$00)

* "Mulheres de Timor" (32 páginas 300$00)

* "Timor Leste. Santa Cruz: O Exército Indonésio Atira Contra a Multidão" (30 páginas 300$00 - preço normal/2000$00 -preço de apoio)

* Video "Timor-Leste, a luta e a esperança"
(VHS, 35 minutos. 4000$00 - venda/ 1500$00 - aluguer)

* A Paz é Possível em Timor-Leste dispõe ainda de:

- cassetes audio com música timorense
- diapositivos
- mini-exposição (fotos/texto)

Se quer ajudar a divulgar a causa timorense na sua escola, associação, grupo ou paróquia, contacte-nos! Com estes materiais poderá organizar uma sessão informativa. Procuraremos dar-lhe apoio nessa realização

§ Contactos e Endereços:

Atendimento:
Rua Castilho, 61 2º Dt.º
1200 Lisboa
(01) 576952

Correspondência:
Rua de Campolide 215 4º Dt.º
1000 Lisboa

COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE

§ Constituição e Objectivos

A comissão para os Direitos do Povo Maubere (CDPM) é uma organização não-governamental, funda da em 1981, no seguimento da realização, em Lisboa, da sessão sobre Timor Leste do Tribunal Permanente dos Povos.

Tem por objectivo realizar uma solidariedade activa com o povo de Timor Leste, através:

- da divulgação de informação sobre o território, o povo, a sua cultura, a sua história e a sua luta contra a ocupação indonésia;
- da pressão sobre os orgãos de soberania portugueses para que assumam as suas responsabilidades; participação em acções de informação, debate e formação de grupos de solidariedade com Timor Leste;
- da participação em reuniões de instituições internacionais (Comissão de Descolonização, Comissão e Sub-Comissão dos Direitos Humanos da ONU, Parlamento Europeu, etc.) que debatem a questão de Timor Leste; e
- da ligação com os timorenses, nomeadamente com as comunidades residentes em Portugal e na Austrália.

Tem realizado uma acção persistente de pressão sobre os orgãos de soberania portugueses e junto da comunicação social. Para além de participar, activamente, nos grandes encontros internacionais de reflexão e discussão dos problemas dos direitos humanos, a CDPM publica regularmente diverso material de divulgação do problema de Timor Leste. Tem à disposição do público uma excelente biblioteca especializada no tema de Timor Leste, integrada no Centro de Informação e Documentação Amilcar Cabral (CIDAC) - organização não-governamental, reconhecida como instituição de utilidade pública, cuja acção fundamental consiste na cooperação com os países africanos de expressão oficial portuguesa.

§ Materiais informativos

- Informação Timor Leste (Boletim Mensal)
- Revista Funu (1 ou 2 números por ano)
- Mulheres de Timor (32 páginas)
- Postais
- Cartazes
- Exposição Itinerante «Timor Leste» (disponível para circular em escolas, associações culturais, municípios, Etc.)
- Base de Dados informatizada sobre Timor Leste
- Arquivo de recortes de jornais sobre Timor.

§ Contactos e Endereços:

R. Pinheiro Chagas, 77 2º E
1000 LISBOA

Telefone: (01) 3528718/3528719
Fax: (01) 534009
Telex: 64062 CIDAC P

Secção do Porto:

Travessa da Ferreira, Nº 96 - 6º Esq.
4200 Porto
Telef. (02) 48235 (Judite Barbedo)
(02) 9957103 (Fernanda Jorge)

FUNDAÇÃO AUSTRONÉSIA BORJA DA COSTA

§ Constituição e Objectivos

A Fundação Austronésia Borja da Costa (FABC) foi constituída em Portugal, por escritura notarial publicada no Diário da República nº 50, III Série, de 1 de Março de 1986.

A Fundação tem por finalidade:

* Promover o estudo etnico-linguístico do "tétum" no quadro das línguas austronésias; a investigação antropo-sociológica das várias formas de organização familiar no quadro da sociedade timorense; o estudo da expressão religiosa em Timor-Leste e a sua evolução face às influências animista, budista, islamista e cristã; estudo comparativo da influência colonizadora de Portugal no Sueste Asiático, na Ásia e na América; estudo das influências deixadas pelas culturas do Sueste Asiático na Língua e culturas portuguesas; estudo da diáspora timorense antes e depois da colonização portuguesa.

* Defesa, desenvolvimento e divulgação da cultura e identidade próprias de Timor-Leste; formação de quadros (que incentivem e aprofundem a emancipação cultural, social, económica e política do Povo Maubere).
(§ 1º do Artigo 2º dos Estatutos da FABC)

O Departamento de Projectos da FABC desenvolverá as seguintes actividades:

- No Domínio Cultural
Promover a recolha, estudo, preservação e divulgação do valiosíssimo património cultural timorense, em grande parte disperso devido à colonização, à invasão e à diáspora.

- No Domínio da Investigação Científica:
Obter a participação de investigadores nas áreas de Antropologia, Direito, Economia, Etnologia, História, Linguística, Psicilogia, Relações Internacionais, Sociologia e outras.

-No Domínio da Formação de Quadros Técnicos
Promover a formação técnico-científica de jovens timorenses, em colaboração com entidades públicas e privadas portuguêsas e de outros países, sensibilizadas para a actual problemática de Timor Leste e seu Povo.

A Fundação retira o seu nome da Austronésia, civilização neolítica que dominou o Sueste Asiático por volta de 2.500 a.c., conhecida arqueolgicamente por «civilização do machado quadrangular», e que serviu de suporte à cultura timorense juntamente com a influência portuguesa e a tradição criatão. Tem por patrono a figura de Francisco Borja da Costa, escritor timorense nascido em Fatu Berlihu, a 10 de Outubro de 1946, que se destacou pelo cultivo da oratória e da poesia em tétum, tendo sido assassinado a 7 de Dezembro de 1975, na sequência da invasão indonésia.

Para além das publicações já lançadas e da exposição «Timor Leste, Um Povo, Um Percurso», a Fundação partipou e empreendeu diversas iniciativas culturais. Está em organização um Centro de Documentação e Informação sobre Timor Leste. Em colaboração com a Fundação Gulbenkien está em curso um programa de Bolsas de Estudo dedicada a jovens timorenses.

§ Publicações:

* Coral, Revista da Fundação Austronésia Borja da Costa. (O nº1 foi dado à estampa em Dezembro de 1991)

* Tebe. Colectânea de Canções Populares de Timor Leste, Lisboa, 1987.

* Cantolena Maubere (por Fernado Sylvan), Lisboa, 1988.

* Colecção de Postais.

Para além de um excelente acervo documental e bibliográfico sobre Timor, a Fundação dispõe ainda da exposição fotográfica «Timor Leste, Um Povo, Um Percurso» que está disponível para correr o país.

§ Contactos e Endereço:

Rua Caetano Alberto, 19
1000 Lisboa
Telefone: (01) 80 51 92
(01) 8473375/6
Telex: 65463 FABC P
Envio de Donativos:

* Para a sede.
* Na conta do B.P.A.: C.B./B.A. nº 513/05213495

MOVIMENTO CRISTÃO PARA A PAZ

§ Constituição e Objectivos

O Movimento Cristão para a Paz é um movimento ecuménico que busca uma sociedade de Paz e Justiça, lutando «contra todas as formas de violência, exploração e injustiça, contra as redes de opressão ideológica, religiosa, política, sexista, económica e cultural».

Surgido em 1947, na sequência dos «Chevaliers de la Paix» que nascera nos finais da 1ª Guerra Mundial, instala-se em Portugal nos inícios da década de 70, iniciando a sua legalização em 1986.

«São fins da Associação a Solidariedade e a Promoção Cultural e social num contexto de construção da Paz envolvendo como força particularmente actuante a juventude».

No âmbito do seu grupo de trabalho Solidariedade Norte-Sul, é dado especial interesse à questão do Sahara Ocidental e ao problema de Timor-Leste.

No que concerne a Timo-Leste o MCP tem os seguintes objectivos:

- Divulgar informação a nível nacional e internacional
- Abrir os seus espaços de formação a jovens timorenses
- Organizar actividades de solidariedade
- Falar da questão de Timor em outras actividades

O MCP tem colaborado e participado em inúmeras iniciativas por Timor, tendo organizado exposições, debates, encontros, campanhas de solidariedade, empreendido projectos de investigação, redigido moções, propostas e apelos, e editado algumas publicações sobre Timor-Leste.

O MCP tem também um grupo de pessoas que se disponibiliza para ir às escolas ou outras associações para fazer intervenções ou colaborar em outros trabalhos.

§ Publicações:

✱ Para venda:

- * A Vida pela Justiça. (20 páginas 150$00)
- * Não há Desenvolvimento sem Justiça. (20 páginas 150$00)
- * Postais (40$00)
- * T-Shirts (1000$00)
- * O Caso do Sahara Ocidental: Um modelo para Timor-Leste?
- * Movimento Contínuo. (Publicação bimensal - 600$00 assinatura anual)

✱ Para oferta:

- * Autocolantes "Não ao genocídio, Timor-Leste Livre"
- * Desdobrável em português e inglês
- * Lista bibliográfica de Timor-Leste
- * Menu de Timor

✱ Para consulta ou empréstimo:

- * Exposição de fotografia e texto sobre a Mulher Timorense
- * Trabalho sobre a Mulher Timorense "Bibere"
- * Trabalho sobre as potencialidades de Timor-Leste
- * Exposição de gravuras e texto da "Cantolena Maubere"

§ Contactos e Endereço:

Movimento Cristão para a Paz
R. Dr. Antº. J. de Almeida, 210 Sub Cavev Esq.
3000 Coimbra
(039) 33203

ASJ - ASSOCIAÇÃO DE JOVENS POR TIMOR

Tem por objectivo promover iniciativas, individualmente ou em conjunto com outras associações ou movimentos de solidariedade com Timor-Leste.

Endereço:

Escola Superior de Jornalismo
Av da Boavista (junto ao Colégio do Rosário)
4000 Porto

Telef. (02) 6172238 / 617136
Fax (02) 6175006

GRUPO DE SOLIDARIEDADE COM TIMOR-LESTE

(de Lourosa)

O grupo de Solidariedade com Timor Leste de Lourosa, surgiu em finais de 1980, a partir de uma tomada de consciência da situação em Timor Leste e dos refugiados timorenses, nomeadamente os do Vale do Jamor, em Lisboa. O grupo leva a efeito várias acções de divulgação da informação na região onde está inserido. Participa nas iniciativas de outros grupos de solidariedade e edita o boletim Maranatha.

§ **Endereço:**

Av. S. Salvador, 1200
Grijó
4415 Carvalhos
Contacto: Centro de Solidariedade Cristã Maranatha
Telef. (02) 764124

MISSÃO PAZ EM TIMOR

§ **Constituição e Realizações:**

Organização de solidariedade com a causa timorense, que se afirmou na sequência do Massacre de Santa Cruz de 12 de Novembro de 1991. Privilegiando a participação dos jovens nas suas iniciativas, notabilizou-se pela organização malograda viagem do Lusitânia Expresso a Timor, e pela realização de uma manifestação no pavilhão da Indonésia, na Exposição Universal de Sevilha.

§ **Endereço:**

Rua da Prata, 185 2º
1100 Lisboa
Telefone: (01) 3479347/9
Fax: (01) 3476518

Movimento de Estudantes Universitários pelos Direitos Humanos (MEUDH)

§ Constituição e Objectivos:

O MEUDH foi fundado com o objectivo de criar na consciência académica, a necessidade de reflectir e agir contra as atrocidades cometidas contra o homem.

Neste momento, os esforços das 9 Associações de Estudantes de Lisboa que o constituem (IST; Internacional; ISCSP; ISCTE; ISEG; Medicina; Direito; Letras; ISPA) dirigem-se para a questão de Timor-Leste. Tenta internacionalizar a questão, fazendo um levantamento das Associações de Estudantes de outros países, além de organizações humanitárias, juventudes partidárias, etc. para depois lhes enviar informações, ir fazer conferências, organizar actividades, etc.

§ Endereço e Contactos:

Movimento de Estud. Universitários pelos Direitos Humanos
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
R. Guerra Junqueira, 86.
1200 Lisboa
Telef. (01) 3625952

Contacto:

Claudia Caldeirinha
Rua Almada Negreiros, 41
Vale Milchaça
2800 Almada
Telef. (01) 25 43 948

PAZ E JUSTIÇA PARA TIMOR-LESTE

Grupo de solidariedade com Timor Leste formado por cristãos da diocese do Porto. Surgiu em princípios de 1985, na sequência de uma jornada sobre a Igreja em Timor Leste em 1 de Dezembro de 1984.

Tem organizado sessões públicas em paróquias, em organizações culturais, na Universidade do porto e noutras instituições.

Edita regularmente o boletim Paz e Justiça para Timor Leste.

Publicou os seguintes trabalhos:

- Timor Leste - Caminhos para a Paz
- Uma Introdução à Indonésia
- Timor Leste em Ano de Viragem
- Igreja Católica em Timor Leste
- Propaganda Indonésia num Semanário Português.

§ Endereço:

Igreja da Pasteleira
4000 Porto
(Pe. José Lopes Baptista)
Telef. 683409

SUL - ASSOCIAÇÃO DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
NDDPM -(Núcleo de Defesa dos Direitos do Povo Maubere)

§ Constituição e Objectivos:

A SUL tem por objectivos a cooperação directa com países do terceiro mundo (principalmente) bem como a formação e sensibilização para a problemática das relações norte-sul.

O NDDPM (Núcleo de Defesa dos Direitos do Povo Maubere) tem por objectivos apoiar a causa timorense levando a cabo ou co-participando em iniciativas várias.

Está filiada no YDC-Youth for Development & Cooperation, uma organização internacional, sediada na Holanda, que congrega ONG's de cooperação, direitos humanos, etc.

§ Endereço e Contactos:

(sede provisória)
Salão Cultural da Câmara Municipal de Aveiro
3800 Aveiro

Correspondência:

Apartado 263
3803 Aveiro Codex

Rui Correia (Presidente)
Travessa Maria da Fonte, nº 5
Esgueira
3800 Aveiro
Telef.: (034) 31 52 92

ENDEREÇOS ÚTEIS DE TIMOR-LESTE E DA INDONÉSIA

§ Comando Militar de Timor-Leste:

Military Commander for East Timor
Gen. Teo Syafei
Markas Besar KOREM 164
Dili
Timor Timur
East Timor

Telegramas: Gen. Teo Syafei, Dili East Timor

§ Governador de Timor-Leste:

Governor of East Timor
Ir. Mário Carrascalão
Gobernur KDH Tkl Timor Timur
Jalan Inpantai D. Henrique
Dili
East Timor

§ Ministério da Justiça da Indonésia:

Minister of Justice
Jalan Rasuna Said, Kav 6-7
Kaningan
Jakarta Selatan
Indonésia

Telegramas: Justice Minister, Jakarta, Indonésia
Telexes: 44404 DITJENIM IA
Faxes: 62 21 32 1625

ÍNDICE

CAPÍTULO I - Introdução.

1. Uma Introdução à Questão de Timor. 11
2. Timor Leste e o Sudeste Asiático (Mapa). 20
3. O Timor Português (Mapa) 21
4. Cronologia Histórica de Timor: 1498-1974 22
5. Cronologia da Ocupação: 1974-1992 24

CAPÍTULO II - Indonésia e Timor.

1ª Parte. Indonésia: Um Gigante Com Pés de Barro. 29
2ª Parte. A Indonésia: Uma Nação Islâmica onde os Muçulmanos São Reprimidos.. 30
3ª Parte. Os Militares na Indonésia. 32
4ª Parte. Um Pouco de História. 37

CAPÍTULO III - Timor-Leste.

1. Timor Português: Das Origens à Invasão Indonésia. 41

I. GEOGRAFIA. 41
II. ANTROPOLOGIA. 43
III. ORGANIZAÇÃO. 44
IV. HISTÓRIA. 44

2. Timor-Leste: Da Invasão à Actualidade. 49

I. Antes da Invasão. 49
II. A Invasão. 53
III. Genocídio e Recusa de Anexação. 64
IV. Igreja. 70
V. Na Cena Internacional 86

CAPÍTULO IV - Testemunhos de Guerra.

1. José Guterres. 99
2. Cristiano Costa. 102
3. X, viúva e mãe de duas crianças. 103
4. André Faria. 104
5. Um sobrevivente de Ataúro. 105
6. D. Paul Moore. 107
7. Mário Robalo 109
8. Allan Nairn. 114

CAPÍTULO V - Massacre de Santa Cruz.

Resoluções da ONU 118
Ameaças antes do dia 12 de Novembro 120
Conquistar o direito ao diálogo 121
Santa Cruz, 12 de Novembro de 1991 122
Violências depois do dia 12 de Novembro 128
Testemunhas estrageiras e autoridades indonésias 130
Provocações? 132
Reacções 134
Comissão de Inquérito 140
Novos Testemunhos 142

CAPÍTULO VI - Ir Mais Longe.

1. Glossário. 145
2. Biblioteca Timorense:
  a) Bibliografia do Timor Português. 147
  b) Bibliografia da Ocupação Indonésia. 149
3. Como Ajudar Timor. 150

Índice 159

Este livro acabou de se imprimir a
30 de Novembro de 1992, dezasseis
anos e trezentos e cinquenta e nove
dias depois da invasão do Timor
Português pelas tropas indonésias.

Depósito Legal N.º 60962/92

Fotocomposição e Paginação: Escola Secundária de Porto de Mós

Impressão: Gráfica de Leiria

Cumprimos o nosso papel

Grupo papeleiro
em dinâmica
de crescimento e diversificação

inapa INVESTIMENTOS, PARTICIPAÇÕES E GESTÃO, SA
Rua do Salitre, 142 — 1200 LISBOA

A poupança é o motor do desenvolvimento

Os recursos que nos são confiados são aplicados na criação de novas fontes de riqueza.

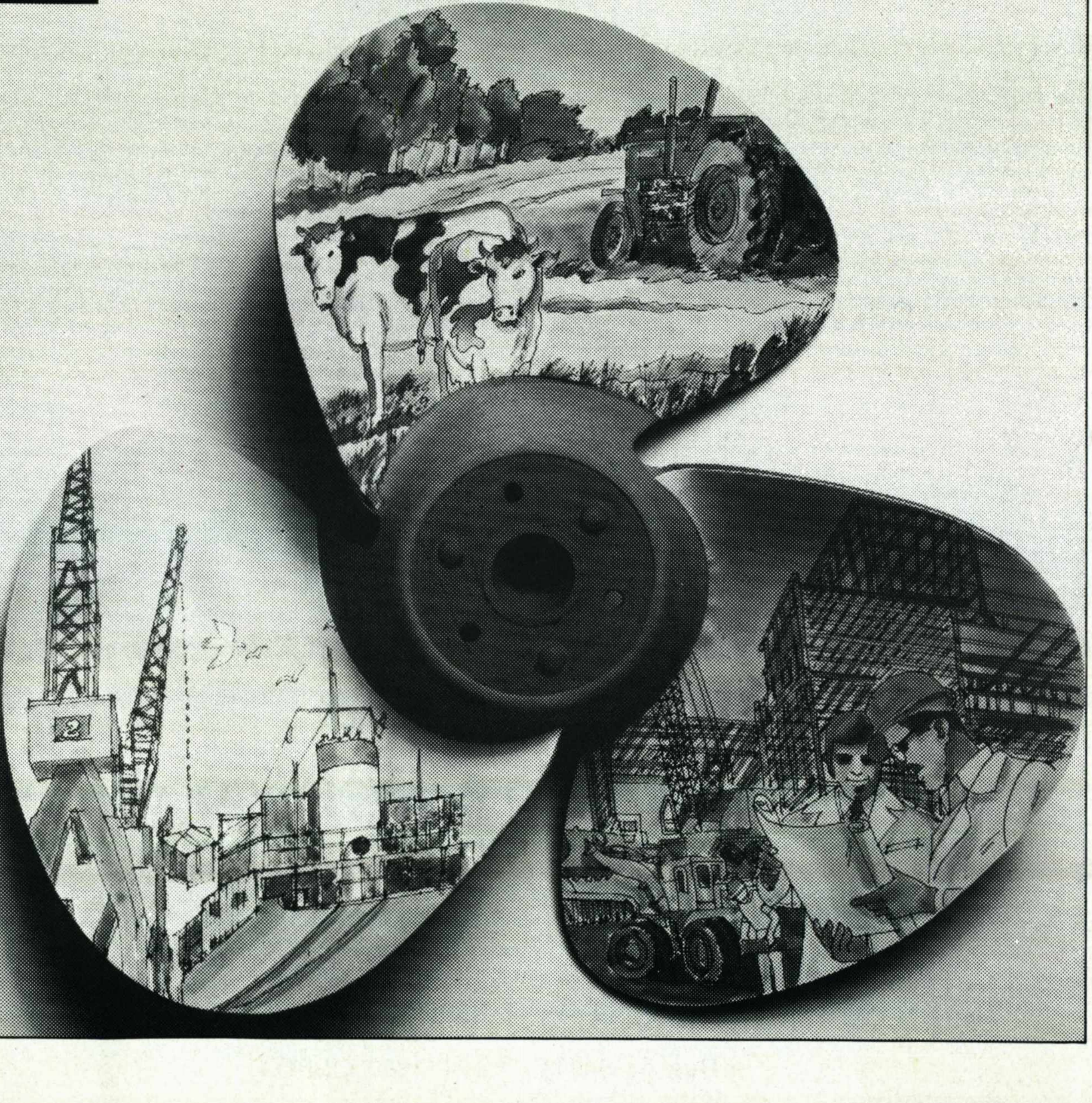
Riqueza também para si que connosco investe em segurança no desenvolvimento do País.

De solidez centenária e dimensão que ultrapassa fronteiras, a CGD dá hoje a resposta precisa aos desafios da integração Europeia.

A nossa experiência garante segurança e rigor em todas as operações financeiras, num mercado cada vez mais alargado e competitivo.

Estamos perto de si, em mais de 500 Balcões. Consulte-nos.

CAIXA GERAL DE DEPOSITOS



LATINA

Evolução na oferta...
GRESSO®
GRESSO
GRESSO
GRESSO
Tradição
na
qualidade.
LACTICOOP
30 ANOS
1962 · 1992

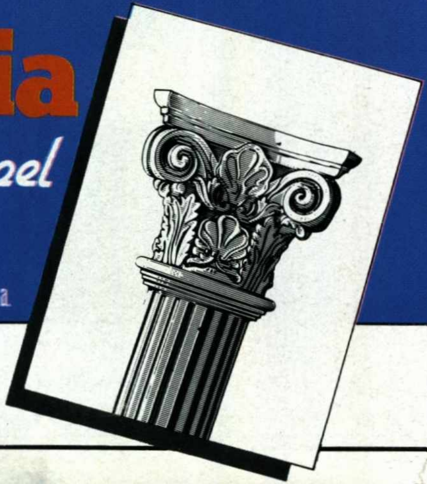
inacópia
inapa

A RIGIDEZ ÚNICA.
O RIGOR DO CORTE.
A PUREZA DO BRANCO.
A NITIDEZ DO CONTRASTE.
A REPRODUÇÃO PERFEITA.

inacópia

o seu melhor papel de fotocópia

UM PRODUTO **papeis inapa, s.a.**

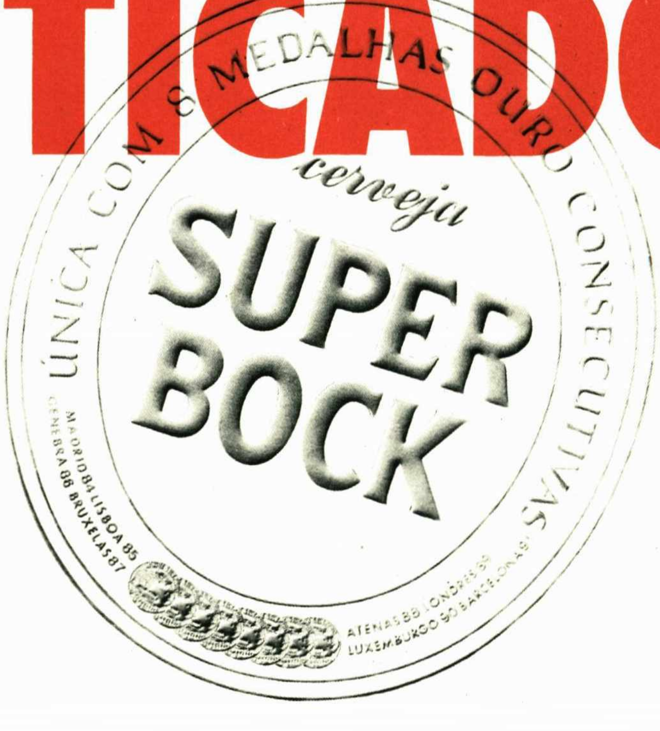


CADA VEZ MAIS
O PRIMEIRO

1º

CRIATIVIDADE:
Projecto 3 - Publicidade e Marketing, Lda.
Largo Conde de Ottolini, 23 c/v dta. f
1500 Lisboa Tel.: 784269 Fax 784601

ESTE PRAZER
ESTÁ
DEVIDAMENTE
AUTENTICADO.


ÚNICA COM 8 MEDALHAS OURO CONSECUTIVAS
cerveja
SUPER
BOCK
MADRID 84 LISBOA 85
GENEBRA 86 BRUXELAS 87
ATENAS 88 LONDRES 89
LUXEMBURGO 90 BARCELONA 91

SABOR AUTÊNTICO